

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**AS REPRESENTAÇÕES DAS CONQUISTAS CRISTÃS:
LISBOA (1147) E SILVES (1189)**

(Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Portugal Islâmico e o
Mediterrâneo)

ANA ISABEL VALE – VIGA DE AZEVEDO

FARO

(2012)

NOME: ANA ISABEL VALE-VIGA DE AZEVEDO

DEPARTAMENTO: HISTÓRIA

ORIENTADOR: PROF. DOUTOR LUÍS FILIPE SIMÕES DIAS DE OLIVEIRA

DATA: OUTUBRO DE 2012

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: AS REPRESENTAÇÕES DAS CONQUISTAS CRISTÃS: LISBOA (1147) E SILVES (1189)

JÚRI:

PRESIDENTE

PROF. DOUTOR **ANTÓNIO MANUEL NUNES ROSA MENDES**, PROFESSOR AUXILIAR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE;

VOGAIS

PROF. DOUTORA **MARIA JOÃO VIOLANTE BRANCO**, PROFESSORA AUXILIAR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA;

PROF. DOUTOR **LUÍS FILIPE SIMÕES DIAS DE OLIVEIRA**, PROFESSOR AUXILIAR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE, NA QUALIDADE DE ORIENTADOR;

PROF. DOUTOR **SANTIAGO AUGUSTO FERREIRA MACÍAS**, INVESTIGADOR DO CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA.

AGRADECIMENTOS

Dedico estas linhas para agradecer àqueles que mais directamente acompanharam e apoiaram a produção deste trabalho. Assim, agradeço:

Ao Armando Sousa Pereira que, mal me conhecendo, se revelou das pessoas mais generosas e disponíveis com quem tive oportunidade de contactar, enviando-me textos, fontes e sugestões muito oportunas.

Ao Jonathan Wilson que, a partir de uma conferência em Silves, onde nos conhecemos, me facultou todas as fontes e textos aos quais eu não conseguia aceder com facilidade, para além da produtiva troca de ideias que me proporcionou.

À professora Maria João Branco que, apesar do pouco tempo disponível, encontrou sempre maneira de me receber, de me ouvir e de me transmitir preciosas sugestões.

Aos professores Christophe Picard, Santiago Macías e Fernando Branco Correia pelas informações referentes às fontes árabes.

À professora Susana Gómez Martinez por todo o apoio facultado desde o início do curso, pela bibliografia emprestada, pelas fontes trazidas das bibliotecas de Madrid, pelo carinho e disponibilidade, e por saber que poderia sempre contar com ela.

À professora Isabel Cristina Fernandes que, logo que soube qual o objecto de estudo, facultou-me bibliografia relacionada com o tema. Agradeço-lhe o estímulo e a simpatia.

Ao Campo Arqueológico de Mértola, por ser um espaço de investigação tão rico, generoso e afectivo.

Às bibliotecárias do Campo Arqueológico de Mértola, Filipa Medeiros e Armanda Salgado, sempre disponíveis e incansáveis para acederem a todas as nossas solicitações.

Aos colegas de curso com quem estabeleci verdadeiras relações de amizade e companheirismo. Foi bom conhecê-los assim como o produto da investigação de cada um deles. Sinto que devo um agradecimento especial ao Rolando Melo pelas traduções fundamentais que me fez e que me pouparam muito tempo.

Ao professor Luís Filipe Oliveira que foi incansável, paciente e revelou uma disponibilidade total, valorizando o trabalho feito, incentivando e apontando caminhos, não desvendando tudo, como cabe a um mestre. A ele lhe devo a ideia do tema. Espero ter ficado à altura do que tinha em mente quando mo sugeriu.

Ao Jorge e à Mariana que, na retaguarda, sempre asseguraram as condições para que eu pudesse dedicar todo o tempo disponível a este trabalho.

Agosto de 2012.

RESUMO

Afonso Henriques conquistou Lisboa, em 1147, com o auxílio de cruzados vindos do Norte da Europa e que passavam pela costa portuguesa, rumo ao Oriente e à Terra Santa, integrados no movimento da II Cruzada. Sancho I, em 1189, igualmente com o apoio de forças militares, agora da III Cruzada, tomou a cidade de Silves.

Destas duas conquistas chegaram até nós duas narrativas, produzidas por estrangeiros que nelas participaram. Próximas dos acontecimentos que relatam, constituem preciosos testemunhos sobre os cercos, as estratégias militares, o armamento, e sobre os seus intervenientes como os muçulmanos, os cruzados, os portugueses, as Ordens Militares, a hoste régia, os monarcas. Os textos revelam-nos as ideologias que enquadravam as acções destes homens, porque não havia apenas uma razão ou uma justificação para a conquista territorial de uma cidade ou para a guerra que se fazia ao inimigo da fé, o muçulmano, em terras peninsulares. Havia várias, e estas narrativas dão-nos conta disso.

PALAVRAS-CHAVE: reconquista, cruzada, guerra santa, guerra justa, Lisboa, Silves.

ABSTRACT

Afonso Henriques conquered Lisboa in 1147, with the help of crusaders from Northern Europe that were passing by the Portuguese coast towards the Holy Land as part of the 2nd Crusade. In 1189, Sancho I, also with the backup of military forces, then part of the 3rd Crusade, conquered the city of Silves.

Two narratives on these two conquests reached us, aligned by foreigners that were part of them. Close to the described events, they are precious testimonies about the sieges, the military strategies, the weaponry involved, the crusaders and their Muslim contenders, the Portuguese, the Military Orders, the Royal Corps and the kings. The texts reveal the ideologies that framed the actions of these men, as the territorial conquest of a city or the war on the Muslim as a religious enemy was not a matter of a single motive or reason in the Iberian Peninsula setting. In fact, reasons and motives were manifold, something that these narratives account for.

Keywords: *reconquista*; crusade; holy war; just war; Lisboa; Silves

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAP I: AS FONTES.....	6
1.1 Características formais	7
1.2 Organização das narrativas	13
1.3 Os temas.....	50
1.4 Os narradores.....	53
1.5 Os discursos e o léxico	59
CAP II: AS REPRESENTAÇÕES DAS CONQUISTAS	63
2.1 A conjuntura política das conquistas	64
2.1.1 Lisboa: 1147	66
2.1.2 Silves: 1189	73
2.2 A imagem da cidade muçulmana	78
2.2.1 Lisboa	78
2.2.2 Silves	89
2.3 Os intervenientes	95
2.4 O cerco: estratégias militares e armamento	108
2.5 A teorização da guerra.....	113
2.6 A presença do sagrado.....	125
CAP III: O ECO DAS CONQUISTAS	136
3.1 Fontes cristãs	137
3.2 Fontes árabes.....	139
3.3 Narrativas em confronto.....	140
3.3.1 A conquista de Lisboa	140
3.3.2 A conquista de Silves	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
BIBLIOGRAFIA	168
ANEXOS	185

INTRODUÇÃO

Lisboa e Silves foram conquistadas ao Islão durante os reinados de Afonso Henriques e de Sancho I, respectivamente. Estes monarcas estiveram directamente envolvidos na definição das estratégias militares e na conquista destas duas cidades. Empenhados na participação das forças cruzadas e na propagação da vitória militar cristã, acompanharam inclusive os longos cercos que antecederam as conquistas e cujo desfecho foi favorável ao lado cristão. Das conquistas, chegaram até nós duas narrativas, produzidas por cruzados estrangeiros que nelas participaram, uma sob a forma de carta¹, no caso de Lisboa, e outra uma espécie de roteiro de viagem ou diário², no caso de Silves. Dessas fontes subsistem cópias únicas, produzidas entre finais do séc. XII e inícios do séc. XIII, entre o final do reinado do rei fundador e do reinado de Sancho I. Repletas de informações pormenorizadas sobre os episódios mais significativos das expedições cruzadas que integraram a Segunda e a Terceira Cruzada ao Oriente e que, ao passarem pela costa portuguesa, auxiliaram os monarcas portugueses, no seu esforço de reconquista do território e luta contra os sarracenos, a conquistarem estas duas importantes cidades ao Islão.

Para além do contributo militar dos cruzados, Afonso Henriques e Sancho I contaram com a preciosa ajuda das Ordens Militares que, a partir do séc. XII, assumiram parte do esforço da luta contra os sarracenos. Os Templários participaram no cerco a Lisboa e em Silves encontramos os todas as Ordens Militares a assumirem uma função militar³. O espaço peninsular consubstanciava uma realidade muito particular relativamente à restante Cristandade. É que aqui se lutava quotidianamente contra o infiel muçulmano, na tentativa de se recuperar as terras que por direito pertenciam aos herdeiros de Cristo. Esta situação militar peculiar da Península Ibérica pode ajudar a compreender a fraca participação de cavaleiros desta região nas cruzadas. Mais, desde os primeiros apelos à cruzada, os papas sublinharam a importância dos peninsulares não abandonarem as suas terras e a sua luta contra o muçulmano, impedindo-os de participarem no movimento cruzadístico, uma vez que

¹ *De Expugnatione Lyxbonensi, The conquest of Lisbon*, New York, Columbia University Press, ed. Charles W. David, 1936.

² *Narratio de itinere navali peregrinorum Hierosolymam tendentium et Silviam capientium*, A. D. 1189 ed. Charles Wendell David, *Proceedings of the American Philosophical Society*, 82, 1939.

³ Cf. Mário Barroca, "Portugal", *The Crusades, an encyclopedia*, ed. Alan V. Murray, Vol. III, pp.982.

tinham uma *luta pela cruz* à sua porta, que ameaçava toda a Europa cristã pela sua proximidade⁴.

Os acontecimentos vivenciados por estes narradores-participantes fornecem-nos inúmeras informações do ponto de vista militar, o todo o tipo de armamento utilizado, as estratégias encetadas pelos sitiados e as respostas a elas por parte dos sitiados, o quotidiano do cerco, com todas as suas peripécias, avanços e contratempos, mas também nos devolvem a imagem que os cruzados construíram da realidade urbana, social, religiosa, cultural com que se deparavam quer do lado muçulmano quer do lado português. Os autores, oriundos do Norte da Europa, que acompanharam de perto e participaram mesmo nos acontecimentos descritos, apresentam-nos *uma* perspectiva das conquistas, ou seja, a perspectiva das facções que estão por detrás da sua acção ou da acção dos “seus”. É *um ponto de vista* que está patente em cada um dos textos. Os textos estão povoados de referências à sua terra, ao seu contingente, à sua realidade cultural, num confronto constante com a realidade que se observa, que se mede e avalia. Estamos perante representações cristãs das conquistas das cidades de Lisboa e de Silves ao Islão. Através delas percebemos a visão da cidade muçulmana que o mundo cristão produzia, a imagem do outro, do muçulmano, inimigo de fé, mas tantas vezes vizinho de fronteira e parceiro de pactos de paz, no caso dos cristãos peninsulares. Este olhar do Norte também incide sobre a acção o guerreiro português, do monarca, as características das comunidades moçárabes, realidades peninsulares que lhes eram estranhas. É curioso constatar que nem sempre estes cruzados apresentam a mesma perspectiva relativamente à realidade portuguesa e que a mesma depende do grau de comprometimento de cada autor com a realeza e com as forças eclesiásticas portuguesas.

Estas narrativas também veiculam as ideologias da guerra justa agostiniana, da guerra da reconquista e da guerra santa, esta última propagandeada pela Cristandade ocidental a partir do apelo à cruzada, formulado por Urbano II, em 1095. Permitem-nos compreender as justificações da guerra e como esta se conciliava com os princípios fundamentais da religião cristã, a articulação da guerra peninsular, de reconquista, com o conceito de guerra santa e de cruzada. Revelam-nos ainda a relação entre os diversos contingentes cruzados e os portugueses. A imagem dos intervenientes é

⁴ Idem, pp.982-3.

moldada de acordo com a perspectiva de quem a produz, de quem a veicula. Por isso, nos alerta José Mattoso para o problema que nos colocam as fontes medievais, ou seja, a imagem que nos transmitem daquilo que nos relatam, havendo sempre necessidade de as interrogarmos acerca dos seus objectivos e preenchermos os vazios que nos deixam em aberto, a partir de deduções e hipóteses explicativas⁵.

O que se pretende com a análise dos textos que servem de base a este trabalho é enumerar os aspectos que eles têm em comum e tudo aquilo que os distingue, entre eles e no confronto com outras fontes, coevas ou posteriores, procurando, dessa forma, apontar hipóteses que expliquem a sua existência, o seu significado. O que são, por que foram produzidos, que objectivos serviram, que problemas ainda hoje levantam?

Consistem, como dissemos, em relatos das conquistas das cidades de Lisboa (1147) e de Silves (1189), realizados por cruzados estrangeiros, integrados em cruzadas com destino à Terra Santa. O tema que abordam é semelhante, pois relatam as conquistas de duas importantes cidades ao Islão. Lisboa era uma cidade estratégica para os planos de conquista cristã, apesar de periférica no *al-Andalus*. Dominava a linha do Tejo e funcionava como uma plataforma de ataque ao Sul islâmico, para além de integrar uma rede comercial que se estendia até ao interior da Península. Silves era, nada mais, nada menos, que a maior cidade do *Gharb*, no final do séc. XII. Possuía um sistema defensivo poderosíssimo, de marca almóada e constituía um importante centro cultural. Era grande, rica em edifícios e em produtos, por via dos campos agrícolas circundantes e da sua ligação às rotas comerciais marítimas. Tanto uma como outra, eram cidades portuárias, ligadas por via fluvial ao mar.

Estes dois textos tinham propósitos que excediam os objectivos enunciados nos seus prólogos. Os seus autores pretendiam que as suas palavras chegassem a um público que ultrapassava os seus alegados destinatários, que ecoassem por toda a Cristandade as façanhas destes contingentes em trânsito para a Terra Santa e as conquistas militares de grande significado para os reinados de Afonso Henriques e Sancho I que foram a tomada de Lisboa e de Silves, respectivamente.

O texto de Lisboa revela o cuidado extremo que foi colocado na sua produção. O assunto relatado e o significado que o mesmo assumia no contexto político

⁵ José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, C. Leitores, Lisboa, 2006, pp.9-10.

português, na relação do reino de Portugal com os outros reinos peninsulares e com Roma, integravam uma estratégia de afirmação política que a produção e a projecção deste texto denunciam. Trata-se de um texto que narra a conquista de Lisboa aos mouros, na sequência da tomada de Santarém. As tentativas para conquistar Lisboa começam logo nos inícios da década de quarenta, imediatamente após a assunção do título de rei por parte de Afonso Henriques⁶. As conquistas territoriais em prol da Cristandade e a consequente luta contra o infiel em terras peninsulares eram apresentadas como trunfos militares e provas de evidente valor guerreiro daquele que se apresentava como rei de Portugal. Este relato da conquista de Lisboa sublinha e enfatiza esta ideia e projecta a imagem deste rei e deste reino por toda a Cristandade. Desde a data da sua produção, o assunto por si relatado conheceu inúmeras referências, em epístolas, anais e crónicas, quer na Península Ibérica, quer na Europa cristã para lá dos Pireneus⁷. Desde o séc. XIX, o texto de Lisboa foi objecto de uma atenção particular por parte da historiografia, não só pelo carácter excepcional da sua narrativa, pormenorizada e detalhada, que contrasta com a produção narrativa da época⁸, como pela projecção que se fez dele, desde cedo. Maria João Branco, no estudo introdutório que fez à edição portuguesa de Aires Nascimento, procurou caracterizar o ambiente e as condições de produção desta fonte, de modo a conseguir identificar as intenções e os objectivos por ela perseguidos. Mais do que o autor, interessava-lhe conhecer as condições de produção e as utilizações que delas fizeram a monarquia portuguesa e a Cristandade em geral⁹.

A fonte de Silves não tem sido objecto de tanta atenção por parte da historiografia, nem teve os ecos que a fonte de Lisboa conheceu quer na época em que foi produzida, quer posteriormente. A narrativa apresenta uma estrutura mais simples e evidencia propósitos menos ambiciosos comparativamente com o texto de Lisboa. Desde logo, o assunto, a conquista de Silves, não teve a projecção do outro, sobre a conquista de Lisboa, na sua época. Depois, o número dos intervenientes de relevância

⁶ Cf. Idem, p.141.

⁷ A conquista de Lisboa suscitou um interesse enorme por toda Europa, como mostram os textos ingleses, franceses ou flamengos que relataram o acontecimento. O êxito da acção conjunta de cruzados e portugueses terá chamado a atenção do papa Eugénio III, verificando-se um apoio expresso de uma autoridade espiritual internacional às questões peninsulares. Cf. Idem, p.184.

⁸ Maria João Branco, "A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida", *A conquista de Lisboa aos mouros*, ed Aires Nascimento, Vega, Lisboa, 2ª ed., 2007,p.12.

⁹ Idem, p.11.

social é muito menor, não apresenta as peças oratórias que constituem os discursos e os sermões, e toda a sua estrutura narrativa é muito mais singela. Aparece-nos sob a forma de um roteiro inacabado, levando-nos a concluir que o autor não conseguiu cumprir o que se propunha fazer no prólogo. No entanto, também é necessário tentar compreender o contexto e os propósitos da sua produção. Até porque o assunto principal que narra não só constituiu a única conquista militar de Sancho I enquanto rei dos portugueses como também parece ter sido o acontecimento mais significativo deste contingente integrado na Terceira Cruzada ao Oriente¹⁰. A conquista de Silves revestiu-se de uma importância fundamental para a afirmação das forças militares portuguesas e cruzadas nela envolvidas.

O confronto destas narrativas com textos coevos e posteriores que referenciam os acontecimentos que elas abordam permitir-nos-á compreender a perspectiva e os objectivos de quem esteve por detrás da sua produção, do significado de tais narrativas, na medida em que poderão fazer luz sobre algumas questões que os próprios textos silenciam.

Procuramos, portanto, fazer um levantamento das representações das conquistas destas cidades ao Islão, no séc. XII, a partir destas narrativas que servem de base ao nosso trabalho. As justificações teórico-religiosas que estiveram por detrás de tais actos político-militares, a luta que a Cristandade encetava em todas as regiões do mundo contra o Islão e a importância política para o reino de Portugal e para a sua afirmação quer no plano peninsular, quer no plano internacional.

Neste trabalho, foi inicialmente equacionada a análise conjunta não de duas mas de três fontes. A terceira seria o poema "*Carmen*" de Gosuíno, referente à tomada de Alcácer do Sal. Esta cidade também foi conquistada pelas forças conjuntas de cruzados e portugueses, no ano de 1217. O bispo Soeiro, de Lisboa, esteve particularmente envolvido na sua conquista e na produção da referida fonte. A sua conquista também acabou por ter um texto escrito que fixou e propagandeou o feito militar e religioso, sob a forma de poema. Existem muitas razões que nos levam a entender a importância da análise e comparação das três fontes, uma vez que os assuntos por elas descritos ou cantados têm muitos aspectos em comum. Mas, a extensão da empresa que tal estudo obrigava, levaram-nos a optar por duas fontes

¹⁰ Ainda durante o reinado de seu pai, participou em algumas acções militares de mérito como o assalto a Triana, arrabalde de Sevilha, em finais de 1178.

apenas e a circunscrever o âmbito do estudo às conquistas de Lisboa e de Silves. As razões que sustentam a opção pelas fontes de Lisboa e de Silves prendem-se com o facto destas duas fontes apresentarem mais aspectos em comum: o seu carácter narrativo, redigidas na primeira pessoa, com um narrador-participante, o envolvimento directo dos monarcas nos factos narrados, sendo responsáveis pela organização das estratégias que levaram às conquistas das cidades de Lisboa e de Silves. Tendo mais aspectos em comum, permitem uma análise comparada mais rica e mais consistente.

CAP.1 – AS FONTES

As duas fontes que servem de base a este estudo são formalmente distintas, apesar de apresentarem uma estrutura que segue um mesmo estilo narrativo, pormenorizado na descrição, apresentado na primeira pessoa, que procura reproduzir com objetividade, de acordo com a intenção dos seus autores, acontecimentos e pessoas envolvidos na tomada das cidades muçulmanas de Lisboa e de Silves, no séc. XII. Tratam-se de duas extensas narrativas (o texto de Lisboa é o mais extenso) que descrevem com grande pormenor e vivacidade a passagem dos contingentes cruzados por Portugal e a sua participação, a pedido dos respectivos monarcas, nos cercos e na tomada dessas cidades por parte das forças cristãs. Apresentam muitos aspectos em comum, apesar de uma fonte ter forma epistolográfica, a de Lisboa, e outra constituir uma narrativa de viagens ou roteiro sobre a campanha levada a cabo pelas forças cruzadas. A fonte referente a Lisboa tem um destinatário específico, que surge nomeado logo no seu início, e para quem se endereça toda a narrativa, e um remetente identificado por uma inicial R. A fonte referente a Silves apresenta um prólogo apenas onde o autor explicita a intenção da sua escrita. Ambos os textos foram redigidos por cruzados do Norte da Europa, um anglo-normando, outro teutónico; constituem narrativas muito circunstanciadas das viagens empreendidas pelos contingentes cruzados, desde os portos do norte da Europa até Portugal (a narrativa de Lisboa apresenta um final aberto, pois sabemos que a viagem continuou para além do texto; no caso de Silves, a narrativa acompanha o percurso dos cruzados

até Marselha, onde é interrompida por razões desconhecidas). As conquistas de Lisboa e de Silves são os acontecimentos mais significativos de todo o percurso dos cruzados relatados pelos dois narradores. É isso que nos faz questionar as intenções destes textos, quais os objectivos e finalidades da construção da memória escrita destes acontecimentos, que nos surgem aparentemente com a forma de uma epístola ou de um roteiro de viagem. Eles constituem a notícia, a propaganda destes feitos militares, quer a nível peninsular, quer a nível da empreitada cruzadística, que tomou e lutou pela cruz em todos os lugares cristãos ameaçados pelo Islão. Estes textos espelham igualmente um quadro mental onde se percebem e identificam os interesses, facções e lutas dos diversos grupos envolvidos (cruzados, forças peninsulares, muçulmanos, moçárabes) quer na conquista de Lisboa, quer na conquista de Silves, quarenta e dois anos mais tarde. Em ambos os textos está bem patente o confronto cultural e religioso entre o norte cristão e o sul islâmico, ora com laivos de tolerância ora de violência e intolerância.

1.1 CARACTERÍSTICAS FORMAIS

A fonte de Lisboa é uma carta dirigida a um clérigo¹¹, mas provavelmente o autor do texto teria ambições maiores relativamente ao eco que esperava as suas palavras ganharem no mundo cristão, senão não se compreenderia o cuidado que teve na inclusão de sermões e discursos integrais de alguns dos mais relevantes intervenientes na conquista da cidade de Lisboa. Trata-se de uma narrativa longa e pormenorizada, apresentada na primeira pessoa, que destoa da aridez narrativa característica dos textos desta época¹². O assunto mais significativo que esta fonte relata é a tomada da Lisboa muçulmana pelas forças cristãs, um dos poucos êxitos militares conseguidos pelos contingentes da Segunda Cruzada (1147-9), se bem que no seu prólogo, o autor clarifique que pretendia dar a conhecer ao clérigo de Bawdsey, que ficara na sua terra natal, os sucessos e os progressos alcançados por aquele contingente cruzado até à Terra Santa. Conhecida como *De Expugnatione Lyxbonensi*, dela apenas resta uma

¹¹ Apresenta uma dedicatória, “A Obs. de Bawdsey” enviada por R., seguida de um prólogo. Cf. *A Conquista de Lisboa aos mouros*, ed. Aires Nascimento, Lisboa, Vega, 2ª ed., 2007.

¹² Maria João Branco, “A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida”, *A conquista de Lisboa aos mouros*, ed. Aires Nascimento, Lisboa, Vega, 2ª ed., p.11.

cópia que se encontra no Colégio *Corpus Christi* de Cambridge e não se conhece a sua história até à sua inclusão no códice onde actualmente se encontra (MS 470, fols 125 a 146). Trata-se, portanto, de uma carta de um cruzado, anglo-normando, cujo nome começa com a inicial R., redigida muito provavelmente entre a segunda metade do séc. XII e a primeira década do séc. XIII, segundo uma datação realizada a partir de estudos de crítica textual e de análise paleográfica e diplomática a que foi sujeita¹³.

O *De Expugnatione Lyxbonensi* relata a tomada da cidade de Lisboa aos muçulmanos em Outubro de 1147 pelas forças conjuntas de Afonso Henriques e cruzados que passavam pela costa portuguesa rumo ao Oriente, sob a forma de uma carta. O seu autor, um cruzado narrador-participante, descreveu com grande pormenor e minúcia todo o percurso do contingente cruzado desde os portos do Norte da Europa até à conquista da cidade muçulmana de Lisboa. Devido à sua natureza epistolográfica, o manuscrito original não apresenta um título. *De Expugnatione Lyxbonensi* foi-lhe atribuído por William Stubbs e aceite posteriormente por vários editores. A cópia do texto foi publicada pela primeira vez em Portugal nos *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, em 1856, com anotações do paleógrafo Hamilton e notas de Alexandre Herculano¹⁴. A primeira tradução do texto latino para português esteve a cargo de José Augusto Oliveira, datando de 1935. Posteriormente, esta tradução foi parcialmente publicada por Alfredo Pimenta¹⁵ e, mais tarde, por José da Felicidade Alves¹⁶. Para este estudo, baseamo-nos na versão de Charles W. David¹⁷, que produziu um consistente estudo aquando da sua edição do texto, em 1935, e de Aires Nascimento¹⁸, que mais recentemente entre nós publicou uma tradução do texto latino, os quais utilizam o título atribuído.

Durante algum tempo, a historiografia interpretou esta carta como tendo sido redigida por Osberto de Bawdsey, e enviada a R. No entanto, a forma que o texto apresenta logo no seu início, com a abreviatura do destinatário e do endereço seguida

¹³ Idem, p.9.

¹⁴ Cf. *A Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*, ed. de José Augusto de Oliveira, com prefácio de Augusto Vieira da Silva, Lisboa, 2ª ed, 1936.

¹⁵ Alfredo Pimenta, “Carta do cruzado inglês”, *Fontes medievais da história de Portugal*, vol. I, Lisboa, Sá da Costa, 2ª ed., 1982, pp. 107-123.

¹⁶ *Conquista de Lisboa aos mouros em 1147 – Carta de um cruzado inglês que participou nos acontecimentos*, ed. e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, 1989.

¹⁷ *De Expugnatione Lyxbonensi, The conquest of Lisbon*, ed. Charles David, 1936, Columbia University Press, 1976.

¹⁸ *Conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, ed. Aires Nascimento, Vega, Lisboa, 2ª ed., 2007.

da saudação do remetente, segue os cânones da epistolografia medieval e não da epistolografia clássica que levava a essa primeira interpretação¹⁹. Relativamente à inicial R. esta foi tomada como significando Raul, e, de acordo com a teoria de Harold Livermore²⁰, identificaria um presbítero de origem franca, que participou na conquista de Lisboa e que doou, em 1148, a sua igreja de Santa Maria a Santa Cruz de Coimbra. O texto dessa doação, no seu extenso prólogo, faz referência a muitos episódios do cerco e da tomada da cidade. É uma teoria razoável, mas não surgiram entretanto mais dados capazes de a comprovarem definitivamente. Aliás, Maria João Branco levanta a hipótese, na linha de outros investigadores, de a doação se tratar de um documento falso, produzido por Santa Cruz de Coimbra²¹. Por todas estas questões, consideramos mais seguro e correcto designar por R. o autor da fonte de Lisboa.

Apesar de apresentar a forma de uma carta, percebemos que os seus objectivos ultrapassavam largamente a mera descrição e o relatar dos factos vivenciados. Perpassa todo o texto uma vontade de enfatizar positivamente toda a acção dos cruzados e da monarquia portuguesa na conquista da Lisboa muçulmana. Não se conhece a circulação do texto na época em que foi produzido, entre a segunda metade do séc. XII e as primeiras décadas do séc. XIII, nem o impacto que teve na divulgação deste importante feito militar levado a cabo por Afonso Henriques²². O seu conteúdo era seguramente conhecido pelos autores dos textos que integram a *Crónica de 1419*, dada a coincidência de muitos episódios e acontecimentos descritos. No entanto, não se pode afirmar que o *De Expugnatione Lyxbonensi* tenha constituído a fonte de referência para a produção desta *Crónica*. Este assunto será oportunamente debatido mais adiante.

A outra fonte, de Silves, identificada por *Narratio De Itineri Navali*²³ é uma espécie de roteiro de viagem, que narra com grande pormenor todos os acontecimentos

¹⁹ Cf. Aires Nascimento, *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, nota 2, p.153; Ruy de Azevedo, "A carta ou memória do cruzado inglês R. para Osberto...", *Revista Portuguesa de História*, 1957, vol.7, pp.348-353.

²⁰ Harold Livermore, *The conquest of Lisbon and its author*, *Portuguese studies*, 6, 1990, pp.1-16.

²¹ Cf. Maria João Branco, "A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida", *Conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, ed. Aires Nascimento, Vega, Lisboa, 2ª ed., 2007, p.29-34.

²² Idem, p.38.

²³ Título atribuído por Charles David, aquando da sua edição, uma vez que, em sua opinião, este título identificava melhor o acontecimento mais marcante de toda a narrativa, ou seja, a conquista da cidade de Silves, em 1189. Cf. Charles Wendell David, *Narratio de itineri navali peregrinorum hierosolymam tendentium et silvian carpentium, a.d. 1189*, *Proceedings of the American Philosophical Society*, 81, 1939, pp.591-676.

vividos por um grupo de cruzados, integrados na Terceira Cruzada, que partira do Norte da Europa com destino à Terra Santa, integrados na Terceira Cruzada, no ano de 1189. Sem dedicatória, mas com um prólogo que apresenta as intenções da sua existência, não sabemos a que público-alvo pretendia chegar. Mas, deduzimos de todo o esforço colocado na produção de uma narrativa rigorosa e minuciosa dos episódios vivenciados, que havia interesse em fazer ecoar pela Cristandade a acção deste grupo de cruzados e os seus feitos militares mais significativos. Foi redigida por um cruzado alemão anónimo, provavelmente em finais do séc. XII. Dela também se conhece apenas um cópia que se encontra integrada num pergaminho de doze folhas. Esse documento foi localizado por Gazzera, um investigador da Universidade de Turim, em Aix-en-Provence, que o editou em 1837. É composto por duas partes: a primeira reproduz uma carta endereçada ao imperador Frederico II²⁴, a segunda, corresponde à fonte sobre a qual nos debruçamos, um relato pormenorizado do percurso das frotas cruzadas que partem dos portos do Norte da Europa rumo à Terra Santa, no ano de 1189. Silva Lopes, um estudioso oitocentista, traduziu para português o texto editado pelo italiano e publicou-o em 1844. Numa investigação recente²⁵, foi localizado numa biblioteca de Turim. Em 1939, o estudioso americano que também se dedicou à publicação da fonte de Lisboa, Charles W. David, editou o texto sobre a conquista de Silves, juntamente com um consistente estudo, como lhe era característico²⁶. O texto conheceu recentemente, entre nós, uma edição fac-simile da obra de Silva Lopes, da autoria de Manuel Cadafaz de Matos²⁷. Para este estudo iremos recorrer a todas estas edições e estudos.

O título que o erudito italiano lhe atribui²⁸ acaba por sintetizar a ideia que transparece em toda a narrativa: a vontade do autor dar a conhecer, com grande pormenor e indisfarçável curiosidade todos os acontecimentos, lugares, distâncias, fenómenos naturais, personagens individuais e colectivas, sempre com a respectiva

²⁴ Uma cópia da *Epístola de Morte Frederici Imperatoris*, que se deve provavelmente ao bispo Godofredo de Wurzburg, de acordo com Charles David. Cf. Op cit. pp.591-676.

²⁵ Neste estudo, o autor também traduz a fonte para inglês. Jonathan Wilson, *The Siege and conquest of Silves, 1189*, Mesquita Press, Silves, 2009.

²⁶ Charles W. David, *Narratio de itineri navali peregrinorum hierosolymam tendentium et Silvan carpentium, a.d. 1189*, Proceedings of the American Philosophical Society, 81, 1939, pp.591-676.

²⁷ Manuel Cadafaz de Matos, *A cidade de Silves num itinerário naval do séc. XII por um cruzado anónimo*, [fac.simile da edição de João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1844], Edições Távola Redonda / CMS, Silves, 1999.

²⁸ *De itinere navali, de eventibus, de que rebus a peregrinis Hierosolyman petentibus MCLXXXIX fortiter gestis narratio*, de acordo com a edição fac simile de Silva Lopes por Manuel Cadafaz de Matos, p.11.

referência cronológica, que marca de forma cadenciada e precisa, tudo aquilo que observa enquanto decorre a viagem que se enceta nos portos do Norte e termina em Marselha. O relato não nos diz se a frota do cruzado narrador chegou ao seu destino, ou seja, à Terra Santa. Tudo o que se pode concluir a partir da fonte é que a sua narrativa terminou ali. A cópia manuscrita foi encontrada na área geográfica em que o redactor concluiu a sua narrativa. Terá ela sido produzida ali? As circunstâncias de uma viagem marítima e de um cerco longo não seriam propícias à produção de uma narrativa, portanto é provável que o cruzado tivesse tomado notas ao longo do percurso e durante o cerco, tendo apenas condições para estruturar a sua narrativa quando tivesse chegado a um local onde permanecesse durante algum tempo. Terá sido esse local Marselha ou outra localidade vizinha? Não podemos aventar mais do que conjecturas acerca deste assunto.

Narratio De Itineri Navali constitui uma espécie de itinerário de viagem, um registo de dia-a-dia²⁹, um conjunto de anotações que foram provavelmente sendo tomadas sempre que as circunstâncias o permitiam, e que o autor compilou sob a forma de um roteiro, de cariz assumidamente descritivo, de todos os acontecimentos tidos dignos de registo. Trata-se um texto sem dedicatória mas é notória a vontade do autor dar a conhecer a um público-alvo, que não sabemos quem seria, tudo aquilo em que participara desde a sua partida do sul da Alemanha até à Terra Santa. A narrativa termina inesperadamente em Marselha. Ficamos sem saber nada do seu autor, dos seus propósitos e do seu destino. Terá ficado pelo porto de Marselha? Prosseguiu até ao Oriente? Quais as razões por que interrompeu a sua narrativa e não concluiu aquilo que se propunha fazer no prólogo (dar a conhecer todas as façanhas por ele vividas até chegar à Terra Santa). Jonathan Wilson, no seu estudo e na edição inglesa que publicou sobre este manuscrito, coloca a hipótese de o cruzado e o seu contingente chegarem à Terra Santa, pois pouco tempo depois da data em que estiveram em Marselha, há registos de uma chegada de cruzados vindos do Norte da Europa à Terra Santa³⁰. O cruzado anónimo tinha perfeita consciência que estava a viver e a participar em acontecimentos repletos de significado para a Cristandade. E provavelmente era isso que o impelia a escrever.

²⁹ Charles W. David, Op. cit, p. 598.

³⁰ Cf. Jonathan Wilson, Op. cit., pp.24-25.

Comparativamente com o texto de Lisboa, cujo assunto manifestou, desde a sua produção, um interesse que se traduziu na reprodução em textos coevos, em anais e crónicas até ao séc. XIV, o texto de Silves e o seu tema conheceram uma menor repercussão. Narrativas coevas relatam, de forma muito sintética a tomada da cidade de Silves, por parte das forças cristãs portuguesas e cruzadas. Apenas encontramos uma narrativa mais pormenorizada na Crónica de 1419, mas, também aqui, tal como relativamente ao texto de Lisboa, podemos constatar algumas divergências entre os relatos, o que nos leva a concluir que possivelmente o texto do cruzado anónimo não tenha constituído a fonte de referência para a produção da narrativa quatrocentista. Oportunamente voltaremos a esta questão.

Os aspectos formais podem indiciar possíveis objectivos relativamente à produção e circulação dos textos. A epístola de Lisboa foi cuidadosamente redigida e o seu autor teve acesso a um conjunto de textos e informações relativamente às pretensões da monarquia portuguesa no processo da Reconquista. É endereçada a um clérigo inglês, mas certamente não seria apenas ele o único que se pretendia como público. O contexto em que foi produzida e a natureza do texto levam-nos a acreditar que haveria outros propósitos³¹. Temos de recordar que à data da sua eventual produção, a monarquia portuguesa iniciara um processo de estruturação de um conjunto de instrumentos ideológico-políticos que justificavam a afirmação da nacionalidade, a independência política relativamente aos reinos peninsulares e que contribuía para o reconhecimento pela Cúria Romana desta jovem monarquia. A fonte de Lisboa parece consonante com este espírito, servindo os propósitos de um Portugal que se afirma no plano ibérico e internacional. Nela surgem reconhecidos os bispos e o rei dos portugueses e as suas acções justificadas. Os cruzados apoiam esta luta meritória e deles também se faz um retrato geral muito valorizado. O relato de Silves resultou provavelmente de um desejo particular, de um cruzado teutónico, de registar os acontecimentos mais significativos levados a cabo pela acção dos cruzados, na campanha em que participara até à Terra Santa, durante a Terceira Cruzada. Não há nele, por isso, uma sintonia entre o que se narra e os propósitos da monarquia portuguesa. Aliás, esta sai pouco valorizada em toda a acção descrita, bem como todo o contingente militar português. A acção de alguns cruzados, aqueles que fazem parte

³¹ Maria João Branco, Op. cit., p.9-10.

do contingente do qual o autor faz parte, surge imensamente enaltecida, contrastando ostensivamente com a acção dos flamengos, da hoste portuguesa, e do rei de Portugal. Toda esta problemática será debatida mais adiante.

1.2 ORGANIZAÇÃO DA NARRATIVA

Em ambas as fontes, a narrativa tem o seu início nos portos da Europa do Norte. Mas, antes da narrativa propriamente dita, encontramos uma espécie de prólogo ou apresentação das intenções que terão estado na base daquelas produções escritas. Os propósitos de ambas são idênticos: dar a conhecer a quem vier a ler tais palavras os acontecimentos mais importantes vividos pelos cruzados que partiram dos portos da Europa nos anos de 1147 e 1189 respectivamente e que passaram pela costa portuguesa, auxiliando os reis de Portugal no seu esforço de lutar contra os muçulmanos e alargar as terras da Cristandade em território peninsular.

No caso do *De Expugnatione Lyxbonensis*, o autor estrutura o texto de acordo com uma ordem temporal, cronológica, e em função dos diferentes assuntos relatados, sem atribuir um título aos diversos apartados que constituem a narrativa. Aires Nascimento, na tradução que faz do texto latino para português³², atribui a cada apartado um título descritivo do assunto abordado. Vamos guiar-nos por esta proposta para analisarmos a estrutura da obra e os vinte e quatro apartados em que se divide o relato. A carta inicia-se com uma saudação a Osberto de Bawdey, a quem é dirigida³³. E o propósito do relator também se encontra aí explícito. R. quer dar a conhecer a Osberto tudo o que se passou durante o seu percurso, desde que partiu da sua terra. Cento e sessenta e quatro navios concentram-se no porto de Dartmouth, no Sul Inglaterra, integrando o movimento da Segunda Cruzada, como resposta a um apelo do Papa, que teve em Bernardo de Claraval um fervoroso continuador, para a libertação da Terra Santa. O assunto, a conquista da Lisboa muçulmana pelas forças cristãs, não era apenas importante por si só, constituía um dos poucos êxitos militares da Segunda Cruzada, que era necessário apregoar.

³² Aires Nascimento, *A conquista de Lisboa aos mouros*, 2ª ed., Vega, Lisboa, 2007.

³³ Esta fonte apresenta uma dedicatória, portanto, consubstancia-se numa narrativa de carácter epistolar.

Como certamente foi redigida após os acontecimentos de que nos dá conta³⁴, encontramos aqui uma narrativa bem estruturada, que sequencia todas as acções dos cruzados desde o porto de Dartmouth até à tomada de Lisboa pelas forças cristãs, pontuada por momentos-chave a que o narrador confere um ênfase especial. Sendo o autor anglo-normando, a sua narrativa começa, naturalmente, naquele porto de mar do sul de Inglaterra, ponto de partida destes contingentes da Segunda Cruzada³⁵. O narrador descreve com grande detalhe todas as convenções a que estariam sujeitos os homens daquelas forças cruzadas, desde a identificação dos comandantes dos esquadrões em que se dividiram os cerca de cento e sessenta e quatro navios e treze mil homens, até às obrigações semanais dos clérigos e dos leigos, aos juízes eleitos por cada mil homens. Após uma viagem atribulada, os navios cruzados chegam às costas da Península Ibérica e R. enuncia todos os locais mais significativos por onde passam, fazendo referência aos templos e ao santuário de Santiago de Compostela, para além de outras localidades. Descreve com grande pormenor a costa portuguesa desde o rio Minho até à cidade do Porto, que estaria, segundo as suas informações, em mãos cristãs há pelo menos oitenta anos. Ora, sabemos que o Porto foi definitivamente tomado em 868, pelo que não é fácil percebermos a contabilidade do cruzado.

Quando chegam ao Porto, estão à sua espera o bispo D. Pedro Pitões, e o clero da cidade. Afonso Henriques havia partido mais cedo para Sul, para continuar a sua luta contra os inimigos da cruz, os muçulmanos. Deixara ao bispo a tarefa de convencer os cruzados a participarem no cerco e na tomada da cidade de Lisboa que já se vinha a preparar há algum tempo³⁶. Endereçara-lhe uma carta, onde apresentava os

³⁴ O seu autor terá permanecido em Lisboa, pelo menos durante o Inverno de 1147-48, com todo o seu contingente. Terá sido durante esse período que reuniu condições para passar à escrita as anotações que eventualmente fizera, apontado os episódios que retivera na memória, consultado os documentos oficiais que transcreve. Cf. Ruy de Azevedo, "A carta ou memória do cruzado inglês R. para Osberto...", *Revista Portuguesa de História*, 1957, vol.7, pp.343-370.

³⁵ Ali encontraram-se com o contingente alemão e os contingentes da Flandres. Partiram a 23 de Maio de 1147.

³⁶ Afonso Henriques havia preparado com algum cuidado esta sua nova acção contra Lisboa. Santarém já havia sido tomada, condição necessária para Lisboa ficar isolada e não receber apoios por terra. O auxílio dos cruzados já estaria programado desde os seus contactos com Bernardo de Claraval, a quem endereçou uma carta a solicitar-lhe o seu apoio para esta nova tentativa. José Mattoso na linha de investigação de Livermore e de Phillips, admite a intervenção directa de S. Bernardo de Claraval na preparação da conquista de Lisboa. A resposta ao pedido de auxílio enviado pelo monarca português foi a vinda dos cruzados. A carta enviada a Osberto de Bawsey seria para lhe dar conta desta empresa que em nada se afastava do espírito da expedição. Isso explicaria o facto de o bispo do Porto e do rei de Portugal já esperarem estas frotas. Bernardo de Claraval teria no contingente flamengo o seu delegado, o próprio Cristiano de Gistelles. Este facto ajuda a explicar a ausência de referências a S. Bernardo, a

procedimentos a tomar relativamente ao acordo que pretendia firmado com as hostes cruzadas. Dado o adiantado da hora, ficou para o dia seguinte o sermão que o bispo do Porto lhes reservou de modo a convencê-los a participarem na luta peninsular contra os infiéis, tão digna como aquela em que iriam participar no Oriente, libertando Edessa³⁷. Este sermão ocupa cerca de trezentas e vinte e duas linhas deste texto (na versão em português de Aires Nascimento) e constitui um dos pontos-chave desta narrativa. Trata-se de uma peça oratória³⁸ transcrita na íntegra e apresentada aos cruzados em latim, mas com tradução simultânea para as línguas de origem de cada contingente. A análise do teor deste sermão será feita mais adiante, quando nos debruçarmos sobre a teorização da guerra.

Terminado o sermão, foi celebrada uma missa e os cruzados prepararam-se para partir para Lisboa, onde se iriam encontrar com o próprio rei de Portugal. Esperaram apenas pela frota de Cristiano, duque da Flandres, e do conde Aerschot e pelo arcebispo de Braga, D. João Peculiar. A viagem prosseguiu e o relato também. O cruzado continuou a descrever a costa portuguesa, os castelos, os rios por onde passavam. As informações que vemos o narrador manusear acerca da geografia, da história e das lendas de cada local, pode tê-las obtido de diversas maneiras. Ou lhe foram transmitidas oralmente pelos bispos portugueses que, desde o Porto, acompanharam as frotas cruzadas até Lisboa, e que permanecerem junto dos cruzados durante os meses do cerco. Ou teve acesso à obra de Solino que cita, tal como cita a Bíblia, e talvez tenha conhecido a obra de *Idrisi, Geografias*, uma vez que encontramos muita coincidência entre as descrições que faz de Lisboa e do seu termo e as passagens desse geógrafo muçulmano, como mais adiante teremos oportunidade de demonstrar. Não podemos deixar de aceitar que tal conhecimento também lhe poderia ter chegado por via oral³⁹.

Formou-se um temporal na zona da serra de Sintra que os acompanhou até à entrada do Tejo. Aí assistiram a um prodígio, a nuvem branca, que os acompanhava,

fonte foi redigida por um anglo-normando, e também explica o aparente desconhecimento dos restantes cruzados, que necessitaram de tempo para reflectirem e decidirem sobre a sua participação na conquista de Lisboa. Cf. José Mattoso, D. Afonso Henriques, Lisboa, C. Leitores, 2006, pp.168-174.

³⁷ Delineou conjuntamente com D. Pedro Pitões e com D. João Peculiar uma estratégia para convencer os cruzados a participarem nesta sua acção militar, que passou por recebê-los bem e acenar-lhes com argumentos materiais e espirituais.

³⁸ Aires Nascimento, Op. cit., p.159, nota 37.

³⁹ Aliás, Charles David afirma que o autor domina de forma rudimentar Solino e a Bíblia. Ruy de Azevedo fala-nos da possibilidade desta informação lhe ter chegado por via oral, através dos bispos portugueses.

desde as suas terras no Norte da Europa, venceu as nuvens negras, aqui apresentadas simbolicamente como o inimigo. O bem venceu o mal, Deus estava do seu lado. O relato está repleto de sinais divinos, de milagres que conferem à acção destes homens uma dimensão sagrada que não se pretende esquecer. Haveremos de debruçar-nos sobre eles, mais adiante.

Chegados a Lisboa, o cruzado menciona a localização da urbe no cimo do Monte Ártabro e refere Ulisses como a origem do nome da cidade, de acordo com os autores clássicos⁴⁰. Valoriza a qualidade dos campos agrícolas em redor, a riqueza do Tejo em peixe, âmbar e ouro. Sabia que a cidade tinha banhos quentes, pois desde a época romana eram conhecidas termas medicinais. E fala-nos da numerosa população, de cento e cinquenta e quatro mil homens, talvez exagerada, mas que corresponderia aos habitantes de Lisboa e de todos os locais em redor, que tinham caído em mãos cristãs, e que ali haviam procurado refúgio, após a tomada de Santarém. Alguns cruzados montaram acampamento (Harvey de Glanville e Saério de Archelles) numa elevação virada para um dos arrabaldes da cidade. Deram-se os primeiros confrontos entre sitiantes e sitiados e pairava no pensamento de alguns a primeira tentativa gorada de conquista conjunta desta cidade, no início da década.

Outro ponto-chave da narrativa é o discurso do rei, Afonso Henriques, aos cruzados, quando lhes apresentou a sua proposta de colaboração. Prometeu-lhes o saque mas sublinhou que o móbil da conquista era sobretudo o carácter meritório da acção, a luta contra o infiel e o serviço a Deus. O rei afirmou-lhes que mais do que aquilo que lhes poderia prometer, seria a sua consciência piedosa que os convenceria a participarem em tal empresa. E prometeu firmar com eles um pacto que seria respeitado, uma vez aceite. Os cruzados reuniram-se para analisarem em conjunto a proposta enunciada pelo rei. Alguns, como Guilherme Vítulo, seu irmão Radulfo e homens de Southampton e Bristol, receberam esta proposta como uma injúria, pois partiram do princípio que o rei não iria cumpri-la tal como acontecera antes e, por outro lado, atraía-os a pirataria que poderiam praticar nas costas hispânicas. Não estavam interessados em perder tempo nem em suportar o esforço do cerco. Alguns destes homens haviam participado na primeira tentativa de conquista da cidade, cerca de cinco anos antes. Assim se explica esta desconfiança e este desinteresse.

⁴⁰ Solino, de acordo com Aires Nascimento. Cf. Aires Nascimento, Op. cit., nota 87, p.163.

O discurso conciliador de Harvey de Glanville, apresentado pelo narrador como um homem fundamental para a manutenção da coesão do grupo cruzado, marca outro ponto-chave desta narrativa. Não nos podemos esquecer que a imagem francamente positiva desta personalidade terá a ver com a proximidade que existia entre ela e o narrador, ambos do mesmo contingente anglo-normando e que, ao longo de toda a acção, partilham os mesmos espaços e, inevitavelmente, os mesmos pontos de vista. Esse discurso é uma exortação à guerra santa, à guerra contra o inimigo que tanto está aqui, em frente a eles, como na Palestina. O discurso proferido criou uma comoção colectiva e atingiu os objectivos do orador. Afonso Henriques firmou um pacto com os cruzados, prometeu-lhes os bens da cidade conquistada. A cidade e os cativos seriam para o rei. Muitas das testemunhas de tal acto são identificadas pelo narrador. A documentação da época prova sua existência e clarifica as funções ou cargos de cada uma delas⁴¹. O que ressalta deste pacto é o juramento que o rei fez relativamente a um eventual abandono do cerco. Só razões maiores, como uma enfermidade ou um ataque inimigo ao seu território, o fariam afastar-se. Caso isso não se verificasse, ele e a sua hoste ali permaneceriam até à rendição da cidade.

Houve lugar a conversações entre cristãos e muçulmanos antes do início do cerco e as delegações de ambos os lados do conflito reuniram-se sobre as muralhas da cidade, durante um período determinado de tréguas. O local escolhido para parlamentarem poderá parecer estranho, mas era aquele que permitia que ambos os lados do conflito pudessem observar os seus, de modo a garantir uma certa segurança aos envolvidos. O arcebispo de Braga, João Peculiar, deu lugar ao primeiro discurso. Um discurso muito importante, repleto de significados que remetem para a ideologia da reconquista cristã. Mais adiante analisaremos o seu conteúdo à luz dessa ideologia, que tão bem expressa. A delegação muçulmana era composta pelo alcaide e alguns anciãos, personalidades de destaque da sociedade muçulmana de Lisboa. Um dos velhos muçulmanos respondeu ao discurso proferido por Peculiar, gabando-lhe o domínio do verbo mas indicando com crueza o objectivo do mesmo: tomar a cidade. Referiu que por variadas vezes os cristãos haviam tentado tomar a cidade, movidos por um único sentimento, a ambição. E justificavam os seus actos porque designavam por virtudes aquilo que para o muçulmano era considerado um vício. Deixou nas mãos de Deus o

⁴¹ Aires Nascimento, *Op. cit.*, nota 108, p.165.

futuro da cidade, pois sabia que nenhuma muralha era inexpugnável perante a sua vontade. O bispo do Porto rematou a conversação de forma altiva e respondeu à altura das palavras do velho muçulmano. Acabou por reconhecer a impossibilidade de entendimento entre as partes envolvidas nesta contenda. Estas conversações constituem outro momento fundamental da narrativa, pois ficam aqui bem espelhadas as duas perspectivas deste confronto: a cristã e a muçulmana.

Os cristãos desiludem-se quanto à tomada pacífica da cidade, ou seja, à entrega da urbe pelos muçulmanos e ao reconhecimento das razões por eles evocadas para retomarem aquilo que em tempos já fora seu. Iniciaram o cerco. Os vários contingentes tomaram posições e os cruzados começaram a provocar os muçulmanos e a tentar penetrar nas parcas e sinuosas aberturas dos arrabaldes que formavam uma cintura em torno da muralha, o que dificultava enormemente o acesso por parte dos sitiados. Após estas escaramuças que não resultaram em nada, ficou decidido atacar a cidade no dia seguinte, em conjunto e por todos os lados. Mas, muitos cruzados já haviam abandonado os navios e se envolviam com o inimigo pelas ruelas da urbe. As dificuldades de comunicação e de coordenação que se verificavam entre os grupos envolvidos no cerco a uma cidade estão bem patentes nesta parte do texto. Saério de Arshelle, o comandante do contingente anglo-normando, percebeu que não poderia adiar o ataque por mais uma noite, sob pena de sofrer prejuízos de monta nos seus contingentes, e optou pelo ataque conjunto das forças cruzadas, naquele preciso momento. É apresentado pelo narrador como um dos “seus”, pertence ao seu contingente, e aparece aqui a tomar a decisão acertada e a ser capaz de fazer uma leitura pragmática da situação. Os cristãos iam sendo abençoados pelo bispo do Porto à medida que saíam dos seus acampamentos e se dirigiam para o combate. Esta luta tinha a aprovação de Deus, era este o sentido e o objectivo de tal acção, de modo a motivar ainda mais os cruzados para esta conquista. Por entre ruas estreitas, os cruzados lutavam contra os habitantes do arrabalde e saqueavam o que encontravam. Morreram muitos muçulmanos, mas outros conseguiram fugir porque alguns cruzados se distraíram com o saque. O narrador faz aqui um primeiro reparo negativo relativo à conduta de alguns dos cruzados. Um arrabalde da cidade foi tomado, segundo o cronista, com o auxílio divino, pois menos de três mil homens conseguiram vencer quinze mil famílias. Estes números surgem aos nossos olhos como exagerados, mas

como poderia o cruzado sublinhar e justificar o milagre que foi tomar o arrabalde e montar cerco à cidade propriamente dita, se não agigantasse o inimigo e provasse dessa forma que os homens que serviam Deus estavam por Ele protegidos e eram por Ele ajudados? Este arrabalde foi vigiado durante toda a noite pelos cavaleiros de Saério.

O contingente anglo-normando, de que faz parte o nosso narrador, foi o responsável pelo fechar do cerco à cidade. Acamparam debaixo do arrabalde, junto das muralhas e todos os outros, segundo as suas palavras, invejaram-lhes o êxito. Outro momento na narrativa da valorização da acção dos “seus”. Os muçulmanos encerraram-se dentro das muralhas da cidade e os ingleses e normandos organizaram-se em grupos de quinhentos homens que se iam revezando, vigiando continuamente as muralhas, dia e noite. No Tejo, posicionaram-se oito batéis e gente armada. A narrativa dá-nos a perspectiva do cerco pela visão dos cruzados normandos e ingleses, os “nossos”, segundo o autor do texto. É como se o leitor estivesse junto dele, a observar todos os movimentos do seu contingente, dos outros cruzados, dos portugueses, dos inimigos, ali ao seu lado, a partilhar a sua visão. Já em outros momentos, sentimos esta aproximação relativamente àquilo que nos é relatado. Mas, à medida que nos envolvemos na narrativa, acabamos por estar a presenciar estes momentos mais decisivos e mais empolgantes de toda a história que nos é contada na primeira pessoa.

No arrabalde, os cruzados encontraram silos repletos de cereais (trigo, cevada e milho) e legumes que serviriam para abastecer a cidade. Enquanto mantinham a vigília às muralhas, e viam muçulmanos a provocá-los pelas três portas que do acampamento inglês podiam observar⁴², eram inundados de impropérios e insultos, dirigidos a eles, às suas famílias, a Cristo e à mãe de Cristo. Os muçulmanos cuspiam e urinavam sobre a cruz, simulavam usá-la para limpar as partes traseiras do corpo. Para os cruzados, toda esta situação levava-os a recordar Cristo na cruz e todo o sofrimento e blasfémias que sofreu. Avivava-lhes a vontade de lutar contra os inimigos de Cristo. Estes mereciam um castigo pela sua obstinação. Este momento do texto funciona como um argumento a favor da acção militar que está a ser desencadeada pelos cristãos. Uma luta que se fazia pela cruz de Cristo, pela sua honra, pelos valores do cristianismo. O

⁴² Seriam elas a porta da Alfofa, a porta férrea e a porta do mar.

inimigo é visto como aquele que era capaz de revelar um comportamento indigno e odioso e Deus determinou para aquela obstinação um castigo aos inimigos da cruz, através de homens de pouco valor. Foi assim que o cruzado, escrevendo *a posteriori*, atribuiu um sentido ao que iria acontecer àqueles que proferiam tais blasfémias.

Os cruzados, durante o período em que decorreu o cerco, construíram duas igrejas para sepultarem os companheiros caídos em combate. A oriente foi erguida uma igreja pelos colonienses e flamengos (S. Vicente de Fora), a ocidente, pelos ingleses e normandos (Santa Maria dos Mártires). Entretanto, procederam à construção de máquinas de guerra: um suíno⁴³, um aríete e duas torres móveis.

Outro momento-chave desta narrativa é a descrição do milagre do pão bento (que posteriormente será substituído, na celebração litúrgica, pela hóstia), concedido aos cruzados antes dos combates, e que num domingo após a missa, no acampamento flamengo, o sacerdote deparou-se com o facto do pão bento sangrar como se de carne se tratasse e assim se manteve por muitos dias, após a tomada da cidade. Os milagres pontuam a narrativa, apresentados como um sinal divino, uma mensagem que Deus envia aos “seus” acerca da sua conduta. Este milagre que nos surge neste momento da narrativa tem implícito um tom reprovador relativo à actuação de alguns cruzados e das suas verdadeiras motivações. Neste caso, apercebemo-nos que este acontecimento está conotado com o contingente flamengo, pois surgiu no seu acampamento. Mais a adiante analisaremos o significado e a relevância destes testemunhos da presença de Deus ao longo da narração.

Entretanto, as máquinas de guerra foram levadas até às muralhas, mas os ataques das balistas e o fogo lançado pelos sitiados destruíram tudo, excepto o aríete que os cruzados conseguiram fazer recuar a tempo. Os sitiantes perderam algum ânimo mas, ao fim de seis semanas cercada, a população da cidade começava a acusar fome e cansaço. Os colonienses tentaram por cinco vezes, em vão, abrir túneis para derrubarem a muralha.

A destruição das máquinas e os fracassos das tentativas de minagem das muralhas contribuíram para a desmotivação geral dos cruzados. Mas, de novo, surgiu um facto que alterou o rumo dos acontecimentos. Dez mouros de Lisboa tentaram alcançar o castelo de Palmela, numa canoa. Foram perseguidos, abandonaram a embarcação e,

⁴³ Era uma manta de guerra que servia para proteger os atacantes que se aproximavam das muralhas, segundo Aires Nascimento. Cf. Aires Nascimento, Op. cit., nota 133, p.168.

dentro dela, os cruzados depararam-se com um conjunto de cartas em árabe. O autor consegue transcrever o teor de uma delas, dirigida ao rei de Évora, *Abu Moamede*⁴⁴, com o auxílio de um intérprete. Tratava-se de um pedido de ajuda dos habitantes de Lisboa ao rei muçulmano de Évora. As outras missivas encaminhavam o mesmo pedido a familiares e amigos. O desespero espelhado nestas cartas deu novo alento às forças cristãs. Os cercos são sempre alimentados por um jogo psicológico de avanços e de recuos, de parte a parte. Neste caso, quem estava a vencer era o lado cristão, perante o fraquejar dos muçulmanos lisboetas, que já acusavam desgaste psicológico devido ao cansaço, à fome e à sede. O cerco já durava há quase dois meses.

Dias depois, foi encontrado um cadáver no Tejo, com uma carta de Évora aos habitantes de Lisboa. Também ela é transcrita na íntegra pelo narrador e dá conta das razões invocadas pelo rei daquela cidade para não responder ao pedido de auxílio dos muçulmanos de Lisboa. Havia feito um pacto com o rei de Portugal que o obrigava a tréguas com o exército português. Não se conhece qualquer documento que ateste este pacto, mas não era inédito Afonso Henriques recorrer a este tipo de expediente para tirar proveito das rivalidades existentes entre os chefes das praças muçulmanas. Aliás, as tréguas entre cristãos e muçulmanos eram frequentes em Portugal, Aragão e Castela. A população muçulmana da cidade de Lisboa sentia-se cada vez mais isolada e a fome agravava as suas condições de sobrevivência. Os mais pobres e desesperados fugiam discretamente para o lado cristão, aumentando o ânimo dos sitiados.

Esta situação pode provar a pouca relevância que Lisboa tinha para a defesa territorial do *Gharb al-Andalus*, pois o rei de Évora considerou mais importante respeitar um acordo com o inimigo do que atender à solidariedade que deveria existir entre irmãos da mesma fé. Já na perspectiva do mundo cristão, a tomada de Lisboa era determinante para a afirmação do poder político cristão pois permitia-lhe o controlo da linha do Tejo e dos territórios de Santarém até ao mar. Uma cidade periférica para o mundo muçulmano que possuía uma valência estratégica fundamental para o avanço cristão para sul.

O cruzado dá-nos conta que o rei de Portugal dispensou a sua hoste, ficando apenas cavaleiros e oficiais da sua casa e o próprio bispo do Porto, que se manteve com os cruzados até à rendição da cidade. Esta situação prendia-se provavelmente

⁴⁴ Herculano identifica como *Wali* ou *Kayid*. Cf. Aires Nascimento, Op. cit., nota 138, p.169.

com o termo do tempo a que a hoste estava obrigada a permanecer junto do rei, prestando-lhe serviço militar. Sabemos, contudo, que o rei e as suas gentes voltam a juntar-se aos cruzados, como nos é referido mais à frente, na narrativa. Mas, o autor nada nos explica acerca disso nem faz alusão ao momento em que tal sucede. Estamos talvez perante uma crítica velada à actuação dos portugueses que acompanharam e participaram nas manobras do cerco mas sem a dedicação que o cruzado entendia como razoável para uma força de um reino que pretendia alargar os seus territórios e lutar contra os infiéis.

Uns dias depois, alguns cruzados foram pescar para a zona de Almada e acabaram por ser atacados por muçulmanos. Uns foram mortos, outros feitos cativos. Como retaliação, os cruzados resolveram atacar Almada. À última da hora, colonienses e flamengos não se dispuseram a integrar o grupo que entretanto se constituía. Normandos e ingleses, comandados por Saério de Archelle, dizimaram cerca de quinhentos mouros, capturaram duzentos cativos e trouxeram mais de oitenta cabeças. Perderam apenas um cristão neste recontro. Tal acontecimento foi motivo de grande alegria e redobrou o ânimo nas hostes cristãs. A população muçulmana reclamou as cabeças cortadas dos habitantes de Almada, recebendo-as com grande emoção. Diz o narrador que a partir desse momento os cruzados passaram a ser vistos com grande terror pelos habitantes da Lisboa muçulmana. A violência a que recorriam para conseguirem os seus objectivos estava à vista de todos. Os muçulmanos não iriam esquecer tal facto quando negociassem a sua rendição, como adiante se verá. Para os colonienses, flamengos e portugueses tal acontecimento constituiu um motivo de honra e de bravura, apesar de não terem participado neste episódio.

Os cruzados cavaram um fosso subterrâneo, entre a torre e a Porta de Ferro, para derrubarem a muralha. Levantaram duas balistas, uma junto ao rio, outra junto à Porta de Ferro. Em dez horas, o cruzado estimou que foram lançadas mais de cinco mil pedras. Normandos e ingleses construíram nova torre, medindo vinte e cinco metros de altura, e a expensas do rei de Portugal⁴⁵, facto que o texto omite. Os colonienses e os flamengos cavaram novo fosso subterrâneo, na zona da muralha onde, por cima, se erguia o castelo. Concluíram-na em menos de um mês e tal facto foi alvo de elogios por parte do narrador.

⁴⁵ Curiosamente são outras fontes que nos afirmam que Afonso Henriques assegurou os custos da construção da torre. O cruzado inglês omite tal facto. Cf. Aires Nascimento, Op. cit., nota 149, p.170.

Os cruzados entretinham-se a ver como os habitantes famintos da cidade se comportavam relativamente aos restos de comida por eles abandonados e até chegavam a criar situações em que os muçulmanos, atraídos pelo isco deliberadamente deixado, acabavam capturados pelos cristãos. Tudo isto era motivo de galhofa e de riso para os sitiados, prova de que estavam a dominar a situação e que a tomada da cidade era uma questão de dias.

Parte da muralha foi minada e, atafalhada de lenha a arder, acabou por ruir. Terá sido na zona de Alfama, perto da Porta do Sol. A carta do cruzado Duodequino afirma que o estrondo da derrocada acordou os cristãos, o que leva a crer que não terá acontecido no momento previsto⁴⁶. Os mouros correram a tapar a brecha na muralha e os colonienses e flamengos precipitaram-se para entrar, mas o declive do terreno e o tapume em madeira levantado pelos mouros impediram-nos de concretizarem o seu objectivo. Não conseguindo entrar, os cruzados lançaram setas de modo a inviabilizar qualquer tipo de acção dos mouros junto à muralha. Segundo Duodequino, também foram utilizadas balistas⁴⁷. O nosso narrador refere a retirada dos atacantes. Mas, entretanto chegaram os normandos e os ingleses que vinham armados para renderem colonienses e flamengos. Arnulfo complementa, com alguns pormenores, esta narrativa. Afirma que a rendição se fazia porque havia cristãos feridos e refere-se à postura pouco dignificante da hoste do rei de Portugal, que lutava sem valentia no alto da torre, e que praticamente a deixaria incendiar-se não fosse a acção de alguns cruzados que o acompanhavam. Aires Nascimento encontra na omissão destes factos por parte do autor da fonte em estudo uma vontade expressa em não melindrar a imagem dos portugueses e do seu rei⁴⁸, pois aqui não encontramos coincidência entre os relatos. Os comandantes colonienses e flamengos impediram os cruzados normandos e ingleses de se aproveitarem do trabalho realizado pelo seu contingente, ordenando-lhes que procurassem entrar na cidade por outro lado, uma vez que aquela brecha fora conseguida por eles. A rivalidade entre os contingentes cruzados emerge pontualmente ao longo do texto, como é patente neste apontamento.

⁴⁶Idem, Op. cit., nota 153, p.170.

⁴⁷Idem, Op. cit., nota 156, p.170.

⁴⁸Idem, Op. cit., Nota 158, p.171.

No domingo, realizou-se uma missa que antecedeu o assalto final à cidade. Um sacerdote⁴⁹ pregou um sermão extenso, deixando os cruzados numa comoção total. A sua função era a congregação de forças e o objectivo fora claramente atingido, uma vez que une os cruzados num sentimento único que os catapulta para uma acção em equipa. Trata-se de outro momento-chave desta narrativa e que o autor procurou transcrever com rigor. O seu conteúdo também será objecto de análise mais adiante.

No dia seguinte, a máquina de guerra que entretanto fora construída pelos ingleses e normandos (os “nossos” segundo o cruzado) foi colocada a postos junto da torre da cidade, em frente ao rio. Essa máquina foi sendo manobrada de modo a deixar desguarnecidas as tropas muçulmanas no cimo da torre. Durante a noite, com a preia-mar, a máquina ficou isolada e foi atacada pelos mouros, uns em cima das muralhas lançando pedras e materiais incendiários, outros saíram mesmo pela porta da cidade e atacaram directamente os cristãos. Mas, defendendo heroicamente a sua máquina, os cruzados conseguiram uma vitória sobre os mouros. Na manhã seguinte, nova maré volta a isolar a máquina e os mouros aproveitaram para, de novo, atacar. Neste recontro, o cruzado dá-nos conta da morte do comandante das galés do rei. E viveram-se algumas dificuldades por parte dos sitiados. Os franceses fugiram, revelando uma postura vergonhosa e pouco digna, segundo o cruzado narrador. Outra crítica à postura de alguns cruzados, que não revelava a valentia e a entrega total a uma luta em nome de Cristo. Que em vez de darem a sua vida por essa luta, viraram costas, e fugiram cobardemente. O cruzado, com este tipo de considerações e juízos de valor relativamente à acção dos outros contingentes cruzados, revela-nos o seu quadro de valores ético-morais, bastante diferente dos outros. Quem defendeu a máquina dois dias e uma noite, suportando os ataques inimigos e mantendo uma vigília continuada, foram os normandos e ingleses e outros cruzados que a eles se haviam juntado. A máquina, muito próxima da muralha, permitiu lançar uma ponte, o que deixou a população sitiada em pânico, a suplicar tréguas até ao dia seguinte. Foi o contingente do cruzado narrador que salvou esta situação e até conseguiu o mérito de levar os sitiados à rendição.

⁴⁹ Armando de Sousa Pereira coloca a hipótese deste sacerdote poder ser o próprio narrador. Cf. *As representações da guerra no Portugal da reconquista (sécs. XI-XIII)*, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 2003, p.113.

A ocupação da cidade constitui outro momento fundamental nesta narrativa. Fernão Cativo, alferes-mor português, interveio nas negociações, em conjunto com Harvey de Glanville. Concederam tréguas, por uma noite e receberam cinco reféns que foram confiados ao rei de Portugal. Tal facto foi motivo de discórdia entre os cruzados, pois muitos entendiam que os reféns deveriam ser-lhes entregues, temendo uma traição por parte do rei. Este receio fundamentava-se em anteriores ressentimentos dos cruzados relativamente a Afonso Henriques, mas nada se sabe sobre esse passado. Certo é que temiam que o rei não cumprisse o pacto estabelecido. Na fonte de Silves, também encontramos este tipo de receio por parte dos cruzados relativamente à possibilidade de o rei não cumprir a oferta em dinheiro que lhes fez para que abdicassem do saque da cidade. O que ressalta das duas fontes é uma desconfiança generalizada relativa às promessas que os monarcas poderiam não cumprir. No entanto, a fonte relativa a Lisboa não se alonga em explicações, apenas aponta os receios manifestados por um grupo de cruzados que saiu mal visto deste episódio. Contrariamente, a fonte sobre Silves toma o partido dos cruzados, no diferendo entre estes e o rei dos portugueses.

As negociações entre cristãos e muçulmanos foram retomadas na manhã seguinte. Os mouros acabaram por concordar com a proposta de entregarem a cidade ao rei e o ouro e outros bens móveis aos cruzados. Quando estavam reunidos, em assembleia, debatendo as condições de rendição da cidade, alguns cruzados colonienses e flamengos participaram numa conspiração levada a cabo por um sacerdote de Bristol, homem sacrílego, de costumes muito reprováveis, nas palavras do narrador. O autor, também cruzado, emite aqui juízos de valor relativamente ao comportamento deste tipo de cruzados, e enfatiza a ideia de que estes comportamentos indignos acabam por desmerecer o valor e acção daqueles que são genuinamente bons. Nas cruzadas participavam homens movidos por diferentes razões, todas elas sob a capa da peregrinação e libertação dos lugares sagrados. Aqui, na fonte de Lisboa, o narrador apresenta-nos de forma muito inequívoca a postura de alguns cruzados, muito reprovável e condenável aos olhos dos valores religiosos que esta empresa pressupunha.

Alguns dos cruzados revoltosos elevaram a sua ira contra Harvey de Glanville, recriminando o facto de este ter concedido os reféns ao cuidado do rei e de deixá-los,

muitos deles, de fora das divisões dos dinheiros da cidade. Os reféns afirmaram manter a sua palavra junto do rei e dos seus, mas nada quiseram com os cruzados que apelidaram de corruptos, desleais e sem piedade para com os seus. Esta denúncia deixou os cruzados cheios de vergonha. Voltamos a encontrar manifesto no texto o receio e a desconfiança da população muçulmana relativamente aos cruzados. Tomavam-nos por cristãos gananciosos e impiedosos. O monarca e o conselho voltaram a reunir-se: concederam a liberdade e a posse de todos os seus bens ao alcaide e ao seu genro, enquanto todos os restantes habitantes da cidade ficariam apenas com o que tinham para comer. Se não aceitassem estas condições, então a rendição resolver-se-ia pela força das armas. Os normandos e os ingleses, aqueles para quem a guerra e o cerco tinham sido particularmente difíceis pelo empenho despendido, concordaram; colónienses e flamengos, com “inata cupidez”⁵⁰, não aceitavam deixar alguma coisa aos inimigos. Mas, acabaram por conceder que o alcaide ficasse na posse de todos os seus haveres, excepto uma égua árabe que possuía e era muito cobiçada pelo conde Aerschot, comandante das forças flamengas. Na opinião do redactor, o contingente inglês e normando suportou com grande indignação aquela determinação. Mantinham-se as posições e as opiniões dos reféns, do rei e do seu conselho e dos cruzados ambiciosos.

No dia seguinte, decidiram tomar a cidade pela força das armas e colónienses e flamengos mostraram-se indignados pelo facto de o rei ter revelado uma certa benevolência para com os reféns. Decidiram roubá-los e vingarem-se neles. O motim foi travado a custo pelos comandantes, o duque da Flandres, Cristiano de Gistelles, e o conde de Aerschot que, junto do rei, juraram nada terem a ver com aquele levantamento. Afonso Henriques acabou por revelar o seu total desprezo por homens corruptos, dispostos a tudo e mandou os seus deporem armas, adiando o assalto para o dia seguinte. De novo, temos aqui um juízo depreciativo relativamente à conduta e às intenções de alguns cruzados. O próprio rei de Portugal repudiou tal atitude. Todos os comandantes dos contingentes cruzados juraram, por si e pelos seus, fidelidade ao rei enquanto estivessem na sua terra. Aceitaram as exigências que os mouros haviam formulado relativamente à rendição da cidade. Combinaram a entrada conjunta, antes dos restantes cristãos, de um contingente de cento e quarenta normandos e ingleses e

⁵⁰ Aqui temos uma opinião muito desfavorável e parcial assumida pelo redactor, que não se revê nestes comportamentos nem os classifica de dignos de cristãos.

cento e sessenta flamengos e colonieneses para ocuparem pacificamente a fortaleza do castelo superior, onde os inimigos iriam deixar o dinheiro e os seus bens. Posteriormente, a cidade seria inspeccionada e todo o muçulmano que fosse encontrado com mais do que fora combinado, pagaria com a própria vida. Por fim, os habitantes, depois de espoliados, seriam mandados em paz para fora da cidade.

A entrada na cidade fez-se no dia seguinte, a vinte e cinco de Outubro de 1147. À frente, iam o arcebispo e os outros bispos, seguidos pelos comandantes dos contingentes cruzados, pelo rei e todos os eleitos para participarem neste momento tão importante para a Cristandade. Esta cerimónia, acompanhada pelos cânticos que entoavam, tinha uma função purificadora do espaço em que penetravam. O rei deu a volta a pé pelas muralhas do castelo. A cidade estava apropriada e o espaço consagrado.

Os colonienses e flamengos, montando um ardiloso estratagema, pediram para serem os primeiros a entrarem, levando mais homens do que fora estabelecido na véspera. Nova crítica ao seu comportamento por parte de quem narra os acontecimentos. Voltaram a revelar o seu carácter, desrespeitando todas os acordos previamente firmados. Saquearam, arrombaram portas, destruíram, violaram e roubaram tudo aquilo que devia ser objecto de partilha entre todos os cruzados. Violaram “o direito divino e humano”, segundo o narrador, ao injuriarem os habitantes da cidade, ao matarem o bispo moçárabe e ao prenderem o alcaide, a quem roubaram todos os haveres da sua casa, bem como a cobiçada égua. O próprio conde Aerschot tomou-a pelas suas mãos e, mesmo intimado pelo rei a entregar o animal, resistiu com tal obstinação que foi o próprio alcaide a dizer que não queria de novo uma égua que urinava sangue e perdera o potro que gerava.

Os normandos e os ingleses são aqui apresentados como homens de palavra, respeitadores, em contraponto aos colonieneses e flamengos, constantemente denegridos pelas suas atitudes e palavras. Era o contingente ao qual o cruzado narrador pertencia, daí que naturalmente se encontre, ao longo de toda a narrativa, uma caracterização sempre positiva da acção destes cruzados anglo-normandos. O autor nunca perde a oportunidade de valorizar a participação dos seus, os quais, continua ele, se mantiveram nos seus lugares, de mãos limpas relativamente a roubos ou violação de princípios acordados. Por seu lado, colonienses e flamengos rogaram-

lhes que fizessem a partilha e no final se veria tudo aquilo que fora tomado indevidamente. Estamos perante uma atitude de reconhecimento do erro mas fortemente reprovada. O cruzado R. descreve todos os episódios sem se coibir de emitir a sua opinião ou formular juízos de valor sobre eles.

Os muçulmanos começaram a abandonar a cidade num sábado e, numa fila contínua, os últimos habitantes apenas saíram na quarta-feira seguinte. Voltam os números exagerados relativos à dimensão da população de Lisboa. A cidade que se conquista com um punhado de homens é uma cidade defendida por uma multidão surpreendentemente exagerada, para se acentuar o feito que se narra e que se quer exaltar. De qualquer maneira, como já atrás dissemos, desde a conquista de Santarém que Lisboa estaria sobrelotada.

De seguida, verifica-se outro milagre, o segundo que o cruzado nos dá conta nesta narrativa, provando que a intervenção divina se faz de diversas formas: os alimentos que a cidade possuía e que se encontravam em processo de deterioração há mais de quinze dias, apresentavam-se agora bons e agradáveis, como se de uma recompensa se tratasse. Os cristãos também encontraram a cidade cheia de cereais e azeite. Deus expressava a sua vontade de muitas e variadas maneiras, dando a conhecer aos cristãos que estava do seu lado, que lhes reconhecia o esforço e a piedade da acção, que os ajudava com este milagre, colocando à sua disposição alimentos num momento tão crucial para a consolidação da tomada cristã da cidade.

Chegados ao templo muçulmano, a mesquita, o cruzado descreve-a como tendo sete ordens de colunas e abóbadas. Nela jaziam duzentos cadáveres e oitocentos doentes ali procuraram abrigo, no meio de imundice e fealdade. A descrição que faz do templo do inimigo está de acordo com a imagem que o autor nos foi construindo do muçulmano e da sua religião, contrária aos preceitos cristãos. O muçulmano e o islamismo são considerados de forma depreciativa. Mas, apesar de encontrarmos nas suas palavras uma crítica à religião islâmica e aos seus costumes, depreendemos que se espanta pela grandiosidade arquitectónica do templo, com sete ordens de colunas. Há sempre um misto de reprovação e de deslumbramento pela realidade do outro, quer seja a religião, a forma de viver, os edifícios, as cidades.

A cidade foi tomada dezassete semanas após o cerco. Com ela, caem Sintra e Palmela e as fortalezas das redondezas que dependiam económica e militarmente de

Lisboa. O nome dos francos, que aqui significa, homem do Norte da Europa, ou cruzado, ecoou por toda a Península Ibérica e um sentimento de terror abateu-se sobre o muçulmano quando conheceu o desfecho glorioso desta empresa. Ficamos a saber que no *al-Andalus* não se temia tanto o cristão peninsular mas particularmente o cruzado. O autor da fonte, também ele cruzado, dá um enfoque especial a esta questão, o que não deixa de ser curioso, pois veicula a fama do comportamento excessivo dos cruzados, junto das populações muçulmanas. O cruzado narrador dá-nos conta de um sentimento que se vivia do lado muçulmano pois tanto em Lisboa, como em Silves, os muçulmanos expressaram o desejo de negociar a rendição das cidades com os portugueses, rejeitando a possibilidade de o fazerem com os comandantes cruzados. Receavam a sua atitude, a sua ferocidade, a sua violência. O cruzado nunca via a tomada de uma cidade como a conquista de um espaço económico, habitado, que o rei cristão pretendia funcional e integrado no seu reino. Ao cruzado interessava-lhe o saque, o espólio da cidade e a morte de todos os inimigos da fé, caso necessário. Era esta perspectiva que explicava a sua acção e a sua postura relativamente aos locais conquistados e aos seus habitantes, que divergia substancialmente da perspectiva dos reis peninsulares. É curioso constatar, na fonte de Silves, o narrador referir-se ao facto de o rei ter voltado para o seu reino, como se Silves, depois de tomada, não fizesse parte dessa realidade política⁵¹.

Segundo o relato, nos dias imediatamente a seguir à conquista da cidade, procedeu-se à eleição do bispo da diocese, o inglês Gilberto de Hastings, “um dos nossos”. A escolha deste homem estará provavelmente relacionada com o apoio que o contingente inglês concedeu ao rei de Portugal durante todo o cerco e que o monarca desta forma retribuiu. O novo bispo de Lisboa prometeu obediência ao arcebispo de Braga⁵², contrariando as disposições previamente existentes⁵³, mas beneficiando

⁵¹ “El Rei porem tendo posto em ordem os seus negócios e dado outras providências, encomendou a cidade ao cabo da sua milícia, e deixando muita gente para a sua guarda, voltou para os seus domínios no sexto dia.” Cf. Manuel Cadafaz de Matos, *A cidade de Silves num itinerário naval do séc. XII por um cruzado anónimo*, [fac.simile da edição de João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1844], Edições Távola Redonda / CMS, Silves, 1999, p.40.

⁵² Aires Nascimento, *Op. cit.*, nota 202, p.174.

⁵³ A diocese de Lisboa estava subordinada a Santiago de Compostela, mas aqui o novo bispo de Lisboa prometeu obediência ao arcebispo de Braga. A afirmação política do reino seguia a passo com a afirmação do poder eclesiástico português. E o arcebispo de Braga tinha da sua função uma concepção política. Cf. José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, C. Leitores, 2006, p.191-2.

aquele que estivera sempre ao lado do rei e dos cruzados, em toda a consolidação da complexa estratégia que se delineou e se concretizou, com a conquista de Lisboa.

No primeiro dia de Novembro, dia de Todos os Santos, o arcebispo e os bispos sufragâneos de Braga procederam à purificação do templo muçulmano. Restaurou-se a diocese como sede episcopal que abrangia os castelos de Alcácer do Sal, Palmela, Almada, Sintra, Santarém e Leiria. Os limites territoriais iam desde o castelo de Alcácer até ao de Leiria, do mar até Évora. O detalhe desta informação revela-nos um autor que acompanhou de perto as decisões que foram tomadas aquando da restauração da diocese, pois estava a par destes pormenores dos limites da diocese, e sabemos da proximidade que tinha relativamente ao bispo da cidade, inglês como ele, da sua terra e do seu contingente. Por isso, deu com certeza, na sua narrativa, este destaque à restauração da diocese, cujo bispo era “um dos seus”. Não podia esquecer este facto.

Muitos habitantes que haviam sobrevivido à conquista da cidade e à peste que, de seguida, sobre eles se abateu, abraçavam o sinal da cruz e invocavam o nome de Maria. Tratar-se-ia provavelmente de habitantes moçárabes de Lisboa, pois de outro modo seria de estranhar estas conversões instantâneas se não se tratasse de antigos cristãos ou descendentes destes que ficaram por Lisboa, quando ela fora tomada pelos muçulmanos. No entanto, não podemos excluir que alguns deles fossem mesmo muçulmanos que se convertiam, para assegurarem a própria vida⁵⁴.

Na última parte da narrativa, o autor tece considerações acerca do valor e dos propósitos de tudo aquilo que acabara de descrever. Recorre a citações bíblicas e conclui que a peregrinação da cruzada mais não é que a revelação de Deus aos infieis⁵⁵. O teor desta parte final do texto será objecto de análise posterior.

Ao longo de toda esta narrativa, é patente a relação entre o narrador e o contingente anglo-normando. Sobressai em todo o texto uma perspectiva valorativa dos “seus” desde as individualidades que se destacam pelos cargos de chefia que desempenhavam até aos cruzados anónimos. É também evidente a estreita relação que este narrador tem com a realeza portuguesa, uma vez que manuseia informação contida em documentos oficiais que nos levam a concluir que o narrador teria um acesso privilegiado a essa documentação e descreve acontecimentos e diálogos que, a

⁵⁴ Cf. Jean-Pierre Molénat, “Sur le rôle des almohades dans la fin du christianisme local au Magreb et en al-Andalus”, in *Al-Qantara*, vol. XVIII, fasc.2, Madrid, 1997, pp.389-413.

⁵⁵ Aires Nascimento, *Op. cit.*, nota 214, p. 175.

acreditar na veracidade dos mesmos, só poderia fazê-lo participando neles ou estando muito próximo de todas as individualidades, políticas ou eclesiásticas, que refere.

Relativamente à outra fonte, a *Narratio de Itineri Navali* encontra-se numa cópia manuscrita de doze folhas, redigida em latim, por uma só mão, datada provavelmente do início do séc. XIII⁵⁶. Como já se afirmou anteriormente, o texto tem uma espécie de prólogo onde se explicitam os propósitos da sua produção. Como nada sabemos acerca da identidade do seu autor, além da suposição de se tratar de um cruzado teutónico, pelas inúmeras referências e comparações às regiões alemãs que vai estabelecendo e apresentando no decorrer da narrativa, é importante atentarmos nesta explicação que nos ajudará a propor hipóteses acerca dos seus propósitos e do público-alvo que pretendia atingir. O cruzado teve como objectivo registar tudo o que testemunhar durante o percurso da sua frota desde a partida dos portos do Norte da Europa até ao Oriente. E, realmente, a conquista de Silves constituiu provavelmente o mais significativo, se não o único êxito militar desta expedição de cruzados, integrados no movimento da Terceira Cruzada. Facto significativo que o narrador entendeu digno de dar a conhecer. A quem? Ao mundo cristão de onde provinha, propagandeando a acção meritória dos cruzados em terras peninsulares, que, mesmo não atingindo os seus objectivos, conseguiram vitórias contra os inimigos muçulmanos em terras onde estes ameaçavam quotidianamente a cristandade europeia. Ressalta daqui alguma personagem, individual ou colectiva, que se evidencia pelo seu desempenho? Os cruzados, particularmente o contingente ao qual pertence o narrador, que é obviamente parte interessada na perspectiva daquilo que é relatado.

Os navios cruzados partiram dos portos do Norte da Europa na primavera de 1189, respondendo a um apelo à Terceira Cruzada e à libertação de Jerusalém, tomada por Saladino. Este apelo foi formulado por Roma, em 1187. A cruzada consistia numa longa e penosa peregrinação à Terra Santa e os peregrinos tanto podiam escolher o caminho por mar, como por terra. No período da Terceira Cruzada já eram muitos os que preferiam a viagem por mar. E é de um grupo destes homens que tomaram a cruz e a libertação dos lugares santos como missão terrena que trata a narrativa.

O seu autor faz-nos um enquadramento conjuntural da situação que se vivia, da perda de Jerusalém, do apelo à cruzada, da multidão que respondeu prontamente a

⁵⁶ Cf. Charles W. David, *Narratio de itineri navali peregrinorum hierosolymam tendentium et Silvan carpentium, a.d. 1189*, Proceedings of the American Philosophical Society, 81, 1939, p. 597.

esse pedido de auxílio da Igreja Católica em busca da remissão dos seus pecados e da possibilidade em participar numa acção cheia de significados religiosos. Onze embarcações partiram em finais de Abril, da foz do rio Escalda, segundo Gazzera e Silva Lopes, um estudioso algarvio do séc. XIX que seguiu a edição daquele ao traduzir o texto para português. Charles W. David e Jonathan Wilson afirmam ter havido um erro na tradução que Gazzera fez do nome da localidade alemã de onde partiram as frotas cruzadas, erro que foi prolongado por Silva Lopes e que fez os estudiosos oitocentistas afirmarem erradamente que as frotas haviam partido da foz do tal rio alemão. Na perspectiva dos autores que produziram estudos mais recentes, a cidade que surge no texto designada por “Bleclerente” é provavelmente a actual Blexen⁵⁷.

Uma nau ficou para trás, encalhada na areia, pouco depois da frota do cruzado - narrador partir da região da Alemanha. O relato encontra-se povoado de pormenores e de contratempos que ocorreram durante a viagem. Navegaram até aos portos do Sul de Inglaterra. De novo, três naus encalharam, perderam-se duas delas e outra foi posteriormente recuperada. Ali, aos navios alemães, juntaram-se os navios ingleses. Partiram vinte três dias depois. Uns, primeiro, outros, mais tarde. Percorreram as costas inglesas, apanharam ventos contrários, chegaram a Dartmouth, onde se reuniram aos companheiros de viagem. O cruzado vai fazendo referência às condições atmosféricas, nem sempre favoráveis à navegação. Por exemplo, foram obrigados a passar o dia de Pentecostes no mar, com grande pena do cruzado, que não conseguiu, daquele modo, celebrar a data.

Descreve a Bretanha, na altura, integrada no reino de França, mas onde ainda se usava o bretão, um idioma muito particular. Dá-nos conta destes pormenores que revelam um conhecimento razoável das regiões vizinhas da zona de onde é originário.

Volta a descrever todos os episódios do percurso: os ventos contrários, que os obrigaram a navegarem em vários rumos, durante nove dias; o fenómeno do fogo-de-santelmo, no topo dos mastros dos navios, o cardume de grandes peixes que saltavam em torno dos navios e que provavelmente corresponderiam a golfinhos. Estas descrições, imbuídas de algum espanto, podem levar-nos a pensar que o cruzado não seria um homem habituado ao mar e à navegação, pois regista episódios que ocorrem

⁵⁷ Cf. Jonathan Wilson, Op. cit., p.41.

regularmente com um pormenor e uma atenção que certamente não lhes seriam dispensados por marinheiros. Em meados de Junho, chegaram à Galiza. Refere os reinos peninsulares, Aragão, Navarra, o dos espanhóis (que seria Leão e Castela, com capital em Toledo), Galiza e Portugal e fala-nos dos sarracenos, que também habitam a Península Ibérica. Conhecia, portanto, a geografia política desta área.

No dia seguinte, visitaram o santuário de Oviedo, onde se encontravam depositadas as relíquias de santos, vindas de Jerusalém. Nas vésperas de S. João estavam na costa noroeste de Espanha e aí vão gastar cerca de oito dias a visitar o túmulo de Santiago. Fizeram-se ao mar e, um dia depois, avistaram a costa portuguesa. Três dias depois, com ventos favoráveis, as naus dos cruzados chegaram ao porto de Lisboa. O autor revela conhecer o Tejo, o rio que desagua em Lisboa e nasce em Toledo, e que mede um estádio de largura, como o rio Elba (Alemanha). Fala da lenda de Sintra, das éguas que engravidam com o vento, diz que esta localidade dista de Lisboa três milhas das “nossas”, ou seja, três milhas alemãs ou teutónicas. Demonstra dominar os saberes clássicos e árabes, relacionados com a geografia e a cultura das regiões por onde passam as frotas cruzadas. Recorda a conquista da cidade, com a ajuda dos cruzados, “há quarenta e quatro anos”, contados a partir do momento em que escreve, e não quando chega à cidade, pois nessa altura perfazia menos dois anos o acontecimento a que se referia⁵⁸. Fala dos castelos que passaram a fazer parte do termo de Lisboa e descreve a região, de terras férteis, composta por montes e vales.

A frota do cruzado era composta por onze embarcações que se juntaram às vinte quatro que as aguardavam no porto de Lisboa. Aqui temos a sua faceta de narrador que contabiliza tudo, o número de embarcações, o número de cruzados, o tempo decorrido. Soube, e refere isso, que dali haviam partido há cerca de quatro semanas, cruzados alemães e flamengos, juntamente com galés portuguesas, que atacaram e destruíram o castelo e a povoação de Alvor. Após esse feito militar, em que morreram cerca de cinco mil e quinhentos habitantes, as galés portuguesas acompanharam os

⁵⁸ O cruzado ao dizer que havia passado quarenta e quatro anos sobre a tomada de Lisboa, está a fornecer-nos uma pista para a datação deste relato, ou seja, poderá tê-lo escrito cerca de 1191, pois sabemos que a sua passagem por Lisboa e a tomada de Silves ocorrem no ano de 1189. Mas, também se tem de colocar a hipótese de se estar a referir apenas à data da sua passagem por Lisboa e não à época em que redigiu o texto, cometendo um erro de dois anos. Cf. Charles David, *Narratio De Itineri navali*, p.598.

cruzados até ao Estreito de Gibraltar e regressaram a Lisboa, trazendo a notícia da destruição e alguns cativos. Por isso, agora preparavam-se para a conquista de Silves e Sancho I solicitara o auxílio destes cruzados. O cruzado refere o convite do rei, mas nada adianta acerca das eventuais negociações que eventualmente tiveram lugar.

Partiram de Lisboa cerca de trinta e seis naus de cruzados, uma galé e muitas naus portuguesas, rumo ao sul. Três dias depois, encontravam-se na costa algarvia. Ao avistarem o castelo de Alvor em ruínas, o narrador volta a afirmar que este castelo fora conquistado pelos “nossos”. Perto de Silves, na zona do porto⁵⁹, o narrador dá conta dos campos agrícolas bem cultivados, mas na região não se via vivalma. Refugiados provavelmente em Silves, os habitantes das terras em redor, desde o ataque a Alvor não sentiriam segurança para permanecer nas suas casas fora da protecção das muralhas, enquanto a investida cristã não desse tréguas. O cruzado também informa o leitor que a distância de Silves ao mar, por terra, é uma milha alemã, recorrendo, de novo, ao seu mundo de referências. Pelo rio Arade, o percurso era mais longo e sinuoso.

Logo à chegada, dois cruzados de Bremen foram mortos, num recontro com dez mouros a cavalo, devido à sua falta de cuidado. Muitos outros morrerão durante o cerco, mas o facto de o narrador centrar a sua atenção sobre estes dois alemães, leva-nos a pensar que estamos perante outro facto que corrobora a tese de que a sua nacionalidade seria alemã. Estas mortes eram por si sentidas de modo particular. Os cruzados foram sepultados junto ao acampamento dos alemães.

Fundearam no porto, não longe do mar. Lançaram fogo às casas e roubaram tudo o que foi possível. Cada contingente tinha o seu acampamento e o dos portugueses, que haviam ido por terra, mais cedo, tinham o seu a cerca de quatro milhas dos acampamentos dos cruzados.

Entretanto, juntara-se a eles uma embarcação de peregrinos da Bretanha. O capitão português, que poderia ser o alferes-mor⁶⁰, meio-irmão do rei, ou o mordomo-mor⁶¹, encontrou-se com os cruzados e propôs-lhes a conquista de Gardea⁶², pois

⁵⁹ Portimão.

⁶⁰ Pedro Afonso, filho bastardo de Afonso Henriques.

⁶¹ Conde Mem Gonçalves de Sousa.

⁶² Não se sabe a que cidade se queria referir o autor com esta designação. No entanto, também concordamos com o facto de não ser provável se tratar de uma cidade da Galiza, como sugeriu Gazzera. António Castro Henriques aponta Cartaya como a cidade a que alude o texto. Cf. António Castro Henriques, *Conquista do Algarve (1189-1249) – O segundo reino*, Lisboa, Tribuna da História, 2006, p.23.

Silves parecia-lhe inexpugnável. Os cruzados preferiram confiar em Deus e tentar a empresa maior que era a conquista da importante cidade do *Gharb-al-Andalus*. Avançaram os navios até onde o rio era navegável e lançaram ferros junto à cidade. Nestas manobras foram protegidos pelo exército português. No dia seguinte, assentaram arraiais muito próximo da muralha, ficando à mercê das pedras lançadas pelos trabucos.

Neste momento da narrativa, o cruzado propõe-se descrever a cidade, comparando a sua dimensão com a de Goslar, uma cidade saxónia, mas Silves possuía mais habitações e estava protegida de muros e fossos. Fica impressionado com o facto de todas as casas se encontrarem dentro das muralhas e refere todas essas fortificações que compunham o aparelho defensivo de Silves: o *Rovale*, ou seja, o arrabalde; a *Almedina*, ou a cidadela propriamente dita; a fortificação que protegia os canais de abastecimento de água à urbe; e a *couraça*, onde se efectuava a captação de água. Aponta a estrutura característica das portas da cidade, angulosas e difíceis de transpor, sendo melhor para o atacante optar pela escalada dos muros, na sua opinião. Aparentemente, fala-nos de três portas ou entradas, todas elas em cotovelo. Mostra conhecer a designação árabe para castelo, pois diz que este também era chamado de “*alcay*”. E sabe que existem várias designações para o termo “mouros”: andaluzes, mucimitas ou moedimas, e moraviditas, consoante a região onde habitam, no Norte de África ou no *al-Andalus*.

A vinte e um de Julho começaram as operações de cerco: assentaram arraiais mais perto das muralhas, prepararam as escadas para a escalada dos muros, os sacerdotes celebraram a missa e os cruzados receberam a comunhão. A missa era um momento fundamental que antecedia o cerco, sobretudo porque trazia Cristo à presença dos combatentes, e dotava a acção de um significado e de um sentido sagrado que não deixa de ser frisado por quem relata este tipo de acontecimentos. Ao verem aproximar as escadas, os mouros lançaram pedras para contrariarem a investida mas acabaram por desistir e fugir. O narrador aqui fala da intervenção divina, pois diz que o inimigo foge por vontade de Deus. Os cruzados perseguiram-nos até à *Almedina*, mas o peso das armas não lhes permitia alcançá-los. Muitos mouros acabaram esmagados pelas portas e os seus corpos foram lançados pelos muros. O cruzado fica incomodado e estupefacto com o que vê, pois não compreende por que razão os corpos não tiveram

direito a uma sepultura. O inimigo não se comporta de forma “cristã”, não respeita os seus mortos. Mas, temos de pensar que esta situação poderá ter correspondido à solução encontrada pela população sitiada para se ver livre da putrefacção dos corpos, uma vez que os cemitérios muçulmanos se encontravam fora de portas e, devido ao cerco, não lhe era possível realizar as cerimónias fúnebres de acordo com os seus preceitos religiosos. Quem mandava na cidade ordenou cortar a cabeça ao primeiro que iniciara a fuga e não defendeu de forma eficaz a muralha. O castigo era muito pesado para quem se comportava de forma covarde na defesa da urbe e o cruzado quis deixar isso registado.

Foi então, desta forma, que os cristãos tomaram a cidade inferior. Aí pernoitaram, cruzados para um lado, portugueses para outro. Na manhã seguinte, dia de Santa Madalena, celebraram de novo missa e receberam a comunhão antes de partirem para o ataque à cidade superior. Não conseguiram usar as escadas pois aquela parte da muralha era muito íngreme e tinha um enorme fosso que impedia qualquer estratégia de assédio. Do cimo das muralhas choviam pedras. Os frecheiros cristãos tentavam atingir os mouros instalados nas torres e lançavam fogo para o interior da cidade. Mas, rapidamente perceberam que o material com que eram feitas as habitações, impedia que o fogo se propagasse, como era intenção dos cruzados. Refere mesmo o uso de ladrilhos e de uma argamassa, à base de terra, utilizados na arquitectura de origem islâmica. O fogo inimigo chegou a incendiar cinco galés e algumas naus e fez os cruzados regressarem aos acampamentos, com receio dos inimigos, com um “terror pânico”. Dedicaram os dias seguintes a preparar máquinas de guerra, torres, escadas e outros engenhos de ataque. Enquanto estas actividades decorriam, iam chegando mais elementos da hoste portuguesa. A vinte e nove de Julho, chegou o rei D. Sancho I, com mais homens e provisões.

No dia seguinte, em forma de retaliação pela morte de um mouro, os sitiados penduraram pelos pés, nas ameias da torre albarrã, três cristãos que haviam capturado e mataram-nos à vista de todos, à estocada. Tratava-se de uma provocação e de um aviso: sempre que fosse possível, vingariam a morte dos seus. Mas, a violência destas mortes deixaram o cruzado, e naturalmente todos os outros cristãos, impressionados. A compaixão e a ira apoderaram-se deles. A hoste portuguesa continuava a aumentar com as tropas que entretanto iam chegando e juntando-se ao

grupo sitiante. O cerco fechava-se e os trabalhos de preparação dos instrumentos de ataque não deixavam o contingente cruzado descansar. Mas, até aqui a narrativa, que é feita de um só fôlego, mostra-nos como os muçulmanos resistiam heroicamente ao cerco e à tentativa da tomada da sua cidade pelos cristãos e o leitor começa a prever um longo e doloroso cerco.

No dia seis de Agosto, dia de S. Felicíssimo e Agapito, os teutónicos lançaram um ouriço, que construíram, contra as muralhas da couraça⁶³. Os mouros conseguiram incendiar o objecto com o lançamento de materiais inflamáveis e fizeram grande festa pela vitória, o que deixou o lado cruzado desalentado, emergindo as primeiras discórdias. Os flamengos queriam desistir e levantar o cerco, os restantes contingentes cruzados preferiam continuar até conseguirem tomar a cidade. Como seria de esperar, o contingente teutónico estava sempre do lado daqueles que mais lutavam, mais se esforçavam, e revelavam um comportamento eticamente irreprovável.

No dia seguinte, os cruzados trabalharam com afinco e conseguiram, com as suas máquinas, derrubar uma parte do muro da fortificação. O rei possuía duas máquinas que trabalhavam em conjunto com esta, dos cruzados. Na noite seguinte, um mouro fugiu da cidade e trouxe ao rei dois pendões⁶⁴ almóadas. Informou-os que se conseguissem tomar a couraça, ou seja, se impedissem o abastecimento de água, a população da cidade render-se-ia. Isto foi motivo de festa entre os cristãos, fê-los acreditar que estavam perto de atingirem o seu objectivo. Um cerco provocava um desgaste físico e psicológico tremendo quer a sitiados quer a sitiantes. E a perspectiva do fim, com a vitória à vista era sempre recebida em festa.

No dia nove de Agosto, o cruzado regista um acontecimento importante que constitui um momento-chave desta narrativa: um galego, capitão de uma das naus, conseguiu, num acto individual e heróico, retirar uma das pedras angulares do muro. Os cruzados, impulsionados por este acto, começaram a minar a torre. Espantado revela-se o cruzado quando se dá conta que os mouros não abandonaram a torre, mesmo havendo a possibilidade de derrocada. Os cristãos continuaram a minar os

⁶³ O narrador descreve em que consistia aquele engenho: “Esta máquina era formada de grandes vigas cobertas com pranchões novos das naus, e sobre estas camadas de terra, argamassa, e bitume”. Cf. Manuel Cadafaz de Matos, *A cidade de Silves num itinerário naval do séc. XII por um cruzado anónimo*, [fac.simile da edição de João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1844], Edições Távola Redonda / CMS, Silves, 1999, p.22.

⁶⁴ Estandartes almóadas, de cor branca, vermelha e preta.

muros mas, durante a noite, abandonaram os trabalhos pois receavam que os mouros contra-minassem do interior. Na manhã seguinte, fizeram fogo na mina que haviam feito e conseguiram fazer cair parte da torre. Repetiram a acção e conseguiram fazer cair outro lanço de muro. Pelas escadas, acederam às muralhas e perseguiram a multidão de mouros que por ali se juntava defendendo a cidade. Como salienta o cronista, Deus ajudou-os, deu-lhes a força que necessitavam para lutar e perseguir os inimigos. O rei de Portugal e os seus assistiram a todo este espectáculo, louvando e gabando a acção dos cruzados.

O cruzado apresenta aqui, de novo, a intervenção divina (da Mãe Santíssima) como explicação para os mouros abandonarem as armas, as torres e os muros e se resguardarem na *Almedina*, desistindo de lutar. Os cristãos tomaram alguns despojos e entulharam um poço com terra e pedras, de modo a evitar o abastecimento de água. Regressaram aos acampamentos, felizes, cansados e alguns feridos, mas recompensados com os avanços conseguidos. A couraça e a fortificação que protegia os canais e o abastecimento de águas foram destruídos e, com eles, todas as hipóteses da população sitiada sobreviver por muitos mais dias à falta de água e ao calor do Verão.

No dia seguinte, começaram a minar em dois lugares distintos da muralha, de modo a abrir um caminho subterrâneo até ao muro da *Almedina*. Trabalhavam debaixo de mantas de madeira, mas os mouros lançaram-lhes fogo, obrigando-os a desistir e a fugir. Muitos dos mouros foram atingidos pelas flechas lançadas pelos frecheiros. Os flamengos iniciaram a minagem do muro da cidadela tomada, que comunicava com o muro de uma das torres da *Almedina*. Os infiéis cortaram essa ligação e conseguiram impedir os cristãos de consumir os seus objectivos.

O cruzado dá-nos conta da existência de desertores que haviam fugido da cidade sitiada e como percebiam que eram bem recebidos e tratados, incentivavam outros a repetirem o gesto. Estamos perante uma prova da bondade e das boas intenções dos cristãos naquele local, ou apenas perante uma estratégia de persuasão destinada a convencer os sitiados que a rendição era certamente a última e a melhor opção?

No dia catorze de Agosto, os mouros formaram um esquadrão para fazer frente aos cristãos. Um deles atirou-se do muro, foi recebido com afabilidade e pediu água. Disse que na cidade morria muita gente de sede. Os poços tinham água salobra. Este

constitui outro momento-chave da narrativa, pois a partir de então os cristãos sabem que será uma questão de tempo até os sitiados aceitarem a rendição. O ânimo e o empenho no campo cristão crescem. O equilíbrio de forças parece começar a quebrar e a vantagem tende para o lado cristão.

No dia dezoito de Agosto, os cruzados saíram dos seus arraiais, com escadas, em direcção aos muros da cidade, cercando-os por todos os lados, procurando escalá-los. Mas, foram recebidos com uma nuvem de tiros e tiveram de abandonar, de novo, a empreitada, ficando muitos feridos. Os frecheiros cobriam sempre estas investidas, matando alguns muçulmanos. Os cruzados ainda tentaram atulhar o fosso na zona norte da *Almedina*, mas tudo foi incendiado pelo fogo do inimigo. Perante esta dificuldade em escalar as muralhas, o cruzado apresenta-nos as suas razões: de um lado, o monte elevado com um fosso enorme; do outro, um conjunto de casas tão próximas que era impossível transpô-las senão por caminhos estreitos. Constata na prática e dá-nos a perceber a dificuldade em conquistar cidades protegidas com sistemas defensivos tão poderosos como aqueles que constituíram a imagem de marca da arquitectura militar almóada.

Os portugueses estavam amedrontados com estas dificuldades, para além de escassearem os alimentos para si e para os cavalos. Começaram a convencer o rei a levantar arraiais e abandonar o cerco. O rei parecia concordar com eles, mas os cruzados determinaram, de comum acordo, continuar a lutar por mais algum tempo contra os inimigos de Cristo. O rei acabou por aceitar não desistir para já. Nota-se aqui uma crítica velada aos portugueses e ao seu rei que iam abandonar a conquista da cidade só porque ela se estava a revelar difícil. Mas, era contra “os inimigos de Cristo “ que se lutava e apenas os cruzados pareciam estar cientes disso e aceitavam as dificuldades daí decorrentes.

A narrativa prossegue o seu ritmo. Quatro máquinas do lado cristão, três portuguesas e uma cruzada; do lado muçulmano também foram levantadas quatro máquinas. Os cruzados retomaram o trabalho de minar os muros, mas mais afastados dos ataques inimigos. Os mouros saíram das suas muralhas e atulharam as minas abertas pelos cristãos. Entraram em confronto e houve feridos de parte a parte.

A vinte e dois de Agosto, o cruzado diz-nos que os mouros voltaram a sair da cidade para verificarem a solidez das muralhas e os estragos que os cristãos poderiam

ter feito. Foram perseguidos por cruzados e atingidos pelos seus tiros. Os cruzados regressaram aos acampamentos cantando vitória. Mas, no dia vinte e três de Agosto, abate-se grande desgosto sobre o campo cruzado. O rei de Portugal queria novamente desistir e abandonar o cerco com o seu exército. Provavelmente estamos perante o mesmo dilema que ocorre em Lisboa, quando expira o prazo do serviço ao rei e muitos nobres e milícias dos concelhos, vendo que nada ganhavam naquele impasse em que se encontrava o cerco, terão desejado terminar por ali a sua acção. Os cruzados conseguiram convencer o rei a permanecer apenas mais quatro dias.

Os cruzados trabalharam então com mais afinco, numa espécie de luta contra o tempo, pois eles, mais do que ninguém, estavam interessados na conquista e no saque que ela poderia render. Começaram de novo a escavar e a minar e deram com uns silos subterrâneos. Vinte e quatro de Agosto, o rei queria continuar a minar os muros e os seus instavam-no a retirarem-se. De novo, a atitude de desistência dos portugueses e do seu rei, sempre assinalada em tom de reprovação pelo narrador.

Verificam-se confrontos entre cruzados e mouros, que estavam do outro lado das muralhas também a fazerem uma mina. Os mouros lançaram fogo às forças cruzadas mas estas conseguiram tapar o buraco feito e continuaram a minar. Os mouros voltaram a fazer nova cova entre a mina dos cristãos e a muralha. Os cruzados conseguiram fazer uma vala durante vários dias, lutando simultaneamente contra os mouros, que procuravam perturbar o trabalho.

A um de Setembro (dia de Santo Egídio) os mouros começaram a gritar do cimo da muralha pela gente do rei, pois queriam render-se e entregar a cidade. Muitos, nessa altura, fugiram logo para o lado cristão, cheios de fome e sede e com medo das minas. Houve negociações entre o rei e os infiéis, e estes acordaram abandonar a cidade com os seus pertences. Estava inicialmente combinado entre o rei e os cruzados que os bens dos habitantes de Silves seriam para os cruzados. O cruzado diz-nos que o rei se empenhou imenso de modo a convencer os cruzados a aceitarem esta nova proposta. Mas nada os demoveu da combinação previamente feita entre eles e o rei, o saque para os cruzados e a cidade para Sancho I. O rei chegou a prometer-lhes dinheiro, mas eles não aceitaram, pois seria demorado ir a Lisboa buscá-lo e talvez temessem que o rei voltasse a não cumprir a combinação, faltando-lhes com o pagamento. Temos aqui uma situação idêntica àquela que se verificou na conquista de Lisboa: os muçulmanos

queriam sempre negociar com os portugueses e com o seu rei. Com certeza lhes davam maiores garantias de respeitarem as suas vidas e de manterem alguns dos seus bens em seu poder. Os cruzados impunham as suas condições de modo a que os mouros saíssem apenas com o que tinham vestido, a cidade seria para o rei e os despojos para eles. Como estavam mortos de sede e fome, os mouros tiveram de aceitar estas condições de rendição. Aliás, a torre de Maria⁶⁵, que o cruzado assinala no texto com a designação árabe, ameaçava ruir, bem como os muros adjacentes.

A três de Setembro saiu da cidade o alcaide *Albainus*⁶⁶, a cavalo, acompanhado pelos habitantes, a pé. Aqui o cruzado tece considerações acerca do comportamento reprovável de alguns cruzados que começaram a roubar e a espancar os muçulmanos. O rei ficou muito incomodado com a situação e houve desavenças entre os portugueses e os cruzados. Quando anoiteceu, os cruzados fecharam as portas da cidade e obrigaram a população que ainda lá permanecia a dar-lhes os seus bens e riquezas. Na manhã seguinte, quando saíram os últimos habitantes, era triste e desolador o cenário a que o cruzado assistiu e nos dá conta, descrevendo as péssimas condições físicas em que se encontravam os mouros. Pela cidade, havia corpos de mortos e moribundos e pelo ar pairava um cheiro a cadáveres. Também faz referência a cristãos cativos, que já não se alimentavam há vários dias pois haviam recusado lutar contra os irmãos da cruz. Os celeiros estavam cheios de cereais mas como lhes faltava a água não podiam fazer pão. Os cativos deitavam-se nus, de noite, sobre as pedras das ruas para refrescarem o corpo. As mulheres e crianças comiam terra húmida. O cruzado refere o número de cativos que havia quando chegaram a Silves, cerca de quatrocentos e cinquenta, e quando entraram na cidade apenas restavam com vida menos de metade. Com os habitantes da cidade também se assistiu a uma redução drástica do seu número, pois contavam-se agora apenas quinze mil e oitocentas almas, segundo o seu testemunho.

⁶⁵ O nome da torre indicia uma eventual comunidade moçárabe que habitaria a Silves islâmica, tal como houera em Lisboa.

⁶⁶ O cruzado confunde a designação do cargo (Alcaide) com o nome próprio (*Albainus*), de acordo com Bruno Meyer, “El papel de los cruzados alemanes en la reconquista de la Península Ibérica en los siglos XII y XIII”, *En la España Medieval*, 2000, p.66. O autor da fonte sobre Lisboa revela saber perfeitamente a função de um alcaide, porque afirma trata-se de um “governador” da cidade. Cf. Aires Nascimento, Op. cit., p.79.

O narrador contabilizou os dias que durou o cerco: seis semanas e três dias. Uma cidade - celeiro⁶⁷ que sucumbiu à sede, a partir do momento em que lhe foi vedado o abastecimento de água, com a destruição da *Couraça*, e as suas cisternas e poços secavam, incapazes de abastecer toda a população que dentro das suas muralhas se refugiava. Não nos podemos esquecer que o número de habitantes seria muito superior ao habitual, devido à destruição do castelo de Alvor, que levou muitas famílias que viviam nos arredores a procurarem aqui refúgio. O cruzado compara Silves com Lisboa, onde estivera aportado antes de rumar ao sul. Silves era mais forte, ou seja, possuía um sistema defensivo mais poderoso e eficaz que Lisboa. Era também uma cidade mais rica em edifícios⁶⁸. E, segundo os portugueses, o cruzado afirma que Silves provocava grandes danos aos cristãos. Provavelmente, estava a referir-se à pirataria ou às incursões terrestres que os seus habitantes faziam, dizimando frotas e localidades cristãs⁶⁹. O número de cativos cristãos existentes parece confirmá-lo. O cruzado fala-nos em quatrocentos e cinquenta à sua chegada e na tomada da cidade apenas duzentos haviam sobrevivido à fome e à sede⁷⁰. A Crónica de 1419 fala-nos de um cristão que integrava as hostes sitiadas e que disse ao rei que desejava ser o primeiro a retirar um pedra do muro, por ter um filho cativo no interior da cidade. A nossa fonte refere-se a um cavaleiro galego, que era capitão de uma das embarcações e que, num acto heróico, retirou a pedra angular da muralha.⁷¹ Trata-se provavelmente do mesmo homem, e sendo ele de uma região tão distante de Silves, podemos colocar a hipótese de a acção da pirataria muçulmana se estender até ao norte da Península Ibérica.

O cruzado entende que deve deixar registada a postura dos portugueses em todo este processo de cerco e de conquista de Silves. É que na sua opinião, os portugueses não trabalharam, não lutaram e passaram o tempo todo a afirmar que a cidade era inexpugnável, tentando convencer o rei e os cruzados a levantarem o cerco e a abandonarem a conquista. O retrato que faz dos portugueses é tão mais importante

⁶⁷ Rosa Varela Gomes, "O castelo de Silves – contributos da investigação recente" , *Xelb* 9, 2009, pp.477-488.

⁶⁸ "Dez vezes mais rica e com edifícios de maior valor". Cf. Manuel Cadafaz de Matos, Op. cit., p.36.

⁶⁹ C. Picard, "Shilb e a actividade marítima dos muçulmanos no oceano Atlântico" in *Actas das III Jornadas de Silves*, p.31, Silves, 1995.

⁷⁰ Manuel Cadafaz de Matos, Op. cit., p.36.

⁷¹ Cf. *Crónica de 1419*, ed. Adelino Calado, Aveiro, 1998, p.94; e Manuel Cadafaz de Matos, Op. cit., p.24.

quando comparado com aquele que produz acerca dos cruzados, especialmente do seu contingente. Não nos podemos esquecer que o cruzado anónimo é parte interessada na descrição que faz, mas merece atenção esta atitude que desvaloriza e denigre a imagem do exército português e do seu rei. Esta crítica tem raízes mais profundas, não se cingindo apenas à falta de empenho, mas também à forma como as negociações da rendição da cidade se processaram. O cruzado estava magoado com a atitude do rei. Foi graças ao esforço dos cruzados que o monarca conseguiu a cidade e depois negociou com os inimigos de maneira a desprezar anteriores pactos com os cruzados. O autor revela não compreender os interesses do rei no futuro espaço que irá integrar o seu reino, pois perspectiva a conquista do ponto de vista do cruzado, interessado no saque e na destruição total da cidade, dos seus habitantes e das estruturas sociais e económicas daquele espaço.

Os cruzados queriam partir, abandonar Silves, pois haviam perdido as esperanças de o rei dos portugueses vir a cumprir o prometido. Mas, segundo o narrador, foi Deus que os manteve ali. Neste momento da sua narrativa, faz referência aos grupos que sitiaram a cidade. Da parte dos cruzados, não eram mais do que três mil e quinhentos. A hoste do rei era muito numerosa e composta por cavaleiros, peões, tripulação das galés e a ela se juntaram as Ordens Militares. Neste momento da narrativa, passa a descrever com grande pormenor as três Ordens que acompanharam o rei em Silves, revelando grande interesse e algum conhecimento sobre o assunto, nomeadamente as suas designações, as suas filiais e alguns dos seus preceitos. Refere os Templários, os cavaleiros de Cister, que eram os freires de Évora, mais tarde ditos de Avis e filiados na Ordem de Calatrava. Mas, confunde os freires de Santiago com os cavaleiros da Ordem do Templo, pois chama templários àqueles que trazem cosida uma espada no seu hábito, e quem utilizava este símbolo identificativo eram os cavaleiros de Santiago, os únicos freires que podiam casar, tal e qual como é mencionado pelo cruzado. Ainda refere que os cavaleiros de Jerusalém se subdividem em cavaleiros do Templo, do Santo Sepulcro e do Hospital. Portanto, a partir do que nos diz, podemos constatar que junto do rei, em Silves, para auxiliarem as forças cristãs a tomarem a cidade estiveram cinco ordens militares: os freires de Santiago, os cavaleiros de Avis / Cister, os

Templários, os cavaleiros do Santo Sepulcro e do Hospital. E não apenas três, como erradamente o cruzado afirma, no seu relato⁷².

O autor fala de “nós” os “francos” que aqui se deve interpretar como cruzados, gentes não portuguesas, estrangeiros do norte da Europa. Refere de novo que houve uma primeira convenção e, segundo ela, a eles lhes pertenciam todos os despojos. Mas, os portugueses por diversas vezes lhes pediram para levantarem o cerco e retirarem-se. Por isso, os cruzados deram parte dos bens tomados ao rei. D. Sancho I também lhes solicitou parte dos mantimentos que havia em abundância. Os flamengos vendiam aos portugueses trigo, sem o conhecimento do rei. O rei irritou-se com a ganância individual e chegou a dizer que preferia não ter tomado a cidade a ficar com ela sem víveres. Entre desavenças, os cruzados, sem consentimento dos seus superiores, conseguiam roubar os despojos antes de ser feita a partilha com os portugueses. Voltamos a constatar uma enorme diferença na forma como o futuro daquela urbe era concebido, do ponto de vista português e do ponto de vista do cruzado.

Para não haver mais razões de discórdia entre portugueses e cruzados e que poderiam terminar mal, em rixas, estes últimos optaram por entregar a cidade recheada de riquezas, esperando que o rei fizesse as devidas partilhas, como havia sido acordado. E uma “Majestade Real” deveria cumprir os pactos que estabelecia, segundo o narrador, respeitando o esforço e o trabalho dos cruzados nesta empresa. Mas, o rei tomou tudo para si e nada lhes deu. O cruzado revela-se ofendido e indignado. Diz que dali saíram os cruzados mais inimigos do que amigos do rei de Portugal. E mais acrescenta, que o rei prometera dar ao Santo Sepulcro a dízima de tudo conquistado e não o fez nem compensou os cruzados de qualquer outra forma. Estamos perante uma violentíssima crítica por parte dos cruzados, pois aqui o narrador toma a posição do grupo, relativamente ao rei de Portugal e é precisamente neste aspecto que esta fonte mais diverge da de Lisboa, porque este autor teutónico revela-nos uma imagem muito negativa do rei português e até mesmo do seu exército, como atrás se constatou.

A sete de Setembro, as forças cruzadas embarcaram e vão lentamente saindo para o mar, pelo Arade. O cruzado sabe que o rei tratou de várias questões logísticas, entregou a cidade ao cabo da sua hoste e deixou muitos a guardarem a cidade, antes

⁷² Manuel Cadafaz de Matos, Op. cit., p.38.

de partir. Os cruzados, permaneceram no porto, antes de se fazerem ao mar, dividindo os despojos e consertando duas naus. O capitão dos portugueses escolheu um flamengo⁷³ para bispo da cidade tomada e, com ele, ficaram outros flamengos. Curiosamente, ao contrário de Lisboa, em Silves o bispo eleito não era da nacionalidade do cruzado que redige o texto. E não podemos esquecer que a acção do contingente flamengo fora muito criticada ao longo da narrativa. Podemos colocar a hipótese do cruzado sentir algum despeito por esta nomeação.

Este bispo flamengo ainda tentou convencer os cruzados, antes de seguirem para o Mediterrâneo, a ajudá-los a conquistar Santa Maria de Faro. Mas, nada conseguiu. Após a conquista de Silves, são tomados um conjunto de castelos que faziam parte dos domínios da cidade e o cruzado nomeia-os a todos. E diz que foram encontrados vazios, pois desde da destruição de Alvor, a maioria dos habitantes fugira para Silves. Albufeira, por exemplo, entregou-se com receio das forças cruzadas e o seu recheio transferiu-se para Silves.

É curioso que o cruzado dá nota de uma circunstância particular, o facto de entre Lisboa e Silves não haver segurança nem para cristãos, nem para muçulmanos, por se tratar de uma terra de ninguém, e por onde circulavam uns e outros. Um território sujeito a investidas militares, quer cristãs, quer muçulmanas⁷⁴. Mas, o cruzado também reconhece que Silves constituía uma base avançada cristã num território muçulmano.

Oito dias após a tomada da cidade, caiu uma parte do muro que havia sido minado pelos cristãos. Portanto, até essa altura, os cruzados permaneceram na região e o narrador foi-se inteirando de tudo o que se passava na cidade, para enriquecer o seu relato e para alimentar a sua natural curiosidade por tudo o que acontecia.

A vinte um de Setembro (véspera de S. Mateus), os navios cruzados saíram a barra em direcção ao Mediterrâneo. Daqui para a frente, surgem descrições geográficas de toda a costa do sul da Península Ibérica, fazendo referência às distâncias entre as povoações, aos rios. O autor tece considerações acerca da eventual possibilidade de conquistarem todo o Algarve, caso o rei de Portugal não se tivesse comportado como se comportou. Nova crítica ao comportamento do rei e, de novo, emerge o

⁷³ D. Nicolau, como aparece referido nos documentos posteriores, o primeiro bispo de Silves. Cf. Manuel Cadafaz de Matos, Op. cit., pp.93-99.

⁷⁴ Sobretudo algaras e fossados. Os anos de 1180-83 foram uma época de grande actividade bélica na fronteira do reino com o *al-Andalus*. Cf. Maria João Branco, D. Sancho I, Lisboa, C. Leitores, 2006, p.90.

ressentimento. A viagem prossegue e as descrições das povoações, dos castelos e das distâncias geográficas continuam. Relativamente à costa africana, também revela conhecer as principais cidades, suas características e distâncias. Aqui, socorre-se certamente de conhecimentos dos geógrafos árabes.

Apanharam temporal, foram levados até Cádiz. A população temeu-os. Nesta cidade, encontravam-se alguns dos habitantes de Silves, que ali procuraram refúgio. O alcaide de Cádiz pediu-lhes que poupassem a cidade, prometeu-lhes doze cristãos cativos e dinheiro. Mas, acabou por trazer apenas quatro cativos e desculpas esfarrapadas. Os cruzados deixaram-no partir, mas destruíram muros e casas e queimaram vinhas e figueiras. O cruzado sabe que Cádiz fora uma importante cidade comercial, rica, com cinco fortificações e uma importante feira que ocorria três vezes ao ano. Ligava comercialmente a península Ibérica ao Norte de África.

A vinte nove de Setembro (dia de S. Miguel) passaram o estreito de Gibraltar. Devido aos ventos, vão até à Algeciras-Tarifa e decidiram atacar a cidade, mas como nem todos estavam preparados para o assalto, acabaram por levantar ferro quando chegaram as três naus que se haviam atrasado. Passaram a importante cidade comercial de Ceuta. No seu porto, estavam as galés do rei de Marrocos, o califa almóada Abu Yusuf Yaqub al-Mansur. Voltam as referências geográficas aos lugares, aos rios, ao relevo. Fala da conquista de Tortosa pelas forças cristãs de Pisa e Génova, à época da tomada de Lisboa. Tortosa foi conquistada em 31 de Dezembro de 1148, pelo conde de Barcelona, com o apoio de genoveses⁷⁵.

A viagem terminou em Marselha e Montpellier onde encontraram mercadores que haviam estado nas cidades da Península e lhes deram conta do medo que as populações locais demonstravam à passagem das suas naus. E, a partir daqui, nada se sabe. Apenas se pode concluir que o cruzado anónimo não terminou a tarefa que se propunha realizar e que enunciou no seu prólogo, no início do seu texto.

O que se torna patente nesta análise é que o ritmo das narrativas e a sua estruturação é diferente nas duas fontes. Em Lisboa, estamos perante um texto bem estruturado, com princípio, meio e fim, onde o autor foi introduzindo todos os episódios, os discursos e sermões, de forma encadeada e pensada. Trata-se de uma escrita que apresenta pouca espontaneidade, um discurso que segue uma estrutura

⁷⁵ Jonathan Wilson, Op. cit., p.69.

conceptual previamente delineada e que caminha desde o seu início para um fim estabelecido. Em Silves, temos uma narrativa mais rápida, que segue o ritmo dos acontecimentos, que se desfia dia a dia e, por vezes, quase hora a hora. Um relato circunstanciado e minucioso dos acontecimentos, sem que se perceba uma estrutura previamente definida e sem que se façam distinções entre os episódios narrados. O autor de Silves é comandado pela sequência dos acontecimentos e a sua escrita é pouco ambiciosa relativamente a segundos sentidos ou conotações. O autor de Lisboa segue os acontecimentos mas apresenta-os de uma forma literária mais consistente, introduzindo aspectos e textos que enriquecem o assunto narrado e o complementam.

Enquanto no texto de Lisboa identificamos uma narrativa bem estruturada, dividida em assuntos, onde ressaltam em importância alguns aspectos de tudo aquilo que é relatado, em Silves o cruzado conta-nos todos os episódios de um fôlego só, não hierarquizando assuntos ou personagens. Em Lisboa, os maiores são identificados pelos seus nomes, as suas acções são apresentadas como relevantes e por vezes decisivas para alterar o rumo dos acontecimentos, e a narrativa é pautada por esses momentos fundamentais para o decurso da acção. O cruzado anónimo de Silves não identifica as personagens pelos seus nomes, somente as descreve de forma sumária quando se reporta à função desempenhada. Contabiliza tudo o que vê e tudo o que vive: os dias, as distâncias, as naus, os contingentes, as cidades, as suas populações, o armamento, os castelos, entre outros. Na sua narrativa que se debruça essencialmente sobre a conquista de Silves, não conseguimos destacar os momentos decisivos exactamente porque o próprio autor não o faz, colocando tudo no mesmo plano de uma narrativa que descreve a partida dos portos da Europa com a mesma minúcia com que relata o momento em que Sancho I estabelece um pacto com alguns dos cruzados ou observam Alvor em ruínas. É o cerco e a tomada de Silves pelas forças cruzadas que ocupam mais linhas e se destacam em todo este texto. Este é o assunto principal da narrativa que se conserva.

São inúmeros os aspectos comuns que ressaltam destas duas narrativas, apesar das divergências já apontadas. O assunto principal que ambas as fontes abordam é a conquista de cidades muçulmanas, Lisboa e Silves, pelas forças portuguesas com o auxílio das forças cruzadas que aportaram na costa portuguesa rumo ao Mediterrâneo Oriental, durante a Segunda e a Terceira Cruzadas respectivamente. Os seus autores

estavam cientes da importância desses êxitos militares, para o movimento cruzadístico e para o reino de Portugal. O narrador de Lisboa respondeu provavelmente a uma encomenda de um texto apologético, comprometido com o poder político e eclesiástico português da época. A tomada de Lisboa revestira-se de uma importância fundamental para o controlo da linha do Tejo e para o domínio do seu território. A notícia deste acontecimento tinha de ser anunciada e aproveitada pelas estratégias de afirmação da jovem monarquia. Silves, em 1189, era a mais importante cidade muçulmana do *Gharb* e a sua conquista consistiu no primeiro e único feito militar do reinado de D. Sancho I desde o momento em que assumiu definitivamente o reino, por morte do seu pai. A cidade, enquanto esteve em mãos portuguesas (1189-1191), acabou por se tornar num bastião cristão em terras do *al-Andalus* e uma séria ameaça ao poder e domínio almóada nessa região. A perda desta importante urbe foi entendida, pelo califa almóada, como uma afronta ao seu poder, o que fez com que rapidamente organizasse as suas forças militares para a recuperar logo de seguida. A recuperação de Silves por parte dos almóadas acontece dois anos depois da sua perda e após uma primeira tentativa falhada em 1190. Silves permitia igualmente o controlo dos territórios adjacentes, dominando a linha do Arade.

Os autores das fontes começam, logo no início dos seus relatos, por apresentarem os propósitos da sua escrita, ou seja, pretendem dar a conhecer todos os acontecimentos ou episódios dignos de registo ao público a que destinaram a sua prosa, pois consideram tratar-se de acontecimentos significativos para a posteridade. Estes autores, cruzados europeus, elaboram descrições tipificadas das regiões por onde iam passando, recorrendo a referências de autores clássicos e árabes. Também se percebe nos seus textos um certo deslumbramento pelas cidades muçulmanas. Os narradores revelam muita curiosidade relativamente às cidades do Sul, aos sistemas defensivos, aos habitantes do mundo muçulmano. Um mundo do inimigo, do infiel, mas com uma pujança arquitectónica, urbanística, económica e cultural que não deixava de impressionar estes homens do Norte da Europa habituados a realidades substancialmente diferentes. Ambos os autores posicionam-se na narrativa como participantes, não pertencentes ao mundo que descrevem, o Sul islâmico, que analisam e procuram conhecer revelando algum cuidado e respeito para com esta cultura que não é a sua mas que mostram valorizar pelo interesse que colocam na

descrição de tudo o que observam ou nos nomes árabes que se esforçam por aplicar com correcção.

Para as forças portuguesas e cruzadas conseguirem conquistar estas cidades com êxito, tiveram de montar um apertado e longo cerco em torno das imponentes muralhas que as defendiam. Os relatos descrevem-nos, de forma pormenorizada, o cerco que antecedeu ambas as conquistas, pois tanto em Lisboa como em Silves, os sitiados permaneceram várias semanas até conseguirem a rendição das cidades apetrechadas com bons sistemas defensivos e bem abastecidas de água e víveres, tornando os cercos muito longos. No caso de Lisboa, o cerco durou dezassete semanas, teve o seu início a um de Julho e a entrada definitiva das forças cristãs na cidade fez-se a vinte cinco de Outubro de 1147. A resistência da população da Lisboa muçulmana deveu-se certamente ao facto de estar preparada para um eventual assédio após a queda de Santarém, em Março desse ano. A população de Silves sucumbiu ao cerco após seis semanas e três dias, que teve o seu início a vinte e um de Julho, tendo as forças cristãs entrado na cidade a três de Setembro de 1189. Como sabemos, a destruição da couraça e a consequente impossibilidade de abastecimento de água, levou a população a render-se antes do final do Verão. Esta cidade só será definitivamente recuperada pelos cristãos, de acordo com a *Crónica de 1419*, na década de quarenta do séc. XIII⁷⁶, numa época de franco retrocesso do poder almóada em território peninsular.

Outro aspecto muito importante que ressalta das duas narrativas é o facto de os termos da rendição das cidades serem acordados com os reis de Portugal, Afonso Henriques e Sancho I, pois os muçulmanos tanto de Lisboa como de Silves não mostraram nenhuma vontade em negociar com os cruzados. Os redactores, em ambas as fontes, fazem uma referência explícita a esta imposição feita por parte dos vencidos. Os muçulmanos mostravam temer muito mais a acção das forças cruzadas do que propriamente das forças militares portuguesas. É que com os portugueses estavam habituados a partilhar a fronteira e a conviver pacificamente durante as tréguas e dos cruzados conheciam relatos das suas acções violentas, que raramente distinguiam mulheres, crianças e idosos das forças militares e que tinham por objectivo a destruição total das populações infiéis.

⁷⁶ *Crónica de 1419*, ed. Adelino Calado, Aveiro, 1998, p.154.

1.3 OS TEMAS

O principal tema dos dois textos é obviamente a conquista das cidades de Lisboa e de Silves, por parte das forças conjuntas de cruzados e portugueses. Depois, a partir deste tema maior, desenvolvem-se outros que se articulam com este e entre si. Apesar de constituírem uma visão parcial da realidade, de nos darem apenas a visão dos cruzados autores que tomam posições, emitem juízos de valor, posicionam-se relativamente à conduta das personagens que vão descrevendo, estas fontes muito nos informam sobre os acontecimentos que relatam, constituindo por isso um instrumento privilegiado para analisar o olhar destes homens sobre aquilo em que participaram e assistiram.

As duas fontes em análise encontram-se repletas de informações que nos permitem reconstituir o quotidiano das inúmeras viagens que os cruzados fizeram à Terra Santa e aos lugares sagrados, durante o período das Cruzadas. Tanto uma como outra, informam-nos acerca da composição das tripulações que integravam estes contingentes, desde os comandantes dos cruzados aos sacerdotes, ou às mulheres que os acompanhavam, mas que não apareciam em público. O narrador de Lisboa diz-nos que os cruzados reuniam em assembleia e as decisões eram tomadas depois de todos ouvidos, e que todos os que embarcavam naquela empresa estavam sujeitos às mesmas obrigações de uma paróquia, ou seja, teriam de comungar e de se confessar semanalmente⁷⁷. A viagem também é descrita de forma muito circunstanciada, havendo referência aos portos por onde passavam, aos fenómenos atmosféricos que assistiam durante as travessias, às dificuldades vividas provocadas pelos ventos contrários, às naus que encalhavam em bancos de areia, às lendas que conheciam dos lugares por onde passavam. Por exemplo, quando caracterizam a região de Sintra, ambos se referem às lendas das éguas que engravidavam com os ventos⁷⁸. Todo o itinerário destas expedições marítimas é-nos apresentado com grande pormenor, até ao ponto de sabermos os dias que despendiam de um porto a outro.

Estes homens que nos relatam as viagens e as conquistas das cidades de Lisboa e de Silves dão-nos provas, ao longo dos seus textos, de conhecerem a geografia dos

⁷⁷ É curiosa esta referência que equipara os cruzados temporariamente a monges, sujeitos à obrigação semanal de confissão e comunhão.

⁷⁸ Aires Nascimento identifica Solino, que se baseia em Plínio, como a fonte desta informação. Cf. Aires Nascimento, Op. cit., nota 92, p.163.

lugares por onde passaram, pois os relatos aparecem com referências aos nomes das localidades, aos santuários, à data ou à circunstância da fundação das cidades, o que indicia conhecimentos de geografia, provavelmente baseados em autores clássicos e árabes. A riqueza económica dos campos em redor das cidades e os seus respectivos termos, bem como as distâncias entre as cidades, castelos e lugares, por onde as frotas cruzadas passavam, também nos parece um decalque das informações de *Idrisi*. Como encontramos muitas semelhanças no tipo de descrição geográfica e, podemos afirmar que ambos os narradores terão tido acesso ao mesmo tipo de informações, orais ou escritas. Aqui poderá residir a explicação para a descrição tipificada que produziram daquilo que observaram.

Através das suas penas, temos a possibilidade de reconstituir parcialmente a Lisboa e a Silves muçulmana nas vésperas das conquistas. As suas descrições dão-nos as características dos sistemas defensivos dessas urbes, o número de portas⁷⁹, o número e tipo de torres, as várias linhas de muralhas, as ruas estreitas e sinuosas, os arrabaldes, onde as habitações se amontoavam. Os autores revelam conhecer as partes constituintes da cidade islâmica, pois enumeram a *almedina*, a *alcáçova* e os arrabaldes. Sabiam que o alcaide era comandante militar da cidade. Em Silves, a couraça que defendia o sistema de abastecimento de cidade é descrita com grande pormenor e, a partir daí, podemos reconstituir a estrutura que servia para abastecer a cidade numa situação de cerco, uma vez que hoje, como já dissemos, não se conhecem vestígios materiais desta estrutura.

Pelos textos, também ficamos a saber que qualquer ataque militar cristão às cidades era antecedido por uma missa, que tinha não só a função de unir o grupo como também de emprestar um significado religioso ao acontecimento, convocando a intervenção divina, lembrando o objectivo maior que os impelia a lutarem: o alargamento dos territórios da Cristandade e o enfraquecimento do poder militar dos infiéis. Os longos cercos que antecederam cada uma destas conquistas são descritos ao pormenor, dia a dia, com todos os contratemplos, os desaires, os avanços dos sitiados, a resistência dos sitiados, as máquinas de guerra utilizadas, os tiros das balistas, a minagem das muralhas, os mortos em combate e os cemitérios construídos para os

⁷⁹ E sabemos que a importância de uma cidade media-se pelo número de portas. Lisboa possuía cinco portas e Silves três, sendo, portanto, consideradas urbes importantes. No entanto, é curioso o cruzado teutónico referir-se a Silves como maior do que Lisboa, quando a contempla. Não deixava de ser uma forma de enaltecer o feito que se propunha relatar na sua narrativa.

sepultarem. Um sem número de detalhes que permitem ao leitor avaliar as dificuldades vividas, tal é o realismo concedido à descrição pelos redactores.

Tanto num relato como noutro, os autores facultam-nos preciosas informações acerca dos intervenientes das acções relatadas. Os cruzados são-nos descritos pelo nome e pelo cargo desempenhado, no caso do texto sobre Lisboa. O narrador de Silves não nomeia os intervenientes. Apenas designa o alcaide da cidade, *Albainus*, pelo nome e, mesmo assim, parece ter confundido o nome com a designação do cargo, como já anteriormente referimos. Todos os outros aparecem sem um nome, sem um rosto. As personagens do relato de Lisboa são descritas com tal pormenor, que quase podemos seguir-lhes os passos, a partir da documentação da época.

Estes cruzados redactores fazem-nos um retrato fiel do cruzado do séc. XII, com todas as virtudes e contradições de qualquer homem, movido pela vontade de servir a Deus, mas com o desejo de enriquecer à custa da pirataria e dos saques que as viagens à Terra Santa lhe proporcionavam. Tanto as acções mais meritórias como as menos correctas foram descritas, havendo sempre um tom mais compreensivo para com os cruzados do contingente ao qual o autor pertencia, como seria de esperar. No entanto, pelas suas narrativas ficamos a saber o que estes homens pensavam sobre os acontecimentos que descreveram, porque não se coíbem de emitir juízos de valor, de opinar, de enaltecer a acção de alguns e desmerecer a de outros, assumindo a sua perspectiva dos acontecimentos que viveram.

Os portugueses, quer as hostes do rei, quer o próprio monarca aparecem caracterizados de maneira diversa nas duas fontes em análise. Em Lisboa, como temos um narrador comprometido com a coroa e com o poder eclesiástico do reino de Portugal, na sua narrativa, a imagem do rei aparece-nos imaculada, sem defeitos. Afonso Henriques é apresentado como um rei cujo comportamento é aquele que se espera de um homem que desempenha a sua função, intransigente para com as acções menos correctas dos cruzados, compreensivo e humano para com o inimigo, a quem tenta poupar a vida, um homem que soube congregar todas as forças militares em torno desta grande empresa que foi a conquista de Lisboa. O narrador de Silves não tem uma boa impressão de Sancho I, nem do contingente português em geral. O rei dos portugueses surge na sua narrativa como um monarca que não cumpriu o pacto firmado com os cruzados, que não acreditou na conquista da cidade, estando

constantemente a dar sinais de desistência. A hoste portuguesa não só não participou nos trabalhos do cerco como apresentou sempre uma postura de desistência, desencorajadora para todos aqueles que se esforçavam para tomara a cidade. É esta a perspectiva dos acontecimentos que o cruzado de Silves nos faculta.

Ambas as fontes fazem-nos um retrato do inimigo. O muçulmano é apresentado nas duas narrativas como o mouro, o sarraceno, o infiel, o inimigo da fé, aquele que é necessário combater. Tanto aparece a protagonizar acções sacrílegas e moralmente reprováveis aos olhos cristãos como também transparece na escrita uma certa consideração e valorização da sua tenacidade a defender a cidade, das suas realizações culturais e da riqueza e inexpugnabilidade das suas urbes. Um inimigo que se combate, que repele em certo sentido mas que, simultaneamente é objecto de uma curiosidade e de um deslumbramento patentes em diversos aspectos dos textos.

1.4 OS NARRADORES

Saber ler e escrever, na época, finais do séc. XII, inícios do séc. XIII, constituía uma atribuição quase específica do clero. Mas, é óbvio que haveria excepções e não podemos afirmar categoricamente que os autores das fontes em análise pertenciam ao clero. No entanto, é uma hipótese que faz algum sentido colocar-se, uma vez que os assuntos narrados e a vontade de dar a conhecer os feitos militares da Cristandade sobre o Islão, para além de propagandarem as cruzadas, eram comuns tanto ao poder político português como à Igreja. Provavelmente, eram clérigos ou homens ligados à Igreja que tomaram a empresa de narrarem os factos dignos de registo para uma Cristandade que se debatia em várias frentes contra os inimigos da fé. Em Lisboa temos mais certezas de que o cruzado R. seria um clérigo, que integrou o contingente anglo-normando. Relativamente a Silves, não podemos afirmar ou negar que o cruzado anónimo, autor da fonte, fosse um religioso, mas a sua preocupação com a dimensão moral da conduta dos cruzados, ou do monarca, parece sugerir alguém com formação religiosa. Através da sua escrita, percebemos que o cruzado teutónico nutria algum interesse pelas Ordens Militares com as quais contactou na conquista da cidade. Estiveram ao lado de Sancho I cinco Ordens: três internacionais, do Hospital, Santo

Sepulcro e do Templo, e duas peninsulares, de Santiago e de Avis. Parece conhecê-las bem, mas ao descrevê-las, engana-se na sua identificação, falando apenas em três em vez das cinco.

O narrador de Lisboa revela uma maior erudição⁸⁰ não só pela estrutura e dimensão do relato que produz, mas porque o vemos a utilizar um conjunto de conhecimentos, de fontes clássicas e árabes, para descrever os fenómenos naturais e a geografia dos locais por onde passa, o que demonstra tratar-se de um homem letrado, detentor de saberes que revelam um relativo conhecimento dos autores e obras que referencia. No seu texto, são muito mais as referências a autores clássicos do que aquelas que encontramos na fonte de Silves. Acerca do que patenteia saber pelas referências que faz, ao longo do texto, às lendas locais, ao túmulo de D. Donato, à designação particular de certas regiões, aceitamos a proposta já referida de Ruy de Azevedo de que grande parte desse conhecimento poder-lhe-á ter sido transmitido por via oral. Ficou cerca de dez dias no Porto, até Lisboa teve a companhia do arcebispo de Braga e do bispo do Porto, permaneceu em Lisboa, pelo menos durante o Inverno de 1147-48, e durante todos estes períodos teve oportunidade de receber informações acerca da região, clarificar ideias e impressões e pôde consultar documentação oficial que integrou na sua obra⁸¹. Provavelmente também se relacionava com o poder político e religioso com à vontade, estando presente em momentos particulares, em que só alguns tiveram o privilégio de participar. Referencia extensos discursos e sermões integrais que indiciam essa proximidade. Pela linguagem que utiliza, pelo seu interesse pelas questões de carácter religioso, que se traduzem nas descrições de igrejas, relíquias, sermões, ou milagres, pela citação recorrente das Sagradas Escrituras, parece-nos não haver dúvidas que se tratava de um clérigo, tal como defendeu Charles David⁸².

O cruzado anónimo de Silves apresenta uma narrativa mais singela, onde podemos identificar descrições mais ou menos estereotipadas da paisagem natural e urbana

⁸⁰ Mas, segundo Charles David, não manuseava o latim nem as fontes clássicas de que se socorria com grande mestria. Cf. Charles Wendell David, *Narratio de itineri navali peregrinorum hierosolymam tendentium et Silvian carpentium, a.d. 1189*, Proceedings of the American Philosophical Society, 81, 1939, pp.591-676.

⁸¹ Cf. Ruy de Azevedo, "A carta ou memória do cruzado inglês R. ..." in *Revista Portuguesa de História*, 1957, vol.7, pp. 353-357.

⁸² Charles W. David, *De Expugnatione Lyxbonensi, The conquest of Lisbon*, Columbia Univ. Press, N.Y., 1936, pp.41.

com que vai contactando e que vai descrevendo, o que nos indica que conhecia tais descrições da autoria, por exemplo, de geógrafos árabes, quanto mais não fosse por via oral, tal como o de Lisboa. Também menciona a lenda das éguas que engravidam com o vento, na região de Sintra, numa alusão a Solino. São raras as referências clássicas que encontramos ao longo desta fonte. O seu texto tem uma estrutura muito mais simples, assente numa descrição cadenciada dia-a-dia de tudo o que vai vivendo. É curioso constatar que a sua narrativa é pontuada por muita informação que o seu autor recolheu a partir de um olhar muito atento a tudo o que o rodeava. Quando menciona as Ordens Militares que acompanharam o rei durante o cerco, apesar de se enganar na sua identificação, descreve com grande acerto as características dos freires de Santiago que traziam cosida na veste uma cruz em forma de espada e podiam ser casados. Também se verifica neste autor um esforço enorme em captar os termos árabes com que são identificadas estruturas ou partes da cidade e cargos administrativos. Quando se refere à Torre de Maria, regista “Burgae Mariae”, numa aproximação clara ao termo árabe “*burdj*” que provavelmente terá ouvido e que significa “torre”⁸³. Há uma nítida preocupação em registar tudo o que vê, termos que ouve, comportamentos que identifica, quer seja no inimigo quer seja no contingente cruzado ou português.

A sua possível faceta religiosa manifesta-se no cuidado que revela em referenciar o santo de cada dia que descreve⁸⁴, os momentos em que apresenta provas da intervenção divina nos acontecimentos que observa. Mas, a sua narrativa apresenta poucos sinais de sacralidade quando comparada com a de Lisboa, e nela apenas encontramos uma única referência à Bíblia⁸⁵, não se referindo nem a sermões, nem milagres ou mártires. Também não faz referência à construção de igrejas, como se verificou em Lisboa, para sepultar os cristãos caídos em combate, mas muito provavelmente tal também se terá verificado em Silves. Não temos, portanto, informações suficientes nem para afirmar que pertenceria ao clero, nem para negar tal afirmação. A sua escrita revela apenas uma educação erudita rudimentar.

⁸³ Cf. Cláudio Torres, Santiago Macías, *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa, C. Leitores, 1998.

⁸⁴ Conhecimento manuseável por qualquer leigo fervoroso da época.

⁸⁵ Charles David apenas encontrou uma citação bíblica “*salvat sperantes in se*”. Cf. Charles Wendell David, *Narratio de itineri navali peregrinorum hierosolymam tendentium et Silvian carpentium, a.d. 1189*, Proceedings of the American Philosophical Society, 81, 1939, pp.622.

Ambos os cruzados são narradores participantes, viveram os acontecimentos que nos dão a conhecer. As suas narrativas constroem-se a partir da sua perspectiva dos acontecimentos, que partilham com o leitor. A sua escrita faz-se na primeira pessoa. Trata-se de testemunhos da sua mundivisão. Acompanham a partida dos navios dos portos do Norte da Europa, descrevem com minúcia e detalhe todos os momentos e episódios mais significativos da viagem, desde os locais por onde passam, os fenómenos naturais, os santuários, as intempéries e a intervenção divina que os auxilia e lhes revela Deus sempre a seu lado. Também demonstram conhecer as especificidades geográficas e as lendas dos lugares por onde passam. O cruzado teutónico, pelo relato pormenorizado que faz da viagem, descreve muitos fenómenos naturais e conhecidos pelos marinheiros com algum espanto e admiração, o que nos poderá indiciar tratar-se de um homem sem experiência de mar. O cruzado anglo-normando também descreve com algum pormenor a viagem e as atribulações vividas pelas tripulações⁸⁶. Chegados à cidade a conquistar, ficaram maravilhados e impressionados. O cruzado de Silves utiliza todo um léxico apropriado para descrever as construções muçulmanas, o que revela uma curiosidade pelo mundo que não era o seu. Aplica com correcção os termos muçulmanos de *couraça*, *rovalde* (arrabalde), *Almedina*, revelando uma sensibilidade linguística para uma realidade diferente. O narrador de Lisboa revela interesse pela cidade muçulmana, descreve as suas partes constituintes, as suas portas, as suas termas e banhos quentes, refere-se à tolerância religiosa que se depreende de uma convivência de muçulmanos, cristãos moçárabes e judeus, mas que condena veementemente.

O autor de Silves narra, como já frisámos, em função das impressões, das sensações, do sentimento que colhe no momento que vive. Não é porta-voz de uma classe, de um grupo, como parece ser o cruzado de Lisboa. Este último parece ter uma função de relevo no grupo de cruzados que cercam a cidade de Lisboa. Pelo menos, relaciona-se de forma muito próxima com Hervey de Glanville e, apesar de não revelar grande erudição, manuseia e transcreve com grande pormenor e rigor os discursos do bispo do Porto e do arcebispo de Braga, apresentando as citações e referências com correcção. É por isso que seria interessante conhecer a identidade deste cruzado de

⁸⁶ Os ingleses estavam habitados a navegarem entre a sua terra e as costas da Galiza, onde faziam peregrinações regulares ao túmulo de Santiago. Quando as frotas chegam a Lisboa, o narrador refere que alguns do seu contingente já ali haviam estado, na primeira tentativa de tomar Lisboa, no início da década de 40 do séc. XII.

Lisboa e a sua relação com o poder político e religioso português, para clarificar as razões da produção desta narrativa, uma vez que é difícil aceitar que um trabalho estruturado com tanto cuidado tivesse sido realizado por iniciativa própria⁸⁷. Será que a finalidade do prólogo esgotaria os objectivos desta produção? Não nos parece, pois este narrador, apesar de estrangeiro, devolve-nos uma imagem perfeita do rei de Portugal, complacente, justo, moderado, em paralelo com uma imagem muito positiva do desempenho do seu contingente cruzado e do seu patrono, que exalta e louva ao longo do texto, Hervey de Glanville. Este texto parece-nos enquadrar uma estratégia de uma campanha cuja preparação contradiz qualquer carácter espontâneo⁸⁸.

Estes narradores-participantes têm em comum o facto de emitirem juízos de valor relativamente a tudo o observam e relatam. Defendem e personificam um ponto de vista, ou seja, aquele que querem dar a conhecer e divulgar. Tomam posições, criticam a postura de alguns dos seus companheiros quando estes se comportam de forma indigna relativamente ao espólio ou aos habitantes da cidade muçulmana. No caso do autor alemão, este critica abertamente o rei de Portugal, D. Sancho I, bem como a hoste portuguesa. Também releva alguma animosidade para com o contingente flamengo, de onde, curiosamente, irá sair o futuro bispo de Silves. Relativamente a Lisboa, o cruzado R. revela uma postura bem mais próxima do rei de Portugal, dos bispos e do exército português, mas também tece críticas aos comportamentos menos cristãos de alguns cruzados, particularmente do contingente flamengo e coloniense, não deixando de as estender ao seu contingente quando este não se comporta de acordo com o seu código moral e religioso. Admiram os feitos de bravura que ocorrem durante os cercos, e mencionam-nos: em Lisboa, temos o ataque ao arrabalde ocidental, no qual o contingente do cruzado foi protagonista, e em Silves temos a acção individual de um galego que retirou uma pedra angular de uma torre. Demonstram admiração pelos sistemas defensivos das cidades muçulmanas que pretendem conquistar. Apresentam-nas como inacessíveis, bem localizadas e defendidas por muralhas, torres e arrabaldes. Numa palavra, inexpugnáveis. O leitor terá portanto de concluir que perante tais colossos, as forças cristãs, portuguesas e cruzadas, conseguiram o que parecia impensável: tomar Lisboa e Silves.

⁸⁷ Maria João Branco, Op. cit, pp.38.

⁸⁸ Maria João Branco, Op. cit., pp.27-28.

O autor de Silves atribui a principal responsabilidade do êxito da empresa ao contingente cruzado, uma vez que menciona por diversas vezes e de forma depreciativa a postura dos homens portugueses e do próprio monarca, que não se empenharam nos trabalhos de cerco e estratégias de ataque e que teimavam em desistir, desmoralizando todo o restante grupo de sitiados. Em Lisboa, o narrador pouco se refere à hoste de Afonso Henriques, mas não tece comentários negativos relativamente à sua prestação militar. O cruzado de Lisboa apresenta uma imagem bastante favorável do rei de Portugal. Vemo-lo sobretudo a defender em toda a narrativa as posturas, as acções e as intervenções de Hervey de Glanville, o comandante militar do contingente anglo-normando, e de quem o autor parece ter ligação de proximidade.

Mas, algo distingue estes dois narradores. De um sabemos bastante: é normando, conhecemos o seu nome, ou pelo menos a inicial pela qual começava, e quase podemos seguir-lhe as pisadas após 1147, a aceitarmos a tese de Livermore, de que se trata de um clérigo que permaneceu em Portugal, após a tomada de Lisboa e que tinha ligações a Santa Cruz de Coimbra⁸⁹. Permaneceu em Portugal, tinha uma relação privilegiada com o comandante do seu contingente, com o rei de Portugal, acede a informações e a documentos escritos que só o acesso à chancelaria régia lhe permitiria conhecer. Do outro, sabemos apenas que é alemão dadas as inúmeras referências culturais à região do sul da Alemanha, à sua identificação com o grupo de cruzados teutónicos (“os nossos”), à utilização da milha alemã como referência espacial, à comparação do Tejo com o Elba ou de Silves com Goslar, à forma sentida como regista a morte de dois cruzados da cidade alemã de Bremen. Mas, continua anónimo, tal como quase todo o contingente que acompanhou. Não sabemos a sua condição social, se seria um leigo piedoso ou clérigo pouco fervoroso⁹⁰.

⁸⁹ Livermore defende a tese de que a sua nacionalidade seria franco-normanda e não anglo-normanda. Para nós, faz mais sentido tomá-lo por anglo-normando, uma vez que em toda a narrativa o autor se associa ao contingente anglo-normando, referindo-se a ele como os “nossos”. Cf. Harold Livermore, *The conquest of Lisbon and its author*, Portuguese studies, 6, 1990, pp.1-16.

⁹⁰ Charles W. David, *Narratio de itineri navali peregrinorum hierosolymam tendentium et Silvan carpentium, a.d. 1189*, Proceedings of the American Philosophical Society, 81, 1939, p. 600.

1.5 OS DISCURSOS E O LÉXICO

Constituindo a escrita um testemunho de quem escreve, podemos, através destas fontes que analisamos, traçar o perfil destes dois cruzados que em épocas distintas fixaram a memória dos episódios que presenciaram. O que lhes chamou a atenção, os episódios que seleccionaram da multiplicidade de acontecimentos que decorriam em simultâneo, as palavras ou termos escolhidos, a caracterização das personagens que participaram nos eventos narrados, quer do lado cristão, quer do lado muçulmano, tudo isto nos permite avaliar o olhar destes cruzados, a sua perspectiva dos acontecimentos que reflecte a sua cultura, a sua religião, a sua mundividência. Em que medida os discursos construídos e o léxico utilizado para descreverem tudo o que foi narrado nos poderão dar informações sobre o olhar dos sujeitos que nos deixaram estes espantosos testemunhos. A estrutura das narrativas, o destaque dado a determinados episódios, os termos escolhidos, as referências a lendas e a autores clássicos, ao calendário litúrgico, à Bíblia, à geografia dos locais, poderão constituir pistas que nos levem a definir um perfil de cada cruzado autor. É isto que pretendemos analisar neste momento.

No caso do autor do texto sobre Lisboa, a historiografia tem-se debruçado mais sobre ele e, por isso mesmo, somos capazes de melhor lhe definir um perfil. Seria um homem letrado, que manuseava a Bíblia e Solino com pouca mestria, nas palavras de Charles David. Muito provavelmente seria um clérigo, com alguns conhecimentos geográficos sobre a Península Ibérica, sobre as lendas e a história dos mártires de Lisboa, Veríssimo, Máxima e Júlia, e que dominava a escrita e algumas fontes clássicas e árabes. Não revelando grande erudição nem na forma como citava as suas fontes ou outros conhecimentos, teria competências suficientemente desenvolvidas ao nível da escrita para abraçar uma empresa desta natureza como é a redacção de um texto narrativo dos acontecimentos vividos pelo seu contingente cruzado. Também o seu alegado estatuto de clérigo ajuda-nos a explicar a sua relação com Hervey de Glanville, o comandante do contingente anglo-normando, e com Osberto de Bawsey, o clérigo da sua terra natal a quem dirigiu a missiva. Tratava-se portanto possivelmente de um clérigo que aceitou participar na empresa bélica com fins religiosos e pios, como era a cruzada à Terra Santa, e assumiu a tarefa de ir registando tudo o que fosse digno de

dar a conhecer sobre a acção desse contingente anglo-normando durante a sua participação na Segunda Cruzada. Ter-lhe-á ocorrido inicialmente, de forma ocasional, o registo escrito dos acontecimentos e o desejo de endereçar a sua narrativa ao clérigo da sua terra natal? E, posteriormente, as estruturas políticas e eclesiásticas que participaram no cerco e na conquista de Lisboa, interessadas em fazer ecoar por toda a Cristandade os feitos destes homens, encomendaram-lhe a tarefa de compor um texto maior, mais completo, que integrasse os discursos e os sermões proferidos pelas personalidades mais relevantes que participaram nos acontecimentos? Nada sabemos sobre isto. Apenas conjecturamos. Sabemos o que nos deixou como sua intenção, no prólogo que escreveu, e sabemos que a sua narrativa teve uma grande repercussão na época em que foi produzida e posteriormente, por toda a Europa. Há referências à tomada de Lisboa em diversas fontes⁹¹.

O narrador do texto de Silves também poderá ter sido um clérigo ou um leigo piedoso. Em toda a sua extensa prosa apenas faz uma citação da Bíblia, não se refere a milagres como o narrador do texto de Lisboa, nem reproduz discursos ou sermões dos eclesiásticos que acompanhavam os contingentes. Parece-nos que não teve uma ligação estreita com as estruturas políticas e eclesiásticas de Portugal, enquanto por cá permaneceu, pois não existem referências a tal na sua narrativa. Mais, apresenta-nos uma visão pouco positiva da postura do rei e dos portugueses, constituindo este facto uma prova de que não existiria qualquer ligação aos poderes portugueses nem o próprio narrador estaria a desempenhar um papel de veículo internacional das acções meritórias de Sancho I em prol da Cristandade, contrariamente ao que constatamos relativamente ao narrador da fonte sobre Lisboa. O autor da fonte de Silves parte mais cedo de Portugal que o de Lisboa, pois logo que a conquista da cidade se concretiza, acompanha as frotas cruzadas rumo ao Mediterrâneo. Cadencia a sequência dos dias do cerco em termos religiosos, fazendo sempre alusões ao calendário litúrgico e ao significado religioso e simbólico de cada dia. Mas, este tipo de conhecimento poderia ser dominado por um leigo mais fervoroso. Agora, a questão de saber ler e escrever é que talvez nos leve a considerar que seria um clérigo, com pouca formação e pouca

⁹¹ Maria João Branco em “A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida”, *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, ed. Aires do Nascimento, 2ª ed., Lisboa, Vega, 2007, refere-nos isso.

erudição, pois seria muito raro no séc. XII alguém que não pertencesse ao clero dominar a leitura e a escrita. Mas, mais nada se pode afirmar sem especular.

Acerca dos termos utilizados por estes autores para descreverem as cidades muçulmanas e os seus habitantes, encontramos no autor de Silves uma grande preocupação em utilizar expressões árabes para designar partes ou estruturas da cidade, tal como *rovale* (arrabalde), *couraça* (estrutura defensiva de abastecimento de água), *medina* (cidade). O registo de palavras em árabe, o nome do alcaide, a descrição do sistema defensivo da cidade, as características portas em cotovelo, a imponência da urbe, tudo nos leva a concluir que este narrador procurou estas informações, revelou interesse por esta realidade que não era a sua, era a dos inimigos que combatia, mas que lhe suscitava interesse, curiosidade e admiração. Apesar desta constatação, surgem por todo o texto informações e juízos de valor depreciativos relativamente aos muçulmanos, os inimigos da fé que se comportavam de forma pouco aceitável, aos olhos dos cruzados. Em todo o texto, como já foi referido, apenas uma personagem é identificada pelo seu nome próprio, o *alcaide Albainus* (governador da cidade). As restantes personagens surgem-nos identificadas pelo seu cargo, pelas suas funções mas não pelo nome próprio, como se esse facto não fosse relevante para o sentido da narrativa. O narrador de Lisboa, parece-nos mais interessado em elencar com muito cuidado os contingentes cruzados, o nome dos seus comandantes, das personagens mais importantes da sociedade portuguesa. Isto significa duas coisas, que teve tempo para anotar todos os nomes dos seus e dos portugueses e teve interesse em fazê-lo, tornando a narrativa num texto propagandístico do feito destes homens particulares, para além dos inúmeros anónimos que também ajudaram à tomada desta importante cidade.

A descrição que estes cruzados fazem das cidades que muito provavelmente vislumbraram pela primeira vez, à data do início dos cercos, é uma descrição que mobiliza várias informações: o que vêem, o que sabem delas, a ideia e os preconceitos que formulam acerca daquela realidade urbana que faz parte do mundo cultural do inimigo. Por isso, estas fontes nos ajudam a reconstruir, se bem que parcialmente, a cidade muçulmana de Lisboa e de Silves nas vésperas da sua conquista. As ruelas estreitas, a arquitectura das habitações e dos templos, as estruturas de abastecimento de água e de armazenamento de cereais, as muralhas, as torres, as portas, os

arrabaldes, tudo é descrito com pormenor e interesse. Tratavam-se claramente de grandes urbes muçulmanas que impressionavam o mundo cristão e a sua conquista constituía razão de orgulho. Quando se referem ao termo das cidades, vemos que existem muitas semelhanças com a descrição dos geógrafos árabes da época, como *Idrisi*, pois existe total concordância entre as caracterizações das regiões de Lisboa e de Silves. Como já foi atrás afirmado, tal informação poderão tê-la obtido oralmente, no contacto que estabeleceram com a população muçulmana e moçárabe destes espaços urbanos. Também surgem informações de origem clássica. O cruzado R. fala-nos da riqueza do Tejo quer em peixe ou ouro, que nos remete para Santo Isidoro, segundo Aires Nascimento⁹². Depois caracteriza a região de Almada e Palmela, rica do ponto de vista agrícola. Também faz referência à riqueza e produtividade dos campos em redor de Lisboa, cidade que era igualmente um centro de comércio muito importante, sendo por isso uma urbe rica e opulenta.

O muçulmano é identificado por muitos termos, sarraceno, mouro, inimigo da fé, infiel, contrário. O autor da fonte de Silves parece saber mais das características destas gentes que vêm combater, pois enumera os termos daqueles que vivem no *Andalus* e em Marrocos. Apesar de, recorrentemente ser identificado com termos pouco valorativos, não se pode afirmar que o inimigo, nestas fontes, apresente sempre uma faceta negativa. Vemo-lo a ser valorizado quando se referem à imponência das urbes, à beleza dos edifícios, aos campos agrícolas bem cuidados, à forma como castigavam a cobardia, à bravura e tenacidade com que os habitantes defenderam as suas cidades. Relativamente a este último aspecto, o narrador de Silves frisa mesmo que os cruzados ficaram maravilhados com o que puderam observar⁹³ e, por diversas vezes puderam constatar que os muçulmanos lutavam de igual para igual⁹⁴. O muçulmano combatente é muito valorizado pelo narrador de Silves. Em Lisboa, também não podemos afirmar que ele não seja valorizado, pois também defende a cidade enquanto pode, mas a sua valorização não é tão enfatizada e tal facto poderá estar relacionado com os propósitos últimos destas narrativas. Em Lisboa, o narrador procurou uma

⁹² Aires Nascimento, Op. cit., nota 84, p.162.

⁹³ “(...)o que em verdade nos maravilha”, Cf. Manuel Cadafaz de Matos, *A cidade de Silves num itinerário naval do séc. XII por um cruzado anónimo*, [fac.simile da edição de João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1844], Edições Távola Redonda / CMS, Silves, 1999, p.24.

⁹⁴ “(...) semelhantemente com muita qualidade de trabalhos procuravam traças para impedir a nossa obra” . Cf. Idem, p.32.

síntese sobre a vitória portuguesa e cruzada, cujo sentido estava previamente delineado; em Silves, houve apenas a vontade de ir registando tudo o que se observasse e, talvez por isso, temos uma escrita mais espontânea e, podemos arriscar dizer, mais próxima do que realmente aconteceu.

CAP.II – AS REPRESENTAÇÕES DAS CONQUISTAS

As conquistas cristãs de Lisboa e de Silves deram origem a um conjunto alargado de textos, cristãos e árabes, que se propuseram descrever, com maior ou menor pormenor, os principais episódios destes dois momentos fundamentais para a história dos reinados de Afonso Henriques e do seu sucessor, D. Sancho I. A tomada de Lisboa em 1147, na sequência de anteriores tentativas, revestia-se de uma importância determinante para a afirmação política do rei fundador. Como esta conquista se veio a revelar definitiva, acabou por ter um significado particular na política de alargamento do território levado a cabo por Afonso Henriques, associada à luta contra o infiel que ocupava os territórios a sul. No final do seu reinado, fazia-se um balanço bastante positivo de toda a sua acção política e militar: não só se conseguira controlar definitivamente toda a linha do Tejo, protegida por importantes sistemas defensivos, como se tomara definitivamente Évora⁹⁵. O seu reino crescera enormemente e a sua acção em prol da cristandade fora finalmente reconhecida pela Santa Sé, se bem que desde a década de 1140 agisse como um rei de pleno direito. O reinado de Afonso Henriques teria necessariamente de captar a atenção de cronistas régios e eclesiásticos, contemporâneos e posteriores⁹⁶. A conquista de Lisboa também foi sentida pelos cruzados que nela participaram como um acontecimento importante, quer do ponto de vista militar, quer do ponto de vista religioso, da luta contra o infiel que o movimento cruzadístico preconizava.

⁹⁵ Cf. José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, C. Leitores, 2006, p.226.

⁹⁶ Para além da conquista de Lisboa, também a conquista de Santarém, consumada uns meses antes, foi registada por escrito, pelo cenóbio crúzio. Trata-se de um texto cuja única cópia conhecida se encontra num códice alcobacense do séc. XIII. Foi intitulado por Herculano como *De Expugnatione Scalabis* e evoca a memória da conquista de uma importante cidade pelo rei fundador. Cf. Armando de Sousa Pereira, *Representações da guerra no Portugal da Reconquista (sécs. XI-XIII)*, C.P. História Militar, Lisboa, 2003, pp.55-59.

A cidade de Silves era, na época da sua primeira conquista cristã (1189), a mais importante cidade do *Gharb al-Andalus*⁹⁷. A tomada da cidade pelas forças conjuntas de cruzados e portugueses, consistiu num grave atentado ao poder militar almóada, comandado pelo califa *al-Mansur*, que ainda não se havia restabelecido do fracasso em que tinha redundado o cerco a Santarém, em 1184, no qual ficara ferido de morte o califa da altura, seu pai. Este importante feito militar levado a cabo no coração do *Gharb* era uma prova do poder e determinação de Sancho I relativamente ao sul islâmico. Como também se tratou da única conquista militar realizada durante o reinado deste rei, acabou por ser o único feito a ser registado para a posteridade. Também o cruzado anónimo teutónico teve a percepção que aquele acontecimento era importante, tendo, por isso, registado com cuidado todos os pormenores que observou.

2.1 A CONJUNTURA POLÍTICA DAS CONQUISTAS

A conquista de Lisboa aos mouros, em 1147, aconteceu poucos meses após a tomada de Santarém⁹⁸. Estas duas cidades fluviais revelavam-se fundamentais para garantir o controlo militar da linha do Tejo e servir de base de ataque ao sul islâmico. Lisboa, após dezassete semanas de cerco, foi tomada, com o apoio do contingente armado da Segunda Cruzada que seguia para a Terra Santa, e que Afonso Henriques tão bem soube aliciar, com promessas de saque e com uma fundamentação teórica do valor da luta peninsular contra o Islão, uma guerra que a Santa Sé elevara ao estatuto de guerra santa⁹⁹. Silves foi tomada depois da destruição de Alvor, uma povoação que ficava nas suas imediações e que poderia apoiá-la num eventual ataque cristão. O cerco de Silves foi menos longo, de seis semanas e três dias, devido à falta de água potável¹⁰⁰ e de alimentos que não permitiu à população muçulmana resistir por mais tempo.

⁹⁷ Era a Kura de Ossonoba, ou seja, a capital de distrito.

⁹⁸ Santarém é conquistada de catorze para quinze de Março de 1147 e o cerco a Lisboa inicia-se a um de Julho desse mesmo ano.

⁹⁹ José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, C. Leitores, 2006, p.170.

¹⁰⁰ A destruição da couraça foi fundamental para abreviar a rendição da população da cidade sitiada.

Estas duas conquistas ocorreram em momentos políticos distintos, em reinados distintos, separadas por quarenta e dois anos. Em 1147, Afonso Henriques conquistou Lisboa depois de uma primeira tentativa fracassada, no início da década de 40. Aproveitou-se de uma conjuntura favorável, devido à fragmentação política vivida do lado muçulmano, criada pela emergência das *Segundas Taifas*¹⁰¹. Preparando com cuidado e antecedência a conquista da cidade, o monarca delineou uma estratégia diplomática e militar que passou pela tomada prévia de Santarém, fundamental para evitar qualquer abastecimento ou apoio militar a Lisboa por via terrestre¹⁰², e pelo apoio militar que significavam os contingentes cruzados em trânsito pela costa portuguesa. Sancho I também parece ter preparado com alguma antecedência a tomada de Silves. Prova disso é o seu primeiro testamento, datado precisamente do ano anterior à conquista, ou seja, de 1188¹⁰³. Estrategicamente organizou, cerca de um mês antes, a destruição de Alvor, socorrendo-se de frotas cruzadas que o apoiaram neste ataque. De seguida, tudo leva a crer, sabia e esperava a chegada de novos contingentes cruzados, para os convencer a lutarem contra os muçulmanos e o apoiarem na conquista de Silves, prometendo-lhes o saque e a honra de participarem em acção tão valorosa que era a luta contra os muçulmanos em terras peninsulares. A conjuntura também lhe era favorável: o emir de Marrocos tentava controlar uma revolta nas Baleares e não poderia deslocar com rapidez as suas tropas para o *Gharb*.

Portanto, o que pretendemos demonstrar é que, em ambas as conquistas, os respectivos monarcas souberam aproveitar as conjunturas políticas favoráveis, arquitectando com antecedência a tomada das cidades, recorrendo ao auxílio das forças cruzadas, conquistando previamente cidades ou povoações em redor do seu termo, de modo a garantir o êxito das acções militares. No caso de Lisboa, Afonso Henriques, que já antes tentara tomar a cidade, parece-nos ter estruturado um plano mais complexo, que não só envolvia o aproveitamento das forças cruzadas como também se estendia a uma acção diplomática que complementava toda a estratégia militar delineada. A conquista permitia-lhe afirmar-se em duas frentes, uma territorial outra diplomática. Sancho I enceta um projecto de cariz militar, em que não deixa de

¹⁰¹ José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, C. Leitores, 2006, 145.

¹⁰² As fontes muçulmanas dão-nos conta do isolamento político e militar de Lisboa, à data da sua conquista pelas forças cristãs, segundo Inês Lourinho. Cf. *1147: Uma conjuntura vista a partir das fontes muçulmanas*, Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à U.L.F.L., 2011, policopiada.

¹⁰³ Cf. Maria João Branco, *D. Sancho I*, Lisboa, C. Leitores, 2006, p.124.

ambicionar um reconhecimento político, quanto mais não seja porque imediatamente a pós a tomada de Silves, amplia o seu título para “rei de Portugal e de Silves”.

Através das descrições feitas pelos autores das fontes cristãs em análise, podemos reconstituir a Lisboa e a Silves muçulmana nas vésperas das conquistas. Os cruzados devolvem aos leitores um olhar deslumbrado destas urbes, desde os seus sistemas fortificados à complexidade urbanística sem paralelo nas cidades norte europeias. A alcáçova, a medina, o alcácer, as portas, as torres albarrãs, a barbacã, a couraça, as cisternas, os poços, os silos, os arrabaldes, os cemitérios, e a mesquita, tudo é descrito com um pormenor e uma atenção de quem olha pela primeira vez para uma realidade que apenas conhece de relatos orais ou escritos. Daí que a construção da imagem destas cidades seja importante, na medida em que nos poderá permitir reconstruir a ideia que os nossos narradores dela fizeram e dela quiseram projectar.

2.1.1 LISBOA: 1147

A Batalha de S. Mamede, em 1128, marcou o início da apropriação do condado portugalense por parte de Afonso Henriques e do seu grupo de nobres. Teria cerca de vinte anos o filho do conde Henrique da Borgonha quando deu início à consolidação e expansão do território. Na sua actuação podemos distinguir duas componentes, uma bélica e outra diplomática, que não têm existência de forma isolada. Havia que combater o *al-Andalus* islâmico e afirmar a independência política face aos reinos cristãos vizinhos, de Leão e Castela, e desenvolver uma acção diplomática em torno do valor da guerra contra o Islão, junto do papado, a instância que sancionava e legitimava os poderes temporais¹⁰⁴.

Afonso Henriques teve de impor o reconhecimento da sua autoridade, quer a nível externo, quer a nível interno, junto do seu grupo de apoiantes. É por isso que o vemos transferir, por volta de 1131, a sua corte de Guimarães para Coimbra, afastando-se da nobreza senhorial do Norte e procurando aqui o apoio da pequena nobreza de Coimbra e arredores. Coimbra também lhe proporcionava a concretização de um outro objectivo seu: a expansão territorial, resultado das conquistas ao Islão. Uma cidade de

¹⁰⁴ Armando de Sousa Pereira, *Representações da guerra no Portugal da Reconquista (sécs. XI-XIII)*, C.P. História Militar, Lisboa, 2003, pp.33.

fronteira era o que mais convinha a um infante que se auto-proclamava rei de Portugal, permitindo-lhe afirmar-se na luta contra os muçulmanos e aceder às riquezas, que os saques e as pilhagens proporcionavam. Coimbra permitia-lhe então consolidar os seus poderes, aumentar os seus recursos materiais, fundamentais para garantir os apoios militares, bem como afirmar o seu prestígio e reconhecimento político junto dos monarcas peninsulares, da restante Cristandade e de Roma. A guerra contra o Islão, a recuperação de territórios que, por direito, pertenciam à Cristandade e que lhes haviam sido indevidamente retirados, a expansão territorial que daí decorria, eram fortes argumentos utilizados na legitimação e a na afirmação do seu valor militar e do seu poder político.

Coimbra era a maior cidade de Portugal, com um perímetro de cerca de vinte dois hectares, protegidos por uma muralha de construção árabe¹⁰⁵. Para além do seu importante papel de cidade de fronteira, a cidade teria uma significativa actividade comercial decorrente dos produtos transaccionados ou saqueados ao Islão. Não foi por acaso que Afonso Henriques a escolheu para fixar a sua corte. Para além das razões apresentadas, esta cidade era a mais importante do seu condado, quer em termos militares, quer económicos, sociais e culturais. Mas, Coimbra não era só importante para o lado cristão. Os almorávidas tentaram por várias vezes tomar a cidade, após a conquista cristã de Lisboa, em 1094. Logo em 1135¹⁰⁶, Afonso Henriques ordenou a construção do castelo de Leiria, integrado num sistema defensivo mais amplo que abrangia outras fortificações e que defendia as populações de Coimbra. Mas, deste posto militar de fronteira também saíam ataques à cidade muçulmana de Santarém. Estamos portanto perante uma estratégia simultaneamente defensiva e ofensiva. A defesa de Coimbra e do seu termo levou Afonso Henriques a empreender uma guerra ofensiva, cujo objectivo era eliminar os ataques almorávidas ao território português. O castelo de Leiria foi, posteriormente, alvo de um ataque muçulmano, que aparece relatado nos *Anais de Afonso Henriques*¹⁰⁷.

Os acontecimentos que decorreram entre 1128 e 1147 terão sido decisivos na definição de políticas e estratégias e na afirmação de Afonso Henriques como rei de

¹⁰⁵ José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, C. Leitores, Lisboa, 2006, p.105.

¹⁰⁶ De acordo com os *Anais de Afonso Henriques*, citado por Mattoso. Cf. José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, C. Leitores, Lisboa, 2006, p.108.

¹⁰⁷ A data proposta nesta fonte é de 1140, no décimo segundo ano do reinado de Afonso Henriques.

Portugal¹⁰⁸. A Batalha de S. Mamede marcou, portanto, o momento em que Afonso Henriques se afirmou como o novo governante do Condado Portucalense. O cónego regente de Santa Cruz que redigiu os *Anais* identificou este acontecimento como o primeiro da história do reino emergente. Era apresentado como resultado de uma intervenção divina pois ocorreu no dia de S. João Baptista, aquele que anunciou o Messias agora proclamava o aparecimento de um novo reino¹⁰⁹. E, desde 1139, a conquista territorial constituiu o elemento fundamental da legitimação do trono. A estratégia militar passou agora de defensiva a marcadamente ofensiva. A batalha de Ourique foi objecto de uma atenção particular desde logo: o facto aparece registado em 1168¹¹⁰, mas foi-lhe atribuída uma dimensão de carácter extraordinário pelo redactor dos *Anais*¹¹¹. O *scriptorium* de Santa Cruz de Coimbra responsabilizara-se pela construção de uma imagem apologética do rei fundador e esta notícia não escapou a essa lógica de produção teórica, mais a mais, redigida no ano em que o rei fundador morreu. Mas, aqui interessa-nos sobretudo compreender a importância que a luta ofensiva contra os muçulmanos, inimigos da fé passou a ter para a política de Afonso Henriques. A notícia e a memória que se construiu em torno de Ourique dão-nos conta deste facto.

O encontro de Zamora, em 1143, permitiu a Afonso Henriques o reconhecimento do estatuto de rei¹¹² por parte do seu primo, Afonso VII de Leão, e, por essa altura, solicitou ao Papa o reconhecimento do seu direito ao trono e ao reino, oferecendo-lhe vassalagem (*Claves Regni Celorum*). Encetou, então, um conjunto de acções junto da Cúria Pontifícia, que tinham como objectivo captar os favores de Roma e o reconhecimento da monarquia portuguesa. Entretanto, estruturou, em torno do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, do qual era patrono, um aparelho teórico e ideológico, que tinha por função a produção de um discurso apologético e legitimador da sua autoridade e poder político, a que já aludimos. A figura de João Peculiar era quem fazia a ligação entre o poder político português e a Cúria Papal. Desempenhava

¹⁰⁸ Maria João Branco, "Introdução", *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, ed. Aires de Nascimento, Vega, Lisboa, 2ª ed., 2007, pp.22.

¹⁰⁹ Cf. José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, C. Leitores, Lisboa, 2006, p.45.

¹¹⁰ *Annales Portucalenses Veteres*, ed. Pierre David, citado por Mattoso. Cf. José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, C. Leitores, Lisboa, 2006, p.114.

¹¹¹ Cf. José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, C. Leitores, Lisboa, 2006, p.115.

¹¹² Afonso VII reforçava a sua condição de imperador com a homenagem de vassalos de prestígio. Tratou-se portanto de um compromisso que teria obrigações simétricas. Cf. José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, C. Leitores, Lisboa, 2006, p.103.

um duplo papel, de arcebispo de Braga e de emissário do rei. Encontra-se uma coincidência cronológica, que não se pode apenas atribuir ao acaso, entre as idas de Peculiar a Roma e os episódios mais marcantes da afirmação do “rei dos portugueses”¹¹³. O arcebispo veiculava uma imagem imaculada de Afonso Henriques junto do Papa e apresentava o rei fundador como alguém que conquistara o direito ao seu título e à fidelidade dos seus súbditos pelo seu esforço militar e por servir Deus e a religião, ao acrescentar territórios ao seu reino¹¹⁴.

Esta estratégia de afirmação da soberania assente na luta contra o infiel, caracterizadora da acção política de Afonso Henriques, não era inédita no território peninsular. Outros monarcas hispânicos também a promoveram como veículo de aproximação a Roma, na época, o mais legitimador dos poderes¹¹⁵.

Parte integrante de uma estratégia de afirmação antecipadamente arquitectada por Afonso Henriques, a conquista de Lisboa constituiu um argumento de peso na justificação do valor do rei fundador como chefe militar, dentro e fora das fronteiras do seu reino. Na conquista desta cidade, denota-se um planeamento prévio, por parte do monarca português, que via nesta conquista militar e territorial uma forma de legitimação do trono e da independência política.

A guerra encetada contra os muçulmanos tinha uma intencionalidade política e militar muito precisa. E foram os sucessos nesta guerra contra o inimigo da fé que permitiram a Afonso Henriques revelar uma particular característica, a de ser um instrumento de Deus e de estar ao serviço da Cristandade¹¹⁶. A sua acção bélica revestia-se, assim, de um significado maior, simbólico e religioso, transcendente. A sua autoridade e o seu valor enquanto chefe e rei não poderiam ser contestados, uma vez que era um instrumento de Deus na terra, na luta contra o infiel, em defesa das terras da Cristandade. Não agia por si, Deus elegera-o para fazer vingar a sua vontade junto dos homens.

¹¹³ Maria João Branco, “Introdução”, *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, ed. Aires de Nascimento, Vega, Lisboa, 2ª ed., 2007, p.20.

¹¹⁴ Idem, “A conquista de Lisboa revisitada”, *Arqueologia Medieval*, nº7, Porto, Ed. Afrontamento, 2001, pp.220.

¹¹⁵ Idem, “A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida”, *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, ed. Aires de Nascimento, Vega, Lisboa, 2ª ed., 2007, p.22.

¹¹⁶ José Mattoso, “A formação de Portugal e a Península Ibérica nos sécs. XII e XIII”, *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol.1, C. H. Univ. Porto, Porto, 1987, p.31.

Na conquista de Lisboa, recuperam-se terras cristãs aos mouros, aos infiéis, aos inimigos da fé. Podemos encontrar aqui um paralelo com a acção dos cruzados na Terra Santa, na recuperação dos lugares sagrados, tomados aos cristãos pelos inimigos da fé. Afonso Henriques, consciente dessa similitude, conseguiu mobilizar os cruzados do norte da Europa para esta empresa, ampliando em valor e significado a acção militar que pretendia concretizar. Já havia tentado conquistar a cidade no início da década, também com o auxílio de cruzados, mas sem êxito. Percepcionou que poderia aproveitar a conjuntura mental e religiosa favorável à acção. A pregação da Segunda Cruzada feita por Eugénio III, em 1146, e continuada por Bernardo de Claraval¹¹⁷, fizera Afonso Henriques compreender que este era o momento para conquistar, com o auxílio de um precioso contingente militar de homens que lutavam e davam a vida em prol da religião, uma importante cidade da linha do Tejo, que lhe abriria as portas às incursões e à expansão territorial para sul, tornando este um acontecimento de valor inquestionável, que passaria a ser utilizado como um instrumento ideológico ao serviço de uma estratégia de afirmação militar e política. Verifica-se uma “significativa e subtil associação simbólica do rei à cruzada, àqueles que como ele lutavam como *milites Christi*”¹¹⁸. E Afonso Henriques tinha consciência que a imponente Lisboa muçulmana não se conquistava apenas com as forças militares que o monarca reunia no seu território.

Também sabemos que Afonso Henriques se aproveitou da fragmentação política em que tinha caído o *al-Andalus*, com a emergência dos *reinos taifa* e a desagregação do império almorávida, que ocorreu na sequência da revolta de *Ibn Qasí* em 1144¹¹⁹. A conjuntura era-lhe favorável: começara a Segunda Cruzada ao Oriente, na sequência da queda de Edessa, o que lhe garantia contingentes que aportavam na costa portuguesa com alguma regularidade, os quais poderia aliciar com promessas de participação numa guerra equiparável à que se fazia na Terra Santa e com o saque das

¹¹⁷ Eugénio III proclamara, em Dezembro de 1145, a concessão de indulgências a quem tomasse parte na II Cruzada e, em Março de 1146, publicou nova bula apelando à cruzada, ao mesmo tempo que solicitou a Bernardo de Claraval que pregasse a cruzada em França. Cf. José Mattoso, D. Afonso Henriques, Lisboa, C. Leitores, 2006, p.159.

¹¹⁸ Maria João Branco, “A conquista de Lisboa revisitada” in *Arqueologia Medieval*, nº7, Porto, Ed. Afrontamento, 2001, p.219.

¹¹⁹ José Mattoso, D. Afonso Henriques, Lisboa, C. Leitores, 2006, pp.145-6.

conquistas¹²⁰. Por outro lado, o inimigo passava por uma fase de afrouxamento das investidas militares, devido às revoltas que vivia no seu seio, e que levaram ao surgimento das *Segundas Taifas*. Em Janeiro de 1147, nas vésperas da conquista de Santarém, a frota e as forças militares almóadas encontravam-se em Sevilha, como bem notou Inês Lourinho¹²¹. Não havia condições para regressarem a tempo de defender as praças de Santarém e Lisboa. E Afonso Henriques também jogou com o factor tempo a seu favor.

Equacionando tudo com alguma antecedência e tirando partido desta conjuntura¹²², Afonso Henriques programou a conquista de Santarém para garantir o sucesso da nova tentativa de tomar Lisboa e aproveitar o auxílio cruzado, fundamental para contornar a falta de meios e de efectivos militares que sentia no seu reino. Enviara uma carta a Bernardo de Claraval, solicitando-lhe apoio para convencer as esquadras cruzadas a participarem no feito militar que há muito ambicionava concretizar com sucesso. Estabelecera com o senhor de Évora um pacto militar, de que nos fala a carta do cruzado R. A população de Lisboa fica muito desmoralizada quando sabe da resposta do rei de Évora ao seu apelo. As forças cristãs terão empolado o acontecimento como lhes competia e o próprio cruzado narrador não deixa de registar esse efeito no relato que nos deixou. O facto de Alcácer do Sal não ter vindo em socorro da população muçulmana de Lisboa pode estar relacionado com o isolamento a que aquela praça ficara votada desde o pacto firmado com o senhor de Évora e porque Lisboa ainda continuava a ser uma cidade almorávida até à data da sua conquista, ao contrário de Alcácer que se submetera ao poder almóada¹²³.

A conquista de Lisboa foi mais do que a simples conquista de uma cidade. A sua estratégia foi planeada com precisão, com antecedência e com cuidado, de modo a garantir o êxito da empresa. A verdade é que não só conseguiu tomar a cidade como garantiu as condições para que esta importante urbe nunca mais voltasse a mãos muçulmanas. Por isso, não é de estranhar, que a memória que dela se quis construir

¹²⁰ O *relatório anónimo* refere a saída de embarcações do porto de Colónia já em Abril. Cf. Fontes medievais de História de Portugal, ed. Alfredo Pimenta, vol. 1, p.131. Havia que convencer os cruzados a participarem nesta empresa, por isso, era necessário “comprá-los” com a promessa do saque.

¹²¹ Cf. Inês Lourinho, “1147: uma conjuntura vista a partir das fontes muçulmanas”, Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à U.L.F.L., 2010, policopiada, pp.50-51.

¹²² É muito provável que Afonso Henriques estivesse a par das movimentações de Afonso VII que desde 1146 preparava um ataque a Almeria. Cf. Inês Lourinho, Op. Cit., p.54.

¹²³ Cf. Inês Lourinho, Op. Cit., p.63.

ganhasse uma dimensão que transcendeu os próprios factos. O relato do cruzado R., tão minucioso e descritivo, e as outras narrativas, coevas ou posteriores, sob a forma de epístolas, crónicas ou anais, fizeram prolongar no tempo uma imagem apologética dos primeiros tempos da monarquia portuguesa. A tomada de Lisboa surge como um momento crucial na luta entre a Cristandade e o Islão. E constituiu uma marca da autoridade política do rei fundador.

Durante o seu reinado, Afonso Henriques conquistou várias cidades, como Santarém, Alcácer do Sal, Évora, só para enumerar algumas. Mas nenhuma se revestiu de tanta importância como Lisboa. E para justificarmos esta afirmação basta apresentarmos todo o cuidado colocado na fixação da sua memória escrita e toda a projecção que este episódio acabou por ter por toda a Cristandade. Esta cidade fechava o território da linha do Tejo, que constituía uma importante barreira natural às investidas muçulmanas. Era fundamental para garantir a consolidação do território até aí conquistado. A luta contra o muçulmano e o alargamento do espaço da Cristandade eram argumentos de grande valor e talvez por isso se lhe tenha atribuído uma importância e um significado que se quis, desde logo, maior. A conquista territorial seguia a par e passo a afirmação política de um rei e de um reino.

Depois de Lisboa, Afonso Henriques ainda conquistou Alcácer do Sal (1158) e Beja (1162), que depois será destruída e abandonada. Com o auxílio de Geraldo Sem Pavor, tomou Trujillo (1165), Évora (1165), Cáceres (1165-6), Montachez (1166) e Serpa (1166). Preparou com cuidado e antecedência um ataque a Badajoz¹²⁴. Os castelos que compunham o conjunto de fortificações que asseguravam a defesa de Badajoz foram alvo de investidas militares portuguesas. Badajoz redundou num desastre militar e o próprio monarca nunca mais pôde combater devido ao ferimento que sofreu ao sair de forma precipitada por uma das portas da fortaleza. Leão aliara-se aos almóadas na defesa de Badajoz, pois temia a preponderância de Portugal no domínio das terras alentejanas. Com a campanha de Badajoz, terminou a carreira militar do rei fundador e este teve de entregar todos os castelos que havia tomado para Leste do Guadiana. De qualquer modo, olhando para o que conquistou, não se pode negar a importância da sua acção política e militar para fazer nascer um reino

¹²⁴ Mário Barroca, “Da reconquista a D. Dinis” in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, C. Leitores, Lisboa, p. 46.

que se ampliava na fronteira com o Islão e com Leão e Castela e que se afirmava junto de Roma e da Cristandade Ocidental.

2.1.2 SILVES: 1189

Desde o *Desastre de Badajoz* (1169) que Afonso Henriques se encontrava impossibilitado de comandar as suas hostes. Sancho I começou gradualmente a assumir a governação do reino, mas sob a alçada do seu progenitor¹²⁵. Foi armado cavaleiro, em Coimbra, pelo seu pai logo no ano seguinte, em 1170¹²⁶. Poderia estar em causa a preparação de um novo ataque a Badajoz, de modo a vingar a derrota em que redundara o primeiro, comandado por um representante do rei, ou seja, o seu herdeiro. As fontes árabes da reconquista referem um novo ataque à cidade de Badajoz no ano imediatamente a seguir ao primeiro¹²⁷.

Em 1178, o príncipe Sancho decidiu organizar uma expedição militar a Sevilha, provando que o reino português não havia perdido a capacidade militar, apesar do seu rei não se encontrar fisicamente capaz de participar em qualquer recontro militar¹²⁸. As suas hostes conseguiram chegar até ao arrabalde de Triana, saqueando e incendiando o bairro. Tratou-se de um fossado bem sucedido¹²⁹.

D. Sancho passava a desempenhar um papel cada vez mais activo na governação e no comando da hoste régia. Havia que demonstrar a capacidade bélica deste reino que durante uma década não conheceu senão derrotas e retrocessos¹³⁰. A historiografia tradicional apresenta este acontecimento como aquele em que Sancho I obteve a sua primeira vitória como chefe militar. É fácil compreender que não haveria interesse em registar as anteriores incursões bélicas em que havia participado, pois nenhuma delas fora bem sucedida. É a partir daqui que podemos falar de um infante

¹²⁵ Cf. Maria João Branco, *D. sancho I*, Lisboa, C. Leitores, 2006, pp. 49-50.

¹²⁶ Foi armado cavaleiro numa data carregada de simbolismo: o dia de ascensão de Santa Maria. Cf. Maria João Branco, *D. Sancho I*, Lisboa, C. Leitores, 2006, p.59.

¹²⁷ Cf. Idem, p.57.

¹²⁸ José Mattoso, "Dois séculos de vicissitudes políticas", *História de Portugal*, Dir. José Mattoso, Lisboa, C. Leitores, 1996, vol. II, p.91.

¹²⁹ Cf. Mário Barroca, "Da reconquista a D. Dinis" in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, Lisboa, C. Leitores, 2003, p. 47.

¹³⁰ Maria João Branco, *D. Sancho I*, Lisboa, C. Leitores, 2006, 82.

que conquistara a sua autoridade régia pela sua aura guerreira, qualidades régias herdadas e que o dotam para a governação do reino fundado pelo seu pai.

A Bula *Manifestis Probatum*, concedida em 1179, reconhecia Afonso Henriques como rei de Portugal, e tomava-o, juntamente com os seus herdeiros, sob protecção da Santa Sé. O sucessor de Afonso Henriques acabava também assim por ser reconhecido por este diploma. É interessante constatar que este reconhecimento papal sucede à vitória alcançada pela hoste portuguesa em Triana, mas não se sabe se houve, por essa altura, qualquer reforço do pedido à Santa Sé¹³¹

Os ataques muçulmanos, em resposta a este assalto a Sevilha, sucederam-se: Abrantes, Coruche, Évora e Lisboa, esta última atacada por via marítima. Tal sucessão de ataques prenunciava uma investida militar de maior envergadura, preparada com tempo, pelo califa *Yacub Yusuf I*, e posta em prática no ano de 1184. Forças militares vindas de Marrocos seguem até Sevilha. A este contingente do Norte de África juntaram-se milhares de homens. Avançaram para Norte, para a linha do Tejo e cercaram a cidade de Santarém. Os portugueses foram apoiados por galegos, comandados pelo próprio arcebispo de Santiago de Compostela, e por tropas leonesas, enviados por Fernando II de Leão, e as fontes cristãs e árabes que referem o assunto afirmam que Sancho, filho do rei, participou na defesa da cidade¹³². Os arrabaldes de Santarém foram arrasados mas aos sinais de aproximação das tropas cristãs que vinham em auxílio dos portugueses, *Yacub Yusuf I* recuou, retirando-se de forma precipitada e descoordenada. O acampamento muçulmano foi atacado pelas forças cristãs e o califa ferido de morte, acabou por falecer na viagem, antes de chegar a Sevilha¹³³. Fontes cristãs e árabes mencionam este ataque, referindo a dimensão e a rapidez com que progrediram as forças almóadas em território peninsular. As cristãs acabaram por exagerar a dimensão do inimigo pois dessa forma sobrevalorizavam indirectamente o poder militar de Sancho I que também defendeu Santarém.

A campanha militar levada a cabo pelas forças almóadas em 1184 e dirigida ao vale do Tejo teve, assim, um desfecho negativo. O cerco a Santarém foi muito importante para Sancho I, pois tratava-se de retumbante vitória portuguesa que

¹³¹ Idem, p.84.

¹³² José Mattoso, “Dois séculos de vicissitudes políticas”, *História de Portugal*, Dir. José Mattoso, Lisboa, C. Leitores, 1996, vol. II, p.93.

¹³³ Viria a morrer em 28 de Julho de 1184, perto de Coruche, na estrada para Évora. Cf. Mário Barroca, “Da reconquista a D. Dinis” in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, Lisboa, C. Leitores, 2003, p. 49.

prestigiava o valoroso papel militar do monarca português. Dando continuidade às políticas do seu pai, nos primeiros anos do seu reinado, Sancho I concedeu inúmeros privilégios às Ordens Militares, nomeadamente aos freires de Évora e de Santiago. Estes cavaleiros eram-lhe necessários às suas estratégias de defesa do território e de ofensiva nas fronteiras. Concedeu forais às localidades de fronteira, de modo a fixar população nas fronteiras do reino. É que a resposta do lado almóada não tardaria.

Mas, o novo califa de Marrocos, filho e sucessor de *Yacub Yusuf I* que morrera na sequência do cerco a Santarém, *Yacub Yusuf al-Mansur* estava a braços com crises e rebeliões internas no seu extenso império, que punham em causa a sua autoridade e poder. Está precisamente a braços com uma revolta nas Baleares, quando chega à Europa a notícia da queda de Jerusalém, no Verão de 1187. Um novo ímpeto cruzadístico emerge nos Estados cristãos europeus e este acontecimento externo acaba por condicionar de forma determinante a acção política e militar do rei de Portugal¹³⁴. Castela e Leão estavam envolvidos em conflitos, o que deixava alguma margem de manobra ao novo monarca português, que não teria de se preocupar com eventuais investidas militares por parte destes reinos. A conjuntura era, tal como a que antecedeu a conquista de Lisboa, favorável a investidas militares direccionadas para o *al-Andalus* e o califa havia congregado todas as suas forças militares nas Baleares de modo a neutralizar a rebelião que aí estalara e só seria totalmente controlada em finais de 1188.

Sancho I decidiu investir na guerra ofensiva, na luta contra os muçulmanos e, aproveitando uma armada de cruzados oriundos da Frísia e Dinamarca que passava pela costa portuguesa em Maio de 1189, enviou uma frota portuguesa que, juntamente com os cruzados, atacaram e destruíram Alvor, uma povoação que se localiza perto de Silves, a grande e imponente cidade do *Gharb*. Não só estava a preparar o ataque a Silves como criava as condições para o sucesso da empresa, aniquilando a fortaleza mais próxima. Mas, apesar de ter constituído uma vitória cristã, os actos de selvajaria dos cruzados e portugueses nesta povoação, que mataram milhares de pessoas, incluindo mulheres e crianças, foram objecto de reprovação por parte dos autores das fontes cristãs que mencionam o acontecimento.

¹³⁴ Maria João Branco, *D. Sancho I*, Lisboa, C. Leitores, 2006, p.119.

Em Julho desse ano, novo contingente cruzado passou pela costa portuguesa rumo ao Oriente. Estes movimentos cruzados integravam a Terceira Cruzada pregada após a tomada de Jerusalém por Saladino, em 1187¹³⁵. Provavelmente o rei de Portugal, nesse Verão de 1189, já esperava este novo contingente militar, que chegou a Portugal por via marítima, e já teria esta expedição preparada com alguma antecedência, pois o seu primeiro testamento data do ano anterior ¹³⁶, sinal de que estaria a preparar uma acção militar de grande envergadura e de cariz ofensivo. Havia que aproveitar estas forças militares que passavam pela costa portuguesa e a conjuntura política dos inimigos permitia-lhe almejar uma conquista territorial que se situava muito distante da linha da reconquista.

O segundo contingente cruzado, que viajava em onze navios, era composto por homens da Alemanha, Flandres, França e Inglaterra¹³⁷. A eles se juntaram vinte e quatro embarcações portuguesas. Por terra, seguiram o rei e a sua hoste. O objectivo era o ataque e a conquista de Silves. O bem sucedido ataque a Alvor constituía um bom argumento para aliciar os cruzados a participarem nesta nova investida. E a conquista de Lisboa ainda estava bem presente na memória de portugueses e cruzados. Na própria narrativa que produz, o cruzado teutónico refere a tomada de Lisboa cerca de quarenta e quatro anos antes como um feito memorável. Através do relato pormenorizado do cruzado, conhecemos os acontecimentos mais significativos da conquista desta cidade fortemente defendida por um dispositivo amuralhado de marca almóada. Silves era uma importante cidade comercial, centro de pirataria e a capital almóada do *Gharb al-Andalus*¹³⁸.

Após um cerco de seis semanas e três dias, a cidade de Silves foi conquistada pelas forças cristãs, a três de Setembro de 1189. Rodrigo Sanches é nomeado governador e D. Nicolau, um cruzado flamengo, é eleito bispo da diocese acabada de

¹³⁵ O recém-eleito Papa Gregório VIII fez uma pregação no sentido da participação da Cristandade na III Cruzada, em Outubro de 1187.

¹³⁶ O testamento foi lavrado entre Março de 1188, pois já menciona o segundo filho do monarca que nasceu nesse mês, e a conquista de Silves em 1189. Mattoso defende que o documento fazia parte da estratégia de conquista desta cidade e que esta fora planeada com muita antecedência e cuidado. Maria João Branco concorda com o facto de o testamento constituir uma peça fundamental da preparação da referida conquista mas que a mesma não fora planeada com tanta antecedência, apontado os finais de 1188 ou mesmo já o ano de 1189 para a produção do documento. Cf. Maria João Branco, D. Sancho I, Lisboa, C. Leitores, 2006, p.124.

¹³⁷ Segundo a estimativa do autor da fonte, os cruzados seriam cerca de três mil e quinhentos homens.

¹³⁸ Cf. Christophe Picard, *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris, 2000, p.202.

restaurar. Mas, esta conquista viria a revelar-se efémera e seria apenas uma questão de tempo até as forças almóadas se reorganizarem e investirem na sua recuperação. *Abu Yacub Yusuf al-Mansur* empenhou-se pessoalmente na organização de duas devastadoras campanhas militares contra as forças portuguesas, talvez numa dupla resposta à morte de seu pai, em Santarém, e ao orgulho ferido pela perda da grande cidade do Gharb, *Xelb*¹³⁹. Em 1190 e 1191, os exércitos almóadas entraram em território peninsular e atacaram Silves, Évora e o vale do Tejo¹⁴⁰. Da primeira vez, Silves e Évora resistiram ao cerco, enquanto Torres Novas e Tomar foram assediadas e cercadas. As hostes almóadas terão desistido provavelmente devido a quebras no abastecimento alimentar e a um alegado surto endémico¹⁴¹. Da segunda vez, a expedição almóada estava melhor organizada¹⁴² e obteve avanços significativos em território português. Tomaram Alcácer do Sal, Palmela e Almada. Mas, o seu objectivo maior seria certamente recuperar a emblemática Silves, o que acontece a vinte ou vinte e um de Julho de 1191, após dois meses de cerco. As crónicas árabes mencionam todas estas investidas e vitórias¹⁴³.

O que é curioso constatar é que Silves, que constituiu a primeira conquista de Sancho I como rei, e também a única, acabou por fazer recuar a linha de fronteira até ao vale do Tejo, devido à reacção que provocou no lado muçulmano. Enquanto foi cristã constituiu um bastião que serviu de instrumento de afirmação política e militar do monarca português¹⁴⁴ e a sua conquista também foi razão de orgulho para os contingentes cruzados que auxiliaram os portugueses, uma vez que, também por estes, era entendida como uma conquista de grande mérito. O monarca estava consciente da importância do que almejava e, por isso, planeou com antecedência e relativa precisão, aproveitando os ventos favoráveis da conjuntura política, a conquista desta cidade tão simbólica para o mundo islâmico do *Gharb al-Andalus*.

¹³⁹ Designação árabe para Silves.

¹⁴⁰ A estratégia militar almóada articulava as forças terrestres com a sua importante frota naval. Cf. António Castro Henriques, *Conquista do Algarve (1189-1249) – O segundo reino*, Lisboa, Tribuna da História, 2006, p.20.

¹⁴¹ Mário Barroca, “Da reconquista a D. Dinis” in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, Lisboa, C. Leitores, 2003, p. 51.

¹⁴² Al-Mansur dedicou todo o inverno de 1190-91 a planear e organizar a segunda campanha, esta agora vitoriosa. Cf. Huici Miranda, *Historia política del imperio almohade*, Granada, Univ. de Granada, 2000, p.355.

¹⁴³ Cf. Huici Miranda, “Las campañas de Ya’qub al Mansur en 1190 e 1191”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, série II, vol.5, 1954, pp.53-74.

¹⁴⁴ O seu título passou logo a integrar a menção a essa praça: “Rei de Portugal, de Silves e do Algarve”. Cf. Maria João Branco, *D. Sancho I*, Lisboa, C. Leitores, 2006, p.138.

2.2 A IMAGEM DA CIDADE MUÇULMANA

2.2.1 LISBOA

Quando a frota de cruzados chega a Lisboa, o cronista deparou-se com a cidade que talvez já conhecesse através das descrições de geógrafos clássicos e árabes¹⁴⁵. No entanto, sabemos que era comum passarem frotas de cruzados pelas costas peninsulares e que, por isso, alguns cruzados estariam habituados e conheceriam algumas regiões que agora eram descritas¹⁴⁶. Descreveu a cidade de acordo com aquilo que observou, certamente, mas também teve em consideração o seu conhecimento prévio dessa realidade e não conseguiu um grande distanciamento relativamente a essa imagem mental que criou de Lisboa¹⁴⁷. A caracterização que fez da cidade reflecte isso mesmo. Trata-se de uma descrição que podemos apelidar de estereotipada, que recorre a referências clássicas relativas a lendas e à fundação da cidade¹⁴⁸, a conhecimentos geográficos da cultura clássica e muçulmana que, se não os obteve a partir da leitura dos textos, poderá ter tido acesso a eles a partir de informações orais, recolhidas durante o cerco ou após a tomada da cidade. Outros autores que documentaram a conquista da cidade aludem a “histórias de sarracenos” quando fazem referência às fontes que citam¹⁴⁹. É provável tratar-se de uma tradição oral com a qual contactaram quando chegaram ao território peninsular.

Aliás, antes da chegada a Lisboa, poderemos indicar alguns exemplos de informações que povoam a narrativa e que nos remetem para autores clássicos como o facto de o cruzado nos falar do canto das sereias, no alto mar, numa referência a

¹⁴⁵ António Borges Coelho, “Lisboa”, *O tempo e os homens, Questionar a História III*, 1996, Caminho, p.277.

¹⁴⁶ O cruzado descreve com grande exactidão as costas do norte da Península Ibérica, muito provavelmente por já ser bem conhecida a região do santuário de Santiago de Compostela, local de peregrinações por parte dos povos do Norte europeu.

¹⁴⁷ A imagem é uma representação condicionada de uma realidade e pode constituir um obstáculo ao próprio conhecimento dessa mesma realidade. Cf. Bernardo de Vasconcelos e Sousa, “A imagem do mouro nos Anais de D. Afonso Henriques”, *A imagem do mouro na Idade Média, Actas do colóquio internacional*, org. Hélder Godinho, Lisboa, ICLP, 1992, p.149.

¹⁴⁸ Aires Nascimento, “Ulisses em Lisboa: mito e memória”, *Comunicação à Academia das Ciências de Lisboa*, Imprensa Pro manuscrito, Lisboa, 2006, pp.1-19.

¹⁴⁹ Duodequino, Anónimo e Arnulfo, segundo Aires Nascimento. Cf. *A Conquista de Lisboa aos mouros*, ed. Aires Nascimento, Vega, Lisboa, 2ª ed., 2007, nota 89, p.163.

Isidoro; de recorrer provavelmente a Pompónio Melo¹⁵⁰ para descrever com grande minúcia todos os rios e pequenos cursos de água desde o Minho até ao Porto; de utilizar fontes latinas ao mencionar os efeitos curativos das areias do Douro; e de referir-se à ilha de Peniche como rica em veados e coelhos, numa clara alusão a Solino e Plínio. Quando caracteriza o território de Lisboa e o seu termo, socorre-se da obra de *Idrisi*, como poderemos constatar mais adiante.

A Lisboa muçulmana do séc. XII era uma cidade que descia do morro do castelo até ao Tejo, banhada pelas ribeiras que se uniam no Rossio¹⁵¹. Nas margens do Tejo que descia até Lisboa, vindo da região de Toledo, recolhia-se ouro¹⁵². O narrador também informa o leitor que a cidade de Lisboa se encontrava situada no Monte Ártabro, segundo Solino. As muralhas estendiam-se em socacos até ao rio, acompanhando a topografia. No alto, distinguíam-se os muros da alcáçova e, onde posteriormente foi edificada a Sé, erguia-se a mesquita. Possuía arrabaldes e cemitérios, adossados às suas muralhas. Num desses arrabaldes, funcionavam os banhos quentes da urbe muçulmana, na zona de Alfama. O termo deriva do árabe “alhama” que significa “fonte quente”¹⁵³. Aliás, o cruzado inglês não distingue este arrabalde da própria cidade, tal a sua dimensão¹⁵⁴. Também *Idrisi*, na sua obra¹⁵⁵, refere a existência de termas no centro de Lisboa. Outro arrabalde de Lisboa, situava-se na sua zona ocidental, naquilo que é hoje a área entre o Terreiro do Paço e o Rossio¹⁵⁶. Haveria ainda um outro arrabalde, conhecido por nele habitar a população moçárabe de Lisboa. Ficaria situado a oeste da Alcáçova.

As muralhas que protegiam a cidade tinham cinco portas: a do Ferro, a da Alfafa, a do Mar, a de Alfama e a do Cemitério¹⁵⁷ ou do Sol. A designação de “Alfama”

¹⁵⁰ De acordo com uma proposta de Alfredo Pimenta, citado por Aires Nascimento. Cf. *A Conquista de Lisboa aos mouros*, ed. Aires Nascimento, Vega, Lisboa, 2ª ed., 2007, nota 27, p.59.

¹⁵¹ António Borges Coelho, “Notas sobre o Gharb al-Andalus no séc. XII”, *Ribat da Arrifana, Cultura Material e espiritualidade*, Aljezur, 2007.

¹⁵² A sua fonte aqui é Isidoro, segundo Aires de Nascimento. Cf. *A Conquista de Lisboa aos mouros*, ed. Aires Nascimento, Vega, Lisboa, 2ª ed., 2007, nota 85, p.77.

¹⁵³ A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, 3ª ed, Pub. Culturais da CML, 1987, p. 165.

¹⁵⁴ António Rei, “Ocupação humana no alfoz de Lisboa durante o período islâmico”, *A Nova Lisboa Medieval, Lisboa*, Ed Colibri, 2ª ed., 2007, pp. 25-42.

¹⁵⁵ Adel Sidarius e António Rei, “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval 7*, p.50

¹⁵⁶ António Rei, “Ocupação humana no alfoz de Lisboa durante o período islâmico”, *A Nova Lisboa Medieval, Lisboa*, Ed Colibri, 2ª ed., 2007, pp. 25-42.

¹⁵⁷ O cemitério dos inimigos ficava situado fora da cidade, na actual zona do Intendente. Cf. *A Conquista de Lisboa aos mouros*, ed. Aires Nascimento, Vega, Lisboa, 2ª ed., 2007, p.101.

para uma das portas da muralha advém do facto dessa porta se localizar nas imediações das nascentes termais e dos banhos quentes que a Lisboa muçulmana possuía. A porta do Cemitério, virada para nascente, ganhou a designação de “Porta do Sol”. Nas muralhas de Santarém e de Silves também existia uma porta com essa designação e a mesma orientação. É possível tratar-se de uma designação muçulmana comum¹⁵⁸. A primitiva porta férrea da cerca, de que fala R. seria uma das que ficavam do lado do acampamento dos ingleses (instalado no vale da Baixa e na encosta que daí subia, dele viam-se as portas da Alfofa e do Ferro) situava-se onde hoje se abre o arco escuro, segundo Vieira da Silva¹⁵⁹. Essa porta de ferro, que aparece mencionada no relato do cruzado, seria a denominação muçulmana para uma porta chapeada em ferro. Houve quem pensasse que ganhara este nome devido ao facto de a referida porta dar para um largo onde existiam forjas e se trabalhava o ferro. Mas, o testemunho do cruzado é fundamental neste aspecto. Ele designa-a por porta férrea, ou seja, porta de ferro, feita de ferro. Esta porta terá sido demolida em 1782, devido à reconstrução da cidade após o terramoto. Algumas das pedras que a compunham teriam inscrições romanas, mas não se sabe se seriam as pedras da sua construção inicial, ou se teriam sido nela integradas posteriormente devido a uma qualquer reparação¹⁶⁰. A porta da Alfofa seria utilizada como acesso ao interior da cidade pelos habitantes do arrabalde moçárabe, que se situaria numa zona próxima da área dos actuais Rossio e Praça da Figueira, como sugere António Rei¹⁶¹.

Na Lisboa muçulmana coexistiam crentes das três religiões do Livro: muçulmanos, cristãos e judeus. A comunidade judaica habitaria a zona nordeste do arrabalde de Alfama¹⁶². O arrabalde dos moçárabes da cidade localizava-se a noroeste da Medina. O quotidiano desta cidade deveria reflectir a riqueza civilizacional que esta convivência proporcionava. A marcação do dia-a-dia ritmada pelas orações e outras actividades religiosas dos diversos credos criaria uma vivência do tempo muito distinta, mas igualmente sentida, do ponto de vista religioso. Esta realidade impressionou o cruzado R., que classificou esta convivência com desprezo, afirmando

¹⁵⁸ A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, 3ª ed, Pub. Culturais da CML, 1987, p.175.

¹⁵⁹ Idem, p.112.

¹⁶⁰ Idem, p. 90.

¹⁶¹ António Rei, “Ocupação humana no alfoz de Lisboa durante o período islâmico”, *A Nova Lisboa Medieval*, Lisboa, Ed Colibri, 2ª ed., 2007, p.29.

¹⁶² Idem, p.15.

que “cada um se dava a lei que queria”, vivendo numa espécie de “viveiro de toda a licenciosidade e imundície”¹⁶³. O narrador emite um juízo de valor depreciativo relativamente à situação que se vivia na Lisboa muçulmana.

Lisboa estava ligada por uma rede de vias fluviais e por algumas marítimas, fora da barra, que não ultrapassavam mais de um dia de viagem, a um conjunto de outros centros urbanos como Tomar, Torres Novas, Abrantes, Santarém, Coruche, Alenquer, Almada, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Alcácer do Sal e Santiago do Cacém (Sines).¹⁶⁴ Esta espantosa e complexa rede fluvial interligava-se com a rede viária e Lisboa tinha ligações com os principais centros urbanos do *Gharb*. Tudo isto nos permite concluir acerca da importância e da extensão do seu termo. Este compreendia as terras desde o castelo de Alcácer às terras do de Leiria e prolongava-se para Este até Évora. Terras férteis, banhadas por rios ricos em ouro, âmbar e peixe. Desde o séc. XI, “nenhuma outra cidade ou região do *Gharb al-Andalus* se lhe podia comparar em importância económica”¹⁶⁵. Os dados arqueológicos também comprovam esta dimensão da Lisboa islâmica, superior à maioria das cidades do *al-Andalus*, mas sem se comparar à dimensão de uma Córdova, Sevilha ou Granada¹⁶⁶. Estamos então perante uma cidade e o seu termo com uma importância fundamental do ponto de vista económico e daqui podemos concluir que as actividades económicas relacionadas com a agricultura, o artesanato, a pesca e a recolha de metais preciosos, e o comércio marcariam o quotidiano nas gentes que habitavam Lisboa muçulmana na primeira metade do séc. XII. Provam-no as descrições árabes, abundantes e convergentes e o relato do cruzado R. que alude às numerosas e variadas mercadorias que não faltavam em Lisboa, desde produtos agrícolas, caça, ouro, prata, produtos de luxo e de uso corrente.

Tratava-se de uma cidade marginal relativamente aos centros políticos do *al-Andalus* e, conseqüentemente, de fraca importância político-administrativa para o mundo islâmico. Fazia fronteira com o Atlântico e com o mundo cristão. O Tejo constituía, na época, um dos limites desse mundo islâmico. Lisboa encontrava-se na

¹⁶³ *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, ed. Aires Nascimento, Vega, Lisboa, 2ª ed., 2007, p.79.

¹⁶⁴ TORRES, Cláudio, “Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e seu território”, in *Arqueologia Medieval* 7, Porto, 2001, pp.73-77.

¹⁶⁵ Idem, p.74.

¹⁶⁶ Jacinta Bugalhão e Susana Gómez, “Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo islâmico”, *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Palmela, 2005, p.238.

periferia¹⁶⁷, na fronteira, mas as rotas que a interligavam dizem muito da sua importância económica. Cidade portuária, constituía um importante entreposto comercial marítimo. E, por via do rio, estabelecia ligações com o interior do território do *al-Andalus*, funcionando como um centro de comércio re-distribuidor de importância considerável. A densidade populacional da urbe e do seu termo constituiriam um mercado significativo. Segundo Bugalhão e Gómez Martínez¹⁶⁸, havia uma intensa circulação monetária no final da ocupação islâmica. Talvez não tenham existido centros de cunhagem de moeda em Lisboa, circulando, por isso, na Lisboa muçulmana moeda cunhada noutros centros do *Gharb*. Estes dados poderão levar-nos a concluir da pouca importância de Lisboa como centro económico e comercial. No entanto, este aspecto poderá apenas estar relacionado com uma realidade política e administrativa menos significativa que Lisboa constituiria relativamente a outros centros urbanos muçulmanos.

A atestar a importância da actividade comercial da cidade no quotidiano dos seus habitantes estão também os conjuntos cerâmicos encontrados nas prospecções arqueológicas realizadas em Lisboa, reportando-se aos contextos islâmicos. Segundo Bugalhão e Gómez¹⁶⁹, aparecem, juntamente com materiais de produção local e regional, cerâmicas que se presumem ser importadas. Poderão constituir indicadores de uma integração da Lisboa muçulmana nos circuitos comerciais de distribuição. A difusão destes produtos e das suas técnicas também atestam a importância das rotas comerciais, quer marítimas, quer fluviais, quer terrestres que ligavam Lisboa à civilização islâmica mediterrânica. Alfama teria sido, segundo *Idrisi*, o centro portuário e mercantil de *Luxbuna* islâmica¹⁷⁰. Também sabemos da existência de comunidades judaicas na Lisboa muçulmana do séc. XII, como já acima aludimos.

Constituindo uma periferia relativamente aos principais centros do *al-Andalus*, Lisboa, nas vésperas da conquista cristã, conhecia uma riqueza e um desenvolvimento que só poderiam estar relacionados com a fertilidade do seu termo, as riquezas que o Tejo e o Atlântico lhe proporcionavam, e as redes comerciais muçulmanas e cristãs em

¹⁶⁷ Al-Muquaddasi, que no séc. X percorre o mundo muçulmano, afirma não conhecê-la, segundo Gérard Pradalié. Cf. G. Pradalié, *Lisboa da Reconquista ao fim do séc. XIII*, Lisboa, Palas ed., 1975, p.14.

¹⁶⁸ Jacinta Bugalhão e Susana Gómez Martínez, “Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo islâmico”, *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Palmela, 2005, p.239.

¹⁶⁹ Idem, p.240.

¹⁷⁰ José Luís de Matos, “Lisboa islâmica”, *Arqueologia Medieval 7*, Porto, 2001, pp. 83-4.

que estava integrada. E a sua população constituiria certamente um importante mercado para todos estes produtos, agrícolas e artesanais que ali chegavam por terra, por rio ou por mar.

A parte do relato do cruzado que aqui nos interessa nos interessa analisar começa com a chegada das forças cruzadas a Lisboa, quinta parte, na edição de Aires Nascimento¹⁷¹. O autor faz uma descrição da cidade, a sua localização geográfica, a relação com o Tejo e com o Atlântico. E aqui começamos a ter indícios de um quotidiano relacionado com a actividade agrícola, desenvolvida no seu termo fértil e repleto de abundantes terras de pastagens, com o comércio de produtos de uso corrente e de luxo (Lisboa estaria, assim, integrada nas rotas comerciais internacionais mediterrâneas) e com a produção de sal. É nestas palavras que expressa a sua admiração por este centro urbano: “Os seus territórios, no perímetro em redor, se forem comparados com os melhores não ficam atrás de nenhum, pela fartura dos produtos do solo, se atendermos à produtividade quer das árvores quer das vinhas. É rica em qualquer mercadoria seja de artigos de luxo seja de uso corrente. Tem ouro e prata e nunca faltam produtos de ferro. Predomina a oliveira. Nada nela fica por cultivar ou é improdutivo nem fica sem trazer uma messe abundante. Não amanham o sal, mas escavam-no”¹⁷². Mais à frente, depois de referir a quantidade de pastos e de géneros de caça, fala dos banhos quentes da cidade, sinal de civilidade e de qualidade de vida num quotidiano em contexto muçulmano.

Depreende-se da forma como descreve a cidade, escolhendo uma adjectivação abundante e valorativa, que o cruzado R. está impressionado com a grandeza desta urbe. E essa dimensão está patente nas referências directa e indirectas às suas actividades económicas, que marcavam este quotidiano. Impressionado também fica com a dimensão que o comércio tem nesta cidade, porque não só refere a sua variedade, como quantidade e riqueza.

As marcas urbanísticas deste espaço que constituía a Lisboa muçulmana nas vésperas da conquista também foram alvo da atenção do cruzado, sempre atento e espantado com a realidade com que contactava, uma cidade mediterrânea, seguramente bem diferente do modelo de cidade do Norte da Europa, de onde era

¹⁷¹ *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, ed. Aires Nascimento, Lisboa, 2ª ed, 2007, pp.54-175.

¹⁷² *Idem*, p.77.

oriundo. A cidade estava implantada no cimo de um monte, protegida por muralhas, tinha arrabaldes, anexos à muralha, constituindo, eles próprios, outra barreira defensiva da medina. A concentração urbanística impressionou o cruzado que fala em ruas muito estreitas, excepto aquelas em que se faz o comércio: “Os edifícios formam aglomeração tão apertada que dificilmente se conseguirá encontrar ruas com mais de oito pés de largura a não ser nas dos mercadores. Razão para tamanha aglomeração era que não havia entre eles nenhuma forma de entrave, pelo que cada um se dava à lei que queria, de tal modo que de todas as partes do mundo, os maiores viciados para aí convergiam como para uma sentina, viveiro de toda a licenciosidade e imundice”¹⁷³. Nesta passagem, temos o autor a formular juízos de valor relativamente aos hábitos e à convivência dos habitantes desta cidade, seguidores de diferentes religiões. Aqui, podemos inferir um quotidiano de tolerância e de convivência, que impressionava o cruzado, incapaz de olhar o muçulmano senão de acordo com o seu quadro religioso e cultural e como um inimigo da sua fé.

Quanto aos habitantes de Lisboa muçulmana, o cruzado, de acordo com os objectivos que a produção deste relato persegue, exagera o seu número, pois nunca uma cidade com uma área urbana de trinta hectares (espaço intra-muros e os dois arrabaldes, de Alfama e do Ocidente) comportaria cerca de sessenta mil famílias que pagavam tributo, para além dos outros homens isentos, nas palavras de R. Na sua narrativa, refere que Lisboa teria tido uma ocupação de cerca de cento e cinquenta e quatro mil homens, sem contar com mulheres e crianças, uma informação que, segundo nos diz, recolheu junto do alcaide muçulmano.

Na opinião de Cláudio Torres¹⁷⁴, a concentração populacional rondaria os vinte a trinta mil habitantes. É verdade que a cidade albergava, após a tomada de Santarém, Sintra, Almada e Palmela, mais habitantes que seria habitual, mas a maioria dos historiadores reconhece aqui a vontade de aumentar em grandeza a conquista desta cidade. Vieira da Silva afirma que a área da cidade rondaria os quinze hectares¹⁷⁵ o que tornaria impossível uma concentração humana de um habitante por metro².

O quotidiano de guerra era uma constante numa cidade como Lisboa, que se situava na fronteira entre o mundo cristão e o mundo islâmico. As suas muralhas

¹⁷³ Idem, p.79.

¹⁷⁴ Cláudio Torres, “Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e seu território”, *Arqueologia Medieval* 7, Porto, 2001, p.76.

¹⁷⁵ Idem, p.60

lembravam diariamente aos habitantes a importância que a sua defesa constituía num ataque inimigo. Os silos, os poços e as cisternas que possuía, permitiam-lhe uma autonomia fundamental num eventual cerco. Era a condição de cidade habituada a conviver com ataques inimigos, desde normandos a cristãos portugueses, há muito tempo. Lisboa terá ficado cerca de dezoito anos em mãos cristãs, entre 1093 e 1111, data em que os almorávidas reconquistaram a cidade. Depois, tornou-se capital de um pequeno estado independente e a partir de 1140 as forças cristãs tornam-se uma séria ameaça à sua sobrevivência enquanto cidade islâmica¹⁷⁶.

O seu estatuto de fronteira também o encontramos na composição da sua sociedade. Ela incluía cristãos moçárabes, muçulmanos e judeus. E os primeiros estariam, com certeza, em maioria. Visitantes da cidade, no séc. IX, falam da população de Lisboa como “meio cristã, meio pagã”¹⁷⁷. A convivência com a guerra, levava a conversões instantâneas, a coexistências, a cedências, de modo a garantir a sobrevivência quotidiana.

Quer aqui em Lisboa, quer depois em Silves, os cristãos irão deparar-se com comunidades moçárabes no interior destas urbes islâmicas. Eram alvo de opressão por parte dos muçulmanos, sobretudo a partir do séc. XI, e também sofriam a violência e a opressão dos próprios cristãos, aquando da conquista dos territórios que habitavam. Ou conheciam a morte, como o bispo moçárabe de Lisboa que o cruzado refere no seu relato¹⁷⁸, ou eram reduzidos à escravatura, como fez Afonso Henriques com alguns moçárabes que capturara em Sevilha¹⁷⁹. Outros permaneceram no mesmo espaço, diluídos na sociedade pós-conquista. Pedro Picoito defende que a recuperação das relíquias de S. Vicente, que ocorre no ano de 1173, terá sido uma forma de afirmação da comunidade moçárabe numa Lisboa agora cristã¹⁸⁰.

Havia também homens ligados à guerra e à defesa militar da cidade. Não seriam muitos mas, em caso de ataque, juntar-se-lhes-iam muitos outros que

¹⁷⁶ Gerard Pradalié, *Lisboa da Reconquista ao fim do séc. XIII*, Lisboa, Palas ed., 1975, p.14.

¹⁷⁷ José Mattoso, “Os moçárabes”, *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, ed. Estampa, 1993, pp.19-34

¹⁷⁸ *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, ed. Aires Nascimento, Lisboa, 2ª ed, 2007, p.139.

¹⁷⁹ Afonso Henriques a pedido de S. Teotónio, acabou por libertar moçárabes capturados em Sevilha e colocá-los nos domínios de Santa Cruz de Coimbra. Cf. Armando de Sousa Pereira, *As representações da guerra no Portugal da reconquista (sécs. XI-XIII)*, C.P. História Militar, Lisboa, 2003, p.53.

¹⁸⁰ Cf. Pedro Picoito, “A trasladação de S. Vicente, Consenso e conflito na Lisboa do séc. XII”, *Revista Medievalista* online, ano 4, número 4, 2008, p.6.

apoiariam o esforço de defesa. Vemo-los a resistirem ao cerco, a desenvolverem estratégias que destroem as torres de assédio que os cristãos foram construindo. Tinham armas e utilizavam-nas contra as tropas cristãs. E só não resistiram à fome e à peste, que acabou por se espalhar por entre os habitantes da cidade, refugiados no interior das suas muralhas.

Lisboa constituía uma periferia, como já atrás enunciámos, para o mundo islâmico. A resposta do senhor de Évora e Beja ao pedido de ajuda dos habitantes e do Alcaide de Lisboa, na altura do cerco, prova-nos isso. E talvez, mais. Pois poderá ter havido acordos prévios entre Afonso Henriques e o referido senhor. E a ter existido este acordo estamos perante outra acção de Afonso Henriques que integrava uma estratégia mais ampla para tomar esta cidade¹⁸¹. Lisboa não tinha, portanto, a importância para o mundo muçulmano de que se veio a revestir para os cristãos. Lisboa passou a ser fundamental para garantir a defesa da linha do Tejo e constituía uma base avançada para as investidas cristãs a sul, no *al-Andalus*. Lisboa significava a consolidação das conquistas dos anos anteriores e translação definitiva do esforço de conquista do eixo do vale do Mondego para o do vale do Tejo, nas palavras de Maria João Branco¹⁸².

Lisboa possuiu, desde a sua fundação, uma excepcional situação geográfica. Vieira da Silva, no seu estudo sobre Lisboa, refere autores que nos séculos XVII e XVIII atribuem a Ulisses a fundação da cidade¹⁸³. É curioso constatarmos que o relato que estamos a analisar atribui precisamente a Ulisses a origem da cidade, retomando um mito clássico¹⁸⁴. Localizada junto do estuário, o Tejo apresentava ali uma navegabilidade e um acesso a grandes embarcações. Para além disso, está implantada numa zona alta, que lhe permite tirar partido das condições defensivas do local¹⁸⁵. Na zona norte e ocidental do monte onde se localiza o castelo, existiam umas encostas que, pela sua topografia, dificultavam as operações de assédio. Pelo lado sul, a base deste monte mergulhava nas águas do Tejo, o que constituía outra condicionante para um ataque à cidade. O lado nascente apresentava uma encosta com um declive menos

¹⁸¹ Estamos a referir-nos à tomada de Santarém e ao pedido de ajuda a Bernardo de Claraval para conseguir o auxílio das forças cruzadas, constituindo este acordo com o senhor de Évora uma outra peça deste projecto delineado com antecedência e cuidado.

¹⁸² Branco, Maria João, "A conquista de Lisboa revisitada", *Arqueologia Medieval* 7, Porto, 2001, p.219.

¹⁸³ Cf. A. Vieira da Silva, *A cerca moura* de Lisboa, 3ª ed, Pub. Culturais da CML, 1987.

¹⁸⁴ Aires Nascimento, "Ulisses e Lisboa: mito e memória", *Academia das Ciências*, p.8.

¹⁸⁵ A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, 3ª ed, Pub. Culturais da CML, 1987, p.2.

acentuado mas era igualmente difícil chegar à cidade por aí. O cruzado fala de um pano da muralha oriental derrubado, mas impossível de transpor pela fisionomia da encosta¹⁸⁶.

Outra defesa da cidade em tempos remotos (anteriores ao domínio muçulmano, pois nessa altura, sofrera um assoreamento e perdera a sua importância militar) era a grande enseada ou esteiro do Tejo, que entrava pela zona baixa da cidade e funcionava como um fosso aquático que protegia o monte¹⁸⁷. À época da conquista da cidade, haveria ali água, não do Tejo mas sim das chuvas, que escorria pelas encostas, e das ribeiras que desciam pela Avenida da Liberdade e pela Almirante Reis, e era possível atravessá-la com ou sem o auxílio de pontes.

A verdade é que esta cidade apresentava, à data da conquista cristã, um sistema de muralhas contínuas que a defenderam durante o longo cerco, e resistiu às melhores técnicas e meios de assalto a que esteve então sujeita. A construção das muralhas mais antigas da cidade, a cerca velha, foi atribuída a diferentes períodos, segundo Vieira da Silva¹⁸⁸, sobretudo ao intervalo temporal que medeia entre o ataque de Ordonho III de Leão (953) e 1147, pois segundo algumas fontes, a cidade ficara destruída durante esse saque. Outros autores, por ele mencionados, atribuem a construção ao período romano, devido à grande quantidade de moedas, inscrições e outros vestígios arqueológicos identificados. Ignora-se efectivamente a autoria do pano da muralha conhecido por cerca moura, pois encontra-se semelhanças construtivas entre a construção visigótica e árabe, continuadas nas fortificações dos primeiros tempos da monarquia portuguesa. Mas, o que se sabe com certeza é que a cidade no ano de 1147 era protegida por uma linha de muralhas fortíssima e difícil de suplantar.

A muralha que defendia a cidade muçulmana à data da conquista foi descrita, no séc. XII, por *Idrisi* e pelo cruzado R. no relato que produziu sobre a tomada da cidade. O geógrafo árabe terá escrito a sua obra entre 1139 e 1154 e o relato do cruzado inglês, mesmo que produzido mais tardiamente, reporta-se ao acontecimento de 1147. São, portanto, contemporâneos. Ambos referiram que a cidade era defendida por uma cintura de muralhas e por um imponente castelo. O cruzado inglês descreveu

¹⁸⁶ Idem, p.18.

¹⁸⁷ Idem, p.18.

¹⁸⁸ A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, 3ª ed, Pub. Culturais da CML, 1987, p. 34-35.

as portas que observava do acampamento inglês, localizado junto da vertente ocidental do monte do castelo. Outros autores, de séculos posteriores, referiram-se sempre à muralha mais antiga e às portas que possuía. Na época em que A. Vieira da Silva escreveu a sua obra, que temos vindo a mencionar, já não havia dados relativos a uma descrição minuciosa da cerca moura, quer fornecidos pelas fontes escritas, quer resultantes de escavações arqueológicas.

Vieira da Silva também nos informa que o tipo de materiais e a forma de construção da cerca moura e das suas torres era igual às muralhas e cubelos do castelo¹⁸⁹. A porta ou portas de Alfofa (termo árabe que significa porta que dá para um beco ou travessa, segundo David Lopes) teria uma torre que a defendia. É provável que houvesse não uma mas duas torres, como aparece representado num silhar de azulejos referido por Vieira da Silva¹⁹⁰. Não se conhece a sua localização exacta.

Ao chegar à margem do Tejo, a muralha da cerca moura, que descia do monte do castelo, voltava para nascente, acompanhando o rio. Próxima e ligada ao vértice dos lanços ocidental e fluvial da cerca, havia uma torre, de grandes dimensões e de relevância militar. O autor da nossa fonte faz referência à sua existência. Levantava-se na praia e as águas da maré chegavam até à sua base¹⁹¹. A torre era aberta na face voltada para a cidade, o que permitiu aos sitiados em 1147, que se encontravam entre ela e a porta férrea¹⁹², batê-la pela retaguarda¹⁹³. E era possível contorná-la pela praia.

O ataque dos cruzados a esta torre é descrito por R., onde aparecem pormenorizadas as diferentes fases de ataque e a descida sobre ela, da ponte levadiça que ligava a torre de madeira construída pelos sitiados e que acabou por ser decisivo para a rendição da cidade¹⁹⁴. A muralha da cerca moura teria, em determinados locais, um fosso e uma barbacã. Aparecem referências em documentos posteriores à conquista, à existência de barbacãs perto de cada porta da muralha¹⁹⁵. Ao longo da

¹⁸⁹ Idem, p.60

¹⁹⁰ Idem, p.64

¹⁹¹ A conquista de Lisboa aos mouros, *Relato de um cruzado*, ed. Aires Nascimento, Lisboa, 2ª ed, 2007, p.113.

¹⁹² Felicidade Alves afirma que esta porta férrea que é mencionada pelo cruzado não pode ser identificada com a actual Porta de Ferro, no largo de Santo António da Sé, mas sim com a que depois se chamou Porta do Mar, no actual Arco Escuro. Cf. *Conquista de Lisboa aos mouros*, ed. Felicidade Alves, 2ª ed., Livros Horizonte, 2004.

¹⁹³ A. Vieira da Silva, *A cerca moura de Lisboa*, 3ª ed, Pub. Culturais CML, 1987, p.104.

¹⁹⁴ A conquista de Lisboa aos mouros, *Relato de um cruzado*, ed. Aires Nascimento, Lisboa, 2ª ed, 2007, p.127.

¹⁹⁵ Vieira da Silva, op. cit., p.191.

Idade Média, a dupla cinta de muralha foi sendo anulada. A partir do séc. XV, os autores deixam de lhe fazer referência.

2.2.2 SILVES

Silves era uma das mais prestigiadas cidades do *al-Andalus*, no período que antecedeu a sua conquista por parte das forças cristãs em 1189. Situada entre a serra e o litoral, edificada num pequeno cerro¹⁹⁶, possuía em seu redor excelentes recursos naturais, dos quais tirava proveito. A *Xelb* islâmica possuía uma área de influência que se estendia para Ocidente e para Oriente e abrangia parte do Baixo Alentejo¹⁹⁷. As povoações em seu redor estavam dotadas de sistemas defensivos, desde muralhas, pequenas fortificações (*husun*) ou torres de atalaia e caem em mãos cristãs após a queda de Silves¹⁹⁸. Apesar de não ser uma cidade litoral, possuía um porto que a ligava ao mar. Desde época remota¹⁹⁹ esta cidade mantinha um pendor comercial e marítimo. Para além de entreposto comercial, constituía um pólo de pirataria importante, uma vez que dali saíam frotas que faziam ataques por toda a costa atlântica. O cruzado fala-nos de um cavaleiro galego que se distinguira num acto de bravura que protagonizou, ao esforçar-se por retirar uma pedra angular de uma torre da muralha, e que teria um filho cativo na cidade. A presença de cativos e particularmente de um galego cativo naquelas terras do sul, pode fazer-nos levar a interpretá-la como uma prova da área geográfica abrangida pela actividade de pirataria levada a cabo pela população da Silves islâmica, que se estenderia ao norte da Península Ibérica.

¹⁹⁶ Rosa Varela Gomes, “Silves Islâmica”, *O Mediterrâneo Ocidental: identidades e fronteira*, Lisboa, ed. Colibri, 2002, pp.93-118.

¹⁹⁷ Localizada sobre as principais vias de comunicação como as estradas que a ligavam a S. Bartolomeu de Messines ou a Monchique, tinha também no Arade uma importante via de comunicação e ligação ao mar. Cf. Rosa Varela Gomes, “Cerâmicas muçulmanas do castelo de Silves”, *Xelb* 1, C. M. Silves, 1988, pp.19-46.

¹⁹⁸ “Carphanabal, Lagus, Alvor, Portimunt, Munchite, Montagut, Caboiere, Mussiene, Paderne”. Cf. Manuel Cadafaz de Matos, *A cidade de Silves num itinerário naval do séc. XII por um cruzado anónimo*, [fac.simile da edição de João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1844], Edições Távola Redonda / CMS, Silves, 1999, p.42.

¹⁹⁹ Segundo Rosa Varela Gomes, a Cilpes romana terá tido origem numa antiga feitoria ali criada por navegadores-comerciantes do Mediterrâneo Oriental. Cf. Rosa Varela Gomes, “Silves Islâmica”, *O Mediterrâneo Ocidental: identidades e fronteira*, Lisboa, ed. Colibri, 2002, pp.93-118.

Nas fontes árabes, a beleza e a riqueza da urbe são enunciadas desde cedo. *Idrisi* no séc. XII, na sua obra *Geografia*²⁰⁰, enumera os aspectos que muito valorizam esta cidade: a imponente muralha, a fertilidade dos campos em redor e a sua riqueza em madeira que exportava, a sua ligação ao rio, com porto e estaleiros navais, belos monumentos e abundantes mercados. Faz referência à origem da sua população que maioritariamente do lémen, falava um árabe puro, e possuía um pendor para a produção de poesia, característica que percorria todos os estratos sociais. Como em qualquer obra de carácter geográfico, este autor indica as distâncias da cidade de Silves relativamente ao mar e às principais cidades ou localidades do *al-Andalus*.

Outros autores referem-se à grandeza e imponentia de Silves, como por exemplo *Ibn Alatir*, nas vésperas da tomada de Silves em 1191, por *al-Mansur*²⁰¹. Os aspectos económicos, artísticos e culturais de Silves são identificados por quase todas as fontes árabes. O nosso cruzado anónimo quando descreve a cidade, o seu olhar procura identificar a imponentia do sistema defensivo, a sua localização relativamente ao rio e à ribeira ou canal sobre o qual estava edificada a couraça, os arrabaldes, a população, a importância política da cidade.

Entre o final do séc. IX e princípios do séc. X, Silves passa a capital da *Kura* de *Ossonoba*²⁰², o que revela uma importância sócio-económica na região, atestada pelo castelo que já possuía, pelo seu porto, pelos seus estaleiros navais e pelas actividades económicas daqui decorrentes²⁰³. Em meados do séc. XI, constituem-se os primeiros reinos taifa e Silves autonomiza-se. A cidade é tomada pelo rei de Sevilha, *al-Mutadid*, após um cerco de 8 meses, em 1063. É nesta época que a cidade conhece um esplendor cultural impressionante, promovido pelo seu filho *al-Mutamid* e por *Ibn Ammar*, que se torna governador da cidade em 1074, após a morte de *al-Mutadid* e da subida ao trono sevilhano de *al-Mutamid*. Habitada por poetas e mecenas, repleta de bibliotecas, constituía um importante centro de cultura do *al-Andalus*.

²⁰⁰ Garcia Domingues, *História luso-árabe*, Lisboa, Pro Domo, 1945, p.45.

²⁰¹ Idem, p.47.

²⁰² *Ahmede Arrazi* fala-nos de Silves como a cidade mais importante do ocidente, a partir do séc. X. José Garcia Domingues, "Ossónoba na época árabe", Separata dos Anais do município de Faro, Faro, 1972, p.16.

²⁰³ Maria José Gonçalves, *Silves islâmica – a muralha do arrabalde oriental e a dinâmica da ocupação do espaço adjacente*, Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à FCHS – Univ. do Algarve, Faro, 2008, policopiado, p.39.

As investidas militares do lado cristão, protagonizadas por Afonso VI de Castela conduzem à chegada dos almorávidas, oriunda do Norte de África, ao *al-Andalus*, em 1086. Os almorávidas levam a cabo uma política de centralização que conduz a revoltas no *al-Andalus* e à proclamação de novos reinos independentes na região, conhecidos pelas segundas taifas, já acima referidos. Um dos chefes revoltosos era *Ibn Qasí*, um homem que procurou ensinamentos místicos nos mestres sufistas e acabou por criar um ribat (centro de iniciação mística) nos arredores de Silves. Perante o seu poder e influência sobre as populações locais, foi perseguido pelas autoridades almorávidas que viram nele e nos seus companheiros um perigo à sua autoridade. Fugiu para Mértola, onde incitou à revolta contra o poder almorávida.

Silves torna-se um reino taifa, em 1145, chefiado por *Ibn Qasí*. Outra tribo norte africana, os almóadas, responde ao apelo de ajuda feito por *Ibn Qasí*, num período conturbado de lutas no seio do *al-Andalus*. Alianças e traições, ora com uns, ora com outros, ou até com o próprio Afonso Henriques, levam ao seu assassinato, em 1151, pela própria população da cidade. Silves era uma importante urbe, não só do ponto de vista cultural, como também económico, pois ali se cunhou moeda a partir de 1146²⁰⁴. Foi ali também que se recrutou mão-de-obra especializada para a reconstrução das muralhas de Beja, em 1174, após as investidas de Geraldo Sem Pavor²⁰⁵. Portanto, esta cidade possuía um conhecimento e uma experiência reconhecidos relativamente às técnicas construtivas de arquitectura militar.

Durante o domínio almóada, a cidade de Silves conhece um desenvolvimento considerável, havendo notícia de edificação de novas estruturas e de reforço do sistema defensivo que já possuía²⁰⁶. É esta a cidade com que o narrador anónimo do relato em estudo se depara, em 1189. O seu texto, de que nos ocupamos, constitui a descrição mais pormenorizada e completa da cidade nos finais do séc. XII. Quando se refere à cidade não esconde o seu deslumbramento perante uma cidade do Sul, que não está habituado a contemplar, rica em edifícios, protegida por um imponente sistema defensivo.

²⁰⁴ Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, *Palácio Almóada da Alcáçova de Silves*, Catálogo da exposição, MNA / CMS, 2001, p.38.

²⁰⁵ Huici Miranda, "Los Almohades en Portugal", *Anais da Academia Portuguesa de História*, série II, vol.5, 1954, p.18-19.

²⁰⁶ Maria José Gonçalves, *Op. Cit*, p.44.

Segundo o cruzado, o núcleo urbano de Silves era composto por uma alcáçova, que conheceu ocupação desde o séc. VIII, segundo dados da arqueologia²⁰⁷, pela *medina* e pelos seus arrabaldes. A alcáçova, mencionada pela fonte, estava fortemente defendida pelo seu sistema de muralhas, torres e portas de dupla entrada. Possuía ainda uma porta que permitia a fuga dos seus habitantes, em caso de necessidade, directamente para o exterior, a chamada “Porta da Traição”, muito comum nestas fortificações islâmicas. Preparada para situações de seca ou cerco militar prolongado, a alcáçova possuía uma enorme cisterna (*aljibe*), e outras duas cisternas de menores dimensões, para além de um poço designado por “Cisterna dos Cães”²⁰⁸. Se a questão do abastecimento de água estava equacionada, também não faltavam aos habitantes de Silves os cereais, armazenados em três enormes silos, que nos comprovam a riqueza do território rural circundante. Rosa Varela Gomes refere-se à alcáçova de Silves como uma “verdadeira cidadela-celeiro”²⁰⁹. A couraça era uma estrutura de abastecimento de água da cidade que integrava o próprio sistema defensivo da Medina, hoje totalmente desaparecida. Fazia a recolha da água a partir de um canal que corria a poente do núcleo urbano e não do rio, que devido à proximidade do mar e sujeito ao efeito das marés teria água salobra, segundo proposta de Rosa Varela Gomes²¹⁰. O próprio cruzado anónimo refere-se ao “canal” e não ao rio quando localiza a estrutura da couraça²¹¹.

A medina de Silves possuía três portas: a Porta da Cidade, a Porta do Sol, e a Porta da Azóia. A primeira, terá sido inicialmente ladeada por duas torres e, mais tarde, acrescentou-se-lhe uma grande torre ligada às anteriores e à muralha por um passadiço. A entrada na *medina* fazia-se assim por três lados, todos controlados a partir dos passadiços, da muralha e das torres. O cruzado anónimo refere-se a este sistema de entrada na *medina*, em 1189²¹².

É muito provável que Silves também tivesse, tal como outras cidades islâmicas do *al-Andalus*, uma comunidade moçárabe. Aliás, tal facto é-nos sugerido pelo cruzado

²⁰⁷ Rosa Varela Gomes, “Silves Islâmica”, *O Mediterrâneo Ocidental: identidades e fronteira*, Lisboa, ed. Colibri, 2002, p.97.

²⁰⁸ Idem, p.101-102.

²⁰⁹ Idem, p.102.

²¹⁰ Idem, p.108

²¹¹ Manuel Cadafaz de Matos, A cidade de Silves num itinerário naval do séc. XII por um cruzado anónimo, [fac.simile da edição de João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1844], Edições Távola Redonda / CMS, Silves, 1999, p.16.

²¹² Idem, p.16.

quando este se refere à grande torre, que se chamava “*burgae Mariae*”²¹³. Estas comunidades moçárabes estavam perfeitamente integradas no espaço islâmico, influenciadas pela cultura e pelo povo com que quotidianamente conviviam, teriam também um templo para praticarem o seu culto. Segundo Rosa Varela Gomes, este estaria situado provavelmente no lugar onde depois foi edificada a sé, após a conquista definitiva da cidade pelas forças cristãs ²¹⁴. Maria José Gonçalves, pelo contrário, indica o actual templo cristão como localizado sobre a grande mesquita da cidade²¹⁵. Haveria, certamente, um templo cristão, que servia essa comunidade moçárabe.

Os arrabaldes desta cidade seriam de grandes dimensões, estendendo-se até ao rio. É bastante provável que o cruzado anónimo ao referir-se a cerca de 16.000 habitantes não estaria longe da verdade. Junto ao rio, a poente, localizavam-se os estaleiros navais. Esta cidade não só possuía uma poderosa frota militar como era um importante centro de construção naval.

Silves era também famosa pelo seu dinamismo cultural, nomeadamente ao nível da literatura. Nela nasceram ou viveram grandes poetas, como *Ibn Ammar*, *Ibn Almilehe*, *Almississi*, a corte poética de *Almutamide*, nas palavras de Garcia Domingues²¹⁶. Outros poetas se distinguiram posteriormente como *Ibn Atalá*, *Ibn Arruhe*, *Ibn Assaíde*, *Ibn Abi Habibe*, e *Ibn Habibe*²¹⁷.

A importância de Silves é atestada no título que Sancho I, após a sua tomada, passa a utilizar “rei de Portugal, de Silves e do Algarve”²¹⁸ e na prontidão com que *Ya’qub al-Mansur* resolve conquistá-la, recuperando-a quase de imediato, em 1191, após uma tentativa falhada no ano anterior. A conquista efémera da cidade por parte das forças cristãs e a reconquista da mesma pelos almóadas fazem-nos perceber a importância da cidade no *al-Andalus*. Sancho I desferiu um golpe sem precedentes no território inimigo, levando o califa a reagir instantaneamente, como se reagisse a uma provocação à sua honra e reputação. A conquista de Silves, profundamente distante do território que na altura constituía o reino de Portugal, era uma acção de coragem,

²¹³ Idem, p.34

²¹⁴ Rosa Varela Gomes, “Silves Islâmica”, in *O Mediterrâneo Ocidental: identidades e fronteira*, Lisboa, ed. Colibri, 2002, p.110.

²¹⁵ Maria José Gonçalves, *Op. Cit.*, p.73.

²¹⁶ José Garcia Domingues, *Novos aspectos da Silves árábica*, Guimarães, 1945, p.14.

²¹⁷ Idem, p.19.

²¹⁸ Maria João Branco, *Sancho I*, Lisboa, C. Leitores, 2006, p.138.

ousadia mas insustentável do ponto de vista militar²¹⁹. Sancho I soube tirar partido dela durante o tempo em que a teve em sua posse. O seu título foi acrescentado, propagandeando a façanha. O relato do cruzado anónimo também faz da conquista de Silves um acontecimento digno de ser registado. Aliás, de todo o relato, apenas a conquista desta cidade constitui o facto militar que redundava em êxito em toda a narrativa. O cruzado dá a entender, no início do texto, que irá descrever todos os acontecimentos vividos por aquele contingente cruzado, até à Terra Santa. Mas, como o relato termina abruptamente em Marselha, ficamos apenas com a conquista de Silves como o acontecimento digno de registo de toda a empreitada narrada. Nada sabemos do que aconteceu posteriormente. Apenas podemos conjecturar.

A frota dos cruzados partiu de Lisboa, após negociações com o rei de Portugal Sancho I, levando cerca de três dias a chegar a Silves²²⁰. Antes passara por Alvor e avistara o castelo que havia sido destruído por um outro grupo de cruzados do Norte da Europa que havia navegado pela costa portuguesa, umas semanas antes, rumo à Terra Santa²²¹. A narrativa dá-nos a entender que a cidade de Silves deixou o nosso narrador deslumbrado. A qualidade dos campos agrícolas em seu redor, apesar de abandonados desde a destruição de Alvor, a imponência das suas muralhas, a beleza de uma urbe composta por bons edifícios, pela alcáçova, pelo castelo, pelo estaleiro naval, pelos arrabaldes. No entanto, podemos encontrar semelhanças na descrição da cidade que nos faz com as descrições dos geógrafos árabes que anteriormente se haviam debruçado sobre a cidade. É provável que tivesse conhecimento dessas descrições, se não por escrito, pelo menos oralmente, e que quando tratou de retratar a cidade, não tenha conseguido afastar-se desse modelo descritivo.

²¹⁹ Mário Barroca, “Da reconquista a D. Dinis” in *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, C. Leitores, 2003, vol.1, p.50.

²²⁰ Andaram três dias à vela, depois de partirem de Lisboa. Avistaram o castelo de Alvor e pouco depois a cidade de Silves. Cf. Manuel Cadafaz de Matos, *A cidade de Silves num itinerário naval do séc. XII por um cruzado anónimo*, [fac.simile da edição de João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1844], Edições Távola Redonda / CMS, Silves, 1999, p.12.

²²¹ O cruzado teutónico faz referência a uma frota de cinquenta e cinco naus de alemães e flamengas que quatro semanas antes havia partido de Lisboa, rumo ao Mediterrâneo e que destruíra o castelo e a povoação de Alvor, juntamente com forças portuguesas. Cf. Manuel Cadafaz de Matos, *A cidade de Silves num itinerário naval do séc. XII por um cruzado anónimo*, [fac.simile da edição de João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1844], Edições Távola Redonda / CMS, Silves, 1999, p.10.

2.3 OS INTERVENIENTES

Nas duas narrativas encontramos o mesmo tipo de intervenientes: os contingentes cruzados compostos pelos seus comandantes, guerreiros que lutavam pela cruz de Cristo, sacerdotes que os acompanhavam e contextualizavam religiosamente os acontecimentos, e mulheres que, embora presentes raramente eram citadas e nunca compareciam em público²²²; a hoste portuguesa e o seu rei, os religiosos peninsulares (bispo, arcebispo, sacerdotes); a população muçulmana que habitava as cidades e os seus representantes (alcaides); e as comunidades moçárabes que haviam permanecido nas cidades sob domínio muçulmano. Também teremos de referir as Ordens Militares, que aparecem referidas pelo narrador de Silves, mas que não são mencionadas pelo de Lisboa. No entanto, é muito provável que tenham estado em Lisboa, durante o cerco ao lado do rei e do seu exército²²³. Muitos destes intervenientes aparecem identificados pelo seu próprio nome, no caso do texto de Lisboa. A imagem que de todos eles é traçada depende do ponto de vista que o narrador defende e transmite. No confronto com outras fontes, coevas e posteriores, encontramos algumas discrepâncias no que diz respeito à forma como os assuntos são narrados e as acções dos intervenientes fundamentadas, o que nos permite descortinar o ponto de vista do autor e os objectivos da sua escrita. Por isso, mais à frente, dedicaremos um capítulo ao confronto destas duas narrativas com outras que abordam os mesmos temas.

O REI

A conquista de Lisboa e de Silves aos mouros resultou de acções concertadas da monarquia portuguesa e das forças cruzadas que passaram pela costa peninsular em direcção à Terra Santa. O rei dos portugueses esteve sempre presente nos acontecimentos que ambas as fontes relatam. Afonso Henriques aproveitou as hostes cruzadas integradas na Segunda Cruzada, que chegaram à costa portuguesa em Junho de 1147, para levar a cabo a conquista da cidade de Lisboa. Sancho I, em 1189, aliciou alguns cruzados a participarem na conquista de Silves, na sequência da tomada do

²²² A fonte de Lisboa refere explicitamente a presença das mulheres, mas a fonte de Silves omite a sua presença, não significando isto que elas não fizessem parte do contingente cruzado.

²²³ Cf. Mário Barroca, "Os castelos das Ordens Militares em Portugal (sécs. XII-XIV)", *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb 500-1500, Actas do simpósio internacional sobre castelos*, Lisboa, Ed. Colibri / CMP, 2001, p.536.

castelo de Alvor, poucas semanas antes, igualmente com o auxílio de contingentes cruzados, estes agora da Terceira Cruzada.

Tanto Afonso Henriques como Sancho I souberam antecipadamente da passagem desses contingentes do Norte da Europa pela costa portuguesa e integraram nos seus planos de conquista essas preciosas forças militares, resolvendo desse modo o problema dos reduzidos efectivos militares da sua hoste.

Santarém fora tomada por Afonso Henriques pouco antes de Lisboa, mas essa primeira conquista só parece acontecer porque se esperava e preparava tomar Lisboa. E Lisboa só se conseguiria vencer com o auxílio dos contingentes cruzados em trânsito para a Terra Santa. No início da década de 1140 já se havia tentado conquistar Lisboa, mas sem êxito. A conquista de Lisboa era fundamental para os planos políticos de Afonso Henriques que, desde 1143, se fizera cavaleiro de S. Pedro²²⁴ mas que a Santa Sé apenas considerava um simples *dux*²²⁵. Havia que alargar o seu território e combater os inimigos da fé, protagonizando feitos militares dignos de um monarca²²⁶. Talvez se deva analisar as conquistas de Santarém e de Lisboa como partes integrantes de um plano político de Afonso Henriques com ambições que ultrapassam a mera conquista de cidades muçulmanas. Estas cidades tinham um significado especial neste plano que se articulava de forma intencional com o movimento cruzadístico europeu. O monarca pretendia daí tirar proveitos para a sua afirmação quer no plano peninsular, quer no plano internacional.

É muito provável, como já afirmámos, que Afonso Henriques tivesse tido conhecimento prévio da passagem dos cruzados pela costa portuguesa, e tivesse solicitado a intervenção directa de S. Bernardo Claraval²²⁷, de modo a convencer estes homens do Norte da Europa que a luta contra o infiel na Península Ibérica se comparava em importância e grandeza à luta que se fazia no Oriente, pela libertação dos lugares santos. A promessa dos saques também funcionava como uma razão de peso, pois sabemos que muitos dos que integravam os contingentes cruzados vinham

²²⁴ *Clavis Regni Celorum*.

²²⁵ José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, C. Leitores, 2006, p.167.

²²⁶ Afonso Henriques para satisfazer as suas ambições políticas necessitava de, através de um feito militar de valor, alargar o seu território, lutando contra o inimigo da fé, devolvendo o território tomado à Cristandade. Até ali, apenas poderia contar com a vitória de Ourique.

²²⁷ José Mattoso defende esta hipótese, aceitando a linha de investigação de Livermore e Phillips, como já atrás tivemos oportunidade de referir. Cf. José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, C. Leitores, 2006, p.169.

igualmente em busca de rendimentos materiais. É por isso que vemos tanto Afonso Henriques como Sancho I a prometerem aos cruzados o saque, conscientes que só assim muitos deles adeririam ao projecto.

Em 1189, sabemos que a tomada de Alvor, que antecedeu o cerco e conquista de Silves, também foi conseguida com o auxílio de um grupo de cruzados (frísios, dinamarqueses, flamengos, entre outros), que primeiramente passou pela costa portuguesa e que criou condições militares para uma conquista da cidade. A tomada de Silves consistiu na primeira grande iniciativa militar de Sancho I como rei²²⁸ e este monarca soube aproveitar a conjuntura favorável do lado inimigo: o reino de Leão e de Castela estavam envolvidos num conflito e uma revolta nas Baleares deixava *Abu Yaqub Yusuf II* incapaz de reagir, como já tivemos possibilidade de evocar. Sancho I contou com a ajuda preciosa de cruzados alemães, franceses, flamengos e ingleses que, quatro semanas após a destruição do castelo de Alvor, passaram pela costa portuguesa. A expedição, de apenas onze naus, partiu a catorze de Julho de 1189 do porto de Lisboa. A esta frota juntaram-se os vinte e quatro navios do rei de Portugal. Partiram em momentos diferentes, rumando até Silves. Por terra, seguiu o exército português acompanhado pelo próprio monarca e apetrechado de máquinas de assalto.

Conquistou-se Silves depois da tomada de Alcácer do Sal, em 1158, por Afonso Henriques. É curioso verificar a relação de dependência destas duas urbes no controlo do território do sul, pois Silves passará para as mãos dos muçulmanos, em 1191, depois destes recuperarem Alcácer do Sal nesse mesmo ano. A tomada da cidade fez-se por terra e por mar e a cidade de Alcácer constituía uma plataforma avançada para o ataque ao sul e naquela época constituía o único porto de mar muçulmano no Atlântico, de onde poderiam partir frotas para assediar Silves.

A fonte de Lisboa dá-nos uma imagem imaculada do rei dos portugueses. Um rei que evidencia uma imagem perfeitamente definida daquilo que se pretendia de um verdadeiro rei, sempre à altura dos acontecimentos, revelando uma dimensão ético-moral, guerreira, política e religiosa digna do cargo que desempenhava. A fonte em que nos baseamos é uma cópia, datada possivelmente dos finais do séc. XII, de um original que terá sido redigido num período próximo dos acontecimentos de 1147. Podemos supor que houve um trabalho da imagem do monarca que se quis legar às

²²⁸ Mário Barroca, “Da reconquista a D. Dinis”, *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, C. Leitores, 2003, vol. I, p.49.

épocas posteriores. Não nos podemos esquecer que a ser correcta a datação deste documento, ele é produzido num contexto muito particular, no final do reinado de Afonso Henriques ou nos primeiros anos do reinado de seu filho, Sancho I, época em que o *scriptorium* dos crúzios dava início a um programa de exaltação e de construção da imagem do rei fundador, a partir de textos propagandísticos e apologéticos²²⁹. O rei fundador aparece-nos então nesta fonte com as suas dimensões sobrenaturais: um rei guerreiro, que participa no cerco, que acompanha o seu exército, que está sempre presente nos momentos do confronto bélico; um rei dotado de princípios éticos e morais, que age de acordo com os preceitos da ética e moral cavaleiresca; um rei que funcionava como um instrumento da vontade divina, na luta contra o infiel; um rei que acima de tudo tinha um plano político bem definido para o seu reino e a conquista de Lisboa fazia parte dele, sendo mesmo fundamental para a sua afirmação política, quer junto dos reinos peninsulares, quer junto de Roma. Toda a acção política e guerreira deste monarca era enquadrada pelo poder eclesiástico da época, que a marcava ideologicamente.

A fonte de Silves apresenta-nos um rei de Portugal menos ideal. Ela dá-nos uma imagem construída por alguém que é alheio aos interesses da monarquia portuguesa e à ideologia da reconquista. Não encontramos aqui aquilo que se verifica em Lisboa, um comprometimento do redactor da fonte com os poderes políticos e eclesiásticos do reino, compreensível se atendermos que a redacção do texto de Lisboa foi muito provavelmente feita em território nacional, enquadrada pelo *scriptorium* de Santa Cruz de Coimbra. Sancho I surge então nesta fonte como um rei que no cerco se comportou de forma pouco consistente, ora queria desistir, ora era convencido pelos cruzados a continuar de forma a conseguir a cidade para si, para o seu reino. Firmou um pacto com os cruzados, mas quando negociou a rendição com os muçulmanos, esqueceu os pontos essenciais desse acordo prévio. Estava disposto a pagar aos cruzados para poupar os habitantes da cidade. Isto depois de haver prometido o saque aos cruzados. Estes reagem com indignação e incompreensão, pois apenas conseguem compreender

²²⁹ A única cópia que actualmente se conhece encontra-se em Inglaterra. Terá sido produzida por lá? Ou foi produzida em Portugal e depois levada para o reino do cruzado que a produziu? É uma questão que fica, por ora, em aberto, pois nada se sabe acerca do seu percurso até ser incluída no códice onde se encontra.

a conquista desta cidade ao Islão numa lógica de cruzada²³⁰. O rei pretendia a reorganização económica da cidade para a integrar no seu reino e os cruzados desejavam o saque com havia sido combinado e possivelmente não desdenhariam a destruição da cidade, tal como havia acontecido com Alvor. Sancho I apresenta contradições nesta sua postura, mas também podemos equacionar que tal não seria mais do que uma estratégia para a consumação da conquista. Tomada a cidade, o passo seguinte seria o da organização e integração do espaço económico e político no reino de Portugal. A manutenção da estrutura económico-social previamente existente, com a assimilação da população muçulmana e moçárabe, facilitava o domínio e a exploração económica daquele novo espaço e é isto que torna mais compreensível aos nossos olhos a posição de Sancho I ao querer estabelecer pactos com a população local. Obviamente que esta não é a posição do cruzado, que pretende o saque e a destruição do inimigo. Esta situação espelha as duas perspectivas que se encontram presentes na guerra peninsular contra o Islão, a da guerra da reconquista, levada a cabo pelos reinos cristãos ibéricos, e a da guerra santa levada a cabo pelos cruzados. A guerra da reconquista apresenta uma especificidade que nem sempre é entendida por quem chega de fora, e compreende a guerra ao Islão apenas numa lógica de cruzada.

A figura de Sancho I no relato de Silves personifica e encarna a guerra da reconquista, aspecto que o narrador reduz a uma faceta pouco louvável num rei, que não cumpre os pactos anteriormente firmados e não recompensa devidamente quem deveria recompensar: os cruzados. Não foram eles, segundo o cruzado, os únicos responsáveis pelo êxito da conquista? Mas, não se pode exigir que este narrador esteja em condições de compreender e descodificar a situação que descreve. O narrador de Silves demonstra, ao contrário do R. de Lisboa, não possuir instrumentos nem estar na posse de um quadro conceptual de análise da realidade política com que se depara na Península Ibérica, nomeadamente em Portugal. Não compreende que ao rei de

²³⁰ Há na fonte uma afirmação que nos indicia que a leitura que o cruzado fazia da tomada desta cidade era diferente da do rei português. Depois da conquista de Silves, o narrador afirma que o rei dos portugueses iria voltar para os seus domínios, como se Silves não integrasse a partir desse momento o reino de Portugal. Cf., Manuel Cadafaz de Matos, *A cidade de Silves num itinerário naval do séc. XII por um cruzado anónimo*, [fac.simile da edição de João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1844], Edições Távola Redonda / CMS, Silves, 1999, p.40.

Portugal não interessa tomar posse de uma cidade desabitada e destruída, mas sim um espaço próspero, económica e politicamente organizado.

Sancho I não considerou pequeno o acto de bravura que consistiu na conquista da Silves muçulmana para o reino cristão de Portugal, pois passou a integrar no seu título a cidade e a região do Algarve. Mas, também podemos constatar que se tratou, durante o seu reinado, da primeira e única conquista territorial significativa, digna de registo pela cronística nacional. Apesar de efémera, havia que rememorar-la. E os textos posteriores fazem-no²³¹, como iremos verificar mais adiante.

Enquanto Afonso Henriques necessitou de arquitectar uma estratégia articulada com o poder eclesiástico, Roma e Bernardo de Claraval, para legitimar a acção guerreira dos cruzados em terras peninsulares, Sancho I para conseguir o apoio dos contingentes da Terceira Cruzada já não necessitou senão de repetir discursos justificativos, apelos e promessas já anteriormente postos em prática e conhecidos, muito provavelmente, por toda a Cristandade, ou pelo menos, pelos cruzados.

OS CRUZADOS

Os cruzados que participaram na conquista de Lisboa, em 1147, constituíam um contingente integrado na Segunda Cruzada organizada pela Cristandade para libertar a Terra Santa. Esse contingente era composto por homens oriundos de várias regiões do norte da Europa. Dele faziam parte flamengos, ingleses, colonienses, normandos, bolonheses, bretões, escoceses, francos, que partem do sul de Inglaterra (porto de Dartmouth) em 164 navios. Foram divididos em grupos e o comando de cada um desses grupos entregue a homens específicos. No relato que escreveu, o cruzado atribui aos chefes dos contingentes cruzados que participaram na conquista da cidade um rosto, um nome. São apresentados um a um, no início da narrativa: Arnaldo de Aerschot, sobrinho do duque Godofredo, comandante das forças do Império Romano; Cristiano de Gistelles, duque da Flandres, comandante dos homens da Flandres e Bolonha; Hervey de Glanville, comandante dos homens de Norfolk; Simão de Dover, comandante dos homens de Suffolk; André de Londres, comandante dos navios de Kent; Saério de Archelles, comandante dos restantes navios. Para além destes, ainda seguiam Guilherme Vítilo, Radulfo, irmão de Guilherme, que era sacerdote de Bristol;

²³¹ Cf. *Crónica de 1419*.

Gilberto de Hastings, o bispo eleito para a sede episcopal da cidade; e numerosos clérigos que acompanhavam os cruzados. Também havia mulheres que acompanhavam os cruzados, mas que não compareciam em público.

O cruzado Hervey de Glanville desempenhou um papel fundamental na coesão do grupo heterogéneo que constituía o contingente estrangeiro. Ao seu discurso apaziguador o narrador dedica várias linhas do seu texto, dada a importância desta figura para a concretização da conquista bem sucedida de Lisboa.

Os cruzados que participaram na conquista de Silves, em 1189, respondendo afirmativamente a um pedido expresso pelo rei de Portugal, Sancho I, vinham integrados na Terceira Cruzada, convocada após a tomada de Jerusalém por Saladino, em 1187. Também este contingente constituía um grupo heterogéneo, cuja única ligação que tinham era a intenção de participarem na libertação da Terra Santa das mãos do infiel e beneficiarem dos proveitos materiais e espirituais que a guerra santa lhes proporcionava. Curiosamente, ao contrário do que sucede no relato da conquista de Lisboa, a narrativa da tomada de Silves não nomeia qualquer um dos participantes. As personagens não têm nomes, apenas são identificadas pela sua origem ou cargo que desempenham. Apenas o alcaide da cidade é apresentado pelo seu cargo e nome²³². Todos os restantes participantes nesta acção militar não aparecem com um rosto, um nome. São anónimos, tal como o autor do próprio texto, que também nada deixou sobre a sua identidade, para além de alusões à sua proveniência.

Estes cruzados revelaram posturas muito distintas durante o assédio à cidade e o comportamento de alguns deles não respeitava os preceitos éticos de um cruzado. Deduz-se isto do relato que o anónimo de Silves faz do grupo de cruzados que ataca os muçulmanos que saem da cidade, os que roubam e pilham tudo o que encontram na cidade, escapando à repartição dos bens por todos. O autor formula juízos de valores e desvaloriza a atitude de ganância relativamente ao saque dos bens dos habitantes muçulmanos da cidade. A verdade é que podemos constatar uma postura pouco isenta do cruzado, fazendo sempre distinções entre os “seus” teutónicos e os outros, particularmente os flamengos. Verifica-se uma postura de valorização e justificação da parte dos alemães, contraposta a uma outra, menos ética e moralmente reprovável,

²³² *Albainus*.

da parte dos flamengos. Não nos podemos esquecer que estamos perante um relato de acontecimentos feito por uma parte interessada e implicada na acção narrada.

Tanto numa como noutra narrativa, deparamo-nos com descrições que podemos classificar de pouco lisonjeiras relativamente à postura de alguns cruzados, com um comportamento reprovável do ponto de vista da ética da cruzada. De certa forma, o cruzado é um homem religioso, que serve o bem, combate o mal, mas não pratica más acções, não revela interesses ou condutas pouco adequados ao espírito de um bom cristão. E, no caso do relato de Lisboa, os sermões feitos aos cruzados apontavam para o repúdio desses vícios como a inveja, a gula, a ambição do saque e dos bens materiais, ou as mortes gratuitas.

No caso de Lisboa, temos os cruzados flamengos a não cumprirem o que havia sido previamente combinado, e a entrarem na cidade antes do rei e da delegação de cruzados, e a roubarem tudo o que podiam, fugindo desse modo à divisão do saque. A morte do bispo da cidade²³³ é um episódio que o autor narra para nos transmitir o seu ponto de vista depreciativo, para nos dar a entender que repudiou tal acto, que o entendeu como desnecessário. Talvez mais em Lisboa e menos em Silves, estamos perante uma narrativa mais implacável para o comportamento reprovável dos cruzados. O cruzado de Lisboa partilha a perspectiva do rei de Portugal, da monarquia, da reconquista. O cruzado de Silves parece-nos mais distante desse tipo de análise e mais complacente para com os cruzados, apesar de os criticar, fá-lo de uma forma mais suave. Aliás, quem o narrador de Silves critica aberta e violentamente é D. Sancho I e os seus homens, quando reserva algumas linhas da sua prosa para caracterizar a postura deste contingente e do seu rei na conquista da cidade. Afirmo mesmo que sente necessidade de deixar expressa a atitude pouco louvável a que assistiu.

A fonte de Silves afirma-nos que a conquista da cidade fez-se graças à persistência e ao esforço dos cruzados e constituiu o único feito militar de toda a narrativa que o cruzado anónimo se propôs contar. E apresenta-nos uns protagonistas, os cruzados, bem mais valorizados que o rei D. Sancho I e os militares portugueses. E, de entre aqueles, particularmente aquele contingente do qual o narrador faz parte. Tratando-se de uma narrativa que pretende relatar os acontecimentos vividos pelas forças cruzadas que partem dos portos do Norte da Europa em 1189, integrando a Terceira Cruzada,

²³³ Provavelmente, um bispo moçárabe.

podemos constatar que nada de mais significativo é narrado que o facto deste contingente cruzado ter participado no cerco e na conquista militar da cidade de Silves. Como a narrativa termina em Marselha, podemos supor que os cruzados continuaram a sua viagem até à Terra Santa. Mas, não deixam de ser suposições sem sustentação documental e de nada sabemos acerca das suas acções posteriores à data em que termina o relato.

A HOSTE RÉGIA

Nas duas fontes, as hostes dos monarcas portugueses surgem-nos caracterizadas de maneiras diferentes. No caso de Lisboa, o narrador nunca faz afirmações depreciativas relativamente à acção da hoste portuguesa. Esta força militar mantém-se afastada dos contingentes cruzados, e não surge na narrativa a desempenhar qualquer papel militar relevante que contribuísse para a tomada da cidade, mas sobre ela o narrador não tece comentários e juízos de valor depreciativos. Já o autor de Silves produz uma imagem muito negativa dos elementos que compunham a hoste de Sancho I. Logo que chegam a Silves, o capitão português defende a tomada de outra cidade, desistindo da ideia de tomar a aparentemente inexpugnável Silves. Depois, ao longo do cerco, são várias as vezes em que estes homens pretenderam desistir, convencendo mesmo o rei a abandonar a ideia de tomar a cidade e a levantar o cerco. Nas palavras do cruzado teutónico, não trabalhavam para se conquistar a cidade nem incentivavam aqueles que lutavam e trabalhavam arduamente para concretizarem o objectivo que ali os levara.

A hoste de Afonso Henriques participa no cerco e na conquista da cidade de Lisboa. Tratava-se de um contingente militar pouco numeroso e incapaz de, sozinho, garantir a eficácia do assédio e a consequente tomada de Lisboa. Aliás, é por isso que o rei mobiliza todos os esforços e solicita a intervenção do abade de Claraval para obter o apoio dos cruzados, conseguindo desse modo engrossar o contingente militar cristão e beneficiar da participação dessa força na sua luta contra o infiel. Durante o assédio à cidade, a hoste portuguesa nunca se mistura com o contingente cruzado, ocupando lugares diferentes no acampamento montado durante o cerco. O cruzado dá-nos conta que os homens do rei, numa fase final do cerco, estão afastados do local onde se desenrolavam os acontecimentos, observando-os à distância. Tal observação, relatado

pelo cruzado, reflecte alguma estranheza e incompreensão da sua parte. Mas, podemos estar perante uma situação particular de serviço obrigatório, findo o qual as milícias concelhias não estariam obrigadas a participarem no cerco²³⁴.

Em Silves, também a hoste de Sancho I participa no cerco e na conquista da cidade. As forças do rei ocupam lugares diferentes no acampamento e não se misturam com o contingente cruzado, tal como havíamos verificado em Lisboa. No relato da conquista de Silves, o cruzado tece duras críticas à postura dos homens do rei, que estão constantemente a convencer o seu monarca a desistir da tomada da cidade e pouco participam nos esforços de assédio e escalada das muralhas da cidade. São apresentados como uma espécie de força de entrave à consecução dos objectivos que os haviam levado até ali.

AS ORDENS MILITARES

As primeiras Ordens Militares que surgem no reino são a do Tempo e do Hospital, no final do governo de D. Teresa. Trata-se de instituições que apesar de fundadas no Próximo Oriente estenderam a sua acção até à Península Ibérica²³⁵. Mais tarde, na segunda metade do séc. XII, começam a surgir Ordens de origem peninsular. Se sabemos que os Hospitalários apenas na conquista de Silves é que desempenharam um papel activo numa expedição militar, os Templários desde logo assumiram a dimensão militar muito mais activa.

Após o *Desastre de Badajoz*, Afonso Henriques impossibilitado de participar nas expedições militares, recorreu às Ordens Militares como um recurso que podia ser aproveitado na luta contra os almóadas. Prometeu-lhes o terço das terras a conquistar a sul do Tejo, no caso dos Templários, promoveu a entrada de novas ordens, como o caso da Ordem de Santiago, e criou a Milícia de Évora, filiada em Calatrava. A hoste do rei, quer de Afonso Henriques, quer do seu filho Sancho I, não tinha condições para levar a cabo o assédio e a conquista de uma cidade, fosse Lisboa ou Silves. Daí que

²³⁴ António Castro Henriques também coloca esta hipótese para explicar a desistência dos portugueses que integravam a hoste régia e que participaram no cerco a Silves. Cf. António Castro Henriques, *Conquista do Algarve (1189-1249) – O segundo reino*, Lisboa, Tribuna da História, 2006, p.43.

²³⁵ Cf. Mário Barroca, “Os castelos das Ordens Militares em Portugal (séc. XII a XIV)”, *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb 500-1500, Actas do simpósio internacional sobre castelos*, Lisboa, Ed. Colibri / CMP, 2001, p.535.

Afonso Henriques tenha, desde cedo, compreendido o valor estratégico destas forças militares num reino que se afirmava pela guerra de fronteira.

O texto sobre a conquista de Lisboa não nos faz referência à presença de Ordens Militares na hoste régia durante o assédio. Mas, sabe-se da sua participação, quanto mais não seja pelas doações territoriais de que algumas ordens foram alvo logo após a conquista. O autor da fonte de Silves faz-nos um retrato muito preciso do que observa e demonstra já reunir alguns conhecimentos acerca das Ordens Militares e das suas características específicas. Identifica as cinco ordens que integraram a hoste de Sancho I (Templários, Hospitalários, Freires de Santiago, de Avis e de Calatrava), apesar de confundir os trajes e os preceitos dos freires de Santiago com os Templários. À parte este erro, o cruzado identifica todas as outras ordens que ali estiveram com o rei, constituindo esta fonte um importante testemunho da presença das Ordens Militares e da sua acção militar articulada com os projectos da monarquia portuguesa.

Também temos de analisar do ponto de vista simbólico a participação das Ordens Militares nestas expedições da monarquia portuguesa. Estavam ao lado dos monarcas portugueses, homens da Igreja que escolheram o uso das armas para combaterem o infiel. Homens que conferiam uma dimensão sagrada a toda a acção bélica e que provavam a todo o momento a justeza da luta que encetavam em prol da Cristandade. Eram homens que defendiam a Terra Santa, a herança de Deus por todo o mundo e punham as suas armas ao serviço de Deus. Estavam aqui, no reino de Portugal, ao lado dos seus monarcas, provando que este era o lado do bem no conflito que se travava com o Islão em terras peninsulares.

OS ECLESIASTICOS

Lisboa, após cerca de quatro meses de cerco, foi tomada, com o apoio do contingente armado da Segunda Cruzada que seguia para a Terra Santa, e que Afonso Henriques tão bem soube aliciar, com promessas de saque e com uma fundamentação teórica do valor da luta peninsular contra o Islão, uma guerra santa, consubstanciada nos discursos proferidos pelos seus agentes eclesiásticos neste acontecimento.

Directamente envolvidos na tomada de Lisboa estiveram o bispo do Porto, D. Pedro Pitões, e o arcebispo de Braga, D. João Peculiar. Os seus discursos, o sermão aos cruzados e o discurso ao alcaide muçulmano, tinham objectivos muito precisos e

encontram-se inseridos no texto que o cruzado R. escreveu a Osberto de Bawdsey. Provavelmente, o cronista teve acesso aos textos dos dois intervenientes e integrou-os na estratégia apologética do seu relato, que teria uma finalidade mais ampla e ultrapassava a mera dimensão de um relato da conquista da cidade.

Em Silves, não temos uma participação muito marcante dos eclesiásticos. Eles surgem a celebrar as missas que antecederam os ataques e acompanharam os cruzados em toda a sua viagem e em todas as suas acções militares. Mas desempenharam um papel bem diferente e menos interventivo do dos eclesiásticos na conquista de Lisboa. Não fizeram sermões, não teorizaram acerca da importância da luta contra o infiel e parecem não ter tido qualquer tipo de contacto com o poder político ou eclesiástico do reino, senão após a conquista quando se tratou de nomear um novo bispo para a cidade.

O facto destes elementos da esfera eclesiástica participarem nas acções narradas, apesar de em graus de envolvimento diferentes, reveste-se de uma importância muito especial porque são exactamente estas figuras que representavam a Igreja, que conferiam um significado simbólico e religioso a todos os acontecimentos vividos. Deus estava com os portugueses e com os cruzados, tendo em conta todos os milagres e manifestações da Sua vontade. Mas, a própria Igreja Católica teorizava, justificava e participava na guerra que se fazia contra o infiel, que lutavam com armas, através das Ordens Militares e dos monges-guerreiros, e com argumentos, através dos bispos e sacerdotes, contra as injustiças terrenas que os mouros cometem na terra dos homens. Para lá das teorizações, a função dos eclesiásticos nestas empresas justificava-se pelo seu carácter santo, isto é, por serem obras religiosas que tinham que ser enquadradas pela Igreja. Sem a presença dos eclesiásticos, sem a celebração das missas, sem a presença dos símbolos religiosos, as guerras nada teriam de religioso.

OS MOÇÁRABES

Tanto em Lisboa como em Silves, aquando da tomada das cidades, os cristãos deparam-se com comunidades moçárabes, que ambos os redactores nos dão conta não directamente, mas através de acontecimentos que nos fazem colocar a hipótese da sua existência. Em Lisboa, o narrador informa-nos que os cruzados colonienses e

flamengos mataram o bispo da cidade, quando nela entraram. Possivelmente estava a referir-se ao bispo da comunidade moçárabe da Lisboa muçulmana, como já atrás aludimos. Também nos diz que, após a conquista, surgiram uns habitantes da cidade, moribundos, a invocar o nome de Maria (“Maria boa, boa Maria”²³⁶). Estes seriam, muito provavelmente, elementos da comunidade moçárabe cuja presença e influência terá perdurado para além da conquista cristã. Aliás, nesta linha de pensamento, a recuperação das relíquias de S. Vicente pode ser interpretada como uma forma de afirmação de uma comunidade moçárabe que continuou a viver na Lisboa cristã, assunto que já tivemos oportunidade de debater atrás. Os dados da arqueologia também trouxeram à luz aquilo que terá sido um cemitério desta comunidade, perto da porta da Alfafa²³⁷. O arrabalde ocupado pela comunidade moçárabe de Lisboa ficava situado a oeste da alcáçova exactamente na zona da referida porta²³⁸.

Mas, acerca desta comunidade moçárabe não podemos afirmar mais nada, para além destas hipóteses. Pouco mais se sabe sobre ela.

Em Silves, o narrador também fez referência a uma Torre de Maria, o que pode indiciar a existência de uma comunidade que praticava o culto religioso cristão na Silves muçulmana.

OS MUÇULMANOS

As populações muçulmanas das cidades de Lisboa e de Silves surgem nas duas narrativas e, no caso do texto de Lisboa, até com algum relevo. O narrador R. dedica algumas linhas do seu texto a transcrever os argumentos apresentados por um ancião muçulmano ao arcebispo de Braga quando este o tenta convencer das razões que os levavam a tomar Lisboa. Nesta passagem da narrativa, fica-se com a sensação que houve da parte do redactor vontade de registar as razões que também faziam aquelas gentes entender a cidade como sua. Os argumentos sábios do velho muçulmano aparecem no texto com uma função valorativa e com uma função simbólica que mais adiante exploraremos. O que é importante frisar é que o narrador também considerou

²³⁶ *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, ed. Aires Nascimento, Lisboa, Vega, 2ª ed, 2007, p.143.

²³⁷ Cláudio Torres, “Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e o seu território”, *Arqueologia Medieval* 7, Porto, Ed. Afrontamento, p.76

²³⁸ António Rei, “Ocupação humana no alfoz de Lisboa durante o período islâmico”, *A Nova Lisboa Medieval*, Lisboa, ed. Colibri, 2ª ed, 2007, pp.28-9.

pertinente incluir os argumentos de um ancião que está convicto do que afirma e está disposto a defender a cidade até à morte. Para ele e para o narrador que deu conta da força dos seus argumentos, a decisão do diferendo tinha que ficar nas mãos de Deus.

Outro aspecto onde os narradores denotam admiração pelo inimigo é na forma como este se bate pela defesa da sua cidade. Lutavam dia e noite. Contrapunham as suas acções às investidas e às máquinas de assalto dos cristãos. Em Lisboa, o cruzado fala-nos de muçulmanos sobre as muralhas, a impedirem o avanço das torres e das máquinas de assédio, a saírem pelas portas de modo a lutarem com os cristãos que encontrassem isolados pela subida das águas do rio, a debaterem-se dia e noite, impedindo os cristãos de adiarem o ataque para o dia seguinte. Em Silves, o cruzado chega mesmo a afirmar que os muçulmanos lutavam como eles, valorizando a tenacidade e a firmeza com que defendiam a sua urbe. É nesta narrativa que também ficamos a saber que todos aqueles que não defendessem com dignidade e até ao fim a cidade eram considerados cobardes e condenados à morte. Esta passagem também revela alguma admiração pela ética que enquadrava a acção miitar dos inimigos.

Mas, nas narrativas também surge outra faceta do inimigo da fé, aquela em que ele é diabolizado, visto como aquele que vive sem lei, permitindo a convivência de outras religiões, ou como aquele que blasfema contra a Mãe de Cristo, que cospe na cruz e não a respeita. Noutras passagens o muçulmano é olhado como aquele que mata cristãos de forma cruel, aquele que ocupou os territórios de Deus, usurpando-os através da guerra e a eles não tendo quaisquer direitos. No fundo, é visto como alguém que é razão de todos os males à face da terra e que é necessário exterminar.

Este inimigo despoleta no cristão sentimentos contraditórios, pois ao mesmo tempo que ele constitui a razão de todos os males, também pertence a uma civilização culturalmente muito rica, cuja pujança se materializa nas cidades que se tomam e os deixam deslumbrados.

2.4 O CERCO: ESTRATÉGIAS MILITARES E ARMAMENTO

A partir do séc. XI, com Fernando Magno, a Reconquista Cristã passou a ser compreendida como um meio de expansão territorial. Até então, a guerra era uma

forma de conseguir proventos, portanto, uma actividade de carácter económico²³⁹. Com a conquista de Coimbra em 1064, a linha de fronteira avança do Douro para o Mondego e, pela primeira vez, se integraram vastos territórios sob o domínio da monarquia cristã. Os pequenos castelos deram lugar ao lugar fortificado único, o castelo românico. É a partir desta época que surge uma nova maneira de fazer guerra, e, com os longos cercos, já não se pretendia apenas a obtenção do saque, mas sim a conquista de um território que se almejava acrescentar ao seu.

Um longo cerco pressupõe uma estratégia organizativa de grande envergadura, uma empresa cuidadosamente planeada que teria de assegurar apoios na retaguarda, abastecimentos alimentares, engenhos militares, contingentes. Nos fossados, era fundamental o efeito de surpresa e a velocidade da rapina, não tendo cabimento todo um conjunto de factores que irão caracterizar a nova forma de fazer guerra, a partir do séc. XI, quando esta procurava não só o saque como também o domínio do território do inimigo, numa lógica de alargamento territorial²⁴⁰.

Para fazer frente a estruturas resistentes como eram os sistemas fortificados de marca almorávida e almóada, havia que construir engenhos militares capazes de destruírem panos de muralha, abrir portas, aceder aos adarves e desse modo entrar na cidade muralhada. As fontes analisadas noticiam-nos a utilização destes engenhos como parte integrante de uma estratégia de cerco que tinha como objectivo a tomada das urbes sitiadas e a sua posterior integração no reino português.

Como já atrás se afirmou, a conquista de Lisboa, em 1147, e de Silves, em 1189, foram resultado de uma acção concertada e de um plano arquitectado com alguma antecedência por parte da monarquia portuguesa, em articulação com as forças cristãs que passavam pela costa atlântica, durante o período das grandes cruzadas ao Oriente. Tanto uma como outra foram antecidas por conquistas de cidades ou localidades vizinhas, como Santarém, no caso de Lisboa, e de Alvor, no caso de Silves²⁴¹. As populações muçulmanas de Lisboa e de Silves, perante estes primeiros ataques, prepararam-se para o objectivo maior das forças cristãs que se prenunciava, ou seja, a

²³⁹ Cf. Mário Barroca, "Armamento medieval português. Notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs", *Pera Guerreiar*, Catálogo da Exposição, MNA / CMP, Palmela, 2000, pp.37-76.

²⁴⁰ Mário Barroca, "Da Reconquista a D. Dinis", *Nova História Militar de Portugal*, vol.I, Lisboa, C. Leitores, 2003, p.32.

²⁴¹ O controlo efectivo de um território fazia-se a partir do domínio dos locais fortificados, de acordo com Fitz. Cf. Francisco Garcia Fitz, *Castilla e León frente al islam, Estratégias de expansion y tácticas militares (siglos XI-XIII)*, Univ. de Sevilla, Sevilha, 2001, p.215.

conquista das suas cidades. Só assim se explicam os longos cercos que estas duas cidades muçulmanas conseguiram suportar, apenas sucumbindo após várias semanas. A população de Lisboa resistiu por mais tempo, pois conseguiu garantir alimentos e água que lhe permitiram viver várias semanas dentro das suas muralhas. Talvez também tivesse tido mais tempo para se preparar para um eventual assédio, após a tomada de Santarém, em Março desse mesmo ano. A população de Silves, no momento em que se viu privada do abastecimento de água devido à destruição da couraça, acabou por se render mais rapidamente. Também lhe faltavam alimentos, pois quando se rendeu apresentava-se faminta e muitos haviam perecido pela fome e pela sede²⁴². Os cercos constituíam um dos métodos mais habituais de tomar territórios inimigos.

Os cercos ou resultam, caso levem à rendição de uma cidade no espaço de uma semana, ou se tornam numa estratégia difícil de manter, onde o factor psicológico é fundamental para garantir o sucesso da empresa. Sobre o aspecto psicológico do cerco temos informações preciosas, quer no relato de Lisboa, quer no de Silves. O caso das cartas enviadas aos habitantes e ao governador de Évora pela população de Lisboa, a solicitar-lhe auxílio militar, acabaram por constituir um alento para os sitiados, uma vez que as missivas espelhavam o desespero da população sitiada. A resposta de Évora ainda contribuiu mais para este reforço psicológico dos cristãos, pois negava a existência de um possível socorro exterior e revelava uma cidade isolada. O cerco e o assalto poderiam não ser os dois únicos meios para tomar uma cidade. Às vezes, estes articulavam-se com outras estratégias como os pactos militares, explorando as rivalidades entre os muçulmanos, de modo a garantir o isolamento do inimigo. Foi o que Afonso Henriques fez em Lisboa, em 1147²⁴³. Em Silves, todos aqueles que abandonavam a cidade, procurando refúgio junto dos cristãos, reforçavam a ideia de que a rendição da cidade estava por uma questão de dias. A falta de água e de alimentos que grassava entre a população muçulmana era denunciada por cada dissidente e constituía uma esperança para quem estava do lado de fora das muralhas inexpugnáveis de Silves.

²⁴² Sobretudo a população moçárabe e os cativos.

²⁴³ Afonso Henriques para além de um eficiente chefe guerreiro, também se revelou um astuto comandante que não usou apenas as armas, mas igualmente a negociação e o artilharia para atingir os seus fins. Cf. José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, C. Leitores, 2006, p.148.

Dois longos cercos puseram à prova as condições de subsistência da Lisboa e da Silves muçulmana, ambas protegidas por imponentes sistemas defensivos, constituídos por fortes muralhas, torres albarrãs, barbacãs e fossos. A marca almóada está patente na “defesa activa” da fortificação de Silves, que permitia à população da cidade sitiada atacar e não apenas defender-se por detrás de uma estrutura inexpugnável²⁴⁴. As portas de Silves eram construídas em forma de cotovelo, de modo a impedirem ao sitiante qualquer hipótese de entrar directamente na cidade. Acerca das portas em cotovelo, o cruzado de Silves refere-se a elas dizendo que seria mais fácil tentar a entrada pelas muralhas do que por aquelas portas²⁴⁵, tal era a eficácia daquele sistema de entrada. Desde o séc. XI que se observa este tipo de entrada em estruturas defensivas de Granada e daí para diante passam a ser recorrentes nas fortificações islâmicas²⁴⁶. As alcáçovas de ambas as cidades dispunham de portas para a fuga de emergência, as chamadas “portas da traição”.

Estas cidades estavam implantadas em elevações e as suas muralhas, compostas por várias linhas de fortificações, conjugadas com a topografia do local, tornavam-se verdadeiras barreiras de pedra. O aglomerado urbano em que consistiam os arrabaldes, adossados às muralhas, com a sua concentração de habitações e ruas estreitas e sinuosas, impedia qualquer tentativa de atingir a cidade pelas zonas onde tal conjugação se verificava. Era essa, pelo menos, a opinião do cruzado de Lisboa, o qual reconheceu a impossibilidade de as forças sitiantes progredirem por aquelas zonas²⁴⁷.

Para poderem resistir a longos cercos, estas urbes tinham que possuir reservas de água e de alimentos. Era o que sucedia em ambas, dado as referências e os vestígios de silos, de poços, ou de cisternas, para além da couraça de Silves que permitia o abastecimento de água directamente de um canal aquífero. Uma guarnição bem resguardada atrás dos muros e com defesas suficientes para resistir ao isolamento, só sucumbiria a sitiadores determinados e persistentes.

²⁴⁴ António Castro Henriques, Op. cit, p.26.

²⁴⁵ Manuel Cadafaz de Matos, *A cidade de Silves num itinerário naval do séc. XII por um cruzado anónimo*, [fac.simile da edição de João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1844], Edições Távola Redonda / CMS, Silves, 1999, p.16.

²⁴⁶ Fernando Branco Correia, “Fortificações urbanas em época islâmica no Algarve” in *Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, Comunicações apresentadas nos seminários de Faro, Tavira e Loulé, Faro, Comissão de Coord. da região do Algarve, 2002, pp.81-90.

²⁴⁷ Cf. *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, ed. Aires Nascimento, Lisboa, Vega, 2ª ed, 2007, p.79.

Estando assim bem equipadas por poderosos sistemas defensivos, Lisboa e Silves não constituíram uma empresa fácil para as forças cristãs que lhes montaram cerco. A duração de um cerco também se revertia em prejuízo para os sitiadores, desde os problemas de abastecimento até à limitação do tempo de serviço das hostes, caso que se verificou em Lisboa, passando até pela desmoralização ou propagação de doenças²⁴⁸. A longa duração destes cercos é prova da dificuldade da conquista destas cidades. Perante estas dificuldades físicas, houve que jogar com o factor psicológico e utilizar todo o tipo de técnicas de assédio e de assalto, para além de máquinas de guerra. E ambos os cruzados nos relatam com grande pormenor cada máquina ou cada estratégia de assalto encetada pelas forças cristãs. O cruzado de Silves refere a dificuldade dos cristãos em progredir com rapidez, quando se verificou uma perseguição aos muçulmanos dentro do arrabalde, devido ao peso das suas armaduras e armas²⁴⁹. O factor decisivo na conquista de Lisboa terá sido a firmeza e a eficácia dos ataques às defesas da cidade, de acordo com Garcia Fitz²⁵⁰. Aqui, os cristãos usaram vários tipos de máquinas de guerra como suínos, aríetes, ouriços, balistas. Como técnicas de assalto e de assédio, o cruzado fala-nos de torres móveis e de trabalhos de minagem dos panos das muralhas e das torres. Também dá conta de vários assaltos até à rendição. No primeiro, os cruzados perderam todo o seu arsenal, constituído por aríete, cinco máquinas lançadoras e uma torre móvel, que havia ficado atascada e imobilizada na areia do rio. O segundo já foi um êxito, mas não sem uma resistência feroz muçulmana contra a torre dos ingleses. A defesa das máquinas e das torres de assalto fez-se dia e noite, porque senão eram destruídas e não cumpririam o seu objectivo.

Logo quando chegaram a Silves, os cruzados foram atacados pelos trabucos almóadas. Depois, verificam-se algumas divergências entre as estratégias defendidas pelos portugueses e cruzados. Enquanto os primeiros insistem na destruição da couraça, os cruzados pretendiam escalar os muros e fazer cair os panos da muralha através de trabalhos de minagem. No final do primeiro assalto, o arrabalde é tomado, mas rapidamente os cruzados constataram que isso tinha poucas vantagens. No

²⁴⁸ Cf. Francisco Gacia Fitz, *Op. Cit.*, p.223.

²⁴⁹ Manuel Cadafaz de Matos, *A cidade de Silves num itinerário naval do séc. XII por um cruzado anónimo*, [fac.simile da edição de João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1844], Edições Távola Redonda / CMS, Silves, 1999, p. 18.

²⁵⁰ Cf. Francisco Garcia Fitz, *Op. Cit.*, p.225

segundo assalto, os cruzados não conseguiram transpor as muralhas com as escadas. E só com a chegada do rei, com homens, víveres e engenhos de guerra, se recuperou o ânimo no lado cristão. Construíram-se escadas mais altas, torres de assalto e um ouriço. O rei trouxera três trabucos e mandou insistir na destruição da couraça, de modo a privar a população de água potável. Tanto o cruzado teutónico como depois o cronista de 1419 referem a forma persistente e eficaz como a população sitiada de Silves se defendia, pois os seus tiros de pedras eram muito intensos.

A cidade de Silves só se rende ao quinto assalto, após a destruição da couraça e de um pano da muralha que os trabalhos de minagem haviam conseguido. Mas, não sem uma enorme resistência muçulmana, que lançavam pedras, fogo e faziam trabalhos de contraminagem. Durante este assalto, muitos homens da hoste régia pretendem desistir, bem como flamengos, o que prova as dificuldades e as adversidades com que se depararam. A rendição da cidade só ocorreu quando a falta de água, víveres e o trabalho de destruição das muralhas obrigaram a população sitiada a reconhecer a derrota.

2.5 A TEORIZAÇÃO DA GUERRA

A historiografia tradicional apresentava a monarquia asturiana como a legítima herdeira do passado visigótico e, desse modo, justificava a luta contra os muçulmanos como uma luta de recuperação de um território que lhe pertencia por direito. Como diz José Mattoso²⁵¹, trata-se de uma explicação paradoxal, uma vez que esta tese atribui a luta anti-muçulmana e a reclamação das tradições godas a um espaço e a uma população que não vivera o domínio muçulmano nem assimilara as ditas tradições. Só a partir do séc. XI se assiste a uma guerra de conquista que procurava estender as fronteiras cristãs mais para sul, combatendo o mundo muçulmano, mas muitas vezes coexistindo com ele, sobretudo nos espaços de fronteira. A conquista de Coimbra em 1064, na sequência das campanhas de Fernando, o Magno, ampliou definitivamente a fronteira dos reinos cristãos para sul do Douro e verificou-se, a partir daí, um conjunto de expedições que tinham como objectivo a tomada e ocupação das principais cidades

²⁵¹ José Mattoso, "Portugal no reino asturiano-leonês", *História de Portugal*, Dir. José Mattoso, C. Leitores, Lisboa, 1992, vol. I, pp. 438-565.

do sul islâmico. O estado de guerra na Península Ibérica foi praticamente permanente durante séculos. As fontes cristãs e muçulmanas dão-nos conta das múltiplas operações militares em que os dois lados se viram envolvidos. O prestígio do monarca cristão residia no facto de ele se apresentar como um chefe guerreiro que conduzia acções militares vitoriosas. Durante o período de formação dos reinos peninsulares, a guerra era assumida pela nobreza senhorial como única actividade dignificante, o que fazia com que as forças cristãs do norte fossem mais aguerridas que as forças muçulmanas do *al-Andalus*²⁵². A luta encetada pelos reinos cristãos do norte fazia-se também porque se acreditava que os cristãos peninsulares tinham a missão recuperar as terras ocupadas pelo invasor infiel.

A guerra revestiu-se de várias formas, podendo ser apelidada de “guerra de reconquista” quando encetada pelas monarquias, a partir do séc. XI, com fins de alargamento do seu território. Também podia ter um carácter endémico, quando levada a cabo pelas populações de fronteira, como actividade económica, uma vez que os objectivos destas acções seriam o saque de bens materiais, como a captura de homens, de gado, ou a apropriação de objectos de valor. Outra forma de guerra praticada por esta altura era aquela que alguns caudilhos militares levavam a cabo: agindo por conta própria, utilizavam a guerra e o saque que dela decorria como uma forma de subsistência²⁵³. A partir do séc. XII, podemos falar de uma outra forma de guerra, esta agora conduzida pelas Ordens Militares, normalmente em articulação com o poder régio, e com motivações religiosas bem explícitas. O seu objectivo era alargar o espaço da Cristandade e combater o muçulmano, visto como um inimigo da fé.

Certo é que Oviedo no séc. IX reclamou a herança do passado godo e desenvolveu um programa político-ideológico²⁵⁴ que fazia da igreja asturiana a legítima herdeira das tradições eclesiásticas visigóticas. O reconhecimento das relíquias de um dos apóstolos de Cristo em Compostela mais não foi do que uma estratégia para sublinhar o prestígio e a autoridade da igreja asturiana e o poder do reino de Oviedo como sucessor da monarquia goda. A sua função agora era cumprir a

²⁵² Cláudio Torres, “O Garb-al-Andaluz”, *História de Portugal*, Dir. José Mattoso, C. Leitores, Lisboa, 1992, vol.1, p. 401.

²⁵³ Cf. Armando de Sousa Pereira, *Geraldo sem pavor. Um guerreiro de fronteira entre cristãos e muçulmanos c. 1162-1176*, Porto, Fronteira do caos ed., 2008.

²⁵⁴ Luís Krus, *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa*, Estudos, Redondo, Ed. Patrimónia, 1994, pp.102-127.

missão histórica que se impunha: reconquistar os territórios tomados pelos infiéis muçulmanos. Afonso Henriques quando ordena a trasladação das relíquias de S. Vicente mais não faz do que recuperar um símbolo do passado godo, anterior à ocupação muçulmana. Nesta linha de pensamento, não podemos deixar de referir a necessidade sentida por muitos nobres e mesmo monarcas em fixarem nas suas memórias a sua relação com a reconquista, essa acção colectiva de recuperação de um património simbólico e material.

Na Península Ibérica, a reconquista cristã começou por ser uma guerra profana, levada a cabo pelos reinos cristãos que entretanto se formaram. O objectivo era a defesa e o alargamento do seu território.²⁵⁵ Era uma guerra que se fazia sem fundamentos religiosos, pretendendo apenas aumentar o território, quer lutando contra os mouros, quer lutando contra os reinos cristãos vizinhos. Até ao séc. XI, existe portanto uma guerra de reconquista, que poderia ter algumas motivações religiosas mas não se tratava de uma guerra santa, pois a sua dimensão profana era muito acentuada e materializava-se no desejo de alargamento de território e saque do inimigo. A guerra era praticada como uma actividade económica pelas populações da fronteira. Não era a dimensão sagrada da guerra que ali imperava.

O fenómeno cruzadístico que a Europa conheceu, após do discurso de Urbano II no Concílio de Clermont, procurou conjugar a acção bélica com a mensagem cristã²⁵⁶. Verifica-se uma aproximação de dois modelos de vida antagónicos, à luz dos fundamentos da Igreja Católica: o do santo e o do guerreiro. A partir das observações de Santo Agostinho sobre a guerra justa, o papa deu início a um projecto que levava os europeus a participarem numa peregrinação armada para recuperarem os lugares santos do Oriente. O cristão tomava a cruz²⁵⁷ e a missão de salvar o património ameaçado da Cristandade. Estas campanhas militares empreendidas quer por leigos quer por eclesiásticos eram resultado de um processo de sacralização da guerra que se fazia contra os inimigos da fé, sobretudo a partir do séc. XI²⁵⁸.

²⁵⁵ Carl Erdmann, *A ideia de cruzada em Portugal*, Pub. Instituto alemão, Coimbra, 1940, p.5.

²⁵⁶ Cf. José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, C. leitores, 2006, pp.62-63.

²⁵⁷ Os cavaleiros ocidentais que participavam nas cruzadas eram designados por *crucesignati*, ou seja, marcados pela cruz. Cf. Armando Pereira, "Guerra e santidade: o cavaleiro-mártir Henrique de Bona e a conquista cristã de Lisboa", *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 17, 2005, p.16.

²⁵⁸ Idem, p.16.

Em território português, o Conde D. Henrique poderá ter contribuído para a introdução do ideal de cruzada, uma vez que era originário da pátria que concebeu tal ideal²⁵⁹. Também a presença de monges cluniacenses deve ter igualmente contribuído para a difusão da ideia de que a luta que se fazia na fronteira com os muçulmanos não era mais do que uma luta entre a Cristandade e o Islão²⁶⁰. Mas, poucos foram os portugueses que participaram no movimento cruzadístico europeu, que se formara na Europa do séc. XI. Havia que responder com as armas às ameaças que os muçulmanos faziam às fronteiras dos seus territórios. Mesmo a cúria papal, nos primeiros tempos das cruzadas, impedia os peninsulares de irem lutar na longínqua Palestina, uma vez que tinham tão perto uma luta a travar contra os inimigos mouros²⁶¹.

A luta contra os muçulmanos em território peninsular começa a ser, desde a Primeira Cruzada e da formação do ideal de cruzada, equiparada a esse tipo de luta tão peculiar. A reconquista cristã passa a ser considerada uma guerra santa. A guerra que se fazia aos territórios do *al-Andalus* tornara-se numa guerra ideológica e religiosa, através da qual se procuravam recuperar territórios usurpados à Cristandade e combater os inimigos de Cristo. Ganha também uma dimensão histórica porque evoca como argumento uma época em que a Cristandade se estendia por aqueles lugares agora ocupados pelo inimigo. No entanto, a cruzada possui uma dimensão sagrada e escatológica impossível de igualar em qualquer outro território que não o Oriente. Na guerra da reconquista, combate-se o mesmo inimigo, recuperam-se territórios outrora cristãos, mas o combate pela libertação dos lugares sagrados, na Terra Santa, ganha um simbolismo especial, uma vez que o cruzado se assume como um peregrino, que abandona tudo, a família, os bens materiais, e busca na participação dessa acção uma libertação da sua condição humana e dos pecados cometidos. A cruzada pressupõe a pregação, o voto de cruzada, o tomar a cruz e a indulgência²⁶². Os papas concebiam a reconquista como uma guerra santa digna de encorajamentos morais e privilégios materiais. Mas, só no final do processo de reconquista, com Gregório IX, é que o papado reconhece a luta em terras portuguesas como uma cruzada²⁶³.

²⁵⁹ Carl Erdman, Op. Cit., p.7

²⁶⁰ José Mattoso, D. Afonso Henriques, Lisboa, C. Leitores, 2006, p.62.

²⁶¹ Carl Erdman, Op. Cit., p.12-13

²⁶² Para tudo isto, veja-se Armando de Sousa Pereira, *Representações da guerra no Portugal da Reconquista (sécs. XI-XIII)*, Lisboa, C.P. História Militar, 2003; e Carl Erdman, Op.Cit.

²⁶³ Cf. Stéphane Boissellier, "Reflexions sur l'idéologie portugaise de la reconquête: XII-XIV siècles", *Mélanges de la Casa de Velázquez*, Tome 30-1, 1994, p. 143.

As duas fontes em análise relatam-nos conquistas cristãs de cidades aos muçulmanos e tais acontecimentos ocorrem com o auxílio de forças cruzadas, em trânsito para a Terra Santa que, ao passarem pela costa portuguesa, são convencidas a participarem nestas conquistas, cuja grandeza se pretendia equivalente à guerra santa. Estão, portanto, imbuídas do espírito e do ideal de cruzada, que começara a ser difundido muito lentamente na Península Ibérica a partir do séc. XII. Remetem-nos para a relação entre a guerra com os muçulmanos e as cruzadas da Cristandade²⁶⁴. Afonso Henriques, empenhado na afirmação política do seu reino, procurou desde cedo apresentar as suas vitórias militares como vitórias da Cristandade. A participação dos cruzados não ajudava apenas a resolver a falta de efectivos militares com que o rei de Portugal se debatia. Emprestava uma dimensão sagrada e religiosa à guerra peninsular. É por isso que no texto de Lisboa e de Silves encontramos estes dois ideais, o da reconquista e o da cruzada, patente na acção dos intervenientes, no modo de ver o inimigo, o futuro da cidade, os bens materiais que o saque proporcionava.

Estes textos que então se analisam acolhem o ideal de cruzada na imagem do mouro inimigo que veiculam. Um inimigo que se despreza através dos termos utilizados para o denominarem (mouro, sarraceno, infiel, inimigo), que se tenta compreender e desvalorizar simultaneamente, que se inveja nas suas realizações culturais e na grandeza das suas cidades. Este inimigo constituía uma ameaça política, porque minava a fronteira do reino, correspondendo também à personificação do mal, sendo, por isso, necessário exterminá-lo. A guerra e a conquista que os textos cantam surgem como legítimas, dignas de orgulho e apresentadas como grandes feitos militares e religiosos. A guerra encetada pelos portugueses contra os mouros era considerada uma guerra simultaneamente justa e sagrada. É por isso que vemos Afonso Henriques e os seus ideólogos a utilizarem tal argumento de peso junto da cúria papal, de forma a obter o título de rei e Portugal o estatuto de reino independente. Era o inimigo muçulmano que instigava o rei de Portugal a cumprir a sua função de lutar pela fé cristã, e a guerra contra o muçulmano revestia-se de uma dimensão religiosa porque era entendida como um instrumento da defesa da fé. O escudo de Afonso Henriques tinha a cruz de Cristo, que ele havia recebido como programa político e militar e pela qual sempre lutou.

²⁶⁴ Carl Erdman, Op. cit., p.20-21

Nestas narrativas, o que sobressai à vista é o facto de elas noticiarem factos que se relacionam directamente com o movimento cruzadístico. A sua produção não esteve desligada deste fenómeno. Os narradores descrevem-nos um conjunto de acontecimentos relacionados com as viagens dos seus contingentes à Terra Santa. Mas, depois, a maior parte das narrativas ocupa-se das conquistas das cidades de Lisboa e de Silves. Os motivos da sua produção são de natureza religiosa mas não só. Também dedicam várias linhas a descreverem os itinerários, os contratemplos das viagens, os lugares que vão conhecendo, os povos com quem vão contactando, quer sejam peninsulares cristãos ou muçulmanos. Ambos os cruzados emitem juízos de valor relativamente aos horrores da guerra e às consequências das acções pouco religiosas de alguns dos cristãos. O móbil da guerra nem sempre é religioso e isso está bem patente na forma como o assunto do saque aparece tratado nos dois textos. Os pactos entre portugueses e cruzados parecem seguir a mesma fórmula, pois os reis combinaram entregar o saque e os bens móveis da cidade e reservarem para si a própria cidade e os habitantes, de modo a garantirem o funcionamento das estruturas económicas. Os cruzados decidem permanecer em território português e participarem nos cercos das cidades, atrasando a viagem, porque se sentem tentados a apoderarem-se de bens, de metais preciosos e de outras riquezas que certamente abundavam em cidades com um certo grau de desenvolvimento económico como eram Lisboa e Silves muçulmana à data das suas conquistas.

Nos discursos reproduzidos no relato de Lisboa, encontramos de uma forma explícita e concreta a formulação das teorias sobre a guerra da reconquista e da guerra de cruzada. Cada discurso reproduzido nesta fonte apresenta-se em total conformidade com o público-alvo, havendo um cuidado extremo por parte dos intervenientes em adequá-lo ao receptor. Cada discurso tem de ser analisado a partir do público a que se destina, os elementos que apresenta relativos à teorização do conceito de guerra justa, de guerra santa, de espiritualidade de cruzada. Também é necessário desmontar a argumentação no sentido de perceber que fontes e suportes teóricos usam os seus autores, desde passagens bíblicas a direito canónico.

Quando o bispo do Porto, incumbido da tarefa de convencer os cruzados a participarem no esforço de conquistar a cidade, pregou o seu sermão, exortou-os a participarem numa guerra santa, de luta contra um inimigo que tanto estava aqui em

terras peninsulares como na longínqua Terra Santa. Por isso, era tão meritória a guerra que se fazia aqui, como lá. Foi uma exortação da guerra justa, cuidadosamente apresentada, com o recurso a citações de obras canónicas. E falou-lhes no saque que sabia de antemão os mobilizaria mais que razões puramente religiosas. Adequou os seus argumentos ao quadro ideológico dos homens que ali tinha à sua frente. Falou-lhes nas motivações da guerra santa e do saque que poderiam obter naquela empresa militar, para a qual estava a aliciá-los. Os argumentos apresentados para convencer os cruzados a participarem no cerco e na conquista da cidade são necessariamente diferentes daqueles utilizados para convencer os muçulmanos a renderem-se, como estão patentes no discurso do arcebispo de Braga, quando dialoga com o ancião muçulmano representante dos habitantes da cidade.

Os bispos desempenhavam um papel fundamental entre a monarquia portuguesa e Roma. Convém lembrar o papel de João Peculiar como principal conselheiro de D. Afonso Henriques. A acção destes homens situava-se essencialmente no quadro da reconquista religiosa, da organização material das dioceses e no enquadramento espiritual dos combatentes, nas palavras de Boissellier²⁶⁵.

Passemos então a analisar os discursos e os sermões incluídos na fonte de Lisboa, porque, como já dissemos, na fonte de Silves não os encontramos reproduzidos, o que não prova que não tivessem existido. Uma personagem que se destaca neste relato de Lisboa é Pedro Pitões, bispo do Porto, entre 1146 e 1152. Fora a ele, o representante local da autoridade régia, que Afonso Henriques incumbira a função receber e de convencer os cruzados a auxiliarem o rei na conquista de Lisboa aos muçulmanos. O sermão com que recebe os cruzados à chegada ao Porto é revelador do seu conhecimento e da sua erudição, utilizando argumentos que identificavam a guerra peninsular com o espírito de cruzada que os levava à Terra Santa.

O outro discurso foi proferido por João Peculiar, um importante conselheiro e um incansável diplomata ao serviço do primeiro rei. Elemento fundador do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, foi arcebispo de Braga entre 1139 e 1175. A guerra de conquista constituiria a base de toda a sua acção diplomática que radicava no princípio segundo o qual Afonso Henriques tinha direito à sua soberania graças às vitórias e à

²⁶⁵ Cf. Stéphane Boissellier, "Reflexions sur l'idéologie portugaise de la reconquête: XII-XIV siècles", *Mélanges de la Casa de Velázquez*, Tome 30-1, 1994, p. 144.

luta sem tréguas que fazia ao Islão, desempenhando uma missão sagrada, apoiada pelo favor divino. A sua participação activa na conquista de Lisboa, em 1147, era prova do seu comprometimento naquela causa.

Estes prelados, que acompanharam os cruzados do Porto a Lisboa e permaneceram sempre junto deles durante o cerco, desempenharam papéis fundamentais na concretização desta empresa. Apresentaram argumentos distintos, relativamente à fundamentação e legitimação da guerra. Pedro Pitões representa uma visão mais próxima da pregação de Bernardo de Claraval²⁶⁶ e de uma erudição mais actualizada. “Já João Peculiar parece representar o antigo mundo peninsular”²⁶⁷, no discurso que profere ao governador mouro da cidade. Mas, em ambos encontramos uma análise construída que justifica a luta contra o Islão pelo espírito de justiça, na recuperação de um território roubado e na defesa contra as suas agressões.

De acordo com o relato do cruzado R., os navios dos cruzados chegaram à cidade do Porto, a dezasseis de Julho de 1147. Aí, foram então recebidos pelo bispo da cidade, D. Pedro Pitões. Grande parte do sermão deste prelado debruçou-se sobre o valor da guerra santa e constituiu uma declarada exortação da mesma. Apenas, na parte final do seu sermão, o bispo fez referência à Lisboa dominada pelo infiel. Pedro Pitões dirigiu-se aos cruzados como peregrinos “renascidos pelo baptismo da penitência” e, na sua opinião, estes deveriam abster-se de todos os vícios terrenos, como a inveja ou a gula. É precisamente neste sermão proferido pelo bispo do Porto que vemos ganhar corpo os argumentos do valor da guerra que se praticava na Península, contra o Islão. Começou por desenvolver o tema da guerra santa e as suas palavras traduzem a ideologia geral de cruzada ao Oriente²⁶⁸. A luta contra o inimigo da fé cristã não se limitava à região de Jerusalém e dos lugares sagrados, tornava-se um imperativo moral e religiosos fazer a guerra em todo o espaço onde a Cristandade fora usurpada do seu poder e território. O sermão foi traduzido em várias línguas vernáculas, para que todos os que o ouviam pudessem compreender o verdadeiro alcance das suas palavras. No seu discurso está patente um conhecimento muito sólido de toda a teoria da guerra santa, o que prova um contacto próximo com os

²⁶⁶ A ideia agostiniana de “guerra justa” é relançada no séc. XII por S. Bernardo. Cf. Idem, Op. cit., p.144.

²⁶⁷ Maria João Branco, “A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida”, A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado, ed. Aires Nascimento, Lisboa, Vega, 2ª ed., 2007, p.36.

²⁶⁸ Marcel Paiva do Monte, “Cruzada e reconquista: as duas faces da conquista de Lisboa em 1147”, *Medievalista online*, nº5, 2008, consultado em 06 de Março de 2010, p.6.

meios culturais franceses regnantes e a capacidade de compreender que a mensagem a transmitir a esses homens deveria ter como referencial o conceito de guerra santa e de cruzada a que estavam habituados²⁶⁹. Neste contexto, a eficácia do incitamento à guerra estava subordinada ao modelo usado para pregar a guerra santa na Europa, nos moldes em que Bernardo de Claraval o fazia. Havia que adequar os argumentos aos receptores da mensagem.

No sermão de Pedro Pitões está materializada a identificação do conceito de guerra de reconquista com o de uma guerra santa, de cruzada. A luta contra o Islão fazia-se em qualquer espaço, não se limitando à Terra Santa. A situação em que a Península se encontrava tinha uma razão de ser, estava relacionado com os pecados dos cristãos e, por isso, “castigo divino feriu com a ponta da espada a Espanha inteira com a invasão de mouros e moabitais, deixando nela poucos cristãos e em poucas cidades, sob um pesadíssimo jugo de servidão”. As invasões muçulmanas constituíam um castigo divino. Havia que libertar a terra do paganismo e todos os que participavam nesta luta conquistariam a salvação eterna. O bispo invoca uma carta de S. Jerónimo, segundo a qual era preferível a prática de boas acções a uma peregrinação à cidade Santa. Assim, faria todo o sentido o ataque a Lisboa, libertando-a do jugo muçulmano.

A mensagem do seu discurso é a de que no reino de Portugal os bispos portugueses defendiam uma guerra santa tão ou mais valiosa que a cruzada no Oriente. E este argumento era aquele que melhor poderia ser compreendido por não peninsulares²⁷⁰. O bispo prosseguiu com um dramático pedido de ajuda ao afirmar que “por vós, clama a Madre Igreja, já quase de braços mutilados e de rosto disforme”. Os cruzados são apresentados como aqueles que tinham por missão a libertação destes locais e a punição dos infiéis, sendo “por inspiração divina” que usavam as suas armas. Eram instrumentos de Deus. E não deveriam ficar com qualquer tipo de remorso ou de dúvida relativamente ao valor da sua acção porque, afirmava ele, “não é crueldade quando se pune em nome de Deus, é piedade”. Aqui evocou Santo Isidoro e o seu conceito de “guerra justa”, uma guerra que se faz em nome de Deus e da religião, que pune os homicidas, aqueles que simbolizam o mal na terra. A acção de um militar de Deus só pode ser manchada se o seu móbil for o saque e a apropriação de bens materiais, “porque não é pecado ser militar”. O perfil do cruzado aqui defendido e

²⁶⁹ Maria João Branco, Op. Cit., p.36.

²⁷⁰ Idem, p.37.

pregado é o do peregrino armado, que atinge a salvação tanto pela peregrinação e libertação dos lugares sagrados como pela luta contra o infiel. O seu discurso um discurso moral e de exortação²⁷¹.

Em João Peculiar, encontramos-nos perante outro tipo de argumentação, pois o seu discurso ao velho muçulmano, alcaide de Lisboa, teria como objectivo convencê-lo à rendição. Aquela terra ocupada pelos muçulmanos, bem como outros territórios peninsulares, haviam sido cristãos e “há uns trezentos e cinquenta e oito anos ou até mais” tinham sido usurpados ilegítimamente pelos muçulmanos. Pertenciam aos cristãos por direito e por herança, uma vez que eles eram os descendentes directos da monarquia goda. Era no passado hispânico que o eclesiástico procurava argumentos justificadores da acção bélica, a dimensão histórica da guerra em que assentava a guerra justa. Referiu-se à “inata benignidade dos cristãos” que, reivindicando o que era seu por direito “não rouba o alheio”. Apresentou um conjunto de evidências que atestavam a antiguidade da posse cristã do território peninsular, ao evocar os primórdios da evangelização do território e os primeiros santos e mártires de Lisboa, “como Máxima, Veríssimo e a virgem Júlia”. Tentou convencer os muçulmanos à rendição, de modo a ficarem “a salvo das consequências mais amargas” do acto que pretendiam concretizar. Afirmou que os cristãos estavam na disposição de usar “o habitual sentimento de bondade” e permitirem aos muçulmanos entregarem a cidade e permanecerem nela de acordo com os seus costumes, a não ser que espontaneamente quisessem aumentar a Igreja de Deus. Também aqui encontramos um grande cuidado em adequar o discurso ao destinatário. A argumentação assentava na justiça dos actos cristãos e na tentativa de rendição e de aceitação destes pressupostos. Os cristãos não faziam mais do que recuperar o que era seu por direito histórico e religioso. Perante tais argumentos, o velho muçulmano replicou que a futura posse da cidade estaria nas mãos de Deus. Era Ele quem decidiria pois, dizia que “nenhuma muralha é inexpugnável contra as disposições da sua vontade”. Para o ancião, os muçulmanos não fariam mais que respeitar a Sua vontade.

O facto de o cruzado redactor ter incluindo o discurso do velho muçulmano na sua narrativa revela que esteve atento aos seus argumentos, valorizou-os e contrapô-los aos do arcebispo de Braga. Aqui, poderemos estar perante um prenúncio do que irá

²⁷¹ José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, C. leitores, 2006, p.175.

ocorrer, após as conservações destes dois homens. O autor quis frisar bem que o êxito do assédio dependia inteiramente de Deus, como constatara o próprio muçulmano ancião. A vitória seria de Deus e estava nas mãos Dele.

Outra peça oratória importante no relato de Lisboa é o sermão que um sacerdote imediatamente antes do assalto final, após a oração e a bênção aos cruzados, faz apelando aos valores que deveriam enquadrar a acção daqueles homens, instrumentos de Deus na terra para fazer vingar a Sua vontade. Apela, por isso, ao sentido de justiça, de santidade, de verdade, convencendo-os a afastarem a inveja e o orgulho. Faz um retrato diabolizado do inimigo, quem se deve combater até ao fim. Refere a importância e o valor da morte naquele espaço, participando naquela guerra. Este discurso tem um objectivo muito claro: a coesão do grupo a partir da apresentação de uma ideologia moral comum. O sacerdote que proferiu o referido sermão pretendia que se afastasse qualquer sombra de cisões entre o tão heterógeno grupo de cruzados.

No final do extenso relato de Lisboa, encontramos um texto onde o autor tece considerações acerca dos acontecimentos vivenciados. A tomada de Lisboa constituiu um castigo divino que se abateu sobre os adversários da cruz. A vitória cristã não foi dos homens mas resultado da misericórdia de Deus. O discurso está repleto de citações bíblicas e a mensagem que veicula é de que a peregrinação da cruzada constitui uma forma de Deus se revelar aos infiéis e os condenar pelos seus crimes²⁷².

No texto de Silves encontramos um confronto entre a ideia de reconquista e a ideia de cruzada. O narrador assume e defende o discurso da cruzada e dá-nos provas, mais do que uma vez, de que não compreende a ideologia da reconquista. Critica violentamente a postura do rei e a actuação dos portugueses, que no seu texto, constituem a personificação da luta da reconquista, e não entende que o espaço acabado de conquistar ao Islão iria passar a fazer parte do reino de Portugal, pois chega a referir que Sancho I abandonara Silves, voltando para o seu reino, como se Silves não o passasse a integrar a partir daquele momento. Em Lisboa, o cruzado é um narrador que nos oferece vários pontos de vista, tece considerações e juízos de valor sobre os intervenientes e as suas acções, daí que a sua narrativa seja muito mais e rica e complexa, pois dá-nos a conhecer os diferentes acontecimentos a partir da

²⁷² Cf. *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, ed. Aires Nascimento, 2ª ed., Lisboa, Vega, 2007, nota 214, p.175.

justificação da actuação das personagens individuais e colectivas que menciona. Este narrador tem uma função muito precisa que consiste em redigir um relato sobre um acontecimento significativo, apologético e que concretiza ao longo do seu texto. O cruzado R. produz um texto com uma carga ideológica e política muito forte, que pretendia justificar a acção bélica dos portugueses e dos cruzados sobre os muçulmanos de Lisboa, propagando esse acontecimento como meritório aos olhos de Deus, porque realizado em nome e em prol da Cristandade.

O texto de Silves pode fazer-nos reflectir acerca da assimilação do discurso de cruzada por parte do rei e dos portugueses. Este discurso havia chegado ao espaço peninsular a partir do séc. XI, mas poderia existir apenas enquanto discurso teórico, não se materializando na acção quer do rei quer dos portugueses. O rei apelou ao auxílio dos cruzados, prometeu-lhes o saque e o dízimo para a cruzada mas, depois de conquistada a cidade, sobrepõem-se as motivações da reconquista aos acordos previamente estabelecidos com os cruzados. A fonte apresenta-nos um conjunto de contradições que não se deslindam e acabam por marcar o desentendimento final entre cruzados e portugueses. Esta fonte celebra a conquista de Silves pelos cruzados, pela Cristandade, devolvendo-nos uma imagem muito negativa do rei de Portugal e dos portugueses que não se identificam, na narrativa, como construtores ou merecedores desta vitória.

A fonte de Lisboa, ao contrário da de Silves, apresenta-nos a habilidade como os vários intervenientes foram lidando com os conceitos de guerra de reconquista e de cruzada, parecendo o cruzado narrador compreender perfeitamente os diversos pontos de vista e apresentando-os sem emitir considerações negativas acerca da postura dos portugueses e do seu rei. Aliás, esta fonte celebra a conquista de Lisboa pelo rei. Trata-se de uma fonte favorável ao rei dos portugueses que utilizou os argumentos da cruzada para conseguir tomar a cidade, sendo que as suas motivações eram mais complexas e relacionavam-se ideologicamente também com a reconquista.

O que transparece em toda a narrativa sobre Silves é o confronto entre duas formas de conceber a guerra, de duas ideologias, a da reconquista e a da guerra de cruzada. Porque o redactor e os cruzados eram o veículo de uma, a de cruzada, e os portugueses e o seu rei personificavam a outra, a de reconquista. E é por isso que esta

fonte não valoriza o monarca português, nem a sua hoste. O seu autor não compreende as múltiplas motivações ideológicas da guerra peninsular.

2.6 A PRESENÇA DO SAGRADO

Nas duas fontes está bem patente a intenção em estabelecer uma relação directa entre o acontecimento militar, que constituiu a conquista da cidade aos mouros, e acontecimentos de carácter religioso, como os milagres e os sinais divinos. Os textos veiculam a mensagem de que toda esta empresa bélica tinha o favor divino, uma vez que era encetada contra o inimigo da fé cristã, constituindo, por isso, um acto piedoso e valoroso. E Deus estava, sem sombra de dúvida, do lado dos cristãos e da guerra por eles realizada.

Por isso, encontramos as narrativas povoadas de referências ao sagrado, como não poderia deixar de ser em textos que descrevem a acção e as motivações de grupos religiosos que se propunham abandonar a sua família e a sua vida para participarem numa empresa levada a cabo pela Cristandade da época, e que tinha como objectivo maior a libertação dos lugares sagrados do cristianismo e a luta contra o poder dos infiéis. Os cruzados assumiam-se como peregrinos que ganhavam o céu, ou seja, que conseguiam a remissão dos seus pecados caso morressem a lutar. O cavaleiro cruzado é aquele que põe as armas ao serviço de Deus. Dispunham-se a proteger os peregrinos, a imitar Cristo, a morrer pelos peregrinos como Cristo morreu pelos homens. A imitação de Cristo era um dos elementos-chave da espiritualidade da cruzada. Esta união entre religião e guerra está aqui bem patente nestes textos que analisamos.

Os narradores conferem uma dimensão sagrada a tudo o que descrevem, desde o simbolismo dos santos correspondentes a cada dia narrado, passando pelas missas que antecedem os assédios militares e que atribuem uma dimensão religiosa justificadora da acção bélica contra o inimigo, bem como todas as acções que os cruzados realizam e que fazem parte de um todo com um fim religioso.

Os milagres pontuam as narrativas, ora como prova de que Deus está do lado dos cristãos, ora como um sinal divino reprovador de alguma acção menos digna levada a cabo pelo contingente cruzado. Porque estes homens que se entregavam à cruz de

Cristo muitas das vezes encerravam em si mesmos motivações contraditórias, de piedade e de entrega desinteressada a par da ganância e da ânsia de lucro, para além de muitos não recuarem perante a possibilidade de matar indiscriminadamente o inimigo, que muitas vezes quase não era entendido na sua dimensão humana. A espiritualidade cristã não aceita que o combate tenha por móbil a apropriação dos bens mas sim o combate do inimigo. Por isso, encontramos os cruzados ou mesmo Deus, através dos seus sinais, a condenarem a acção daqueles que não se identificam com esta espiritualidade.

Passemos então a analisar a presença do sagrado ou a sua evocação nas fontes em estudo. Percorremos a fonte de Lisboa e apercebemo-nos da presença de sacerdotes e bispos em praticamente toda a narrativa, participando e acompanhando os principais acontecimentos e dando-lhes o necessário enquadramento religioso. Nos contingentes cruzados, havia sacerdotes e em cada navio os cruzados estavam sujeitos às mesmas obrigações de uma paróquia. Celebraram missas em várias ocasiões: o cruzado faz referência a uma missa após o sermão do bispo do Porto; uma outra, num domingo, onde se verificou o milagre do pão bento; uma terceira, antes do assalto final à cidade, com aspersão de água benta. Como preparação para o combate decisivo, o bispo do Porto foi abençoando e absolvendo todos, à medida que saíam dos seus acampamentos. Também a entrada na cidade se fez com o arcebispo e outros bispos à frente, entoando cânticos e orações, consagrando o espaço à Cristandade; foram também os clérigos que sagraram o templo da cidade, convertendo a mesquita das sete ordens de colunas numa igreja cristã.

No texto de Lisboa, a viagem que os cruzados fizeram, desde as costas de Inglaterra até à Península Ibérica, surge-nos povoada de acontecimentos com uma carga simbólica e religiosa muito grande. Quando passaram por um violento temporal, em que, segundo as palavras do narrador, penaram “ao longo de toda a noite do domingo de Ascensão”²⁷³, era o castigo divino que sobre eles se abatia. Deus castigou-os pelos pecados cometidos mas não os entregou à morte. É curioso constarmos que, na interpretação que o cruzado R. fez dos acontecimentos que foi observando e anotando, Deus aparecia a condenar todos os actos ilícitos e imorais, quer fossem cometidos por muçulmanos ou cristãos.

²⁷³ *A Conquista de Lisboa aos mouros*, ed. Aires Nascimento, Vega, Lisboa, 2ª ed., 2007, nota 27, p.57.

A narrativa também nos informa que foram construídas em Lisboa duas igrejas e os respectivos cemitérios, uma na região oriental destinada a flamengos e colónienses e outra na região ocidental, destinada a ingleses e normandos²⁷⁴. Procurou-se, desta forma, garantir uma sepultura digna aos que tombavam em combate. Aos cruzados que morressem a lutar pela cruz, era-lhes concedido o perdão de todos os seus pecados. Esta fonte não refere os milagres que alegadamente ocorreram junto de sepultura de um cruzado morto em combate, o cavaleiro Henrique de Bona, como o caso do seu escudeiro e da palma que ali floresceu²⁷⁵. A dimensão sagrada destes homens que morriam na guerra dotava o espaço onde ficavam sepultados de uma sacralidade que se manifestava nos milagres que ali ocorriam e a que várias fontes aludem.

O cruzado R. vai pontuando a sua narrativa com sinais divinos ou proféticos como por exemplo o caso de uma ponte na região de Ortígia, que apresentava os arcos à vista e não submersos como estavam há cerca de dois anos antes²⁷⁶. Refere então que havia uma lenda que falava do fim dos inimigos da fé cristã na Península Ibérica quando esses arcos, sempre submersos, emergissem. Este foi um sinal divino que recolheu antes mesmo de chegar a terras portuguesas, e que indiciava profeticamente o êxito da acção dos cruzados.

Quando as frotas estavam a chegar a Lisboa, na região da serra de Sintra, abateu-se um temporal sobre elas e ao entrarem no estuário do Tejo avistaram, no céu, um confronto entre nuvens: umas nuvens brancas que os acompanhavam desde os portos do norte da Europa lutaram contra as nuvens escuras, que ali personificavam o mal, e venceram-nas. De novo, um sinal divino de que Deus estava do lado dos cruzados e que o poder dos inimigos estava a perder força. Também um sinal premonitório acerca do desfecho da empresa em que participavam, em que as condições atmosféricas prenunciavam os acontecimentos futuros e a anunciam a presença e o auxílio divino. Para o narrador, a intervenção divina foi fundamental para que menos de três mil homens conseguissem a proeza de tomar o arrabalde da cidade, habitada por quinze mil famílias, e cercada de obstáculos. O narrador vai sempre dando conta da presença

²⁷⁴ Idem, p.107.

²⁷⁵ A fonte faz apenas uma sumária referência ao milagre dos surdos-mudos.

²⁷⁶ Isto pressupõe que era comum os cruzados do norte da Europa fazerem aquela viagem com destino ao Mediterrâneo e, por isso, estarem familiarizados com as particularidades das regiões por onde passavam, como este caso documenta.

divina e dos seus prodigiosos auxílios para que os cruzados conseguissem realizar a tarefa a que se haviam proposto. Por misericórdia divina os cruzados ficaram a saber das cartas enviadas ao rei e à população de Évora e tal facto deu-lhes muito alento para continuarem o esforço que o longo cerco obrigava. Estas missivas davam conta do desespero da população sitiada e faziam um apanhado sobre as reservas alimentares de que ainda dispunham, levando os cruzados a conseguirem contabilizar o tempo que faltaria para que a população muçulmana se rendesse. Depois de tomada a cidade, o cruzado assistiu a muitos habitantes a abraçarem o sinal da cruz e mencionarem o nome de Maria. Estas conversões espontâneas ou forçadas também podem ser interpretadas como resultado do poder da religião cristã que, quando revelada, suscita adesões espontâneas.

A intervenção divina também foi fundamental para se ultrapassarem as desavenças entre cruzados que se verificaram no momento das conversações sobre as condições da rendição da cidade. Estes desentendimentos foram promovidos por um sacerdote de Bristol, um homem de maus costumes, que fora apanhado a roubar, que incitava à revolta e à desunião e injuriava todos aqueles que negociavam os termos da rendição com os muçulmanos. A sua fúria recaía sobre Hervey de Glanville, uma das principais figuras de todo este relato. Obviamente que Deus condenava este tipo de postura e tudo fez para manter a coesão do grupo, através sobretudo daqueles que funcionavam como instrumentos da sua vontade, ou seja, aqueles que, pelas suas acções, conseguiram tomar a cidade ao Islão. Outro milagre com que os cruzados se depararam está relacionado com o facto de, no momento em que entraram na cidade de Lisboa, depararam-se com alimentos bons e sem sinais de estarem estragados, apesar de, cerca de quinze dias antes, se ter dado por um cheiro insuportável e nauseabundo. Os alimentos eram-lhes agora disponibilizados pela mão de Deus que, desta forma, também os agraciava pelo feito conseguido.

Em toda a narrativa de Lisboa, está sempre implícita uma violenta crítica a comportamentos pouco correctos dos cruzados, às suas verdadeiras intenções relativamente à sua participação na cruzada, quer seja relativamente à forma como reagem ao saque, à matança da população muçulmana, aos roubos às habitações ou às violações que cometeram aquando da entrada na cidade. O milagre do pão bento, a que já aludimos anteriormente, é o exemplo mais flagrante da crítica que neste texto é

feita a todos aqueles que não se comportavam como verdadeiros peregrinos de Deus e o sangue, que não parava de escorrer, correspondia a todos os actos indignos e reprováveis de alguns cruzados, e que seriam muito frequentes. A carga ideológica e pedagógica deste momento é muito grande, pois o texto vai-nos dando conta do espírito de cruzada que levava aqueles homens a lutarem contra os inimigos da fé mas também nos indica tudo aquilo que escapava a esse espírito, e que não deveria fazer parte das acções daqueles homens tão especiais, que lutavam em prol da Cristandade.

Como o autor é parte interessada na descrição que faz, o seu contingente, o anglo-normando surge sempre caracterizado de forma muito positiva, que se envergonha e se indigna com a atitude de “inata cupidez” dos colonienses e dos flamengos. Estes últimos foram aqueles que não respeitaram os pressupostos do acordo e a palavra dada à população sitiada, violando, matando o próprio bispo da cidade, prendendo o alcaide e roubando-lhe a égua. Os anglo-normandos aparecem caracterizados como aqueles que valorizavam a palavra dada e o respeito divino e, por isso, mantiveram as mãos limpas relativamente ao roubo. A atitude dos colonieneses e flamengos deixou manchada a honra dos seus comandantes e de todos os restantes cruzados. O cruzado narrador tece considerações acerca do que vai relatando, sendo a sua voz uma espécie de eco da vontade de Deus, que aponta os erros e critica todos os actos incorrectos e moralmente reprováveis de alguns dos cruzados. Isto acontece quando dedica algumas linhas para criticar o comportamento daqueles que promoveram as desavenças entre os cruzados, manchando a virtude dos outros. E as linhas finais da narrativa também reflectem a sua interpretação da tomada da cidade ao Islão. Emite a sua opinião acerca da recuperação daquele espaço para a Cristandade, afirma que mais não se tratou do que um castigo divino para aquelas gentes. Aliás, a justiça divina recaiu sobre os muçulmanos mas também sobre os cristãos que revelaram comportamentos ética e religiosamente reprováveis. A peregrinação da cruzada acabava por ser um momento em que Deus se revelava aos infiéis.

Nesta secção, devemos ainda fazer referência à diabolização do inimigo pois, como atrás se disse, ele foi castigado por Deus. A conquista da cidade é uma prova desse castigo divino. O inimigo da fé cristã, o muçulmano, é caracterizado nesta carta de um modo algo contraditório, umas vezes parece que o narrador compreende e valoriza a sua postura, como no episódio do discurso do ancião, mas também nos mostra uma

faceta perversa e reles, quando os habitantes da cidade, do cimo das muralhas proferem injúrias à mãe de Deus, quando urinam e cospem sobre a cruz, quando cometem o pecado de desrespeitar a religião cristã. Todos os impropérios que os muçulmanos lançaram sobre os cruzados, acerca da sua família e das suas ambições materiais, não deixam de caracterizá-los como alguém que ofende, que desvaloriza e que desrespeita o povo de Cristo.

Relativamente à fonte de Silves, o cruzado também refere a presença de sacerdotes que acompanharam os cruzados, que celebraram as missas e provavelmente abençoavam as armas nos momentos cruciais que antecederam os assaltos. Mas, não fala de sermões nem refere a sagração do espaço da mesquita em igreja. É mais parco em pormenores, neste aspecto.

Apesar de não ser uma narrativa repleta de milagres, de sermões, e de outros episódios onde o sagrado se revele de maneira mais explícita²⁷⁷, o seu autor refere sempre o santo de cada dia de acordo com o calendário litúrgico e menciona a mão de Deus em tudo aquilo que acontece de positivo aos cristãos. Por exemplo, o facto de os muçulmanos terem abandonado a defesa das torres quando aumentava o desânimo entre os sitiados, é por ele interpretado como um acto de Deus. Também menciona a intervenção divina quando o ânimo dos cruzados melhorava e quando aumentava o temor entre os inimigos. Para ele, foi Deus quem ajudou os cruzados a tomarem aquela cidade aos inimigos da fé.

O narrador de Silves, tal como o de Lisboa, não denuncia apenas os comportamentos reprováveis dos muçulmanos. Faz outro tanto em relação aos cruzados flamengos que se comportaram de forma indigna quando se tratou de saquear a cidade ou quando tentaram convencer todos os outros a desistirem do assédio. Criticou igualmente a postura dos portugueses e de Sancho I, como já tivemos oportunidade de demonstrar. É que participar numa empresa como era a cruzada obrigava à observância de determinados preceitos e condutas e Deus também condenava tais comportamentos. Havia que estar à altura de tal situação, que era levada a cabo em nome de Deus. O que se conquistava era um espaço que havia sido usurpado e agora se devolvia a Deus.

²⁷⁷ Cf. *Narratio de itinere navali peregrinorum Hierosolymam tendentium et Silviam capietium, A.D. 1189*, ed. Charles David, *Proceedings of the American Philosophical Society*, 82, 1939.

Comparando os momentos em que o sagrado se revela numa e noutra fonte, estamos capazes de afirmar que a fonte sobre Lisboa está repleta de acontecimentos onde ele se manifesta, enquanto na fonte de Silves não encontramos tantas referências equivalentes. A sacralidade tem um peso muito maior na narrativa de Lisboa, pois nele encontramos uma preocupação e um cuidado em aproximar a monarquia portuguesa à guerra santa. A mensagem subentendida é que a guerra que aqui se fazia era uma guerra santa, razão suficiente para que Deus se manifestasse de diversas formas ao longo de todos os episódios relatados. O narrador de Silves parece não manusear tão bem estes dois conceitos e apenas entende a guerra de uma forma, como uma guerra santa. Luta-se contra o inimigo, saqueia-se a cidade, e volta-se à terra natal. A postura do rei é que permite constatar a ideologia da reconquista patente no texto, mas em *negativo*. O rei pretendia a cidade com as suas estruturas económicas e sociais, pretendia integrar aquele espaço no seu reino, numa perspectiva de guerra de reconquista e de alargamento territorial.

Os textos não se equivalem neste aspecto da sacralidade que conferem aos acontecimentos narrados. Na fonte de Lisboa, desde o papel fundamental que os eclesiásticos desempenham em toda a narrativa, com a sua presença e as suas sábias palavras que pontuam e enquadram a acção daqueles guerreiros, que ali se batiam contra o inimigo da Cristandade, até aos milagres, que ecoam por todas as outras fontes coevas ou mais tardias, passando pelas igrejas construídas para os mártires, estamos sempre acompanhados por um cenário simbólico e religioso que justifica aquela conquista. E o êxito da conquista é a resposta de Deus àquela empresa conjunta de portugueses e cruzados. A fonte de Silves, produzida provavelmente por um clérigo, não deixa de conferir uma carga simbólica e religiosa aos acontecimentos narrados. No entanto, não se observam nela essas marcas tão constantes e tão explícitas de uma sacralização da conquista de Silves. Talvez a explicação se encontre no objectivo da produção dos textos. A estrutura do texto de Lisboa persegue, desde o seu início, toda uma concepção sagrada da guerra, apesar de a fazer coexistir com a tradicional concepção da reconquista. O texto de Silves não aparenta este tipo de preocupações nem evidencia mais do que o ponto de vista de um cruzado anónimo que participou na conquista da cidade e quis dela fazer registo.

FONTE DE LISBOA: RELATO DO CRUZADO R. (ed. Aires do Nascimento)

PÁGINA	DESCRIÇÃO DO MOMENTO
5 e ss.	Presença de sacerdotes, garantindo a assistência religiosa.
57	Referência ao facto de os peregrinos estarem sujeitos às obrigações de uma paróquia.
57	Notícia das dificuldades durante a viagem na noite do domingo de Ascensão e da salvação dos peregrinos por intervenção divina.
59	Referência a um vaticínio: os arcos de uma ponte, normalmente submersos, apresentavam-se visíveis, anunciando a iminente destruição dos inimigos da fé cristã em terras peninsulares.
73	Celebração de uma missa após o sermão do Bispo do Porto.
75	As condições atmosféricas são utilizadas por Deus para anunciar o seu apoio aos cruzados e funcionam como um outro prenúncio do que irá acontecer (episódio das nuvens).

101	Bênção e absolvição do Bispo de Porto a todos os combatentes para o combate final e tomada da cidade.
103	Referência ao milagre quando se toma o arrabalde: menos de 3000 homens tomam uma área urbana de 15000 famílias, cercada de obstáculos graças à vontade divina.
107	Referência à construção de espaços sagrados para sepultar os mártires caídos em combate.
107	Referência ao milagre do pão bento com um significado de reprovação da acção de muitos cruzados que sob a capa de peregrinos apresentavam um comportamento reprovável e contrário à sua ética.
109	A misericórdia divina é apresentada como o factor que permitiu a intercepção das cartas de pedido de auxílio que os muçulmanos de Lisboa faziam ao senhor de Évora e a outros habitantes dessa cidade.
117	A bênção pelo arcebispo ao assalto final. Para além da oração, asperge-se água benta. O momento é sagrado, a luta tem um objectivo sagrado muito preciso.
117 e ss.	Os cruzados rogam pelo auxílio divino, na sua luta contra o infiel.
131 e ss.	A intervenção divina é fundamental para se ultrapassarem as desavenças que se verificam entre os cruzados.

133	O cruzado narrador tece considerações sobre o comportamento de alguns que mancham a virtude de todos os outros, acentuando o carácter sagrado da acção.
135 e ss.	Referências ao comportamento indigno de alguns cruzados como algo que manchava a sacralidade da luta.
139	A entrada na cidade com o arcebispo e outros bispos segurando na bandeira da cruz, consagrando aquele espaço à Cristandade.
139 e ss.	Referência ao respeito divino que enquadrava as acções de muitos cruzados.
141	Referência ao milagre dos alimentos encontrados na cidade que, inesperadamente, se apresentavam bons e agradáveis.
143	Referência à sagração do templo da cidade, que se purificou e se entregou a Deus.
143 e ss.	A conquista é apresentada como um castigo divino que se abateu sobre os muçulmanos. A peregrinação da cruzada era uma forma da revelação divina ao infiel.

FONTE DE SILVES: RELATO DO CRUZADO TEUTÓNICO (ed. Baptista Lopes)

PÁGINA	DESCRIÇÃO DO MOMENTO
182 e ss.	Identificação das datas a partir dos santos de cada dia, de acordo com o calendário litúrgico.
190	Celebração de missa antes do assalto à cidade. Estas acções conferem sacralidade à guerra.
190	Referência à intervenção divina que afastou os muçulmanos que lançavam pedras do alto das torres, poupando os cruzados àquele perigo.
192	Novo assalto, nova missa seguida de comunhão.
198	Referência à intervenção divina que concedeu ânimo e força aos cristãos e inculca medo aos contrários, ao inimigo.
198	Referência ao abandono das torres da muralha não pelo esforço dos cruzados e portugueses, mas sim pela Mãe Santíssima que interveio em seu favor.

CAP. III – O ECO DAS CONQUISTAS

Quer o contexto internacional, de apelo à participação no movimento cruzadístico e defesa dos lugares sagrados, quer o peninsular, de luta contra os muçulmanos e recuperação de terras usurpadas à Cristandade, que enquadram a produção das fontes em análise, acabam por ser a chave para a compreensão das repercussões que estas tiveram no seu tempo. Tais textos serviram, na sua época, propósitos relacionados com a propagação dos feitos militares dos contingentes cruzados e dos monarcas portugueses em prol da Cristandade, na luta contra o infiel, e no alargamento do território cristão. A luta que se encetava contra o infiel era feita em nome da Cristandade mas também servia de afirmação da legitimidade política e militar dos monarcas que a tomavam. O que é curioso verificarmos é a forma como cada fonte reconta os assuntos, os episódios, de acordo com a perspectiva do seu autor. Daí que, apesar das poucas informações do lado muçulmano, é interessante confrontar os pontos de vista de um lado e de outro dos conflitos narrados. A *Crónica de 1419*, muito posterior às outras fontes, é aqui analisada porque reflecte a forma como estes episódios foram posteriormente interpretados, num contexto em que a distinção entre cruzada e reconquista já não existia, o que pode fazer luz sobre as opções do cronista e explicar as divergências relativas aos episódios relatados pelas nossas fontes.

Fontes coevas e posteriores às conquistas das cidades de Lisboa e de Silves referem-se aos episódios narrados pela *De Expugnatione Lyxbonensis* e pela *Narratio De Itinere Navali*, o que atesta a importância destes acontecimentos para a consolidação do poder político do primeiro rei de Portugal e do seu sucessor e para a propagação dos feitos das cruzadas da Cristandade contra o mundo muçulmano. A conquista destas duas cidades surge assim mencionada ou descrita em diversas fontes cristãs. No caso de Silves, algumas fontes árabes mencionam a perda da cidade para as forças cristãs, com o objectivo maior de relatar a recuperação da cidade pelas forças almóadas dois anos depois, em 1191. A derrota é mencionada para se fazer memória da resposta vitoriosa dos exércitos de *al-Mansur* sobre o território português, que culmina com a recuperação de Alcácer do Sal e de Silves, no ano de 1191.

3.1 FONTES CRISTÃS

São várias as fontes cristãs que relatam a tomada de Lisboa e de Silves. Só nos iremos debruçar sobre os principais textos narrativos que abordam estes acontecimentos, apesar de sabermos que os ecos da tomada destas cidades, particularmente a de Lisboa, se propagaram pelos reinos europeus da Cristandade²⁷⁸.

Conhecem-se três cartas de cruzados germânicos²⁷⁹ que alegadamente terão participado no cerco e conquista de Lisboa, em 1147. Os autores são Vinando, Duodequino e Arnulfo. Trata-se de textos muito menos extensos que a do cruzado R. e que provavelmente partem de uma fonte comum (a *Carta de Vinando*), a “fonte teutónica” segundo Charles David²⁸⁰. Estas epístolas terão sido produzidas num período mais ou menos próximo dos acontecimentos, tendo em conta que quem as escreveu possivelmente participou no cerco e na conquista da cidade, e perspectivam os episódios descritos a partir de um ponto de vista exterior, do cruzado, mais alheado às particularidades da guerra peninsular de reconquista e das suas motivações. Também a *Notícia da Fundação do Mosteiro de S. Vicente de Lisboa*, os *Anais de Afonso Henriques* e a *Gesta* do primeiro rei de Portugal constituem textos cristãos, produzidos em território nacional, que nos fornecem numerosas informações acerca da tomada de Lisboa aos mouros, entre outras relativas às acções do rei fundador. São todos um pouco mais tardios que as cartas de que atrás falámos, datam da segunda metade do séc. XII e são de natureza muito distinta das referidas epístolas, pois patenteiam uma função historiográfica apologética que começou a dar os seus primeiros passos no final do reinado de Afonso Henriques e que se acentuou com a sua morte.

A *Notícia da fundação do mosteiro de S. Vicente de Lisboa*²⁸¹ descreve-nos assuntos relacionados com a tomada de Lisboa porque noticia e comemora a fundação

²⁷⁸ Maria João Branco, “A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida”, in *Conquista de Lisboa aos Mouros*, ed. Aires Nascimento, Lisboa, Vega, 2ª ed, 2007, p.11.

²⁷⁹ Seriam provavelmente clérigos.

²⁸⁰ Cf. Charles W. David, *De Expugnatione Lyxbonensis, The conquest of Lisbon*, Columbia University Press, 1976 (1936), p.49

²⁸¹ *Indiculum foundationis monasterii beati Vincentii Ulixbone*, ed. Aires Nascimento, Lisboa, Vega, 2007, 178-197.

do mosteiro de S. Vicente, logo em 1148. Os *Anais*²⁸² foram provavelmente produzidos no *scriptorium* de Santa Cruz de Coimbra que, desde finais do séc. XII, tomara nas suas mãos a tarefa de exaltação e legitimação política de Afonso Henriques, estando o texto imbuído do espírito de Cruzada e a sua produção não se poderá compreender alheada da difícil conjuntura política que o reino então vivia, no rescaldo do desastre de Badajoz e após a investida almóada a Santarém²⁸³. A *Gesta de Afonso Henriques* deu origem a várias versões que derivam de um texto hoje perdido e que terá começado por ser um cantar épico que evocava as façanhas do primeiro rei, correndo na boca de um jogral de Coimbra, entre finais do séc. XII ou princípios do séc. XIII, segundo a proposta de António José Saraiva²⁸⁴.

Relativamente a Silves, a *Chronica Magistri Rogeri de Hovedene*²⁸⁵ e *Ymagine Historiarum* de Ralph de Dicetis²⁸⁶, são duas curtas narrativas coevas que evocam os acontecimentos relativos à conquista cristã da cidade. Terão sido produzidas em finais do séc. XII porque nos inícios do século seguinte as suas informações foram aproveitadas e integradas noutras obras²⁸⁷.

Uma fonte posterior que relata as conquistas destas duas cidades muçulmanas é a *Crónica de 1419*²⁸⁸. Trata-se de uma narrativa que cronologicamente abrange os reinados dos sete primeiros reis de Portugal, para além de incluir notícias relativas ao governo do conde D. Henrique²⁸⁹, e constitui uma peça historiográfica produzida pela corte régia do séc. XV. Esta fonte quatrocentista descreve, entre tantos outros acontecimentos de revelo para a História do reino, a conquista das cidades de Lisboa e de Silves. Os episódios principais surgem recontados e apropriados pela perspectiva do

²⁸² *Annales D. Alfonsi portugalensium regis*, título com que a fonte foi publicada por Monica Blocker-Walter, em 1966. Luís Krus designava-os como *Anais de Santa Cruz II*. Cf. Armando de Sousa Pereira, *Representações da guerra no Portugal da Reconquista (séculos XI-XIII)*, C.P. História Militar, Lisboa, 2003, p. 60.

²⁸³ José Mattoso, "Anais", *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. G. Lanciani e G. Tavani, Lisboa, Caminho, pp.50-52.

²⁸⁴ António José Saraiva, *A épica medieval portuguesa*, Lisboa, ILCP, 1979; José Mattoso, "Épica", *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. G. Lanciani e G. Tavani, Lisboa, Caminho, pp.237-238.

²⁸⁵ *Chronica Magistri Rogeri de Hovedene* (ed. W. Stubbs), vol.III, London, Oxford and Cambridge, 1870, pp.18.

²⁸⁶ Ralph de Dicetis, *Ymagine Historiaru, Opera histórica* (ed. W. Stubbs), vol. II, London, Oxford and Cambridge, 1876, pp.65-66.

²⁸⁷ Armando de Sousa Pereira, "Silves no itinerário da terceira cruzada: um testemunho teutónico", *Revista Militar online*, 2010, p.2.

²⁸⁸ *Crónica de 1419*, Ed. Adelino de Almeida Calado, Aveiro, 1998.

²⁸⁹ L. Krus, "Crónica de Portugal de 1419", *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. G. Lanciani e G. Tavani, Caminho, Lisboa, 2ª ed., 2000.

cronista e do poder régio, daí que encontremos algumas discrepâncias entre esta fonte e aquelas que constituem a base do nosso trabalho. Tratando-se de uma fonte que serve os propósitos da monarquia portuguesa, que enaltece a sua fundação, os seus feitos e a sua história, particularmente aquela que se fez contra os infiéis e em prol da Cristandade, as conquistas destas cidades aos mouros teriam obviamente aqui um lugar de destaque. Mas, o decalque dos acontecimentos narrados por esta e aquelas fontes não é totalmente coincidente. E devemos atentar nessas disparidades, porque elas nos dão uma outra perspectiva dos acontecimentos e nos alertam para a forma como os autores apropriaram o passado de modo a transmitirem a versão dos acontecimentos que veiculam, quer sejam os cruzados, quer seja o cronista da corte régia portuguesa de quatrocentos.

3.2 FONTES ÁRABES

Não temos conhecimento de fontes árabes que aludam à perda de Lisboa para as forças cristãs, em 1147. No entanto, é compreensível que os cronistas árabes não se debruçassem sobre as derrotas militares sofridas pelos seus exércitos, sobretudo quando se tratava de perdas definitivas, como foi o caso de Lisboa. E tal situação poderá explicar a escassez de informações que encontramos para comparar as duas perspectivas dos confrontos, a cristã e a muçulmana.

As principais fontes árabes que se referem à perda de Silves, em 1189, e depois à sua recuperação pelo exército almóada em 1191, imediatamente após a conquista de Alcácer do Sal, são redigidas por *Abu Muhammad Abd Al-Wahid al-Marrakusi*²⁹⁰, *Ibn Idari Al-Marrakusi*²⁹¹, e *Al Himyari*²⁹² e não passam de curtas alusões a esse acontecimento. O *Al-Hulal al Mawsiyya*²⁹³ é uma obra de autor anónimo que, pelos acontecimentos que narra, terá sido produzida no séc. XIII. *Abd Al-Wahid al-Marrakusi*

²⁹⁰ Kitab al Muyib fi Taljis Ajbar al Magrib, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista*, ed. A. Huici Miranda, vol. IV, Tetuan, ed. Marroquí, 1955, pp.232-233.

²⁹¹ Al- Bayan al Mugrib fi Ijtisar ajbar Muluk al-Andalus Wa Al-Magrib, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista*, ed. A. Huici Miranda, vol. II e III, Tetuan, ed. Marroquí, 1953-54, pp.150-151.

²⁹² D' Ibn 'Abd al-Munim al-Himyari, Kitab Ar-Rawd al-Mi'tar Fi Habar al-Aktar, *La Péninsule Ibérique au moyen-age*, ed. Lévi Provençal, Leiden, 1938.

²⁹³ Crónica Árabe de las dinastias almorávide, almohade y benimerín (trad. española), *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista*, ed. A. Huici Miranda, vol. I, Tetuan, ed. Marroquí, 1952, pp.188-189.

escreve no primeiro quartel do séc. XIII; já *Ibn Idari Al-Marrakusi* e *Al Himyari* são autores mais tardios, de inícios do séc. XIV.

3.3 NARRATIVAS EM CONFRONTO

É interessante analisar e tentar compreender as razões que estão por detrás do facto de as fontes em análise não apresentarem uma coincidência total nos episódios narrados, no protagonismo de algumas personagens, na importância atribuída a determinados episódios, na omissão de factos, entre outros aspectos, porque será aí que reside a chave para a compreensão da sua existência e dos seus propósitos. Sendo assim, propusemo-nos a comparar as narrativas, os seus momentos-chave, os intervenientes, com os seus nomes e cargos, os episódios mais emblemáticos, sublinhando em cada uma delas a mundivisão do seu autor. No entanto, estamos cientes que analisamos fontes de natureza muito díspar e cuja informação aparece tratada ora de forma minuciosa e pormenorizada ora de forma muito sucinta, consoante os objectivos que a produção de cada fonte em causa perseguia.

3.3.1 A CONQUISTA DE LISBOA

A conquista de Lisboa foi objecto de uma atenção especial por parte do mundo cristão da época, pois à importância de que se revestiu para a afirmação do reino de Portugal juntava-se o êxito da acção das forças cruzadas na luta contra os infiéis em terras peninsulares. Havia que divulgar este acontecimento e enaltecer a acção de todos aqueles que nele participaram. Este importante feito militar aparece mencionado em crónicas, em epístolas, em anais de vários reinos cristãos europeus. O relato do cruzado R. reflecte as duas perspectivas do conflito que estiveram presentes em 1147, a ideologia da reconquista e a ideologia da cruzada. A produção historiográfica régia portuguesa dos sécs. XIV-XV recupera o acontecimento, apresentando-o claramente como resultado de uma guerra de cruzada que Portugal encetara contra os mouros do *al-Andalus*.

Cruzados de origem teutónica produziram epístolas, à semelhança do cruzado inglês R., dando conta do grande feito militar que fora conquista de Lisboa em 1147, conseguida pelo esforço conjunto da hoste de Afonso Henriques e dos cruzados que na primavera desse ano passaram pela costa portuguesa. Mas, nessas fontes, as cartas de Vinando, Duodequino e Arnulfo, encontramos uma descrição muito mais breve desse acontecimento, quando comparada com o *De Expugnatione Lyxbonensis*. A sua existência dá-nos a garantia da fiabilidade dos episódios relatados, mas também nos permite reflectir acerca do cuidado colocado na produção da epístola dirigida a Osberto de Badswey, quer pelo seu redactor, quer pelas estruturas régias e eclesiásticas que enquadraram e promoveram tal produção.

As *cartas* dos cruzados teutónicos²⁹⁴ narram os episódios da conquista de Lisboa de modo concordante com o relato de R. No entanto, o texto do cruzado inglês, muito mais extenso, inclui os sermões e os discursos dos principais intervenientes. Temos aqui uma razão para afirmar que o texto de R. tinha outros objectivos, uma vez que inclui justificações teóricas das acções levadas a cabo pelos cruzados e pelos portugueses, que serviam os propósitos da monarquia neste período de afirmação. R. também se alonga em descrições geográficas e topográficas, em lendas locais, que não encontramos nas fontes teutónicas. Relativamente a referências clássicas, como a mítica fundação de Lisboa por Ulisses, a fonte teutónica diz explicitamente que essa informação que transmite recolheu-a de “histórias sarracenas”, ou seja, da tradição cultural muçulmana. Um aspecto curioso que ressalta deste confronto é que apesar de recontarem os mesmos acontecimentos e episódios, o autor da fonte anglo-normanda e o autor da fonte teutónica devolvem-nos a “sua” perspectiva. Na fonte teutónica encontramos muitas vezes o seu autor a afirmar “nós” quando se refere aos cruzados colonieenses, por oposição ao texto de R. onde o “nós” ou “os nossos” se referem ao contingente anglo-normando. Na fonte teutónica, como seria de esperar, não surgem alusões ao mau comportamento dos colonienses e flamengos de que nos fala R. Aliás, quando uma torre foi destruída pelo fogo inimigo, a fonte informa-nos que a responsabilidade de tal facto coube aos ingleses e ao seu pouco cuidado e falta de atenção. O cruzado teutónico faz alusão à má prestação dos portugueses durante o cerco, que lutavam com pouca valentia e coragem. Se não fosse o pronto auxílio dos

²⁹⁴ Susan Edgington procedeu a um estudo comparativo destas três fontes. Cf. Susan Edgington, “The Lisbon letter of the second crusade”, *Historical Research*, 170, 1996, pp. 328-339.

colonieneses e flamengos (os “nossos”), outra torre teria sido destruída. Esta fonte favorece nitidamente o contingente teutónico, encontrando sempre razões de crítica na prestação dos outros cruzados, particularmente ingleses ou dos portugueses.

Ambas as fontes referem o pacto estabelecido entre os cristãos e o Alcaide de Lisboa e na fonte teutónica encontramos referências ao milagre dos surdos-mudos que, por intervenção dos mártires ali sepultados, ganham a fala. Este milagre aparece associado a um cavaleiro alemão, morto em combate, oriundo da cidade de Colónia, e apenas conhecemos a sua existência na *Notícia de S. Vicente*.

Portanto, na análise comparada que fizemos destas fontes podemos afirmar que os seus autores participaram nos mesmos acontecimentos mas dão-nos deles visões ou perspectivas diferentes. Os episódios coincidem mas as narrativas divergem nos detalhes e nos pormenores, como o número de embarcações ou a duração do temporal²⁹⁵, ou mesmo a interpretação dos factos por ambos observados.

Os Anais são, por natureza, fontes que elencam, de forma breve, notícias e episódios dignos de registo. E os *Anais de Afonso Henriques* constituem uma fonte historiográfica particular, provavelmente produzida numa data imediatamente posterior à morte do rei fundador e ao ataque almóada às fortificações cristãs da linha do Tejo, que ocorreu em 1184. Redigida em latim²⁹⁶, pelos cónegos regantes de Santa Cruz de Coimbra, apresenta traços evidentes de uma narrativa apologética, de carácter cronístico, marcada pelo espírito de cruzada, que raramente se observa em textos anteriores, mas que a partir desta data é veiculado pela historiografia monástica de Santa Cruz de Coimbra com estreitas ligações à monarquia régia. A fonte constrói uma imagem do primeiro rei de Portugal como um valoroso guerreiro que utiliza a sua força militar e a sua fé no combate em prol da Cristandade. Ao noticiar o facto de Afonso Henriques se ter armado cavaleiro a si próprio, como era costume entre os reis, está a não só a exaltar a memória de um rei que é apresentado como um instrumento de Deus como também consubstancia uma “reivindicação da categoria régia”, nas palavras de José Mattoso²⁹⁷. Nesta fonte também encontramos referência a uma tentativa de conquista da cidade de Lisboa, anterior a 1147, e que poderá corresponder ao ataque de 1140-41. Curioso é constatar que o texto acaba por dar

²⁹⁵ Cf. Idem.

²⁹⁶ A historiografia de origem eclesiástica era redigida em latim, em oposição à historiografia produzida pelas cortes régias, que utilizava o português.

²⁹⁷ José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, C. Leitores, 2006, p.38.

maior relevância a este facto que à própria notícia da conquista da cidade em 1147, pelo rei de Portugal, Afonso Henriques, e pelas forças cruzadas, cujo contributo na luta contra os sarracenos não é esquecido pela fonte. O primeiro rei de Portugal é o protagonista deste texto cuja função era preservar e transmitir à posteridade uma dimensão heroica da sua memória²⁹⁸.

A *Gesta de Afonso Henriques*, um texto de carácter apologético, narra os episódios mais marcantes do reinado de Afonso Henriques e apresenta o rei fundador como um herói, com um destino traçado, que sofre a maldição da mãe e, por isso, não escapa a um destino trágico, que culmina no desastre de Badajoz. Neste texto épico, encontramos a função de sobrevalorizar e sublinhar a qualidade do herói – Afonso Henriques, o rei fundador da monarquia. Podemos então observar que os motivos da sua acção heróica acabam por estar imbuídos de uma dimensão divina, que os torna determinantes para os acontecimentos futuros da nação. Aquilo que podemos encontrar em ambos os textos, o cantar épico e a fonte sobre a tomada de Lisboa, são a exaltação da função do guerreiro e do chefe militar, a postura justa do monarca, a intervenção divina que intercede sempre a favor do monarca e dos cristãos na luta contra os muçulmanos, e os objectivos mais profundos de ambos os textos, que são a exaltação do rei fundador e a afirmação do seu valor enquanto rei de direito, graças às suas conquistas e lutas constantes. Um rei que fez da luta e da conquista a sua imagem de marca. E por isso será reconhecido e lembrado.

A *Notícia da fundação do mosteiro de S. Vicente de Lisboa* comemora a fundação do mosteiro de S. Vicente, que aconteceu pouco depois da conquista de Lisboa em 1147. Para além dos episódios mais significativos desse feito militar, descreve um conjunto de milagres que alegadamente ocorreram com a tomada da cidade pelas forças cristãs. Datado da segunda metade do séc. XII (dele só se conhece uma cópia do início do séc. XIII), não terá sido escrito depois de 1173, ano da transladação das relíquias do cabo de S. Vicente para o referido mosteiro, pois não faz qualquer alusão a esse importante acontecimento. O seu autor terá sido um monge teutónico que ficou por Lisboa, após 1147, e terá integrado a comunidade do mosteiro, segundo a interpretação que Armando de Sousa Pereira faz do protagonismo que é dado no texto aos cruzados e a importância determinante da sua

²⁹⁸ Cf. Armando Sousa Pereira, *Representações da guerra no Portugal da Reconquista* (sécs. XI-XIII), Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 2003, p.60.

acção para o êxito da conquista²⁹⁹. O exército português é ignorado, a imagem de Afonso Henriques exaltada, pois fora por sua vontade que se edificou tal obra, e os milagres que ocorreram com os cruzados mortos em combate são vários e significativos, todos eles relativos às intenções piedosas destes homens do Norte em terras peninsulares. Trata-se de uma narrativa impregnada do ideal de cruzada, como não podia deixar de ser, se tivermos em conta que foi produzida por um cruzado que projecta para a escrita e para os significados que atribui aos episódios descritos a sua mundivisão da luta contra o infiel. A guerra fazia-se contra o inimigo da fé, que se pretendia aniquilar. O muçulmano não era aquela figura que encontramos no relato de R., onde este revela alguma piedade pelo destino dos habitantes de Lisboa e desaprova a violência gratuita de alguns cruzados, aquando da entrada na cidade.

A *Notícia* começa com uma espécie de prólogo, onde o autor apresenta as intenções do texto, ou seja, dar a conhecer a história da fundação do mosteiro, por que foi mandado construir, quando foi edificado. E dá a garantia ao leitor que se baseia em relatos de pessoas que assistiram aos acontecimentos narrados, como por exemplo Fernão Peres e um cruzado teutónico que ficou em Lisboa após a conquista. Há uma preocupação em comprovar a veracidade do que narra. No primeiro capítulo, afirma que Afonso Henriques e a sua hoste puseram cerco à cidade de Lisboa, em Junho de 1147, tal como era costume todos os anos³⁰⁰. Com ele, estavam “um punhado de homens fortes” vindo do Norte e enviados por Deus. Chegaram a Lisboa em cento e noventa embarcações. Este número é ligeiramente exagerado quando comparado com os cento e sessenta e quatro navios nomeados por R. na *De Expugnatione Lyxbonensi*, mas suficientemente aproximado para se crer que o número de navios rondaria um número ligeiramente inferior às duas centenas. O rei aparece como aquele que organizou e comandou todas as acções militares, surgindo aqui uma imagem de um rei devoto, que combateu e lutou contra os inimigos da fé. É curioso constatar que nas fontes epistolográficas, não é o rei que toma este protagonismo na liderança e no comando das operações militares. Esta fonte é redigida com o propósito de construir uma memória exaltada da acção de Afonso Henriques e dos cruzados na tomada de Lisboa em 1147, apresentando uma imagem perfeita dos protagonistas que

²⁹⁹ Cf. Idem, Op. cit., p. 72.

³⁰⁰ Pensamos que há aqui uma alusão a outras tentativas de conquista a cidade, em anos anteriores, nomeadamente entre 1140-42.

deliberadamente escolheu sobrevalorizar, como acontecia com todos os textos historiográficos produzidos pelos cónegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra³⁰¹. Estamos perante a construção de personagens com uma dimensão que se aproxima e se decalca do ideal do cruzado e do rei cristão que combatiam em prol da fé e da Cristandade. Um comportamento imaculado, sem manchas de cupidez, de desejo de enriquecimento material, de violência desnecessária contra os muçulmanos.

Na segunda parte, a fonte dá-nos conta de como decorreu o cerco, das máquinas e engenhos de guerra e da construção de dois cemitérios, para sepultar os mortos em combate. O rei chamou D. João Peculiar e informou-o da sua decisão de criar dois espaços dignos de receberem todos aqueles mártires que tombaram em combate, para libertarem aquela terra das forças inimigas. O arcebispo de Braga e o restante clero regozijaram-se com a iniciativa e escolheram o local para a sua edificação. O cemitério dos teutónicos foi construído junto do mosteiro de S. Vicente e o dos ingleses junto da igreja de Santa Maria dos Mártires. Também encontramos no texto do cruzado R. a referência à construção destes dois cemitérios para os contingentes ingleses e teutónicos, exactamente com a mesma preocupação, a de sepultar dignamente todos os mártires caídos em combate. O martírio de quem morria na guerra dotava o espaço de uma sacralidade que se manifestava nos milagres que ali ocorriam e a que algumas fontes aludem.

Tanto a carta do cruzado R. como esta *Notícia* referem-se a diversos milagres e intervenções divinas que conferem à conquista da cidade e às acções militares cristãs um significado transcendente, que as eleva a um plano divino, à concretização da vontade de Deus na terra dos mouros infiéis. Mas, nem todos são coincidentes. No texto da *Notícia* surgem relatados milagres relacionados com um tal cavaleiro teutónico (oriundo da cidade de Bona), de nome Henrique, que morto em combate ascendeu à categoria de mártir de Cristo. Esse estatuto é comprovado pelo autor do texto que apresenta vários milagres a ele associados, como por exemplo o dos jovens surdos-mudos, que ganham a fala depois de o mártir lhes aparecer com uma palma (símbolo de martírio); do seu escudeiro que, depois de morto em combate, apareceu em sonhos ao guarda da igreja de S. Vicente e lhe pediu para ser sepultado junto do

³⁰¹ S. Vicente seguia a regra dos cónegos regrantes de Santa Cruz.

seu senhor; o milagre da palma trazida de Jerusalém³⁰², que junto da sepultura do cavaleiro teutónico cresceu e deu origem a uma árvore, e que acabou por sinalizar o local da edificação do mosteiro. A sua sepultura era local de milagres e todos os que padeciam procuravam-na por saberem da possibilidade de dali saírem curados. Na carta de R., entre os muitos e variados milagres relatados, destes descritos apenas encontramos uma alusão sumária ao milagre dos surdos-mudos³⁰³.

O milagre do pão bento é um dos milagres que nos aparece relatado nas duas fontes. Num certo dia, em que se celebrava a missa que antecedeu o combate entre as forças cristãs e os habitantes da Lisboa muçulmana, o pão bento³⁰⁴, depois de cortado pelo sacerdote, derramou sangue. Este milagre do pão bento aparece relatado pelo cruzado R., que afirma o mesmo acontecer durante as cerimónias religiosas do lado flamengo. Na *Notícia*, o milagre ocorre na “mesma basílica”, que interpretamos como sendo S. Vicente. Mas, enquanto R. apresenta o milagre como um sinal de reprovação divina relativa a todos aqueles que são movidos por intenções menos dignas, como a ganância e a sede de sangue humano, a coberto do estatuto de peregrinos de Deus, a *Notícia* interpreta o sangue como estando relacionado com a farinha roubada com que foi feito o pão. O tom crítico é muito mais suave na fonte mais tardia, porque dilui a culpa e não a relaciona com um grupo específico, como não podia deixar de ser tendo em conta a intenção de exaltar a acção dos cruzados na luta contra os muçulmanos. Ambas as fontes reconhecem o milagre e conferem um significado sobrenatural ao acontecimento, mas a grande distinção consiste na interpretação que R. faz deste milagre, emprestando-lhe um sentido estratégico, numa relação directa com os objectivos da guerra da reconquista.

Não nos espanta que uma fonte provavelmente redigida por um clérigo teutónico, associado a S. Vicente, valorizasse a figura do rei de Portugal, numa época em que o desaire de Badajoz estava bem presente e era fundamental levantar a moral de um reino que se afirmava essencialmente pela guerra e pelos intuitos religiosos, mas também valorizasse a prestação de um cavaleiro seu compatriota que morreu na luta contra os muçulmanos, assumindo o estatuto de mártir, e cuja dimensão sagrada

³⁰² Símbolo da peregrinação à Terra Santa.

³⁰³ *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, ed. Aires Nascimento, Lisboa, Vega, 2ª ed., 2007, p.107.

³⁰⁴ Que tinha a função da hóstia, introduzida na liturgia mais tarde.

se manifestou nos diversos milagres que despoletou (o caso dos surdos-mudos, do seu escudeiro e da palma que floresceu junto à sua sepultura).

A *Crónica de 1419*, fonte quatrocentista de produção régia, dedica cerca de duzentas e vinte das suas linhas a narrar os acontecimentos relacionados com a tomada de Lisboa em 1147, pelas forças cruzadas e portuguesas, os milagres que ocorreram por essa altura, a preparação da conquista, o pacto firmado entre Afonso Henriques e os cruzados, o cerco, a entrada na cidade, a nomeação do bispo de Lisboa e do prior de S. Vicente de Lisboa, a construção das igrejas e dos cemitérios. Os assuntos surgem divididos em seis partes e não têm o tratamento pormenorizado que encontramos na *De Expugnatione Lyxbonensi*. O cronista começa por nos descrever que, depois de conquistar Santarém, D. Afonso Henriques tornou a Coimbra e, vendo que tinha tempo para conquistar toda a Estremadura, provavelmente porque se apercebeu da conjuntura favorável que lhe garantia essa possibilidade, juntou a sua hoste militar e dirigiu-se para Lisboa. Começou por conquistar o castelo de Mafra, que concedeu a D. Fernão Monteiro, o primeiro mestre de Avis de Portugal. De seguida, tomou Sintra. Por aquela altura, avistou os oitenta navios vindos do Norte da Europa, com ingleses, alemães e franceses, que passavam pelas costas portuguesas. Mandou logo quatro dos seus fidalgos, a Cascais, a saberem quem eram aquelas gentes.

Estamos perante uma versão muito diferente dos acontecimentos narrados. Aqui, temos o rei a contactar com as forças cruzadas apenas em Cascais, não havendo qualquer referência à recepção e ao discurso do bispo do Porto, D. Pedro Pitões, na cidade do Porto, no dia dezasseis de Julho. Os cruzados terão dito aos cavaleiros do rei, em Cascais, que vinham para lutar contra os mouros em terras peninsulares, prestando assim grande serviço a Deus. A *Crónica* transforma a conquista de Lisboa num episódio de cruzada ideal, apresentando os cruzados como homens movidos apenas pelo desejo de servir Deus e alargar os espaços da Cristandade. O que nos faz afirmar tal é que na *Crónica* não encontramos nos cruzados comportamentos inadequados, ou seja, homens que sob a capa de peregrinos eram movidos pela ganância e pelo desejo da posse dos bens materiais que o saque lhes proporcionava. O cronista equipara a luta na Península Ibérica a uma cruzada. Os cruzados, segundo o cronista, não estavam em trânsito para a Terra Santa. Vieram, antes, para a Península Ibérica lutar contra o infiel. Podemos encontrar justificação para este ponto de vista na

perspectiva do rei de Portugal que, na *Crónica de 1419*, interpretou a vinda dos cruzados para a Península Ibérica como uma acção divina. Deus enviara-lhes aqueles homens para o ajudar a tomar Lisboa. E mais, os cruzados mesmo apesar do pacto firmado com Afonso Henriques renunciam ao saque, pois ali tinham ido para servir a Deus. O cronista não sabe mais do que o nome de quatro pessoas de entre a gente importante que vem nos navios cruzados, mas também, nota curiosa, nenhum desses nomes coincide com os nomes que encontramos no relato do cruzado R³⁰⁵. Outro aspecto que voltamos a identificar como não coincidente com a fonte *De Expugnatione Lyxbonensi*.

O rei de Portugal, segundo a *Crónica*, logo que soube das intenções dos cruzados naquelas paragens, entendeu que havia ali mão de Deus. Havia sido Ele quem mandara aqueles homens para o ajudarem a tomar Lisboa. Enviou mensageiros com a proposta da conquista de Lisboa, uma cidade a cinco léguas dali, cuja população atacava constantemente os cristãos, quer por mar, quer por terra. Já que Deus os encaminhara até ali, não deviam voltar costas a tal empresa, pois Deus recompensá-los-ia. Este foi o argumento utilizado por Afonso Henriques para levar os cruzados a estabelecerem um pacto consigo. Segundo esse pacto, o rei ficaria com metade da cidade e os cruzados com a outra metade. Partiram, então, por terra e por mar para cercarem a cidade. Para o cronista, o cerco e os combates estenderam-se muito para lá do que nos foi contado pelo cruzado – por cinco meses. Cada contingente edificou igrejas para sepultar os seus mortos, Santa Maria dos Mártires e o Mosteiro de S. Vicente de Fora. Entram na cidade pela porta de Alfama. Segundo o cronista, a data da entrada da cidade coincide com as outras narrativas (dia de S. Crispim e de S. Crispiano) bem como as referências à construção das igrejas e cemitérios.

No capítulo seguinte, o cronista dá-nos conta da sacração da mesquita em sé e também refere os cânticos que os cristãos entoavam aquando da entrada na cidade. Afonso Henriques mandou chamar os comandantes dos cruzados para com eles repartir os bens da cidade, de acordo com o pacto firmado. Os cruzados reuniram-se em conselho e deliberaram nada querer, pois apenas tinham querido servir a Deus e bastava-lhes a cidade tornar-se cristã. Isso era a maior recompensa que poderiam ter. O rei ficou muito satisfeito com esta actuação e convidou-os a estabelecer-se no seu

³⁰⁵ Nome dos cruzados identificados pela *Crónica* são Guilham de Longua Espea, Chill de Roolim, Lerbeche e Ligeli. Cf. *Crónica de 1419*, ed. Adelino Calado, Universidade Aveiro, 1998, pp.47-48.

reino, concedendo-lhes para o efeito terras para se instalarem e povoarem. Aqui voltamos a ver a narrativa do cronista a divergir da do cruzado, pois no *Expugnatio Lyxbonensis* assistimos a desentendimentos entre os cruzados que haviam combinado com o rei deitar a mão aos bens e a cidade ficar para Afonso Henriques. Sabemos que muitos cruzados permaneceram no reino e fundaram ou povoaram terras como Atouguia da Baleia, Lourinhã, Arruda, Vila Verde, Vila Franca, entre outras³⁰⁶.

Talvez tenhamos de equacionar que, apesar de relatar os mesmos episódios, mas de forma muito mais sucinta ao nível dos pormenores, para não falar da ausência a qualquer referência aos discursos transcritos por R., o cronista de 1419 não se tenha servido do texto de *De Expugnatio Lyxbonensis*. Existem tantas derivas à versão de R. que pensamos ter sentido colocar-se essa hipótese, apesar de não se conhecer a fonte que terá servido de base à construção da narrativa de 1419, relativa à tomada de Lisboa em 1147. O facto de se conhecerem diversas fontes que se reportam a estes acontecimentos, com maior ou menor aproximação, constitui um factor de fiabilidade importante relativamente aos episódios em análise, mas encontramos aqui demasiadas diferenças, de omissões e de interpretações que nos levam a afirmar que o texto *De Expugnatio Lyxbonensis* não foi utilizado pelo cronista de 1419. Quer por tradição oral, quer mesmo a partir das fontes existentes, o cronista poderá ter seleccionado aquilo que pretendia deixar para a posteridade. O seu discurso é claramente um discurso que projecta a ideologia da cruzada, não havendo por isso subjacente críticas à actuação dos cruzados, e Deus esteve por detrás de todos os acontecimentos narrados. Foi por vontade divina que a cidade foi tomada aos mouros.

3.2.2. A CONQUISTA DE SILVES

Como dissemos atrás, também os autores árabes dedicaram alguma produção escrita à conquista cristã da cidade de Silves. De forma muito sucinta referem a perda da cidade para o “filho de Henrique” (*Ibn al-Rink*), como era designado Sancho I. Abd *Al-Wahid al-Marrakusi* informa-nos que no ano de 1189 (585 no calendário islâmico), Pedro, o filho de Henrique se dirigiu para Silves e montou, juntamente com os seus

³⁰⁶ Cf. José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, C. Leitores, Lisboa, 2006, p.186.

homens, cerco à cidade. O cronista árabe estava bem informado acerca deste Pedro, meio-irmão de Sancho I, que provavelmente comandou a hoste portuguesa e desempenhou funções de alferes-mor do reino³⁰⁷. Também refere a presença das tropas cruzadas, que chegaram a Silves por mar, em naus e galés. Segundo este relato, teria sido em Silves que Pedro e os cruzados haviam feito o acordo que concedia os cativos da Silves muçulmana aos cruzados e a cidade aos portugueses. O autor da *Narratio* informa-nos, pelo contrário, que o acordo foi estabelecido entre o rei de Portugal e os cruzados e foi firmado em Lisboa, antes de partirem para tomarem a cidade muçulmana mais importante do *Gharb al-Andalus*. A fonte árabe afirma que a cidade foi cercada por terra e por mar, acabando por ser tomada pelo “filho de Henrique”, ou seja, Sancho I sendo os habitantes capturados. Termina aqui a narrativa relativa à conquista cristã. Uma narrativa parca de pormenores ou juízos de valor. Uma descrição sem adjectivação depreciativa, sem revelar uma tomada de posição do autor acerca daquilo que narra. O texto continua, agora com a alusão à recuperação da cidade por parte do “príncipe dos crentes”, *al-Mansur*, o califa almóada. O cronista árabe confunde as duas campanhas de *al-Mansur* a Portugal, a de 1190 e a de 1191, pois apresenta como factos contemporâneos a recuperação de Silves e o violento assédio de que o castelo de Tomar foi alvo. Na primeira campanha, que decorreu em 1190, o exército almóada chegou até Santarém, Torres Novas e Tomar, não conseguindo recuperar Silves, apesar do cerco montado; na segunda campanha, no ano de 1191, os almóadas conseguem então recuperar Alcácer do Sal e Silves. E o cronista prossegue a história política e militar dos almóadas, terminado assim as referências à cidade de Silves.

Ibn Idari Al-Marrakusi é um cronista árabe que produz uma narrativa mais completa, em termos de pormenores, acerca da tomada de Silves, não deixando de ser igualmente sucinta. Fornece a informação da conquista da cidade pelo “filho de Henrique”, com o auxílio de forças navais francas, ou seja, cruzados do norte da Europa, sendo que “francos” era a designação comum para os homens do Norte da Europa. *Al-Mansur* recuperou a urbe, restituindo-a ao Islão pela força da espada. Revela saber da existência de frotas cruzadas que passavam pela costa, rumo a Jerusalém, pois faz alusão a esse facto. Conta que, por causa de uma tempestade, as

³⁰⁷ Maria João Branco, *D. Sancho I*, C. Leitores, Lisboa, 2006, p.131.

embarcações cruzadas aportaram em Lisboa, onde o “filho de Henrique”, apelidado de infiel, os aliciou a fazerem a guerra santa contra os muçulmanos. Aqui, nesta narrativa, já encontramos adjectivos pejorativos relativos aos cristãos. Cercada por todos os lados, Silves sucumbiu à fome, à sede e ao cansaço. Neste momento do texto, o cronista tece considerações pouco elogiosas acerca da forma como o governador *Isa b. Abi Hafis b. Ali* defendeu a cidade, não se preocupando nem com a defesa das fronteiras nem com a protecção dos muçulmanos. Apoderado pelo terror, comportou-se de forma indigna, misturando-se com todos aqueles que se renderam. Sabemos que os muçulmanos não valorizavam actos de cobardia ou de desistência na luta que travavam com os cristãos. O cruzado cristão anónimo também se apercebeu disso e diz-nos, impressionado com a circunstância, que foram lançados pelas muralhas da cidade todos aqueles que cobardemente fugiram e desistiram de lutar quando as tropas cristãs entraram no arrabalde.

O cronista árabe ainda refere a destruição de Alvor, não deixando de relatar a matança total da população pelos cristãos, que não poupavam mulheres e crianças. Termina o assunto, dizendo que estes mártires seriam recompensados por Deus, no dia da ressurreição. Esta fonte já nos apresenta uma perspectiva ideológica dos acontecimentos e, por isso, verificamos considerações e juízos de valor pouco positivos relativamente aos cristãos e a todos os muçulmanos que não se bateram heroicamente pela defesa da sua cidade. Apesar de sintética, desvaloriza o mundo cristão, chamando “infiéis” a todos os que não seguem o islamismo e enfatiza a forma bárbara como a população do castelo de Alvor foi dizimada, referindo que não foram poupados os inocentes. Também desvaloriza a postura de todos os muçulmanos que revelaram um comportamento pouco corajoso, quer fosse o governador, quer fossem todos aqueles que viraram costas ao inimigo e fugiram.

A obra *Al-Hulal al Mawiyya* dedica uma parte ao período de governação do califa *Yaqub Al-Mansur*. Afirma que este percorreu por duas vezes a região do *al-Andalus*. Da primeira vez, recuperou Silves e arrasou o reino do politeísmo; da segunda vez, esmagou as forças cristãs em Alarcos, uma grande derrota, segundo as suas palavras. Como a retumbante vitória de Alarcos constituía um assunto mais importante, continuou a falar sobre ela. De Silves, mais nada se diz, ficando reduzidas a uma frase as duas campanhas que conhecemos em território português.

Al Himyari, um autor mais tardio, refere que no ano de 1189 (585, no calendário islâmico) a cidade de Silves foi assediada pelo filho de Afonso Henriques, senhor de Coimbra e do território vizinho do *Gharb*. Aborda inclusive os termos da rendição, pois afirma que a população propôs a rendição ao monarca português, garantindo a sua sobrevivência a troco dos bens materiais da cidade. Sancho I entra na cidade a três de Setembro. Na sua generalidade, os dados facultados por este autor são coincidentes com as outras fontes e constituem uma prova da sua fiabilidade. Continua o seu relato, fazendo alusão à profunda irritação que a perda desta cidade do *Gharb* provocou em *al-Mansur*, que rapidamente reuniu forças militares e avançou sobre o *al-Andalus*. De Sevilha partiu para Alcácer do Sal, Palmela e Almada. Depois destas investidas militares, seguiu para Silves onde, a vinte e um de Junho de 1191, montou cerco à cidade que acabou por se render e a população fugir para terras cristãs. *Al-Mansur*, após missão cumprida, regressou a Marraquexe. Relativamente as estas duas investidas levadas a cabo pelas forças de *al-Mansur* em território português, o redactor árabe acaba por ser mais sintético e omite o assédio a Santarém, Torres Novas e Tomar, para além de juntar, em termos temporais, todos os acontecimentos narrados que culminam com a tomada de Alcácer do Sal e de Silves. No final, o autor transcreve um excerto de um poema que *Abu Bakr Ibn Mugbar* compôs para celebrar esta vitória.

A *Chronica Magistri Rogeri de Hovedene* é uma curta narrativa cristã que descreve sumariamente a tomada de Silves por frotas cruzadas, no mês de Setembro de 1189. Os cruzados conquistam a cidade e entregam-na ao rei de Portugal, cujo nome aparece mencionado. Depois, prosseguem a sua viagem até Acre, passando o Estreito de Gibraltar a vinte e nove de Setembro desse mesmo ano. Verificamos uma coincidência cronológica entre este texto e a fonte do cruzado anónimo.

Ymagine Historiarum de Ralph de Dicetis é uma outra narrativa cristã que descreve a partida das frotas cruzadas do porto de Dartmouth, a dezoito de Maio, chegando a Lisboa nas terceiras calendas de Julho, ou seja, a vinte e nove de Junho. Aí, o rei de Portugal suplicou-lhes que o auxiliassem na conquista de Silves. Refere trinta e sete naus, não se afastando das trinta e seis de que nos fala o cruzado teutónico. Celebraram um pacto, sancionado pela presença de três bispos, tema que o cruzado teutónico apenas alude no final da narrativa, quando refere que o rei dos portugueses

não respeitou o pacto que havia firmado com os cruzados. E, aqui, neste texto, a presença de três bispos, emprestam um enquadramento religioso ao acontecimento. Esta narrativa faz também referência ao alcaide da cidade e ao bispo flamengo que foi consagrado após a tomada da cidade pelas forças cristãs. E assim terminam as informações acerca da conquista de Silves, em 1189.

Debrucemo-nos agora sobre a *Crónica de 1419*, a fonte portuguesa que também narra a conquista da cidade de Silves em Setembro de 1189. O reinado de Sancho I ocupa cerca de um quarto das páginas que esta fonte dedica ao reinado do seu progenitor. Das quinhentas e oitenta e três linhas que o cronista reserva ao seu reinado, expende trezentas e quarenta e nove para narrar os acontecimentos desde a tomada de Jerusalém por Saladino até à conquista da cidade de Silves e à partida dos cruzados das terras algarvias, rumo ao Mediterrâneo. Compreende-se que o reinado do rei fundador seja objecto de maior atenção e cuidado por parte da historiografia régia, que desejava alicerçar as bases da monarquia em sólidos acontecimentos. Mas, o que ressalta à vista é que do reinado de Sancho I nada mais há de significativo para o cronista contar, para além da tomada de Silves³⁰⁸. Não constituiu apenas o primeiro grande feito militar deste monarca durante o seu efectivo reinado. Foi o único e pouco tempo durou, pois esta conquista veio a revelar-se efémera, sendo a praça perdida logo dois anos depois da sua conquista por parte das forças cristãs. Não obstante, durante esse curto tempo o rei intitulou-se “de Silves e dos Algarves” e a memória desse feito foi ampliada e projectada pela historiografia régia o mais possível, como podemos constatar por esta crónica mais tardia.

A *Crónica de 1419*, depois de descrever os acontecimentos relacionados com a coroação de D. Sancho I, assunto com o qual abre os capítulos dedicados ao seu reinado, passa imediatamente para os episódios relativos à preparação e tomada de Silves pelas forças cruzadas e de Sancho I. Jerusalém foi tomada em 1187, por Saladino. Havia que recuperá-la para a Cristandade. Segundo o autor, o Papa Inocêncio emitiu uma carta dirigida a todos os reis cristãos, apelando ao envolvimento na luta contra o infiel. O teor da epístola enviada a Sancho I, que aparece extensamente reproduzido pelo cronista, está imbuído do espírito e da ideologia de cruzada, onde o inimigo é diabolizado, é razão de dor e de sofrimento para os cristãos pois tomara um

³⁰⁸ O assalto ao bairro de Triana, o arrabalde de Sevilha, pode ser considerado como o primeiro feito militar deste monarca quando ainda coadjuvava a governação de seu pai, em 1178.

espaço que não lhe pertencia por direito. A terra de Cristo tinha de ser libertada do jugo infiel por todos aqueles que se diziam cristãos. Há uma referência expressa aos privilégios da cruzada, como a indulgência dos pecados para todos aqueles que participassem em tal nobre empresa. A fonte do cruzado anónimo, *Narratio De Itinere Navali* apenas refere, no prólogo, que Jerusalém havia sido tomada por Saladino, no ano de 1187 e que, em resposta ao apelo de cruzada que o Papa havia feito aos reinos cristãos, aqueles cruzados encontravam-se a caminho da Terra Santa, naquilo que ficou conhecida como a Terceira Cruzada. Não há qualquer referência a uma bula específica, dirigida ao monarca português, que equiparasse a guerra santa da reconquista, feita em terras peninsulares, à guerra de cruzada, cujos objectivos eram a libertação dos lugares sagrados e a luta contra o infiel³⁰⁹.

Mas, o autor da *Crónica* continua a referir-se como Sancho I reagiu à Bula, que não poderia responder àquele apelo pelo facto do seu reino ser pequeno e estar constantemente em guerra com os mouros. Em lugar de participar na cruzada à Terra Santa, optou sensatamente, na opinião do cronista, por levantar as tréguas que havia estabelecido com os mouros e começou a fazer-lhes guerra, cercando o castelo de Serpa, sem o conseguir tomar. Sabemos que Sancho I, no ano de 1188, promoveu incursões até Serpa, numa vontade de alargar o reino para Leste³¹⁰. O nosso narrador anónimo da *Narratio De Itinere Navali* não se refere a nada disto, pois naturalmente não terá tido conhecimento de tais acontecimentos, dada a sua condição de cruzado estrangeiro, de passagem pelo reino. Não faria obviamente parte das suas intenções, introduzir na sua narrativa os acontecimentos portugueses que prepararam a tomada de Silves.

O que encontramos comum às duas fontes é o facto de ambas relatarem a preparação de contingentes cruzados flamengos, alemães e franceses que ingressaram na Terceira Cruzada. Relativamente ao número de embarcações verificamos uma discrepância, pois o cruzado anónimo fala-nos de trinta e cinco / trinta e seis naus e a *Crónica* refere-se a cinquenta e três. Fora a vontade de Deus que fizera com que os

³⁰⁹ Esta bula de cruzada não antecedeu a conquista de Silves em 1189, pois provavelmente tratou-se de um erro de interpretação do cronista que se refere a uma bula emitida por Inocêncio IV, datada de 30 de Janeiro de 1245, dirigida a Sancho II. Cf. Manuel Cadafaz de Matos, *A cidade de Silves num itinerário naval do séc. XII por um cruzado anónimo*, [fac.simile da edição de João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1844], Edições Távola Redonda / CMS, Lisboa, 1999, p.96.

³¹⁰ Maria João Branco, Op. cit., p. 124.

cruzados aportassem em terras portuguesas, pelo menos, é isso que nos afirma o cronista, tendo em conta a sequência de acontecimentos posteriores. É óbvio que se está a referir à conquista de Silves, a importante cidade do *Gharb al-Andalus* e ao significado que este feito militar teve na afirmação política de Sancho I, tratando-se, como dissemos, da primeira conquista territorial que realizou como rei de pleno direito, ou seja, após a longa coadjuvância que exerceu durante o final do reinado do seu pai, entre a sua idade adulta e a morte daquele. Na fonte *Narratio De Itinere Navali*, também encontramos o autor a referir-se à vontade de Deus, em diversas partes da narrativa, mas não com o objectivo explícito de apoiar Sancho I. É claro que, nas palavras do cruzado teutónico, Deus interveio sempre na acção mas ao lado dos cruzados, porque foi graças a estes que a conquista da cidade de concretizou.

A *Crónica de 1419* não refere um aspecto militar importante que antecedeu a tomada de Silves: a destruição de Alvor, um mês antes, por forças cruzadas e portuguesas. Este facto não só prova que Sancho I estava a preparar com algum cuidado e antecedência a conquista de Silves como também foi apresentado aos cruzados como um exemplo da acção de outros cruzados em terras peninsulares, participando na guerra da reconquista com o mesmo empenho com lutavam na Terra Santa. O cronista do séc. XV não faz qualquer alusão a este momento que precedeu a grande conquista de Silves. Aliás, autor informa-nos que o rei estava em Santarém quando soube da passagem desta esquadra de cruzados, que aporta em Lisboa. Deslocou-se prontamente a Lisboa, pois pretendia inteirar-se dos seus objectivos. Recebeu-os bem e ofereceu-lhes mantimentos. Uma vez que os ventos contrários os detiveram por Lisboa, o rei propôs-lhes uma acção conjunta contra os mouros. O cronista leva-nos a crer que, nas conversações que decorreram entre os cruzados e o rei, havia algumas indecisões relativamente ao local a atacar e conquistar. Acabaram por se decidirem por Silves. Neste ponto, a *Crónica* diverge substancialmente do relato do cruzado anónimo, uma vez que nesse relato temos uma descrição pormenorizada da destruição de Alvor, chegando o narrador a precisar o número de vítimas³¹¹ que tinham perecido nesse ataque. E mais, o cruzado teutónico refere claramente que o rei

³¹¹ “(...) matarão perto de 5600 pessoas, não perdoando a sexo nem idade”, Manuel Cadafaz de Matos, *A cidade de Silves num itinerário naval do séc. XII por um cruzado anónimo*, [fac.simile da edição de João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1844], Edições Távola Redonda / CMS, Lisboa, 1999, p.10.

lhes tinha proposto a conquista de Silves³¹². Sabemos que a conquista de Silves fora antecedida por um conjunto de acções que nos levam a afirmar que Sancho I a concebera já há algum tempo. O ataque a Alvor um mês antes e o seu primeiro testamento, datado de 1188, são duas provas de um projecto que poderia ter mais de um ano³¹³. O facto de aproveitar frotas da Terceira Cruzada que passavam pela costa portuguesa, sabendo atempadamente da sua chegada, constituiu outra acção levada a cabo com o mesmo fim: a conquista da grande cidade do *Gharb*. Silves era um local de pirataria e um centro terrestre de onde partiam incursões muçulmanas ao interior do território, destruindo povoações cristãs, roubando, matando e provocando o pânico generalizado. Tanto o cronista como o cruzado anónimo concordam neste aspecto característico desta urbe muçulmana. Esta é uma das razões apontadas para a sua conquista. Apenas a *Crónica* refere o pacto estabelecido entre o rei e os cruzados, aquando da combinação em Lisboa da conquista de Silves. Segundo o pacto celebrado, aos cruzados caber-lhes-ia todo o roubo e bens que na cidade fossem achados, ao rei, caber-lhe-ia a cidade. O cruzado anónimo não refere qualquer pacto, mas no momento da tomada da cidade, quando se verificaram os desentendimentos entre os cruzados e o rei, o narrador faz referência à existência de um pacto anteriormente firmado e que estava a ser desrespeitado pelo monarca.

Há pormenores da chegada dos cruzados a Silves, como por exemplo a morte de dois alemães de Bremen, que não encontramos na *Crónica*. O relato do cruzado está repleto de informações de quem viveu de perto o que descreve, por isso, encontramos nele maior riqueza de pormenores e maior vivacidade. O cronista narra um acontecimento distante, enquanto o cruzado dá conta dos acontecimentos em que participou.

O capitão do exército português surge referenciado nos dois textos, mas enquanto o cruzado anónimo apenas o designa pelo cargo, o cronista afirma que se tratava do mordomo-mor do rei, o conde D. Mendo, ou seja, Mem Gonçalves de Sousa. Não é claro que tenha sido este último a comandar as hostes portuguesas, uma vez que esse cargo também poderia ser desempenhado pelo alferes-mor, meio-irmão

³¹² “Nós entrementes nos aparelhávos para a conquista de Silves por convite d’El Rei de Portugal (...)”, *Idem*, p.12.

³¹³ Poderemos sempre colocar a hipótese do monarca estar a preparar uma grande expedição militar mas não concretamente a Silves e, ter acabado por se decidir pela grande cidade do *Gharb* quando soube que poderia aproveitar as frotas cruzadas que na altura passavam pela costa portuguesa.

do rei, Pedro Afonso, facto atestado por uma das fontes árabes atrás mencionadas. Curioso é constatar que a postura desta personagem é muito diferente de uma narrativa para a outra. O cruzado anónimo refere-nos que este capitão se dirigiu aos cruzados, aconselhando-os a tomarem outra cidade (Gardea, hoje provavelmente Cartaya, como atrás se disse) e não Silves, dada a sua inacessibilidade e o seu poderoso sistema defensivo. Talvez houvesse aqui a preocupação em garantir resultados materiais que pudessem retribuir o auxílio dos cruzados. Os cruzados responderam-lhe que preferiam tomar Silves, uma empresa de grande monta mas que contava com o auxílio divino. A *Crónica* refere um capitão português com uma postura bem diferente daquela outra, que incitou, sem hesitações, as forças cruzadas ao combate e à conquista de Silves.

Tanto num texto como noutro encontramos críticas ao comportamento de alguns cruzados. O cruzado teutónico critica ferozmente os colonienses e os flamengos que se comportaram de forma pouco digna, aquando da entrada na cidade e essa situação também aparece descrita pelo cronista do séc. XV que refere a “maliciosa cobiça” das gentes estrangeiras, que em vez de fazerem tudo para tomarem a cidade, se distraem a vasculhar as casas dos arrabaldes abandonados. Na *Crónica* ainda é referido, a este respeito, a destruição e o fogo lançado pelos cruzados às casas de Silves, considerado uma afronta para os portugueses, pois a cidade cabia-lhes.

Como já pudemos verificar, a postura do monarca português e dos seus homens é muito desvalorizada pela nossa fonte e, neste aspecto, encontramos uma grande diferença relativamente à *Crónica* por aí o rei e os portugueses aparecem com um comportamento irrepreensível. Curioso é constatar que a fonte quatrocentista aborda a questão da cupidez e do mau comportamento de alguns que integravam os contingentes cruzados, muitas vezes movidos mais por razões materiais que espirituais.

O cruzado utiliza várias linhas da sua prosa narrativa a descrever a cidade de Silves. Não encontramos qualquer descrição da cidade no texto do cronista, porque, provavelmente, para ele nada havia a dizer sobre a cidade, mas para o cruzado que estaria possivelmente a contactar pela primeira vez com as cidades do sul islâmico, havia muito para analisar e descrever, tal era a impressão que esta realidade lhe causava. Utiliza inclusive os nomes árabes das zonas ou dispositivos da cidade

muçulmana e refere os vários tipos de muçulmanos que habitavam no Andaluz e no Norte de África.

Relativamente à chegada do rei ao cerco, ambas as fontes referem o dia de Santa Madalena, mas enquanto o cruzado aponta a chegada do monarca para a oitava de Santa Madalena, o cronista quatrocentista diz que o rei chegou na véspera do dia de Santa Madalena. Ora, o primeiro afirma que o rei chegou a vinte e nove de Julho, e o segundo, a vinte e um de Julho (véspera de dia de Santa Madalena). É provável que a primeira fonte seja mais fiável, uma vez que foi redigida num período mais próximo dos acontecimentos. O autor da *Crónica* teve acesso à informação relativa ao dia de Santa Madalena, mas provavelmente não se baseou na primeira fonte, dada a discrepância temporal. Também poderemos colocar a hipótese de haver da parte do cronista o interesse em fazer o rei chegar no dia de Santa Madalena, reforçando a sacralidade desta chegada, porque a véspera já correspondia ao próprio dia e permitir-lhe-ia participar nas celebrações litúrgicas do dia.

Ambos os textos referem-se às máquinas de cerco e a todas as estratégias de assalto encetadas pelas forças sitiadas. Ambos falam dos trabalhos de minagem e de contraminagem levados a cabo por cristãos e muçulmanos, respectivamente. Referem também a dificuldade dos cristãos se aproximarem das muralhas, devido às pedras, ao fogo e materiais que os mouros atiravam de cima dos muros e das torres. A cidade estava bem protegida pelo sistema de muralhas e de torres que possuía, mas os seus habitantes defendiam-se muito bem, de forma empenhada e persistente, opinião muito diferente da veiculada por alguns dos autores árabes atrás citados.

Não encontramos no relato do cruzado teutónico qualquer alusão à construção de igreja com cemitério para sepultar os caídos em combate, como se verificou em Lisboa³¹⁴. No entanto, o cronista quatrocentista refere a construção de uma igreja e de um cemitério, à imagem do que acontecera em Lisboa. Mas, também podemos colocar a hipótese de terem sido construídos e de não terem sido mencionados pelo cruzado teutónico. Diz-nos ainda que o rei se fazia acompanhar pelo bispo do Porto e de Coimbra, referência que não surge no relato do cruzado teutónico. Parece haver uma omissão no relato do cruzado acerca da presença dos eclesiásticos que terão participado nos acontecimentos, porque já aludimos a uma fonte que refere três

³¹⁴ A igreja dos mártires.

bispos aquando do pacto firmado entre cruzados e rei e, aqui, a *Crónica* faz uma referência concreta aos bispos do Porto e de Coimbra.

Um tema coincidente em ambas as fontes é a decisão de Sancho I em destruir a couraça. O rei percebe a importância da destruição da couraça, que ao inviabilizar o abastecimento de água potável da população sitiada, contribuía para abreviar o cerco e a rendição da população muçulmana. A queda da torre da couraça ocorre graças a uma acção individual, isolada, de um cavaleiro galego, segundo o narrador teutónico. A *Crónica de 1419* também refere o acontecimento, um acto de bravura de um cristão, omitindo a sua identidade galega, e que tinha o seu filho cativo, no interior da cidade. Carregada de dramatismo e emoção a acção heróica de um homem que, num assumo de coragem e irreflexão, se expõe ao perigo mas consegue retirar a pedra angular que permitirá a queda de toda a parede da torre.

O cruzado também nos faz referência à fuga de vários muçulmanos, que transmitem aos cristãos as más condições de vida dentro da cidade, onde escasseiam a água e os víveres. Não encontramos tal informação na narrativa mais tardia.

O cronista do texto de 1419 fala-nos do apelo que os bispos faziam aos cristãos para lutarem, lembrando que a luta por Deus os libertava dos pecados cometidos. Sabemos pela fonte do cruzado que estavam sempre clérigos a enquadrarem a acção dos cruzados, concedendo-lhes a bênção antes de cada momento militar decisivo, como forma de uni-los e incentivá-los à luta por Deus.

Como fonte mais tardia que é, e portanto mais distante dos factos, a *Crónica* não cadencia os acontecimentos com tanto detalhe e não os apresenta dia-a-dia como nos faz o cruzado teutónico. Outro aspecto importante onde as narrativas divergem diz respeito às atitudes de desistência no campo cristão. Enquanto o cruzado nos afirma serem sobretudo os portugueses a apresentarem sinais de desistência, juntamente com o seu rei, o cronista diz-nos que a vontade de abandonar o cerco foi expressa pelos flamengos, também influenciados por alguns nobres portugueses, e que só os sacerdotes e o próprio rei os convenceram a ficar e a terminarem o que haviam começado, por mais de uma vez. Aqui percebemos as perspectivas de quem produziu uma e outra fonte. *Narratio De Itinere Navali* devolve-nos a perspectiva dos cruzados, que observa com crueza e objectividade a atitude dos portugueses e do próprio rei; a

Crónica de 1419 trabalha a informação de modo a construir uma imagem imaculada do rei e das suas gentes neste grande acontecimento militar do reinado de Sancho I.

Os habitantes de Silves acabaram por se render devido à fome e à sede. Os dois textos referem este facto. O cronista fala-nos de conversações entre o rei e o alcaide da cidade e duas outras figuras importantes. Solicitaram ao rei que os deixassem abandonar a cidade, com os seus bens. Para tomar qualquer decisão, o rei convocou os flamengos que logo discordaram e até queriam matar todos os habitantes da cidade. O rei, homem piedoso e bom, segundo o cronista, conseguiu convencer os flamengos a deixarem partir os habitantes muçulmanos, mas sem quaisquer bens. Na *Crónica*, as negociações da rendição e da entrega da cidade aparecem-nos bem mais pacíficas do que aquelas que o cruzado nos descreve. Ficamos a saber de alguns desentendimentos entre flamengos e o rei, mas tudo se resolve e se ultrapassa. No texto do cruzado, as relações entre cruzados e o rei extremaram-se a ponto de aqueles abandonarem a cidade “mais inimigos do que amigos”. E o próprio cruzado não se coíbe de emitir juízos de valor muito depreciativos acerca da actuação dos portugueses em toda a empresa. A própria imagem do rei, neste texto, é muito negativa, pois aparece como alguém que não cumpre nem honra os seus compromissos, altera as condições da rendição da cidade, poupa os muçulmanos, negoceia com eles, esquecendo as anteriores combinações e, pior que tudo, não entrega a décima parte da conquista à cruzada (ao Santo Sepulcro), o que deixa escandalizado o cruzado anónimo, que regista o facto. Esta narrativa apresenta como personagens menos valorizadas os flamengos, os portugueses e o próprio rei. Todos pretenderam desistir por diversas vezes e incitavam os restantes a fazerem o mesmo. O que ressalta deste confronto é que a imagem do rei construída pela narrativa quatrocentista é muito mais positiva que a que o cruzado teutónico nos deixou. A coincidência entre as fontes é apenas relativa à imagem do contingente flamengo que, em ambas as fontes aparece muito negativa, revelando que as motivações materiais se sobrepunham aos ideais espirituais e religiosos da cruzada.

Perante tantas diferenças ao nível dos pormenores e do desenrolar dos acontecimentos, poderemos colocar a hipótese de a nossa fonte não terá sido utilizada pelo cronista quatrocentista. O acontecimento que foi a tomada de Silves pelas forças cristãs, em Setembro de 1189, poderá ter chegado ao conhecimento do cronista quer

por via da tradição oral, quer por qualquer outra fonte escrita, entretanto desaparecida ou desconhecida. Ora, também devemos colocar a hipótese de o texto do cruzado não ser conhecido em terras peninsulares, uma vez que a cópia que actualmente dele se conhece foi encontrada no sul de França, perto da região onde terminou a narrativa. Isto explicaria as inúmeras disparidades que detectámos. Mas, também sabemos que a *Crónica de 1419* pretendia construir uma imagem ideal do monarca e da conquista de Silves, substancialmente diferente daquela que o cruzado regista. As intenções do cronista quatrocentista também justificariam tais discrepâncias. Mesmo que tivesse conhecido o relato do cruzado teutónico, não iria reproduzir tudo aquilo que compromettesse os seus objectivos. O relato é fidedigno nos acontecimentos, mas a versão é diferente, se bem que concordante.

O que se torna interessante neste confronto de informações transmitidas pelas diversas fontes que analisámos é que detectámos uma concordância geral entre os assuntos relatos, e isso dá-nos provas da fiabilidade das fontes que servem de base a este trabalho, mas também constatámos divergências que servem sobretudo para acentuar os propósitos de cada uma delas. Nas cartas dos cruzados, relativas à conquista de Lisboa, está patente o ponto de vista do cruzado e a ideologia da cruzada. Tratam-se de relatos mais curtos mas que não deixam de transmitir aquilo que interessava ao movimento cruzadístico europeu que era a propaganda dos feitos militares destes homens pela Cristandade. A *Notícia da Fundação do Mosteiro de S. Vicente* também veicula o ideal de cruzada associando a guerra peninsular contra os mouros a esse ideal. O rei de Portugal é apresentado como um homem pio e devoto que terá dado origem ao mosteiro. As fontes nacionais, também relativas a Lisboa, produzidas pelos cónegos regantes de Santa Cruz de Coimbra veiculavam uma imagem perfeita do rei de Portugal, um modelo ideal que conjugava a dimensão sagrada com a de guerreiro. Consistiam numa estratégia de afirmação da monarquia e da autonomia do reino, que passava pela preservação da memória dos feitos militares e épicos do rei fundador.

A fonte de Silves, no confronto que estabelecemos com as outras fontes, também nos revela as intenções de cada produção. Todas elas são concordantes relativamente aos factos mais significativos e às personagens envolvidas. O sentido de cada acção, a forma como se conquista a cidade, os principais responsáveis, acabam

por ser os aspectos em que divergem mais. As fontes cristãs referem de forma sucinta a conquista da cidade com o auxílio das forças cruzadas, pois era esse o seu objectivo, dar a conhecer os feitos militares dos homens que participaram na Terceira Cruzada. As fontes árabes só identificam a perda da cidade para depois referirem que a mesma foi tomada pelo grande Al-Mansur, dois anos depois e após duas grandes investidas em território português que terminaram não só com a recuperação de Silves mas também de Alcácer do Sal. A *Crónica de 1419* apresenta-nos uma imagem imaculada do monarca e dos portugueses e apresenta-nos a conquista da cidade como uma clara expressão da vontade de Deus, numa estreita relação com o ideal de cruzada que o texto do cronista quatrocentista estava interessado em veicular, longe do conceito de guerra de reconquista que já pouco significava no séc. XV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objectivo analisar dois textos redigidos por cruzados do Norte da Europa, um inglês e outro teutónico, que, integrados em frotas com destino à Terra Santa, durante a Segunda e a Terceira Cruzadas, passaram pela costa portuguesa e participaram no cerco e na tomada das cidades de Lisboa, em 1147, e de Silves, em 1189. O texto de Lisboa apresentando forma epistolográfica, permite-nos identificar o seu autor, pelo menos pela inicial do seu nome, e o seu destinatário, Osberto de Bawsey. Alguns investigadores identificam o alegado destinatário da epístola, um clérigo ligado à casa de Glanville, evidenciando-se assim conexões entre essa figura e alguns dos mais destacados intervenientes ingleses da narrativa, como Harvey de Glanville, de quem o autor se apresenta muito próximo ao longo de toda a narrativa e o menciona sempre de forma muito elogiosa³¹⁵. O texto de Silves apresenta-nos um autor anónimo, do qual apenas podemos construir um retrato a partir daquilo que o texto reflecte sobre si.

As razões da existência e as finalidades de cada produção surgem mais claras na fonte sobre a conquista de Lisboa que na fonte sobre a conquista de Silves. O texto do

³¹⁵ Cf. Charles David, *De expugnatione Lyxbonensis, The conquest of Lisbon*, Columbia, NY Press, 1976; Ruy de Azevedo, "A carta ou memória do cruzado inglês R. para Osberto de Bawsey sobre a conquista de Lisboa", *Revista Portuguesa de História*, vol.7, 1957, pp.343-370.

cruzado R. terá sido produzido na década de oitenta do séc. XII, no final do reinado de Afonso Henriques. É, muito provavelmente, como se demonstrou, resultado de toda uma estratégia encetada pela monarquia portuguesa, com o apoio do poder eclesiástico para tornar a conquista de Lisboa ao Islão num símbolo do poder político e militar de Afonso Henriques, quer a nível peninsular, quer internacional. Neste relato, todos os intervenientes têm um rosto e uma função, bem conhecidos pelo narrador, que também participa em todos os acontecimentos que descreve. O narrador descreve-nos um conjunto de acções que compõem um plano, uma estratégia, que atinge com êxito os seus propósitos: a conquista da cidade de Lisboa aos muçulmanos. E, com ela, a consolidação da linha do Tejo. Mas, também sabemos que este plano estava a ser preparado há algum tempo: Afonso Henriques havia solicitado directamente a Bernardo de Claraval que intercedesse junto do Papa e dos cruzados, de modo a poder contar com o apoio das forças cruzadas na conquista de Lisboa. A conjuntura política do *al-Andalus* era propícia a esta investida militar. Em 1147, a desagregação política almorávida, devido a lutas internas e ao avanço almóada, permitiram o avanço cristão, quer em Santarém quer em Lisboa, e o monarca português soube aproveitar muito bem todas as circunstâncias a seu favor.

O plano concebido por Afonso Henriques para conquistar Lisboa e controlar toda a linha do Tejo resultou num êxito significativo, não só para a monarquia portuguesa como para a Cristandade. Havia, portanto, que deixá-lo registado para a posteridade. Havia que fazer eco dele por toda a Cristandade e, sobretudo, junto da Cúria Papal. Sabemos que o acontecimento teve repercussões e acabou por ser registado em crónicas e anais por toda a Europa. A afirmação da legitimidade política e da independência do reino de Portugal passava por dar conta de um acontecimento tão significativo e cristalizá-lo na memória colectiva sob a forma de um texto apologético. É isso que nos leva a crer que estamos perante um texto produzido para servir o poder político português e quem o redigiu estava muito próximo da perspectiva portuguesa dos acontecimentos, comungava com ela os mesmos objectivos e pontos de vista. Trata-se de uma fonte favorável ao monarca português, onde este desempenhou sempre o papel que se esperava de um verdadeiro rei. A monarquia portuguesa estava numa fase de afirmação, havia conseguido a *Manifestis Probatum* há pouco tempo. O texto produzido na década de oitenta, como apontam

alguns autores, foi redigido provavelmente para cumprir a função apologética e de afirmação do reino de Portugal que tão fortemente patenteia. Conhecem-se as ligações entre cruzados e cónegos regantes de Santa Cruz de Coimbra e a importância daquele *scriptorium* na fixação da memória do reinado do rei fundador³¹⁶.

A razão da existência do relato de Silves não surge clara nem foi ainda totalmente compreendida pela historiografia. Também da autoria de um cruzado, neste caso teutónico, que participou na conquista cristã da cidade de Silves, nele não se evidencia uma razão para a sua produção que não seja a vontade do cruzado ir registando os acontecimentos por si vivenciados desde que integrou o contingente da Terceira Cruzada à Terra Santa. Parece-nos, portanto, um texto de carácter espontâneo, que não integrava uma estratégia mais ampla de afirmação ou de reconhecimento do poder régio e eclesiástico português. Talvez o seu objectivo estivesse mais próximo da perspectiva do seu autor e do movimento cruzadístico europeu, dando conta dos feitos militares resultantes da acção dos cruzados e da luta contra o infiel que elas tomavam como missão. Trata-se de uma descrição do itinerário naval, de façanhas e sucessos dos cristãos anónimos que responderam ao apelo da guerra santa, com o objectivo de libertar os lugares sagrados das mãos do infiel, constituindo uma exaltação da personagem colectiva que era composta por gentes comuns, que partiram do Norte da Europa movidas pelo desejo de lutar por Cristo.

O texto de Silves apresenta a forma de um diário de viagem, apesar de nos parecer pouco provável que o narrador tenha conseguido mais do que umas notas sobre os acontecimentos que ia vivendo de perto. As atribulações da viagem e as circunstâncias de um cerco não lhe permitiam, com certeza, condições para a produção de um texto como este no decorrer dos acontecimentos. O narrador dedica a maior parte do texto ao cerco e tomada da cidade de Silves, com todos os pormenores sobre os assaltos, as máquinas de guerra e as estratégias de assédio. O relato, por circunstâncias desconhecidas, não chega a descrever toda a viagem dos cruzados até à Terra Santa. Termina de forma inexplicável em Marselha, não se sabendo se apenas o narrador deixou de escrever, se todo o contingente cruzado ficou por ali, sem conseguir concretizar o objectivo da viagem. Mas, um aspecto ressalta de toda esta iniciativa. Trata-se do facto de a conquista de Silves constituir o

³¹⁶ Maria João Branco, "A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida", *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, ed. Aires Nascimento, 2ª ed., Lisboa, Vega, 2007, p.34.

acontecimento mais significativo deste relato e nele ocupar a esmagadora maioria das suas linhas. De tudo o que o cruzado anónimo relata, apenas é digno de memória a conquista cristã de Silves, a mais importante cidade muçulmana do *Gharb* naquela época. Talvez por isso, o historiador americano Charles W. David, na sua edição daquele texto³¹⁷, incluiu, no título que atribuiu à obra a referência à conquista da cidade de Silves, assumindo este facto como a façanha que nele mais se destaca. Esta fonte não é declaradamente uma fonte favorável ao rei de Portugal e aos portugueses, ao contrário da de Lisboa. O rei surge aqui como uma personagem que não cumpre o pacto que havia firmado com os cruzados. Durante o cerco deu sinais de desistência, permanecendo apenas em Silves graças à persistência dos cruzados. Os portugueses também surgem como uma força militar que desiste com facilidade, pelo menos por duas vezes, de conquistar a cidade. O narrador também não dá uma boa imagem dos flamengos, por quem não esconde uma certa antipatia. Os “seus” (os teutónicos) surgem descritos de forma elogiosa; os outros pelos quais não nutre grande simpatia, surgem descritos de forma pouco valorativa.

A ideologia de cruzada é veiculada pelo cruzado anónimo tanto nas observações que faz, como nas atitudes dos cruzados. Depreciou a postura de alguns cruzados que não se comportavam como tal, assim como dos portugueses e do seu rei. Os primeiros porque não se comportaram de forma digna, respeitando a ética a que estavam subordinados, quer na matança em que redundou a destruição de Alvor, quer na ganância que revelaram durante o saque de Silves. Os segundos porque as suas acções não eram mais do que a materialização da ideologia da reconquista, que só faziam sentido no espaço peninsular, onde a guerra ganhara esta particularidade tão específica e tão distante da realidade da restante Europa. O narrador de Silves demonstra não compreender a importância dos habitantes de uma cidade conquistada para o futuro económico da mesma, agora integrada num reino cristão. Não compreende a perspectiva do rei, quando este negocia com os muçulmanos da cidade, deitando por terra o pacto anteriormente firmado com os cruzados. Não compreende simplesmente porque, como já vimos, não partilha do seu ponto de vista, nem via a conquista daquela cidade como um alargamento das fronteiras do reino.

³¹⁷ Charles W. David, *Narratio de Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium et Silviam Capientium*, A.D. 1189, *Proceedings of the American Philosophical Society*, 82, 1939.

Nestas críticas que se observam no texto de Silves temos a prova de que, comparativamente com o texto que narra a conquista de Lisboa, esta fonte não revela um narrador tão integrado nos meandros do poder político e eclesiástico do reino de Portugal, manejando a narrativa dos acontecimentos com um conhecimento profundo das estratégias encetadas para se atingirem os objectivos de toda esta acção concertada entre o poder real, o poder eclesiástico e os cruzados. O narrador de Lisboa transcreve os sermões, os discursos, os argumentos das personagens mais importantes do relato, com um pormenor que não se pode apenas atribuir à memória. A teorização da guerra e os argumentos religiosos da guerra de reconquista e guerra de cruzada são por si bem conhecidos, fazendo-nos acreditar que teria uma boa formação e convivia com as esferas do poder político e eclesiástico da época. Teve certamente acesso aos documentos oficiais e a sua produção tinha uma função a desempenhar para o reino de Portugal.

Outras fontes cristãs coevas, como as *Cartas* dos cruzados teutónicos, a *Notícia da fundação do Mosteiro de S. Vicente*, os *Anais* e a *Gesta* do rei fundador permitiram-nos comparar os episódios das narrativas, elucidando-nos acerca dos objectivos da produção de cada fonte. As fontes árabes analisadas também nos facultaram informações acerca da tomada de Silves, o que nos permitiu cruzar pontos de vista relativamente à conquista da cidade. Sobre Lisboa não conhecemos qualquer texto árabe que referencie a perda da cidade. Sobre Silves, porque esta cidade voltou a ser recuperada dois anos depois, pelo Islão, os cronistas árabes fazem alusão à sua perda e consequente recuperação³¹⁸. A *Crónica de 1419*, prolonga o eco das fontes cristãs. Comparando as narrativas, encontramos muitas semelhanças, que nos levam a concluir que quem a produziu³¹⁹ conhecia, se não por escrito, pelo menos oralmente, os principais episódios das conquistas cristãs das cidades de Lisboa e de Silves. As diferenças que encontramos nas narrativas podem explicar-se pelos objectivos perseguidos pela monarquia portuguesa, nos inícios de quatrocentos, numa fase de afirmação internacional e de recuperação do espírito de cruzada, que procurava

³¹⁸ Kitab al Muyib fi Taljis Ajbar al Magrib, Al- Bayan al Mugrib fi Ijtisar ajbar Muluk al-Andalus Wa Al-Magrib, Crónica Árabe de las dinastias almorávide, almohade y benimerín; D'Ibn 'Abd al-Munim al-Himyari, Kitab Ar-Rawd al-Mi'tar Fi Habar al-Aktar, *La Péninsule Ibérique au moyen-âge*, ed. Lévi Provençal, Leiden, 1938.

³¹⁹ Provavelmente Fernão Lopes, segundo Luís Krus, "Crónica de Portugal de 1419", *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, pp.185-6.

alicerçar as motivações dos primeiros monarcas em fundamentos ideológicos que servissem os propósitos da época que então se vivia.

BIBLIOGRAFIA

FONTES:

Abu Muhammad Abd al-Wahid al-Marrakusi, *Kitab al-muib fi taljis ajbar al magrib. Lo admirable en el resumen de las noticias del Magrib* (trad. Espanhola), ed. Huici Miranda, *Colección de Crónicas Árabes de la reconquista*, vol. 4, Tetuan, 1955.

Al-Himyari, *Kitab r-Rawd al Mi'tar fi Habar al-Akhtar*, trad. E. Lévi-Provençal, *La Peninsule Ibérique au Moyen Âge d'après le Kitab ar-Rawd al Mi'tar fi Habar al-Aktar d'Ibn Abd al-Mu'nim al-Himyari*, Leiden, 1938.

Al-Hulal al Mawsiyya, Crónica árabe de las dinastias almorávide, almohade y benimerín, C. de Crónicas árabes, vol.1, Tetuan, 1952, pp.188-9.

Anais de D. Afonso Rei de Portugal – Alfons I von Portugal: Studien zu Geschichte und Sage des Begrunders der Portugiesischen Unabhängigkeit, Ed. Monica Blocker-Walter, Zurich, Frenz und Wasmuth, 1966.

Chronica Magistri Rogeri de Hovedene, ed. William Stubbs, vol. 3, Londres, Oxford e Cambridge, 1870.

Conquista de Lisboa aos mouros em 1147, Carta de um cruzado inglês, 2ª ed., ed. J. Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

Crónica de Portugal de 1419, ed. Adelino de Almeida Calado, Aveiro, 1998.

De Expugnatione Lyxbonensi, A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado, 2º ed., ed. Aires Augusto Nascimento, Lisboa, Vega, 2007.

De Expugnatione Lyxbonensi, The conquest of Lisbon, ed. Charles Wendell David, Columbia University Press, N. Y., 1936.

Fontes medievais da História de Portugal, selecção, prefácio e notas de Alfredo Pimenta, vol. I, 2ª ed., Lisboa, Ed. Sá da Costa, 1982.

Ibn Idari al-Marrakusi, *Al-Bayan al-mugrib fi ijtisar ajbar muluk al-andalus wa al-magrib* (trad. Espanhola), ed. Huici Miranda, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista*, vol. 2 e 3, Tetuan, 1953-1954.

Narratio de itinere navali peregrinorum Hierosolymam tendentium et Silviam capientium, A. D. 1189, ed. Charles Wendell David, *Proceedings of the American Philosophical Society*, 82, 1939.

Notícia da fundação do mosteiro de S. Vicente de Lisboa, 2ª ed., ed. Aires Nascimento, Lisboa, Vega, 2007.

Portugal na Espanha Árabe, 3ª ed., ed. António Borges Coelho, Lisboa, Lisboa, 2008.

Radulfi de Diceto Opera Historica, ed. William Stubbs, *Ymagines Historiarum*, vol. 2, Londres, Oxford e Cambridge, 1876.

Relação da derrota naval, façanhas e sucessos dos Cruzados, que partiram do Escalda para a Terra Santa no anno de 1189. Escrita em latim por hum dos mesmos cruzados, ed. João baptista da Silva Lopes, Lisboa, 1844.

ESTUDOS:

ALEMPARTE, Jaime Ferreiro, *Arribadas de normandos y cruzados a las costas de la Península Ibérica*, Sociedad Española de Estudios Medievales, Madrid, 1999.

ANDRADE, Amélia Aguiar, "A estratégia afonsina na fronteira Noroeste", *2º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso*, vol. 2, Guimarães, 1997, pp.83-93.

ANTUNES, Luísa Marinho, “Vozes e visões”, *A Guerra até 1450*, coord. Teresa Amado, Lisboa, Quimera, 1994, pp. 391-403.

AZEVEDO, Ruy de, “A carta ou memória do cruzado inglês R. para Osberto de Bawdsey sobre a conquista de Lisboa em 1147”, *Revista Portuguesa de História*, vol.7,1957, pp.343-370.

BARBOSA, Pedro Gomes, “Cavaleiros do Templo e cavaleiros de Leiria. A defesa dos campos de Coimbra”, *As Ordens Militares em Portugal, Actas do 1º Encontro sobre Ordens Militares*, CM Palmela, 1991, pp.191-203.

_____, *Documentos, lugares e homens: estudos de história medieval*, Lisboa, Cosmos, 1991.

_____, “Os sistemas de defesa na Reconquista do Baixo Vale do Tejo”, *2º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso*, vol. 2, Guimarães, 1997, pp.271-285.

_____, “Guerra de presúria, fossado e algará. A fronteira na reconquista portuguesa (da segunda metade do séc. XI a inícios do séc. XII)”, *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, 2005, pp. 91-102.

_____, “Mouros e cristãos no relato da conquista de Lisboa”, *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*, coord. Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes, Actas do II Colóquio “A nova Lisboa Medieval” (2004), Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp.84-90.

BARRADAS, Aurélio; NABAIS, Fernando, “A gesta de D. Afonso Henriques – épica e ética”, *Actas do 2º Congresso de Guimarães*, 1997, vol.3, pp.56-80.

BARROCA, Mário Jorge, “Armamento medieval português. Notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs”, *Pera Guerreiar*, Catálogo de Exposição, MNA / CMP, 2000, pp.38-76.

_____, “Os castelos das Ordens Militares em Portugal (séc. XII a XIV)”, *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb, 500-1500, Actas do Simpósio Internacional sobre castelos*, Lisboa, ed. Colibri / CMP, 2001, pp.535-548.

_____, “Da reconquista a D. Dinis”, *Nova História Militar de Portugal*, Dir. Nuno Severiano Teixeira, vol.1, Lisboa, C. Leitores, 2003, pp.21-161.

_____, “Portugal”, *The crusades: an encyclopedia*, ed. Alan V. Murray, Santa Barbara, ABC CLIO, vol.III, pp.979-984.

BARROS, Filomena, *Tempos e espaços de mouros*, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 2003.

BOISSELLIER, Stéphane, “Réflexions sur l’ideologie portugaise de la Reconquête. XII-XIV Siècles”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, Tome 30-31, 1994, pp.139-165.

BORGES COELHO, António, “Lisboa visigótica e muçulmana”, *O tempo e os homens*, Questionar a História III, Lisboa, Caminho, 1996, pp.261-280.

_____, “Lisboa nos dois primeiros séculos após a Reconquista”, *Arqueologia Medieval nº7*, Porto, Ed. Afrontamento, 2001, pp.235-242.

_____, “Notas sobre o Gharb al-Andalus no séc. XII”, *Ribat da Arrifana, Cultura Material e espiritualidade*, Aljezur, 2007.

BOTÃO, Maria de Fátima, *Silves, capital de um reino medievo*, CM Silves, 1992.

BRANCO, Maria João Violante, “Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, vol.10, Lisboa, 1998, pp.55-94.

_____, “A conquista de Lisboa revisitada”, *Arqueologia Medieval nº7*, Porto, Ed. Afrontamento, 2001, pp.217-234.

_____, *D. Sancho I*, Lisboa, C. Leitores, 2006.

_____, “A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida”, *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, 2ª ed, ed. Aires Augusto Nascimento, Lisboa, 2007, pp.9-51.

BUGALHÃO, Jacinta, e GÓMEZ, Susana, “Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo islâmico”, *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, 2005, pp.237-262.

CATARINO, Helena, “A herança urbana”, in *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Coord. Maria da Graça Maia Marques, Lisboa, Ed. Colibri, 1999, p.97-101.

CHEIKHA, Jomâa, “Silves (Shilb) ao longo da história segundo as fontes árabes”, *Xarajîb* 2, Centro de Estudos luso-árabes de Silves, 2002, pp.41-50.

COELHO, Maria Helena da Cruz, HOMEM, Armando Luís de Carvalho (Coord.), *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado portugalense à crise do séc. XIV*, vol.3, Lisboa, Presença, 1996.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, “Fronteira, guerra e organização social do espaço: o vale do Tejo, entre muçulmanos e cristãos (séculos IX-XIII)”, *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, 2005, pp.43-52.

CORREIA, Fernando Branco, “Fortificações islâmicas do Gharb”, *Portugal islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, MNA, 1998, pp.193-206.

_____, “Fortificações urbanas da época islâmica no algarve”, *Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, Comunicações apresentadas nos seminários de Faro, Tavira e Loulé, Comissão de coordenação da região do Algarve, Faro, 2002, pp.81-90.

COSTA, Avelino de Jesus da, “D. João Peculiar co-fundador do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Bispo do Porto e Arcebispo de Braga”, *Santa Cruz de Coimbra do séc. XI ao séc. XX*, Coimbra, 1984, pp. 59-83.

_____, “Coimbra, centro de atracção e irradiação de códices e documentos, dentro da Península, nos séculos XI e XII”, *Actas das II Jornadas luso-espanholas de história medieval*, Porto, 1990, vol. 4, pp. 1309-1334.

COSTA, Marisa, “In Predicatione cruce signatorum. Estratégias ducentistas de incitamento à cruzada”, *Codex Aquilarensis*, nº22, Aguilar de Campoo, Fundación Santa Maria la Real, 2006, pp.9-40.

COSTA, Paula Pinto, “As Ordens Militares no espaço entre Douro e Tejo (séculos XII-XIII)”, *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, 2005, pp.151-157.

CRUZ, António, “D. Teotónio, prior de Santa Cruz. O primeiro cruzado e primeiro santo de Portugal”, *Santa Cruz de Coimbra do séc. XI ao séc. XX*, Coimbra, 1984, pp. 21-58.

DIAS, Isabel, “O mouro na crónica da conquista do Algarve”, *A Guerra até 1450*, coord. Teresa Amado, Lisboa, Quimera, 1994, pp. 365-376.

DOMINGUES, José D. Garcia, *História luso-árabe*, Lisboa, Pro domo, 1945.

_____, *Novos aspectos da Silves árabe*, Guimarães, 1956.

_____, “O Garb Extremo do Andalus e «Bortuqal» nos historiadores e geógrafos árabes”, *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 1960.

_____, “Ossónoba na época árabe”, *Separata dos Anais do Município de Faro*, Faro, 1972.

_____, *Portugal e o al-Andalus*, Hugin ed., Lisboa, 1997.

EDGINGTON, Susan, "The Lisbon letter of the second crusade", *Historical Research*, 170, 1996, pp. 328-339.

EL HOUR, Rachid, "O Algarve na época almorávida: aspectos políticos e jurídicos", *Xarajíb 1*, Centro de Estudos luso-árabes de Silves, 2002, pp.37-48.

ERDMANN, Carl, *O papado em Portugal no primeiro século da História portuguesa*, Universidade de Coimbra, 1935.

_____, *A ideia de cruzada em Portugal*, Pub. Instituto Alemão, Coimbra, 1940.

FARINHA, António Dias, "Silves: uma cidade luso-árabe", *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal*, Lisboa, 1975, pp.259-265.

FERNANDES, Hermenegildo, *Uma cidade no imaginário medieval: Lisboa muçulmana nas descrições de Idrisi e de Ranulfo de Granville*, Separata de Estudos Medievais, nº7, Porto, 1986.

_____, "Fronteiras e Reconquista", *Portugal islâmico e os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, 1998, pp.269-276.

_____, *Entre mouros e cristãos. A sociedade de fronteira no sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII)*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da UCL, Lisboa, 2000, policopiada.

FIGUEIREDO, Fernando, "Da imagem do inimigo à construção do herói", *A Guerra até 1450*, coord. Teresa Amado, Lisboa, Quimera, 1994, pp. 377-390.

FITZ, Francisco Garcia, *Castilla e Léon frente al islam, Estratégias de expansion y tactics militares (siglos XI-XIII)*, Universidad de Sevilla, Sevilla, 2001.

FLORI, Jean, *La guerre sainte, La formation de l'idée de croisade dans l'occident chrétien*, Aubier, Paris, 2001.

GAMITO, Teresa Júdice, "O Algarve e o al-Andalus. Referências dos autores árabes", *O Algarve e o Magreb (711-1249)*, Univ. Algarve.

GARCIA, João Carlos, *O espaço medieval da reconquista no sudoeste da Península Ibérica*, Centro de Estudos Geográficos, 1986.

_____, "A reconquista cristã: uma perspectiva geográfica", *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Coord. Maria da Graça Maia Marques, Lisboa, Ed. Colibri, 1999, p. 107-109.

GOMES, Rosa Varela, "Cerâmicas islâmicas do castelo de Silves", *Xelb 1*, C.M.Silves, 1988.

_____, "A arquitectura militar muçulmana", *História das fortificações portuguesas no mundo*, Dir. Rafael Moreira, Lisboa, Pub. Alfa, 1989, pp.27-37.

_____, "A cidade muçulmana", *A cidade, Actas das Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, vol.2, Lisboa, 1993, pp.27-54.

_____; e GOMES, Mário Varela, *Palácio Almóada da Alcáçova de Silves*, Catálogo da Exposição, Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Silves, 2001.

_____, "Estruturas defensivas medievais de Silves", *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Fernandes, Lisboa, 2002, pp.325-336.

_____, "Silves Islâmica", in *O Mediterrâneo Ocidental: Identidades e fronteira*, Lisboa, Ed. Colibri, 2002, pp.93-118.

_____, “O castelo de Silves – contributos da investigação recente”, *Actas do 6º encontro de arqueologia do Algarve, Xelb 9*, Silves, 2009, pp.477-488.

GONÇALVES, Maria José da Silva, *Silves Islâmica – a muralha do arrabalde oriental e a dinâmica de ocupação do espaço adjacente*, dissertação de mestrado em Arqueologia, apresentada à FCHS - Univ. do Algarve, Faro, 2008, policopiado.

_____, “Silves islâmica: deambulando pelo arrabalde oriental”, *Actas do 6º encontro de arqueologia do Algarve, Xelb 9*, Silves, 2009, pp.489-524.

HENRIQUES, António Castro, *Conquista do Algarve (1189-1249) - O Segundo Reino*, Lisboa, Tribuna da História, 2006.

HUICI MIRANDA, Ambrosio, “Las campañas de Ya’qub al Mansûr en 1190 e 1191”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, série II, vol.5, 1954, pp.53-74.

_____, “Los Almohades en Portugal”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, série II, vol.5, 1954, pp.9-51.

_____, *Historia politica del Imperio Almohade*, Tomo I, estudo Preliminar de Emilio Molina López e Vicente Carlos Navarro Oltra, Granada, Ed. Universidad de Granada, 2000.

_____, *Las grandes batallas de la reconquista durante las invasiones africanas*, estudo Preliminar de Emilio Molina López e Vicente Carlos Navarro Oltra, Granada, Ed. Universidad de Granada, 2000.

KRUS, Luís, “Cruzados na conquista de Portugal”, *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol.1, Lisboa, Alfa, 1985, p.175.

_____, “D. Afonso I” (1109-1185), *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol.1, Lisboa, Alfa, 1985, p.23.

_____, “Tempo de godos e tempo de mouros. As memórias da reconquista”, *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, ed. Património, 1994, pp.102-127.

LAY, Stephen, “The reconquest as Crusade in the Anonymous *De expugnatione Lyxbonensi*”, *Al-Masaq*, vol.14, nº2, Set. 2002, pp. 123-130.

_____, *Os reis da reconquista portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Texto Ed., 2011.

LIVERMORE, Harold, “The conquest of Lisbon and it’s author”, *Portuguese Studies*, vol. VI, 1990, pp.1-16.

LOPES, David, *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano, Separata do boletim da segunda classe*, vol. III e IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.

_____, *Páginas Olissiponenses*, Lisboa, 1968.

_____, *Portugal contra os mouros*, Lisboa, s.d.

LOURINHO, Inês, *1147: uma conjuntura favorável*, dissertação de mestrado em História, apresentada à FLUL, 2010, policopiada.

MACHADO, Luís Saavedra, “Os ingleses em Portugal”, *Biblos*, vol.9, Coimbra, 1933, pp.553-569.

MACÍAS, Santiago, “O Algarve islâmico – Resenha de factos políticos”, *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Coord. Maria da Graça Maia Marques, Lisboa, Ed. Colibri, 1999, p.75-82.

MACÍAS, Santiago; GÓMEZ, Susana, “La especificidad del Garb al-Andalus y su expresión en vajilla almohade”, *Los Almohades: problemas y perspectivas*, Estudios

árabes e islâmicos, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, vol.1, Madrid, pp.388-409.

MARQUES, Paulo Lowndes, “Intervenção Britânica na conquista de Lisboa 1147”, *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 2, Guimarães, 1997, pp.52-59.

MARTINS, Armando Alberto Martins, “O programa dos cónegos regrantes de Santo Agostinho no séc. XII: tradição e inovação”, *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 4, Guimarães, 1997, pp.130-140.

MATOS, José Luís, “Lisboa islâmica”, *Arqueologia Medieval* 7, Porto, Ed. Afrontamento, 2001, pp.79-87.

MATOS, Manuel Cadafaz de, *A cidade de Silves num itinerário naval do séc. XII por um cruzado anónimo*, [fac-símile da edição por João Baptista Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1844], Ed. Távola Redonda / CM Silves, 1999.

MATTOSO, José, “Sancho I, o povoador”, *História de Portugal*, Dir. José Hermano Saraiva, vol.1, Lisboa, Pub. Alfa, 1983, pp.507-530.

_____, “Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal”, *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, INCM, 1985.

_____, “A formação de Portugal e a Península Ibérica nos sécs. XII e XIII”, *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol.1, Centro de História da Univ. Porto, Instituto de Investigação Científica, Porto, 1987, pp.13-37.

_____, “Os moçárabes”, *Fragmentsos de uma composição medieval*, Ed. Estampa, Lisboa, 1993, pp.19-34.

_____, “Dois séculos de vicissitudes políticas”, *História de Portugal*, vol.2, C. Leitores, 1996, pp.23-163.

_____, “A nova face de Afonso Henriques”, *Naquele Tempo. Ensaios De História Medieval*, Lisboa, 2000, pp.485-499.

_____, “As origens do estado português (séculos XII a XIV)”, *Naquele Tempo. Ensaios De História Medieval*, Lisboa, 2000, pp.451-458.

_____, “As três faces de Afonso Henriques”, *Naquele Tempo. Ensaios De História Medieval*, Lisboa, 2000, pp.469-484.

_____, “Autonomias fronteiriças e formação nacional”, *Naquele Tempo. Ensaios De História Medieval*, Lisboa, 2000, pp.459-468.

_____, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

MAZZOLI-GUINTARD, Christine, *Ciudades de al-Andalus.España e Portugal en la época musulmana (s.VIII-XV)*, ed. Almed, Granada, 2000.

MEYER, Bruno, “El papel de los cruzados alemanes en la reconquista de la Península Ibérica en los siglos XII y XIII”, *En España Medieval*, 2000, pp.41-66.

MOLÉNAT, Jean-Pierre, “Sur le rôle des almohades dans la fin du christianisme local au Maghreb et en al-Andalus”, *Al- Qantara*, vol.XVIII, Madrid, 1997, pp. 389-413

_____, “Mozarabes et mudéjars du Gharb al-Andalus devant la conquête chrétienne”, *Actas do Colóquio Portugal, Espanha e Marrocos. O Mediterrâneo e o Atlântico*, ed. Teresa Gamito, Faro, UALG, 2000, pp.207-212.

MONTE, Marcel Paiva do, “Cruzada e Reconquista: as duas faces da conquista de Lisboa em 1147”, *Medievalista online*, IEM, ano 4, número 5, 2008, disponível em www2.fcsh.unl.pt, consultado em 28.03.2010.

MOREIRA, Maria da Assunção Júdice, MELO, Ana Homem de, *O cruzado Osberno, narrador da conquista de Lisboa*, Lisboa, CML, 1993.

MOTA, João Paulo, *A tomada de Lisboa em textos dos sécs. XII a XIV*, Dissertação de Mestrado em Literatura Portuguesa, apresentada à FLUL, Lisboa, 2001, policopiado.

_____, "A conquista de Lisboa aos mouros – possíveis relações textuais entre as cartas dos cruzados", *A nova Lisboa medieval, Actas do 1º congresso*, 2ª ed, FCSH-UNL, Lisboa, Ed. Colibri, 2007, pp.43-49.

NASCIMENTO, Aires Augusto, "Santa Cruz de Coimbra: as motivações de uma fundação regular", *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol.4, Guimarães, 1997, pp.118-127.

_____, "Ulisses em Lisboa: mito e memória", *Comunicação à Academia das Ciências de Lisboa*, Impressão Pro manuscripto, Lisboa, 2006, pp.1-19.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, "O Portugal islâmico", *Nova História de Portugal*, Dir. Joel Serrão e Oliveira Marques, vol.2, Ed. Presença, Lisboa, 1993.

OLIVEIRA, José Augusto, *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, 2ª ed., Lisboa, CML, 1936.

OLIVEIRA, Luís Filipe, "Lisboa", Nicole Bériou e Philippe Jousserand (Dir.), *Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, Paris, 2009.

_____, "Silves", Nicole Bériou e Philippe Jousserand (Dir.), *Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, Paris, 2009.

PEREIRA, Armando de Sousa, "Cristãos e muçulmanos no ocidente peninsular medieval. As representações de um confronto", *Cultura – História e Filosofia*, 7, Lisboa, 1993, pp.89-112.

_____, “Realidades e ideologia na conquista de Silves em 1189”, *Poder e Sociedade. Actas das Jornadas interdisciplinares*, Org. Maria José Ferro Tavares, vol.1, Lisboa, 1998, pp. 229-243.

_____, *Representações da guerra no Portugal da Reconquista (séculos XI-XIII)*, C. P. História Militar, Lisboa, 2003.

_____, “A reconquista entre o Douro e o Tejo nos anais monásticos dos séculos XI e XII”, *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, 2005, pp.103-110.

_____, “Guerra e santidade: o cavaleiro-mártir Henrique de Bona e a conquista cristã de Lisboa”, *A nova Lisboa medieval, Actas do 1º congresso*, 2ª ed., FCSH-UNL, Lisboa, Ed. Colibri, 2007, pp.51-73.

_____, *Geraldo sem pavor. Um guerreiro de fronteira entre cristãos e muçulmanos c. 1162-1176*, Porto, Fronteira do caos ed., 2008.

_____, “Silves no itinerário da terceira cruzada: um testemunho teutónico”, *Revista Militar* online, 2010, disponível em www.revista militar.pt, consultado em 06.02.2011.

PICARD, Christophe, “Shilb e a actividade marítima dos muçulmanos no oceano Atlântico”, *Actas das III Jornadas de Silves*, Faro, 1995, pp.31-38.

_____, “A perda do Algarve vista do lado muçulmano”, *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Coord. Maria da Graça Maia Marques, Lisboa, Ed. Colibri, 1999, p.103-106.

_____, *Le Portugal Musulman (VIIIe-XIIIe siècle).L’Occident d’al-Andalus sous domination islamique*, Paris, 2000.

_____, “Les mozarabes de Lisbonne: le problème de l’assimilation et de la conversion des chrétiens sous domination musulmane à la lumière de l’exemple de Lisbonne”, *Arqueologia Medieval*, 7, Porto, Ed. Afrontamento, 2001, pp.89-94.

PICOITO, Pedro, “A Trasladação de S. Vicente, Consenso e conflito na Lisboa do séc. XII”, *Revista Medievalista online*, IEM, ano 4, número 4, 2008, disponível em www2.fcsh.unl.pt, consultado em 16.04.2010.

PRADALIÉ, Gérard, *Lisboa da reconquista ao fim do séc. XIII*, Lisboa, Palas editores, 1975.

REI, António, “Descrições árabes do espaço algarvio entre os séculos III h./ IX d.C. e VIII h./ XIV d.C.”, *Promontória*, Ano 2, nº2, 2004, pp.9-34.

_____, “Ocupação humana no alfoz de Lisboa durante o período islâmico”, *A nova Lisboa medieval, Actas do 1º congresso*, 2ª ed, FCSH-UNL, Lisboa, Ed. Colibri, 2007, pp.25-42.

REILLY, B., *Cristãos e muçulmanos. A luta pela Península Ibérica*, Lisboa, Teorema, 1996.

SIDARIUS, Adel, “Novas perspectivas sobre o Gharb al-Ândalus no tempo de D. Afonso Henriques”, *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 2, Guimarães, 1997, pp.249-268.

_____, *Fontes da história de al-Andalus e do Gharb*, IICT, Lisboa, 2000.

_____, e REI, António, “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval nº7*, Porto, Ed. Afrontamento, 2001, pp. 37-72.

SILVA, A. Vieira da, *A cerca moura de Lisboa*, 3ª ed., Pub. CML, 1987.

SILVA, Carlos Guardado, *Lisboa Medieval, A organização e a estruturação do espaço urbano*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Colibri, 2010.

SILVÉRIO, Carla A. Serapicos de Brito, “A imagem da realeza na analística medieval portuguesa dos séculos XI e XII”, *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol.3, Guimarães, 1997, pp.34-40.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, “Elementos exógenos do povoamento em Portugal durante a Idade Média”, *Portugal no Mundo*, Dir. Luís de Albuquerque, vol.1, Lisboa, Pub. Alfa, 1989, pp.38-52.

_____, “A imagem do mouro nos anais de D. Afonso Henriques”, *A imagem do mundo na Idade Média*, *Actas do Colóquio Internacional*, org. Hélder Godinho, Lisboa, ICLP, 1992, pp.147-154.

_____, “D. Afonso Henriques nas primeiras crónicas portuguesas”, *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol.3, Guimarães, 1997, pp.23-31.

_____, “Do Condado Portucalense à monarquia portuguesa (séculos XI-XII)”, *História de Portugal*, Coord. Rui Ramos, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2009.

TORRES, Cláudio, “Património cultural e desenvolvimento”, *Actas das III Jornadas de Silves*, Faro, 1995, pp.111-116.

_____, e MACÍAS, Santiago, *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa, C. Leitores, 1998.

_____, “Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e seu território”, *Arqueologia Medieval* nº7, Porto, 2001, p. 73-77.

TYERMAN, Christopher, *Las cruzadas. Realidad y mito*, Crítica, Barcelona, 2005.

VEIGA, A. Botelho da Costa, “Lisboa na política e na estratégia de Afonso Henriques”,
Separata do Boletim da Academia das Ciências, nº19, Lisboa, 1948.

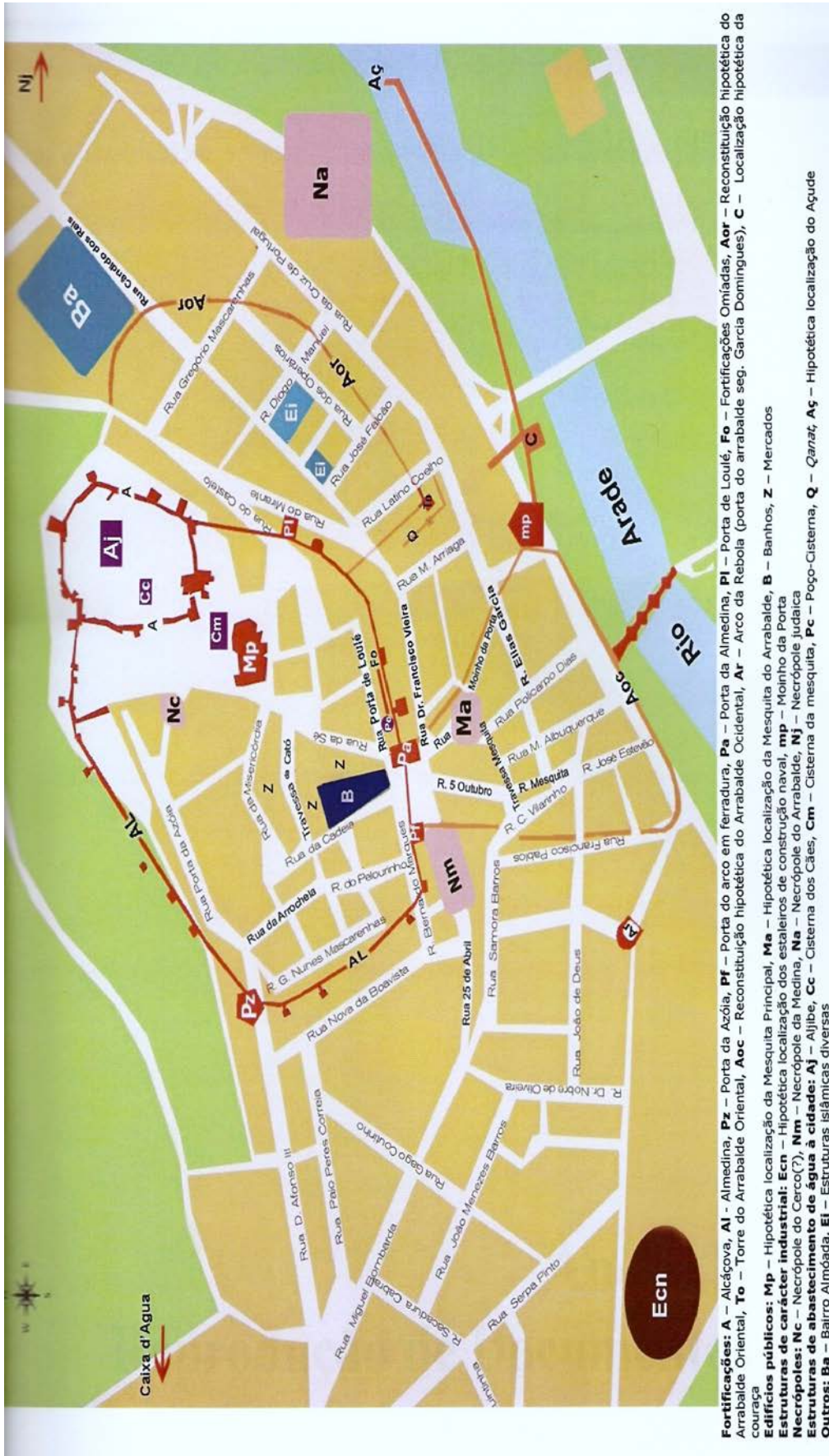
VENTURA, Leontina, FARIA, Ana Santiago, *Livro de Santa Cruz de Coimbra*, Instituto
Nacional de Investigação Científica, Coimbra, 1990.

*

ANEXOS



MAPA 1: LISBOA NO SÉC. XII (Extraído de Carlos Guardado da Silva, 2010)



MAPA 2 : SILVES (Extraído de Maria José Gonçalves, 2008)